

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA**

JOSNEI DI CARLO VILAS BOAS

**A INTERPRETAÇÃO DE MÁRIO PEDROSA SOBRE A
REVOLUÇÃO DE 1930 E O GOLPE DE 1964**

**São Carlos/SP
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA**

JOSNEI DI CARLO VILAS BOAS

**A INTERPRETAÇÃO DE MÁRIO PEDROSA SOBRE A
REVOLUÇÃO DE 1930 E O GOLPE DE 1964**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Centro de Educação e Ciência Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Teoria, Instituições e Comportamento Político.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Alves Cepêda.

**São Carlos/SP
2013**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

V697im Vilas Boas, Josnei Di Carlo.
A interpretação de Mário Pedrosa sobre a revolução de
1930 e o golpe de 1964 / Josnei Di Carlo Vilas Boas. -- São
Carlos : UFSCar, 2014.
180 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2013.

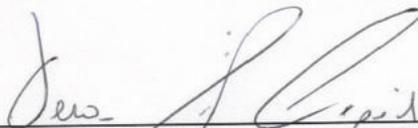
1. Ciência política. 2. Pedrosa, Mário Xavier de Andrade,
1900-1981. 3. Brasil - história - revolução, 1930. 4. Brasil -
história - revolução, 1964. I. Título.

CDD: 320 (20^a)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Josnei Di Carlos Vilas Boas**

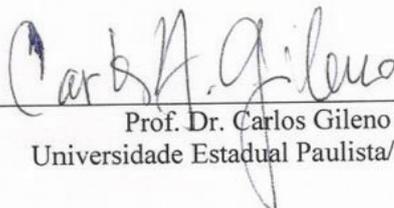
20/09/2013



Profa./Dra. Vera Alves Cepêda
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar



Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar



Prof. Dr. Carlos Gileno
Universidade Estadual Paulista/UNESP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14:00h no dia 20/09/2013.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda
Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade
Prof. Dr. Carlos Gileno

Homologado na CPG-PPGPOL na
30ª Reunião no dia 20/09/2013.

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade
Coordenador do PPGPOL

*À minha mãe,
por tudo.*

AGRADECIMENTOS

À professora Vera Alves Cepêda, minha orientadora, pela confiança que sempre teve em meu trabalho.

Ao professor Carlos Henrique Gileno pelas sugestões realizadas na qualificação.

Aos professores Carlos Henrique Gileno e Thales Haddad Novaes de Andrade pelas sugestões realizadas na defesa.

Finalmente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES) por ter me concedido uma bolsa de estudos durante o mestrado.

a esperança fracassa muitas vezes, a dor jamais. por isso alguns creem que mais vale dor conhecida que dor por conhecer. creem que a esperança é ilusão. são os iludidos da dor.

Juan Gelman*

[...] Contudo, ignorar o fracasso é errar em relação à história, como se nada de positivo ou humano dele resultasse. Ao contrário, a vitória pode atestar mais uma configuração de força ou poder, do que de verdade ou validade. Isso pode parecer óbvio, mas vai de encontro a crenças e preconceitos profundamente assentados. Entretanto, as questões propostas pelo sucesso podem ser decisivas: o sucesso é bem-sucedido, mas por quanto tempo e às custas de quê? Estudar apenas os vencedores mundiais mantém o pensamento atrelado a uma realidade estreita. Das derrotas surgem ideias, pessoas transformadas e novos movimentos.

Russel Jacoby**

* Poema *Os iludidos*, traduzido do espanhol por Adityas Soares de Moura e Leonardo Gonçalves, in *Isso*, UnB, 2004, p. 83.

** Extrato do ensaio *Uma brisa anárquica*, traduzido do inglês por Carolina Araújo, in *Imagem imperfeita*, Civilização Brasileira, 2007, pp. 29-30.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender a interpretação de Mário Pedrosa (1900-1981) acerca da Revolução de 1930 e do Golpe de 1964 e compreender a sua orientação para a ação política em oposição ao regime instaurado por Getúlio Vargas na década de trinta e pelo Exército na década de sessenta. Para atingir os objetivos propostos, esta pesquisa concentra-se em dois momentos da produção intelectual de Pedrosa, o ensaio *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, redigido com Lívio Xavier durante a Revolução de 1930, e os livros *A opção imperialista* e *A opção brasileira*, cuja redação iniciou-se logo após o Golpe de 1964.

Palavras-chave: Mário Pedrosa. Revolução de 1930. Golpe de 1964.

ABSTRACT

This dissertation aims to grasp the interpretation of Mario Pedrosa (1900-1981) about the Revolution of 1930 and the Coup of 1964 and understand its orientation to political action in opposition to the regime established by Getulio Vargas in the thirties and the Army in sixty. In order to achieve the proposed objectives, this research focuses on two moments of intellectual production of Pedrosa, the essay *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, drafted with Livio Xavier during the Revolution of 1930, and the books *A opção imperialista* and *A opção brasileira*, whose writing started soon after the Coup of 1964.

Keywords: Mário Pedrosa. Revolution of 1930. Coup of 1964.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A FORMAÇÃO E A OBRA DE UM INTELLECTUAL PÚBLICO	17
1.1 A FORMAÇÃO DE MÁRIO PEDROSA.....	17
1.2 A OBRA DE MÁRIO PEDROSA.....	21
1.2.1 O Colunista.....	24
1.2.2 O Criador de Periódicos.....	28
1.2.3 O Escritor.....	38
2 MÁRIO PEDROSA E A INTERPRETAÇÃO DA REVOLUÇÃO DE 1930	42
2.1 <i>ESBOÇO</i> E SUA INTERPRETAÇÃO SOBRE O BRASIL.....	43
2.1.1 Exploração Rural Colonial.....	43
2.1.2 Formação do Estado Brasileiro e Transição para o Capitalismo.....	49
2.1.3 Crise da República Oligárquica.....	52
2.1.4 Revolução de 1930.....	58
2.2 TROTSKISMO E RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA.....	64
2.2.1 Governo Provisório, Início da Era Vargas.....	65
2.2.2 Defendendo a Convocação da Constituinte.....	69
2.2.3 <i>Frente Única</i> e Fascismo.....	75
3 MÁRIO PEDROSA E A INTERPRETAÇÃO DO GOLPE DE 1964	83
3.1 <i>AS OPÇÕES</i> E SUA INTERPRETAÇÃO SOBRE O BRASIL.....	84
3.1.1 Nacionalismo ao Abrigo do Imperialismo.....	84
3.1.2 Governo Juscelino Kubitschek.....	91
3.1.3 Crise do Desenvolvimentismo.....	96
3.1.4 Golpe de 1964.....	101
3.2 FRENTE DE OPOSIÇÃO E RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA.....	111

3.2.1	Governo Castelo Branco, Início da Ditadura Militar.....	111
3.2.2	Formando um Novo Bloco Histórico e.. as Bases do MDB.....	118
3.2.3	Crítica à Luta Armada.....	127
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	134
	APÊNDICE.....	141
	ANEXOS.....	160

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem dois objetivos: de um lado, apreender a interpretação de Mário Pedrosa (1900-1981) acerca da Revolução de 1930 e do Golpe de 1964; de outro, compreender sua orientação para a ação política de oposição ao regime instaurado por Getúlio Vargas na década de trinta e pelo Exército na de sessenta. No intuito de atingir os objetivos propostos, esta pesquisa tem como foco dois momentos da produção intelectual pedrosiana, o ensaio *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, redigido com Lívio Xavier durante a Revolução de 1930, e os livros *A opção imperialista* e *A opção brasileira*, cuja redação iniciou-se logo após o Golpe de 1964. Nas três obras referidas, Pedrosa procurou tornar a crise política das décadas de trinta e sessenta inteligíveis para a esquerda com o intuito de fornecer instrumentos para ela intervir no processo político. Em *Esboço*, Pedrosa estava atrelado à Oposição de Esquerda, dissidência do Partido Comunista do Brasil (PCB) formada em 1929. Durante a década de sessenta, a orientação de Pedrosa para opor-se a Vargas era parte constitutiva de uma organização política, cujos documentos programáticos fornecem a base das práticas de enfrentamento ao regime instituído com a Revolução de 1930. Daí a orientação para a ação política de Pedrosa entre 1930 e 1935, quando o regime fecha para a esquerda por causa da repressão política desencadeada após o Levante Comunista, reprovado pelos opositoristas, só poder ser compreendida através dos documentos produzidos pela Oposição de Esquerda. Na década de 1960, Pedrosa tinha se firmado como crítico de arte, atividade que passara a exercer ao voltar do exílio após o fim do Estado Novo, mas o editor Ênio da Silveira pediu a ele um texto interpretativo sobre o Golpe de 1964. Aceita a proposta, Pedrosa acabou por realizar a summa de seu pensamento político-social. Com a publicação de *A opção imperialista* e *A opção brasileira*, Pedrosa passou a escrever regularmente para o *Correio da Manhã*, não só dentro do campo no qual era reconhecido, mas sobre política. Os artigos políticos de Pedrosa foram recuperados para compreender sua orientação para a ação política de enfrentamento à ditadura militar até 1968, quando o Ato Institucional Número Cinco (AI-5) mudou drasticamente as condições de enfrentamento ao regime instaurado pelos militares.

Apesar de Pedrosa ser reconhecido como crítico de arte, Francisco Alambert lembra que ele “foi sempre um homem e um crítico de ação” (ALAMBERT, 2007, p. 411). Ronaldo Brito destaca que dificilmente se fala do crítico de arte “sem alguma dose de passionalismo”

porque ele não só influenciou os agentes da arte brasileira como “impregnou o circuito com suas ideias e suas posições diante do trabalho de arte” (BRITO, 1975, p. 48). Mesmo levando em conta a ressalva de Alambert, é compreensível o pensamento político-social de Pedrosa não ser tão pesquisado quanto seu pensamento estético. A edição das obras de Pedrosa ajuda a compreender a ênfase dada a sua produção estética em detrimento de sua produção política. Lançadas em 1966, *A opção imperialista e A opção brasileira* nunca mereceram uma segunda edição. O mesmo ocorre com *A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo*, nunca mais o livro foi reeditado depois da publicação em 1979. A exceção é *Sobre o PT*, livro editado por duas vezes, contudo ambas as edições foram lançadas em 1980, quando da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), cuja assinatura a encabeçar o Manifesto de Lançamento do Partido dos Trabalhadores de 10 de fevereiro de 1980 é de Pedrosa. Por outro lado, parte de sua obra estética foi editada entre os anos de 1995 e 2000 por Otilia Beatriz Fiori Arantes em quatro volumes pela Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e o Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MoMA) programa lançar no decorrer do ano corrente uma ampla antologia de suas críticas de arte.

Mesmo sendo um intelectual pouco estudado para além de seu pensamento estético, alguns momentos da atuação política de Pedrosa ocorreram no interior de eventos históricos importantes para se compreender o processo social brasileiro, como a Revolução de 1930 e o Golpe de 1964. Dado a dificuldade de se encontrar trabalhos científicos relativos a eventos políticos com a participação de Pedrosa, mesmo no caso daqueles que podem ser considerados na qualidade de movimentos de massa, como as contramanifestações da Frente Única Antifascista (FUA) realizadas durante as marchas da Ação Brasileira Integralista (AIB) nos anos subsequentes da fundação desta, quando do lançamento por Plínio Salgado do *Manifesto à Nação* em 7 de outubro de 1932. Portanto, deve-se destacar que a pesquisa se realizou sob duas limitações: exiguidade de materiais relacionados à atuação política de Pedrosa e falta de sistematização de suas obras políticas, produzidas incessantemente entre as décadas de 1930 e 1980, com ele tentando jogar luz sobre os fatos políticos mais conturbados da história brasileira do século XX enquanto eles se desenrolavam debaixo de seus olhos.

Pelas dificuldades postas, pesquisar um dos fundadores do PT é como entrar em um labirinto no qual se chega ao centro não somente por um caminho mas por vários. Como o método científico exige apenas um caminho para dar uma unidade ao objeto pesquisado, o problema se coloca ao constatar que os caminhos do labirinto se cruzam de tal forma que trechos de um caminho também são trechos dos outros. Ao escolher um caminho com todo o

rigor científico o pesquisador tem de estar ciente que o caminho escolhido é um mosaico, cuja unidade só pode ser apreendida consciente da diversidade do objeto.

A multiplicidade de Pedrosa contraposta à especialização acadêmica o retalhou de tal modo que a revisão da literatura sobre ele no campo das ciências sociais encontrou raríssimas pesquisas visando compreender dois momentos distintos de sua atuação política e produção intelectual. A exceção é Pedro Roberto Ferreira, que, ao analisar as organizações políticas trotskistas atuantes no país durante as décadas de 1930 e 1960 em um artigo, examina *Esboço* para compreender a especificidade do enfoque da primeira geração trotskista em relação ao desenvolvimento do capitalismo e da formação social brasileira e *A opção imperialista* e *A opção brasileira* para apreender aquela especificidade não mais no interior das organizações, mas em seu desenvolvimento autônomo na obra de “um dos mais brilhantes intelectuais brasileiros” (FERREIRA, 2005, p. 45). Ferreira nomeia a seção dedicada aos dois livros da década de 1960 como *A visão trotskista fora das organizações*, deixando de ressaltar que eles foram escritos duas décadas após o rompimento de Pedrosa com a Quarta Internacional e seu criador Leon Trotsky, em 1940, não por desconhecer o fato, mas por ter clareza que o desligamento não anulou o referencial teórico trotskista em *A opção imperialista* e *A opção brasileira*.

O trotskismo perdeu sua centralidade no interior da intervenção de Pedrosa frente à realidade social para dar lugar a um socialismo próximo das críticas de Rosa Luxemburgo a atos restritivos às liberdades democráticas tomados pelos bolcheviques nos primeiros anos da Revolução Russa de 1917. As críticas de Luxemburgo foram realizadas no ensaio *A revolução russa*, publicado por Pedrosa nas páginas da *Vanguarda Socialista* em 1946, sendo posteriormente incluído por ele no apêndice de seu livro de 1979. Tratou-se, por conseguinte, de um afastamento do bolchevismo, no qual Trotsky se colocava como herdeiro legítimo por dar continuidade à teoria e à prática responsável pela vitória da revolução comunista na Rússia, corrompida pela ascensão ao poder de Josef Stalin e da burocracia do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), ambos a parasitarem o Estado soviético degenerando sua natureza proletária, conforme Trotsky. O afastamento de Pedrosa dos grupos trotskistas reflete seu rompimento político com o bolchevismo, mantendo, no entanto, categorias analíticas usadas por Trotsky na apreensão não só do desenvolvimento capitalista russo como latino-americano, já que os olhos de Trotsky voltaram-se para a América Latina após ter se exilado no México em 1937, por ver nelas um suporte conceitual riquíssimo para se apreender a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Entre as categorias fortes na produção teórica trotskista, destaca-se o conceito de *desenvolvimento desigual e combinado*. Por objetivar uma compreensão histórica do processo econômico-social da Rússia que se distinguia de todos os prognósticos relativos ao capitalismo, de que se expandindo suprimiria elementos essenciais das relações culturais, econômicas, políticas e sociais pré-capitalistas, diluindo as diferenciações entre as nações por causa do caráter cosmopolita da produção e do consumo, o criador da Quarta Internacional apontou que a desigualdade do processo histórico era mais evidente e complexo nos países atrasados, pois eles tinham de avançar aos saltos em virtude da pressão exercida pelos países avançados. E da desigualdade do ritmo derivava a *lei do desenvolvimento combinado*, definida por Trotsky como “aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas” (TROTSKY, 1967, p. 25).

Outro conceito forte nas obras teóricas de Trotsky e usado sistematicamente por ele para se referir aos processos políticos latino-americanos da década de 1930, por ele vivenciado ao viver seu exílio final, de 1937 a 1940, no México presidido por Lázaro Cárdenas, é o conceito de *bonapartismo*. Tradicional na literatura marxista, por ter sido um neologismo criado por Karl Marx em *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*, para analisar o golpe de Estado desferido por Luís Bonaparte na França em 02 de dezembro de 1851, o conceito foi usada por Pedrosa no ensaio redigido com Lívio Xavier ao eles intuírem que o bonapartismo se apresentava como o caminho de menor resistência para as classes burguesas solucionarem o impasse no qual se viram enredadas durante a crise política instaurada em razão da sucessão presidencial de Washington Luís. Por desenvolver a ideia de que as classes proletárias são desmobilizadas por causa da configuração burocratizada e centralizada do Estado para manter a coesão social e a unidade política do capitalismo, o bonapartismo mostrou-se apropriado para Pedrosa e Xavier, dadas a conjuntura política que antecedeu a Revolução de 1930 e a estrutura econômico-social do país, por eles compreenderem que o caminho de menor resistência para Vargas era assumir o Estado e tornar a dominação burguesa exitosa integrando as demais classes no âmbito de seu domínio.

Julga-se que somente analisando *Esboço e A opção imperialista e A opção brasileira* em conjunto que se apreende a unidade e a coerência do pensamento político-social de Pedrosa para além de sua atuação restrita à Oposição de Esquerda. Deste modo, dando condições de dimensionar sua importância para a esquerda do Brasil, mesmo limitada e problemática, por causa de sua reflexão ter sido produzida em condições adversas, com pouco

espaço para o questionamento ao regime instaurado com a Revolução de 1930 e o Golpe de 1964 reverberar na sociedade.

O arco temporal já foi aberto nas pesquisas dedicadas ao seu pensamento estético, em virtude das implicações ideológicas serem menos acentuadas ao se buscar o desenvolvimento autônomo de sua produção estética. Ao contrário das investigações acerca de seu pensamento político-social, pois o desenvolvimento autônomo de sua obra política implica reconhecer seu rompimento com o trotskismo, apesar de ter mantido o referencial teórico de Trotsky. O arco de tempo investigado por Arantes inicia-se em 1930, cuja preocupação do crítico recaía sobre a dimensão social da arte, passa por 1940, quando ele abandonou a dimensão social da arte e passou a defender a autonomia da arte, e 1950, no qual acompanhou com interesse a síntese das artes identificada por ele na arquitetura de Brasília, para finalmente encerrar-se em 1960, momento em que ele passaria a usar o termo pós-moderno precursoramente como forma de diferenciar a produção artística iniciada na década de 1960 alicerçada em valores estéticos não encontrados no interior do modernismo (ARANTES, 1991). O longo percurso analisado pela autora, por causa da especificidade do pensamento de Pedrosa no campo estético não implica em reconhecer seu rompimento político com o trotskismo, mas em apreender a forma como ele recepcionou *Por uma arte revolucionária independente*, redigido em 25 de julho de 1938, na Cidade do México, por Trotsky e André Breton, que o publicaram com a assinatura de Diogo Rivera, que não participara das longas discussões realizadas pelo revolucionário russo e pelo surrealista francês antes da redação final do manifesto. Este foi publicado pelo intelectual brasileiro nas páginas da *Vanguarda Socialista*, em fevereiro de 1946, após ter concluído que o manifesto de 1938 mantinha a atualidade crítica em relação ao realismo socialista¹ e também por coincidir com sua defesa da independência da arte enquanto fundamento do processo revolucionário, por acreditar que o campo estético era um campo de experimentação a possibilitar a reeducação dos sentidos do homem para além das limitações da sociabilidade engendrada na sociedade capitalista².

1 Assim se pronuncia Edmundo Muniz sobre o manifesto de Trotsky e Breton: “Foi o seguinte: nós [eu e Mário Pedrosa] tivemos conhecimento do manifesto porque mantínhamos correspondência internacional, mas não sei dizer agora porque meios o manifesto veio às nossas mãos. Talvez através de um livro de Breton que ali o havia publicado. Esse manifesto tinha saído em 38 e nós ficamos sabendo da visita de Breton a Trotsky no México. Quer dizer, o manifesto não foi descoberto de repente em 46. *De fato, tínhamos lido e conversado sobre ele; estávamos de acordo com suas ideias. Em fins de 45 ou início de 46 surgiu um problema qualquer sobre o realismo socialista e aí resolvemos publicar o texto.* Sabíamos muito bem que o Diego Rivera assinou, mas que a autoria era de Trotsky e Breton. E sabíamos que Rivera tinha rompido com a IV Internacional e se bandeado para o stalinismo. Mas a deserção de Rivera não era obstáculo porque *achávamos o manifesto muito atual e aquele fato não anulava o valor da contribuição de Trotsky e Breton*” (MONIZ, 1985, pp. 131-32, grifos nossos).
2 Citando *Arte e revolução*, de Pedrosa, Arantes destaca que, para ele, “o artista deve buscar na força expressiva da forma a possibilidade de reeducação da sensibilidade do homem, de modo a fazê-lo 'transcender a visão

Esta dissertação, por conseguinte, se propõe a analisar dois momentos da produção intelectual de Pedrosa porque, por maiores que sejam os limites e problemas deles, dado a descontinuidade entre *Esboço* e *A opção imperialista* e *A opção brasileira*, são importantes para visualizar a diversidade de interpretações e propostas de ação no interior da esquerda brasileira. Ademais, o criador da *Vanguarda Socialista* contribuiu ao longo de sua atuação política no campo teórico e no campo prático do marxismo. Segundo Edmundo Moniz, Pedrosa era “um partidário das ideias de Marx”, cujos “pontos de vista, quer no terreno econômico e político, quer no terreno literário e artístico são apresentados de acordo com as leis da dialética, que ele sabiamente domina e maneja” (MONIZ, 1980, p. 197). Impõe-se que as três obras citadas precisam ser analisadas para se compreender não só a atuação política de seu autor quanto contribuir para o entendimento do marxismo, porque, como destaca Oliveros S. Ferreira: “A história do marxismo no Brasil não se poderá fazer sem a referência obrigatória à figura humana e à atuação intelectual de Mário Pedrosa – e, no entanto, a história do Partido Comunista em nada se alterará se a ele não se fizer menção” (FERREIRA, 1983, p. 14). Ao destacar a importância de Pedrosa para o pensamento marxista brasileiro, o autor observa que “a separação entre marxismo e comunismo é necessidade canônica” para “quem deseja ver o movimento das ideias no Brasil [...] sem ressentimento nem favor” (FERREIRA, 1983, p. 14). Esta afirmação reflete a postura metodológica de Ferreira de que as pesquisas dedicadas ao marxismo precisam dissociá-lo do comunismo ao se objetivar entendê-lo como “uma maneira de ver o mundo” que “conseguiu, senão impor-se, ao menos difundir-se o suficiente num meio aparentemente hostil a ponto de tornar-se parte do aparato conceitual de muitos burgueses bem pensantes” (FERREIRA, 1983, p. 14). Dissociar o marxismo do comunismo não pressupõe isolar a teoria da práxis, mas é um instrumento metodológico para decantar o desenvolvimento do pensamento marxista da história do Partido Comunista Brasileiro (PCB), visto que, como enfatiza o autor, “o caminho de um nada tem a ver com o do outro” (FERREIRA, 1983, p. 14).

A hipótese desta pesquisa é que, ao se afastar do bolchevismo, Pedrosa complementou a análise de *Esboço* acerca da hipertrofia do poder executivo no Brasil em *A opção imperialista* e *A opção brasileira*. Entretanto, a ambiguidade da década de 1930 em relação à via institucional como caminho para a revolução socialista seria superada na década de 1960, pois a orientação para a ação política de Pedrosa passaria a defender incondicionalmente o Parlamento porque este passava a ser condição *sine qua non* para as liberdades democráticas

convencional', obrigando-o a enxergar o mundo com outros olhos e, assim, a 'recondicionar-lhe o destino'.” (ARANTES, 1991).

essenciais para os trabalhadores rural e urbano organizarem-se e apresentarem-se para os diversos atores políticos como a única classe social capaz de sustentar um projeto societal que garantia a autonomia econômica e política do Brasil em relação ao imperialismo e a democracia em face da hipertrofia do poder executivo sustentado constantemente pelas burguesias agrária e industrial. Daí a necessidade do primeiro capítulo desta dissertação centrar-se na trajetória de Pedrosa para apreender o rompimento dele com a Quarta Internacional, afastando-se do bolchevismo que o levou a travar uma relação ambígua com o Parlamento na defesa das liberdades democráticas. Só depois de apresentar uma síntese da trajetória intelectual e política do autor, a análise verticaliza-se para a Revolução de 1930 e a orientação dada por ele em sua ação política de oposição ao regime instaurado por Getúlio Vargas, no segundo capítulo, e para o Golpe de 1964 e a orientação dada por ele em sua ação política de oposição ao regime implementado pelo Exército, no terceiro capítulo.

1 A FORMAÇÃO E A OBRA DE UM INTELLECTUAL PÚBLICO

Antes de apresentar os argumentos utilizados por Mário Pedrosa em sua interpretação sobre a Revolução de 1930 e o Golpe de 1964 e sua orientação para a ação política de oposição aos regimes instaurados por Getúlio Vargas na década de trinta e pelo Exército na de sessenta, este capítulo acompanha sua trajetória intelectual e política. Pelo fato da trajetória de Pedrosa ser complexa, este capítulo está dividido em duas seções: a primeira detém-se sobre sua formação intelectual e política e a segunda fixa-se em sua obra.

Entende-se por formação intelectual e política o momento em que antecede a elaboração de *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil* (doravante, *Esboço*), pois este ensaio redigido em conjunto com Lívio Xavier durante a Revolução de 1930 tornou-se a primeira obra a sintetizar as experiências políticas acumuladas por Pedrosa em suas três primeiras décadas de vida e o impulso inicial de uma obra que se prolongaria por mais cinco décadas. Os interesses diversificados de Pedrosa já se delineavam durante sua formação intelectual e política. No que diz respeito ao *conteúdo* de seu pensamento, a preocupação em refletir sobre arte e política. Em relação à *forma* de seu pensamento, a urgência em fazer suas ideias circularem o levou a privilegiar a produção de textos mais para periódicos do que para livros.

Por causa dessa peculiaridade da obra pedrosiana, a segunda seção deste capítulo parte da forma para delinear o conteúdo do pensamento do autor. Inicialmente, apresenta suas colunas destinadas aos jornais, onde se profissionalizou enquanto crítico de arte, embora não deixasse de escrever sobre política, posicionando-se como um *intelectual público*. Em seguida, expõe os periódicos criados por Pedrosa, onde ele agrupava outros intelectuais em torno de suas ideias e as difundia no meio social. Por fim, exhibe seus livros, cujas edições ocorreram após ele ter se tornado um intelectual público, com seus dois primeiros livros de política – *A opção imperialista* e *A opção brasileira*, de 1966 – sendo publicados depois de décadas com o autor mais preocupado em publicizar suas ideias do que sistematizá-las. Contudo, ao procurar sistematizar suas ideias políticas sob o impacto do Golpe de 1964, Pedrosa recuperou *Esboço*, o ensaio-síntese de sua formação intelectual e política, que marcou o início de uma longa trajetória sempre preocupada em pensar a política e intervir no processo social brasileiro.

1.1 A FORMAÇÃO DE MÁRIO PEDROSA

Mário Xavier de Andrade Pedrosa nasceu em 25 de abril de 1900, no Engenho Jussaral, em Timbaúba, Pernambuco. Era o sexto filho de Antônia Xavier de Andrade Pedrosa e Pedro da Cunha Pedrosa. Após o nascimento de Mário, o casal Pedro e Antônia teve mais quatro filhos. Em 1902, a família Pedrosa mudou-se para a Paraíba. Mário iniciou seus estudos em 1906 no Colégio Nossa Senhora das Neves, administrado por freiras. Posteriormente, estudaria no Colégio Diocesano Pio X e no Liceu Paraibano, que, assim como o primeiro colégio, encontravam-se na cidade da Paraíba – cujo nome mudaria em 04 de setembro de 1930 em homenagem ao político paraibano João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, assassinado em Recife pouco mais de um mês antes. Em 11 de julho de 1913, Mário e mais três jovens viajaram à Europa sob a guarda de José de Araújo Vieira para serem matriculados no colégio jesuíta Maison Mello, em Gante, Bélgica. Chegando a Portugal, o escritor José Vieira adoeceu e, com o imprevisto, Mário foi matriculado no Institut Quinche, em Lausanne, Suíça. A indisciplina do adolescente levou os pais a tomarem a resolução de matriculá-lo em um colégio interno: “Quando eu estava com 13 anos, devido à minha vagabundagem. Meu pai me mandou para a Suíça. Fiquei interno num colégio interno em Lausanne” (PEDROSA, 1977, p. 1), conforme as lembranças de Mário aos setenta e sete anos em entrevista concedida à jornalista Maria Lúcia Rangel do *Jornal do Brasil*. Após seus pais ficarem sabendo que fora interno em um colégio protestante, Mário deixou o Institut Quinche para matricular-se no Collège Scientifique. Durante a Primeira Guerra Mundial, o casal Pedro e Antônia achou prudente trazer seu filho de volta ao Brasil. “Com a guerra”, recorda Mário na entrevista citada, “voltei ao Brasil acompanhado por dois colegas numa viagem bastante arriscada” (PEDROSA, 1977, p. 1). Em 1916, ele e dois amigos atravessaram a Europa de trem e, chegando a Lisboa, embarcaram em um navio inglês. Com a guerra submarina no auge, o comandante, por segurança, realizou a travessia em ziguezagues para despistar os submarinos alemães. Mário e os outros passageiros viajaram no escuro, cobertos por lona. Depois de vinte longos dias de travessia, finalmente desembarcou no Brasil.

Quando chegou ao país, sua família ainda morava na Paraíba. Mas, ainda em 1916, ela mudou-se para o Rio de Janeiro acompanhando o patriarca, reeleito senador – sendo este o último mandato exercido por Pedro da Cunha Pedrosa, após ter sido deputado estadual entre 1891 a 1892 e 1905 a 1908, vice-governador entre 1908 a 1911 e senador entre 1912 a 1915.

Mário realizaria em Campos, Rio de Janeiro, os últimos exames preparatórios de história natural, inglês e latim para o curso superior. Se em 1917 reprovava em história natural, no ano seguinte não precisou realizar os exames preparatórios novamente porque eles foram cancelados por causa da epidemia de gripe espanhola, possibilitando sua admissão automática e de outros estudantes à Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Em 1919, além das aulas do curso de Ciências Jurídicas e Sociais, Mário frequentava os concertos do Teatro Municipal, dando vazão a seu interesse por música. “A música”, destaca ele na entrevista de 1977, “foi a primeira arte que me apaixonei. Cheguei a escrever sobre ela” (PEDROSA, 1977, p. 1). No Teatro Municipal, passou a se relacionar com o poeta Murilo Mendes, Mary Houston, sua futura esposa, entre outros. Contraindo uma pneumonia no final do ano, Mário regressaria à Paraíba para tratar-se, deixando seus exames para serem realizados após o tratamento. Na Faculdade de Direito, conheceu Lívio Barreto Xavier e, interessados pelas questões sociais, aproximaram-se do professor Edgardo de Castro Rebello – positivista entusiasta do marxismo. A turma de Mário e Lívio escolheu Castro Rebello como paraninfo da formatura dos bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais, formados em 1923, na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro.

No ano seguinte, Mário Pedrosa foi nomeado promotor em Palmas, interior do Paraná, mas, mesmo com a promessa de passar futuramente para a capital do estado, recusou para investir-se no cargo de fiscal interino do Imposto de Consumo de São Paulo. Nesta cidade, foi contratado pelo *Diário da Noite*, dirigido por Oswaldo Chateaubriand. Além da presença do escritor Mário de Andrade e do artista plástico Di Cavalcanti na redação do jornal, dela faziam parte Lívio Xavier, que se formara recentemente com Pedrosa na Faculdade de Direito, e Geraldo Ferraz, que o ajudaria a criar os periódicos *O Homem Livre*, em 1933, e *Vanguarda Socialista*, em 1945 – analisados na próxima seção deste capítulo. A partir daí, Pedrosa tornar-se-ia jornalista, profissão que o acompanharia até seu falecimento em 11 de novembro de 1981. Em seu segundo ano em São Paulo, filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922. Recém-filiado ao comunismo, Pedrosa retornou à Paraíba em 1926, ao ser nomeado para agente fiscal da cidade de sua infância, e logo se tornou membro do Comitê Regional do Partido Comunista. Em 1927, a lei Aníbal de Toledo declarou o comunismo ilegal e Pedrosa voltou a São Paulo para assumir a direção do Socorro Vermelho, organizado com o intuito de auxiliar os presos políticos. Entrementes, Pedrosa tornava-se leitor assíduo da revista *Clarté*, publicada pelo Partido Comunista Francês (PCF) e dirigida pelo intelectual Pierre Naville – ligado aos surrealistas, que, aos poucos, passariam a colaborar com a nova criação de Naville. Como atestam as cartas endereçadas a Lívio Xavier

entre 1926 a 1930 e anexadas por José Castilho Marques Neto em *Solidão revolucionária*, Pedrosa passara a ter contato com a *Clarté* no início de sua militância comunista. Em uma carta sem data, embora identificada como sendo de princípio de 1926, ele escrevia: “Tenho recebido *Clarté*” (MARQUES NETO, 1993, p. 256). Lendo a revista dirigida por Naville, Pedrosa mantinha-se atualizado sobre a situação política da União Soviética, a opor Leon Trotsky frente a Joseph Stalin. À par dos conflitos políticos envolvendo Stalin e Trotsky, Pedrosa embarcaria para Moscou em 07 de novembro de 1927, com o intuito de estudar na Escola Leninista Internacional. Em carta destinada ao reitor da instituição moscovita, Astrojildo Pereira informava que Pedrosa era o segundo candidato do PCB para estudar na União Soviética, justificando que era “um intelectual, mas militante dedicado ao Partido e o curso da Escola” lhe faria muito bem, “quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista moral” (MARQUES NETO, 2001, p. 214).

O primeiro militante comunista brasileiro a candidatar-se para estudar na União Soviética foi Rodolpho Coutinho, que fora enviado para Moscou em 1924, onde entrara em contato com as teses de Trotsky. Ao chegar à Alemanha, Pedrosa adoeceu e, sem condições de enfrentar o inverno moscovita, permaneceu em Berlim, estagiando no Partido Comunista da Alemanha (KPD). Além de participar dos confrontos de rua contra os nazistas, começou a frequentar aulas de estética, filosofia e sociologia na Faculdade de Filosofia da Universidade de Berlim. Em 1928, Pedrosa vai à Paris para o casamento da soprano Elsie Houston, irmã de Mary, que ele conhecera no Teatro Municipal do Rio de Janeiro enquanto cursava Ciências Jurídicas e Sociais, e do poeta surrealista Benjamin Péret. Durante sua estadia na França, Pedrosa conheceu Naville pessoalmente. Ao retornar à Alemanha, Pedrosa teve acesso aos documentos da Oposição de Esquerda e soube da prisão em massa dos opositores liderados por Trotsky – desistindo de estudar na Escola Leninista Internacional. Em outra carta sem data, embora identificada como sendo de março ou abril de 1928, Pedrosa escreveu para Lívio Xavier: “A situação é mais grave do que parece. E você acredita que eu teria liberdade (sem saber o russo) de me informar seriamente? Na Escola? Não, talvez fosse pior para mim. Hoje estou perfeitamente conformado em não ter ido” (MARQUES NETO, 1993, p. 290). Tomando partido à favor de Trotsky, Pedrosa colaborou na formação da Oposição de Esquerda na Alemanha e na França, conjuntamente com o grupo político liderado por Naville. Da Europa, Pedrosa insistiu para Lívio Xavier reunir os descontentes com o PCB, organizando a Oposição de Esquerda no Brasil. Porém, ela saiu do papel somente com a volta de Pedrosa ao país em 1929.

No Brasil, os caminhos de Pedrosa e Rodolpho Coutinho cruzaram-se quando o segundo aliou-se à Oposição Sindical de Joaquim Barbosa em 1928, para logo depois romper com o PCB, e aproximar-se do grupo político liderado pelo primeiro, formando o núcleo central da Oposição de Esquerda no Brasil. Esta, segundo Pierre Broué (2005), tinha especificidades em relação aos oposicionistas da Europa não só em razão de ser produto de um contexto histórico-social diferente, mas por em determinados momentos ter rivalizado com o Partido Comunista na direção de movimentos contestatórios de massa. Deve-se ressaltar que a Oposição de Esquerda no Brasil se formou poucos anos após a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), possibilitando uma disputa pela hegemonia política no meio operário e no interior dos movimentos contestatórios de massa em condições menos desiguais do que se deram na Europa, com os partidos comunistas consolidados nos meios sociais no quais pretendiam influenciar. O caso do Brasil é emblemático também por causa da Oposição de Esquerda ter sido formada por figuras expressivas do PCB, tanto pela influência que algumas delas tinham no meio sindical quanto por serem fundadoras do Partido Comunista, além de grande preparo intelectual, ao se constatar que Rodolpho Coutinho e Pedrosa foram enviados pela própria direção partidária para estudarem na União Soviética. *Grosso modo*, as informações trazidas por Rodolpho Coutinho e os documentos trazidos por Pedrosa foram determinantes para o surgimento da primeira oposição ao PCB, denominada de Grupo Comunista Lenine (GCL). Fundada por Pedrosa, o GCL contava em seus quadros com alguns pioneiros do comunismo no Brasil e, destaca Broué, com “aquele gráfico mestiço que, em 1917, animou o comitê de greve de São Paulo e fundou o PCB, o próprio símbolo do proletariado brasileiro moderno que foi João Jorge da Costa Pimenta” (BROUÉ, 2005, p. 176). A formação da Oposição de Esquerda no Brasil culminaria com Pedrosa e Lívio Xavier redigindo *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, com o intuito de compreender a Revolução de 1930 como consequência das contradições sedimentadas ao longo da formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

1.2 A OBRA DE MÁRIO PEDROSA

Cronologicamente, a produção intelectual de Mário Pedrosa iniciou-se na década de vinte e encerrou-se na década de oitenta. Em 1924, um ano depois de bacharelar-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro,

Pedrosa tornou-se responsável pelas seções *Política Internacional* e *Crítica Literária* do *Diário da Noite*, jornal sediado em São Paulo e dirigido por Oswaldo Chateaubriand. Em 1981, quando veio a falecer, o autor redigia *Discurso pré-constituente* – tendo concluído três capítulos dos dez originalmente planejados, com um dos capítulos, *Autocrítica*, sendo publicado no suplemento dominical de cultura da *Folha de S. Paulo, Folhetim*, em 21 de novembro de 1982. A obra pedrosiana, então, foi produzida ao longo de sete décadas.

Se o aspecto cronológico dificulta por si só a sistematização da produção intelectual de Pedrosa, seus interesses diversificados dificultam ainda mais a apreensão do conjunto de sua obra. Barreto Leite Filho, ao traçar um perfil de seu amigo em *O mestre morto*, publicado na *Folha de S. Paulo* em 14 de novembro de 1981, três dias após o falecimento de Pedrosa, afirma que nunca conheceu “ninguém, no Brasil e no estrangeiro, de inquietude incomparável”, nem “ninguém com maior capacidade de assimilação” (LEITE FILHO, 1981, p. 3). Após destacar que Pedrosa assimilou a psicologia, especialmente a Gestalt, no intuito de compreender a criação artística, Barreto Leite lembra que ao visitar a livraria da Universidade Hebraica de Jerusalém com seu amigo surpreendeu-se ao vê-lo deter-se à frente “de uma prateleira carregada de livros sobre as questões mais abstrusas da moderna filosofia científica” e perguntar-lhe “se já os tinha lido ou pelo menos comprado” (LEITE FILHO, 1981, p. 3). Diante da negativa de Barreto, Mário exclamou que se interessava “por tudo, desejaria ler tudo” (LEITE FILHO, 1981, p. 3).

O relato acima esclarece porque Pedrosa demorou a dedicar-se *profissionalmente* à crítica de arte, apesar de já em 1933 ter escrito seu primeiro grande ensaio de arte, *As tendências sociais da arte de Käthe Kollwitz*. Em 1978, ao ser sabatinado por *O Pasquim*, o autor considera que se tornou crítico de arte quando voltou de seu primeiro exílio, em 1945, ao ficar “com a seção de arte do *Correio da Manhã*” (PEDROSA, 1978, p. 5). Precisando a afirmação, a coluna *Artes Plásticas* do *Correio da Manhã* foi criada por Pedrosa em novembro de 1946, embora ele tenha escrito sua primeira crítica de arte para o jornal em dezembro de 1944 – ao ser contratado diretamente pelo proprietário do *Correio da Manhã*, Paulo Bittencourt, que conhecera por intermédio da jornalista Niomar Muniz Sodré quando ainda se encontrava exilado nos Estados Unidos. Mesmo assumindo-se como crítico de arte depois dos quarenta anos, Pedrosa continuou a escrever regularmente sobre política, como pode ser visto na continuação desta seção.

A despeito de ser inegável que a obra pedrosiana se divida entre a política e a arte, estas duas dimensões não são fases, com o autor dedicando-se à política até 1945, para posteriormente dedicar-se à crítica de arte. Pedrosa voltou ao Brasil em 1945 com “certa

preparação”, enfatiza na entrevista de *O Pasquim*, para dedicar-se à crítica de arte em função de ter trabalhado “num museu de arte moderna nos Estados Unidos durante o exílio” (PEDROSA, 1978, p. 5). Se na década de vinte ele era o responsável pelas seções *Política Internacional* e *Crítica Literária* do *Diário da Noite*, a partir da década de quarenta ele passou a ser contratado pelos jornais enquanto especialista em artes visuais. Houve, portanto, a *especialização* do jornalista Mário Pedrosa.

Concomitantemente à profissionalização do crítico de arte, Pedrosa tornou-se um *intellectual público*, que, na acepção de Edward Said, é aquele intelectual que procura dirigir-se “a um público tão amplo quanto possível” (SAID, 2005, p 13), não encarando a sociedade de massas como um problema, visto que “tem de circular, tem de encontrar espaço para enfrentar e retrucar a autoridade e o poder”, baseando-se “em princípios de justiça e equidade” (SAID, 2005, p. 121). Ao voltar do exílio em 1945, Pedrosa passou a ser contratado pelos jornais para assumir suas respectivas colunas de artes visuais, mas, regularmente, escrevia nas seções opinativas desses jornais, onde fazia suas ideias políticas circularem para um público amplo. Apropriando-se da auto-representação de Said (2005, p. 91), Pedrosa era movido por ideias e causas que realmente podia apoiar por escolha, porque eram coerentes com os valores e princípios em que acreditava. Todavia, não se considerava limitado por seu trabalho profissional de crítico de arte, que o excluiria de assuntos de política só porque era uma autoridade em arte moderna. Ele falava e escrevia sobre assuntos mais amplos porque, como “animal político”, cuja natureza, segundo ele na entrevista de 1978 de *O Pasquim*, com trechos inéditos publicados em 1981, “tem interesse pelas coisas todas” (PEDROSA, 1981, p. 8), era instigado por compromissos que iam muito além de sua estrita carreira profissional. A posição dele em relação a Juscelino Kubitschek ilustra exemplarmente a coerência dos valores e princípios em que acreditava. O fato de Pedrosa ser um opositor político de Kubitschek, oposição expressa em seus artigos publicados em *O Estado de S. Paulo* entre 1955 e 1956, não o impediu de usar seu prestígio ante a intelectualidade para organizar o Congresso Internacional Extraordinário da Associação Internacional de Críticos de Arte (AICA), realizado entre 17 e 25 de setembro de 1959, em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, para debater a construção de Brasília.

Pedrosa era, essencialmente, um publicista. O aspecto publicista acrescenta outra dificuldade para sistematizar sua produção intelectual. De um lado, a obra pedrosiana foi produzida ao longo de sete décadas. O aspecto cronológico dimensiona a magnitude da produção intelectual do autor. De outro lado, a obra pedrosiana circulou através de periódicos. O aspecto publicista indica que a produção intelectual do autor está dispersa. Na apresentação

de uma longa entrevista de Pedrosa publicada no *Diário Carioca* em 09 de novembro de 1947, Paulo Mendes Campos afirma que o entrevistado “não nos deu ainda um livro sequer”, mesmo sendo “um dos nossos intelectuais de mais ampla e profunda experiência política” (PEDROSA, 1947, p. 1). Ao tentar entender o motivo do entrevistado ainda não ter publicado um livro aos 47 anos, Campos formula a hipótese de que a militância de Pedrosa a favor de suas ideias enriqueceu seu espírito, mas acabou prejudicando “os aspectos exteriores daquilo que ele realmente representa como pensamento e compreensão” (PEDROSA, 1947, p. 1). Campos informa que o entrevistado escreveu quatro livros, três de ensaio político e um de poesia, mas foram apreendidos pela polícia. Campos conclui que embora o espaço de ação de Pedrosa seja pequeno, “grande é a sua importância como pensador no campo social e político” (PEDROSA, 1947, p. 1). Somente em 1949 Pedrosa viria a publicar seu primeiro livro, *Arte, necessidade vital*. Portanto, dado as particularidades apontadas, julga-se que a melhor forma de sistematizar a obra pedrosiana é levando em conta o meio em que ela circulou, através das colunas de Pedrosa nos grandes jornais, dos jornais criados por ele e de seus livros.

1.2.1 O colunista

Por causa da cronologia elaborada por Franklin Pedroso e Pedro Vasquez em 1992, para o catálogo da exposição *Mário Pedrosa: arte, revolução, reflexão*, sabe-se que Pedrosa começou a trabalhar para o *Diário da Noite* em 1924. Inicialmente, escrevia sobre literatura, mas, logo em seguida, também passou a escrever sobre política internacional, inaugurando as seções *Crítica Literária* e *Política Internacional* do *Diário da Noite*. Em 1977, ao ser entrevistado por Maria Lúcia Rangel para o *Jornal do Brasil*, Pedrosa lembra que, assim que se formou em Ciências Jurídicas e Sociais, passou a “trabalhar em jornal, onde fazia um pouco de tudo” (PEDROSA, 1977, p. 1) por causa da pouca especialização das redações. Ele deixou o *Diário da Noite* em 1926 para assumir o cargo de agente fiscal na Paraíba. Exonerando-se em 1927, retomou a atividade de jornalista, agora no *Diário de São Paulo*, quando, segundo Pedroso e Vasquez, escreveu “reportagens políticas por toda a Sorocabana” (PEDROSO; VASQUEZ, 1992, p. 52). Nem bem ingressara no *Diário de São Paulo*, Pedrosa foi enviado à Europa pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) com o objetivo de estudar na Escola Leninista de Moscou. Se não foi possível localizar esses artigos do *Diário da Noite* e essas reportagens do *Diário de São Paulo*, foi possível localizar o artigo *Villa-Lobos et son*

peuple, escrito pelo autor enquanto se encontrava na França e publicado em novembro de 1929 na revista parisiense *La Revue Musicale*. Na entrevista de *O Pasquim* de 1978, ele diz que além do artigo sobre Heitor Villa-Lobos, “que fez enorme sucesso”, ajudou Villa-Lobos “a redigir um estudo sobre o choro em francês” (PEDROSA, 1978, p. 4). Retornando ao Brasil em 1929, Pedrosa passou a trabalhar para *O Jornal*, do Rio de Janeiro. Dois anos depois, voltou a colaborar com o *Diário da Noite*, onde, em 07 de dezembro de 1934, publicaria *Impressões de Portinari*, posteriormente republicado em seu primeiro livro – *Arte, necessidade vital*, de 1949. Após o Levante Comunista de 1935, passou a viver na clandestinidade, condição mantida até 1937, quando retomou a vida legal por pouco tempo, pois, em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas daria um golpe de Estado, obrigando Pedrosa a exilar-se.

Fixou residência nos Estados Unidos a partir de 1938. Somente em 1940 retomou a atividade de jornalista, tornando-se redator do Boletim da União Panamericana, sediado em Washington e editado mensalmente. No mensário, assinou três artigos: *Portinari – de Brodóski aos murais de Washington*, em março de 1942; *Carmargo Guarnieri*, em fevereiro de 1943; e *A coleção Widener na Galeria Nacional de Artes nos Estados Unidos*, em março de 1943. O primeiro e o terceiro foram republicados em *Arte, necessidade vital*. No exílio, Pedrosa escreveu três artigos políticos: *The defense of the URSS in the present war*, publicado em fevereiro de 1940 no *Internal Bulletin of SWP*, órgão do Socialist Workers Party (SWP); *Mass and class in soviet society* e *What next in Latin America?*, publicados no *The New Internationalist*, em maio e outubro de 1940, respectivamente. Em 1943, Pedrosa deixou o *Boletim da União Panamericana*, passando a trabalhar na seção de cinema do escritório do Coordenador de Negócios Interamericanos em Nova Iorque. Em dezembro de 1944, publicou dois artigos sobre o escultor Alexander Calder no *Correio da Manhã*, republicados em seu primeiro livro de 1949.

O exílio de Pedrosa encerrou-se em 1945, com ele passando a residir no Rio de Janeiro, cidade-sede do *Correio da Manhã*, cuja colaboração se prolongaria até 1951. Para esta dissertação só foi possível localizar três artigos do autor publicados ao longo de 1945 nas páginas do jornal, todos sobre política. A partir de 1946, Pedrosa passou a publicar incessantemente no *Correio da Manhã*, em função da coluna *Artes Plásticas*, criada em novembro de 1946, ser diária. Em 1946, contudo, publicou um artigo sobre política e uma carta aberta para a Comissão Nacional da Esquerda Democrática, em 15 de maio de 1946. Durante o primeiro semestre de 1947, o autor só publicou artigos em sua coluna de crítica de artes. No segundo semestre, participou de um congresso sobre socialismo em Bruxelas, na

Bélgica, escrevendo uma série de artigos sobre a situação política europeia, cuja publicação iniciou-se em 23 de dezembro de 1947, com *Em torno da crise francesa: o fim das greves e a posição comunista*, e encerrou-se em 04 de abril de 1948, com *Um americano em Paris*, sobre o teórico político James Burnham – totalizando dezesseis artigos. Pedrosa só voltaria a publicar um artigo político em 14 de maio de 1950, sobre o socialista francês Léon Blum. Em 1951, deixou de colaborar com o *Correio da Manhã*, não publicando um artigo político sequer em seu último ano no jornal. Entre 1952 e 1955, publicou esporadicamente no *Correio da Manhã*, em torno de seis artigos, um deles sobre a situação política na África e na Ásia, em 16 de abril de 1955.

Otto Lara Resende, em um perfil redigido para *O Globo* na ocasião da morte de Pedrosa em 1981, informa que “Mário cobriu a Assembleia Nacional Constituinte de 1946, como repórter de *O Estado de S. Paulo*” (RESENDE, 1994, p. 211). Entretanto, pesquisando o Acervo Estadão, as reportagens não foram encontradas, certamente porque elas não eram assinadas. Somente os artigos publicados por Pedrosa entre 1950 e 1956 em *O Estado de S. Paulo* puderam ser copilados para esta dissertação. Se no primeiro ano ele publicou apenas artigos sobre artes, a partir do segundo ano a maior parte de seus artigos versava sobre política. Dos sessenta e cinco artigos de Pedrosa publicados entre 1951 e 1956 em *O Estado de S. Paulo*, cinquenta e sete eram de política. No mesmo período em que colaborou com o jornal paulista, publicou artigos na *Tribuna da Imprensa*. Segundo Pedrosa e Vasquez, Pedrosa permaneceu pouco tempo na *Tribuna da Imprensa* “em virtude de desentendimentos com o proprietário do jornal, Carlos Lacerda” (PEDROSA; VASQUEZ, 1992, p. 61). Todavia, pesquisando para esta dissertação no Acervo Mário Pedrosa da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), foram encontrados artigos do autor para a *Tribuna da Imprensa* de 1951 a 1956, com certa regularidade em 1953 e 1956. No quinquênio, foram publicados quarenta e oito artigos de Pedrosa no jornal, sendo que trinta e nove tratavam de política. *Grosso modo*, tanto os artigos de *O Estado de S. Paulo* quanto os da *Tribuna da Imprensa* eram críticos a Juscelino Kubitschek.

Em 1957, o *Jornal do Brasil* contratou Pedrosa para escrever diariamente sobre artes, exceto domingo. A coluna *Artes Visuais* foi inaugurada por ele em 17 de janeiro do ano citado. Mesmo sendo responsável por uma coluna diária, publicou o ensaio *Ideologia e ciências sociais*, no *Suplemento Dominical*, por três domingos seguidos, 05, 12 e 19 de maio de 1957. O ano seguinte foi quase um espelho de 1957, o autor continuou a escrever suas colunas diariamente e, no *Suplemento Dominical*, também por três domingos seguidos, 20 e 27 de julho e 03 de agosto de 1958, publicou *Ideologia e poder*. Além deste ensaio, escreveu

o artigo *Correspondência apreendida*, em 21 de maio de 1958, vinculado na seção opinativa do jornal, denunciado a apreensão de uma correspondência sua remetida da França com um livro sobre Karl Marx e Mahatma Gandhi. Se em 1957 e 1958 Pedrosa escreveu mais de cem artigos por ano para o *Jornal do Brasil*, em 1959 e 1960 o total de artigos diminuiu porque ele passou a dividir a coluna *Artes Visuais* com Ferreira Gullar. Entrementes, aumentou consideravelmente o número de artigos sobre política de Pedrosa na seção opinativa do jornal – entre eles, *Entreguismo e nacionalismo*, de 02 de agosto de 1959, e *O partido do gabarito curto*, de 1º de janeiro de 1960, ambos analisados no terceiro capítulo desta dissertação. A colaboração do autor com o *Jornal do Brasil* encerrou-se em 1961, ao ser nomeado por Jânio Quadros Secretário-Geral do Conselho Nacional de Cultura. A última coluna assinada por Pedrosa foi em 17 de março de 1961. Durante os poucos meses de 1961 em que permaneceu no *Jornal do Brasil*, restringiu-se a escrever sobre artes.

Pedrosa voltou a escrever regularmente para a imprensa somente em 1966, passando a colaborar novamente com o *Correio da Manhã*. Ao contrário de sua primeira passagem no jornal, não se responsabilizou pela coluna de crítica de artes, muito menos em escrever diariamente. Seus artigos passaram a ser semanais e eram vinculados no *Quarto Caderno*, encadernado apenas aos domingos no *Correio da Manhã*. Em um domingo Pedrosa escrevia sobre artes e em outro, política. Seu novo ciclo no jornal iniciou-se em 19 de junho de 1966, com *Despotismo esclarecido – anacronismo despótico*, e encerrou-se em 29 de setembro de 1968, com *A nova face do ocidente*. Ambos versavam sobre política, o primeiro sobre a ditadura militar, enquanto o segundo sobre o Maio de 1968. Assim como os dois artigos do *Jornal do Brasil* citados anteriormente, sete artigos desse período são analisados no terceiro capítulo desta dissertação: *Despotismo esclarecido – anacronismo despótico*, de 19 de junho; *Sucessão em regime fechado*, de 03 de julho; *O pano de fundo do regime*, de 07 de agosto; *O processo de redemocratização*, de 25 de setembro; *Ainda não temos Presidente*, de 09 de outubro; *Os riscos honrosos de candidato*, de 13 de novembro; e *Após as eleições*, de 20 de novembro. Todos de 1966, ano em que Pedrosa e parte da oposição tentaram minar a ditadura militar encaminhando-se para o interior do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) objetivando a disputa das eleições gerais, as últimas realizadas antes do Ato Institucional Número Cinco (AI-5). Este levou o autor a deixar de colaborar com o *Correio da Manhã* e, em 1970, a exilar-se novamente. Entrevistado por Cláudio Kahns para a *Folha de São Paulo* em 1977, quando voltou do segundo exílio, Pedrosa julga que “todo exílio é ruim”, mas “o primeiro foi pior porque a situação do mundo era terrível: o fascismo em ascensão, uma guerra se aproximando e nós pobres oposicionistas, isolados” (PEDROSA, 1977, p. 35). E

conclui que “o primeiro exílio foi pior nesse sentido, você não tinha como se situar. Agora não. Agora é uma crise geral mas não existe fascismo” (PEDROSA, 1977, p. 35).

Voltando ao Brasil em 07 de outubro de 1977, Pedrosa retomou sua verve publicista, não mais com a mesma intensidade que tivera até 1968. Mas, assim como entre 1945 e 1968, escreveu sobre política, apoiando ideias e causas em que acreditava. No final da década de setenta tratava-se de tornar a Abertura Política irreversível e, com tal intuito, procurou aproximar-se dos atores sociais que tinham condições de encaminhar a transição democrática com justiça e equidade. Deste modo, os poucos artigos do autor publicados na imprensa entre o final da década de setenta e o início da de oitenta tentaram compreender o papel progressista da Igreja Católica na sociedade brasileira e a novidade representada pelo novo sindicalismo na história brasileira. Na *Folha de São Paulo*, Pedrosa publicou dois artigos sobre a Igreja: *A grande eleição*, em 27 de agosto de 1978; e *Os bispos e a marcha do PT*, em 23 de fevereiro de 1980. No *Jornal da República*, criado por Cláudio Abramo, Mino Carta e Raymundo Faoro em 1979, Pedrosa passou a defender a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em *O futuro do povo*, de 01º setembro, *Sindicato ou partido?*, de 02 de outubro, *A missão do PT*, de 05 de novembro, *Contra o veto do João*, de 26 de novembro de 1979, e *O PT e o Estado*, de 12 de janeiro de 1980 – todos republicados em *Sobre o PT*, de 1980, seu quarto e último livro de política. Defesa iniciada em 1º de agosto de 1978, quando o autor fez divulgar pela imprensa uma carta aberta aodando Luís Inácio Lula da Silva a criar um partido socialista, aproveitando-se da oportunidade que seria criada pela “Emenda à Constituição que Fernando Henrique Cardoso, candidato ao Senado Federal pelo MDB”, acabara “de enviar à Presidência do MDB para que seu partido leve ao plenário do Congresso Nacional” (PEDROSA, 1980, p. 13). Com os militantes partidários reconhecendo a importância que o *intelectual público* Mário Pedrosa teve para a criação do partido liderado pelo operário Lula, Mário teve a honra de ser o primeiro a assinar o Manifesto de Lançamento do Partido dos Trabalhadores, no Colégio Sion, de São Paulo, em 10 de fevereiro de 1980. André Singer destaca que “o velho socialista [...] teve a sorte de viver o suficiente para participar, na qualidade de homenageado, da realização do antigo sonho: ver surgir no Brasil, um amplo partido de esquerda dirigido por operários” (SINGER, 2001, p. 10).

1.2.2 O criador de periódicos

Para tornar claro o sonho acalentado por Mário Pedrosa por décadas, deve-se voltar para a outra face do publicista – o criador de periódicos. Em *Sinais da nova geração: o papel dos intelectuais*, de 1941, Álvaro Lins, ao comentar sobre o caráter efêmero “de revistas, de pequenos jornais, de publicações diversas, que aparecem e desaparecem numa espécie de ritmo irregular na passagem de gerador para triturador” (LINS, 1962, p. 93), observa que a efemeridade do meio dissemina uma série de ideias que dá vida ao ambiente político e cultural, arejando tanto a produção literária quanto o pensamento político. Não obstante, Lins verifica que “a literatura de permanência e duração precisa dessa vida literária efêmera no seu jogo incerto de cada dia”, uma vez que “as novas gerações lançam os seus primeiros sinais e marcam a sua presença nas letras puras ou na política ideológica” “por intermédio de revistas e jornais dessa espécie” (LINS, 1963, p. 93). Assim que se filiou ao Partido Comunista do Brasil (PCB), Pedrosa fundou, conforme Astrojildo Pereira, “uma pequena revista marxista – *Revista Proletária*” (MARQUES NETO, 2001, p. 214), editada em janeiro de 1926, imediatamente foi suspensa pela polícia.

O primeiro periódico criado por Pedrosa a marcar a história da esquerda brasileira foi, entretanto, fundado em seguida a sua expulsão e de outros membros do PCB em 1929. Como exposto no início deste capítulo, ele voltou da Europa em 1929, trazendo o programa da Oposição de Esquerda liderada por Leon Trotsky. De acordo com Osvaldo Coggiola, Pedrosa “foi expulso do PCB devido às suas 'ligações europeias'. Começou a trabalhar então para estabelecer vínculos entre a oposição brasileira e o movimento internacional” (COGGIOLA, 2003, p. 242). Ele reuniu os ex-membros do Partido Comunista no Grupo Comunista Lenine (GCL) e passou a editar, a partir de maio de 1930, *A Luta de Classe*, em São Paulo ou no Rio de Janeiro, embora o frontispício do jornal passasse a indicar Niterói, Belo Horizonte ou Juiz de Fora como locais de saída a partir de 1935, como forma de driblar a repressão política. Em 21 janeiro de 1931, data da morte de Vladimir Ilitch Lenin, o GCL alterou seu nome para Liga Comunista do Brasil e formalizou-se como Seção Brasileira da Oposição de Esquerda da Internacional. O grupo político liderado por Pedrosa modificou de nome sucessivamente: entre 1930 e 1931, Grupo Comunista Lenine; entre 1931 e 1933, Liga Comunista do Brasil; entre 1933 e 1936, Liga Comunista Internacionalista; entre 1936 e 1939, Partido Operário Leninista. Apesar das diversas denominações, o órgão oficial da Oposição de Esquerda no Brasil sempre foi *A Luta de Classe*, que deixou de circular em definitivo em agosto de 1939, em seu quadragésimo quinto número, com Pedrosa já no exílio e prestes a romper em definitivo com Trotsky – posição expressa nos três artigos em inglês de 1940 citados no tópico anterior.

Nossos propósitos, editorial do número de estreia de *A Luta de Classe*, saída a público em 08 de maio de 1930, expõe os objetivos principais do grupo político liderado por Pedrosa. Um objetivo visava a agitação e a organização do proletariado, aproveitando-se do momento favorável propiciado pela crise política gerada pela sucessão presidencial, que culminaria no movimento político-militar de 03 de outubro de 1930. O outro objetivo era apresentar os erros da direção do PCB, uma vez que o surgimento da Oposição de Esquerda decorria diretamente deles. Como exposto em *Nossos propósitos*, *A Luta de Classe* “surge, hoje, no momento mesmo em que esses erros, atingindo a sua culminância, vieram tornar imprescindível a edição de um órgão de luta de classe” (ABRAMO; KAREPOVS, pp. 41-42). Constantemente *Nossos propósitos* mantém a dialética entre a realidade social e o partido político, pois ela era necessária para demonstrar que os equívocos da direção do Partido Comunista eram causados por uma teoria incapaz de responder às contingências históricas. Consequentemente, para a dissidência comunista liderada por Pedrosa, a teoria do partido não conseguia interpretar a realidade social de modo a fornecer os instrumentos teóricos apropriados para o proletariado aproveitar-se da crise política e tentar intervir no processo social. *A Luta de Classe* “significa e representa”, nos termos de *Nossos propósitos*, “a necessidade imediata de uma luta sem tréguas, intransigente, enérgica, implacável, contra a burguesia e seus privilégios de classe”, e é um esforço “contra todos os desvios ou deformações de que a direção do Partido Comunista vem sendo, nestes últimos tempos, uma espécie de casa editora atacadista, com importação e exportação, diretas e indiretas” (ABRAMO; KAREPOVS, p. 42, grifo do original). Portanto,

Por meio de uma crítica fraternal, até onde for possível, mas, tenaz e, por vezes, violenta, até onde for necessária – a *Luta de Classe* seguirá desassombradamente o caminho que lhe indicaram as imposições históricas, apontando às massas a solução revolucionária do problema social e mostrando a diferença fundamental que existe entre a concepção “retalhista” de Revolução (por etapas ou a prestações) e a verdadeira concepção marxista do desenvolvimento histórico, segundo a qual os acontecimentos se interdependem dialeticamente, marchando com o ritmo que lhes é próprio e não dando jamais a possibilidade de uma classe *resolver* os problemas da outra. Como se sabe, tem-se pretendido vulgarizar a ideia abstrusa de que o proletariado *primeiro* deve resolver os *problemas nacionais* da burguesia, para depois realizar a obra de sua libertação! A outra coisa, senão à traição mais evidente dos interesses vitais da classe operária, não podia conduzir a concepção estreitíssima de que a Revolução deva ser feita a *retalhos*. (ABRAMO; KAREPOVS, p. 43, grifos do original)

No mesmo tom, *Nossos propósitos* aponta que o papel de *A Luta de Classe* era denunciar “a política dos golpes de força, a serviço de uma linha e, consequentemente, de

uma finalidade oportunista”, não perdendo a oportunidade “de desmascarar todos os atentados à integridade dos princípios” (ABRAMO; KAREPOVS, p. 44). Portanto, o órgão oficial da Oposição de Esquerda no Brasil objetivava “ventilar todas as questões que interessem diretamente ao proletariado e à sua organização”, se dirigindo “especialmente aos elementos ideologicamente mais íntegros, de fora e de dentro do Partido Comunista”, para chamá-los “à luta franca e decidida contra a burguesia e os seus servidores conscientes ou inconscientes” (ABRAMO; KAREPOVS, p. 44). Para tal propósito, *A Luta de Classe* conta “com o apoio efetivo, moral e material, de todos esses elementos, a fim de que possam realizar mais eficientemente a obra que o movimento exige” (ABRAMO; KAREPOVS, p. 44). Finalmente, a dissidência comunista liderada por Pedrosa tinha consciência que estaria colocada, “como um sanduíche”, na observação de Alzira Lobo de Arruda Campos e Liana Salvia Trindade, “entre a polícia política e os antigos camaradas do PCB”, sujeitando-se “a uma dupla repressão, pois os comunistas os viam como ‘renegados’, proibindo, internamente, todos os contatos com eles, e, externamente, delatando-os à polícia” (CAMPOS; TRINDADE, 2008, p. 3). “E aqui estaremos sempre”, conclui *Nossos propósitos*, “sob as ameaças de duas polícias, cada qual mais atrabiliária – a polícia interna do Partido Comunista e a polícia burguesa das ruas” (ABRAMO; KAREPOVS, p. 44).

Se o editorial do primeiro número de *A Luta de Classe* assinala a incapacidade do PCB de interpretar a crise política iniciada no fim do Governo Washington Luís, o início do movimento político-militar de 03 de outubro de 1930 levou Pedrosa a sistematizar uma análise da Revolução de 1930 em *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, que seria publicado no sexto número de *A Luta de Classe*, de fevereiro/março de 1931. Redigido em conjunto com Lívio Xavier durante a Revolução de 1930, visto que os autores deram termo final à redação do texto em 12 de outubro de 1930, *Esboço*, ao estudar a conjuntura política para orientar a ação dos comunistas, tornou-se uma interpretação pioneira da formação social do Brasil – como pode ser visto no segundo capítulo desta dissertação. Pelo pioneirismo da análise de 1930, Pedrosa recuperou-a em 1966, em seus primeiros livros de política, *A opção imperialista* e *A opção brasileira* (analisados no terceiro capítulo desta dissertação), observando que *Esboço* colocava “certos problemas relativos à natureza mesma da burguesia brasileira que [...] ainda agora perturbam ou pelo menos prendem a atenção de sociólogos e economistas brasileiros de novíssima formação” (PEDROSA, 1966b, p. 219).

Em maio de 1933, três anos após o lançamento de *A Luta de Classe*, Pedrosa criou *O Homem Livre*. Este periódico não estava voltado para o Partido Comunista, como era o caso de *A Luta de Classe*, mas para as diversas tendências da esquerda brasileira por visar reuni-las

em um combate em comum contra o fascismo, em geral, e o integralismo, em particular. Na realização desse objetivo, porém, denunciava a orientação da Internacional Comunista a suas seções de que não deveriam formar uma *frente única* com outros setores da esquerda no combate ao fascismo. *O Homem Livre* era, fundamentalmente, antifascista. Como tentava atingir um público maior, o jornal não tinha a mesma preocupação teórica de *A Luta de Classe*. Se não havia espaço para análises mais detidas da realidade social, como no órgão oficial da Oposição de Esquerda no Brasil, *O Homem Livre*, ressalta Ricardo Figueiredo de Castro, apresentava qualidades técnicas e editoriais, “sua diagramação era profissional”, “era ilustrado com gravuras do artista plástico Lívio Abramo, utilizava-se dos serviços de agências de notícias internacionais” (CASTRO, 2005, p. 69) e tinha colunas de artes plásticas, de cinema, de economia, de música, entre outras.

Responsável pela coluna de artes plásticas do jornal, Geraldo Ferraz lembra que com o surgimento da Ação Integralista Brasileira (AIB) no final de 1932 no cenário político brasileiro, redatores e repórteres do *Diário da Noite* temerosos do avanço do fascismo no Brasil se reuniram e fizeram uma coleta entre eles para lançar *O Homem Livre*, com Pedrosa indicando Ferraz para redator-chefe por ser “o menos pintado da turma” (FERRAZ, 1978, p. 1). Em seu livro de memórias *Depois de tudo*, de 1983, Ferraz complementa as informações da entrevista concedida a *Folha de S. Paulo* em 1978: “Nas reuniões iniciais de *O Homem Livre* de organização do grupo editor, resolveu-se que o melhor nome para figurar como diretor seria o meu, e que o Mário Pedrosa figuraria como secretário” (FERRAZ, 1983, p. 105). Ferraz ressalta que “o que levou à escolha do meu nome, e foi dito claramente, era o fato de ser eu o ‘menos pintado’, para a polícia” (FERRAZ, 1983, p. 105). Além de nas primeiras reuniões ter se decidido pelos nomes do redator-chefe e do secretário-geral de *O Homem Livre*, decidiu-se que o diretor-gerente seria o advogado José Isaac Perez. “E com essa trinca inocente”, continua Ferraz, “registramos o jornal na Delegacia de Ordem Política, com o que *O Homem Livre* teve livre trânsito nas bancas de jornal, uma vez por semana” (FERRAZ, 1983, p. 106). A preocupação de Pedrosa em legalizar *O Homem Livre*, com os subterfúgios apontados por Ferraz para fugir da repressão política, acabou por tornar o jornal, na apreciação de Castro, “o principal instrumento de contrapropaganda antifascista da esquerda paulista e o porta-voz da Frente Única Antifascista” (CASTRO, 2005, pp. 66-67).

A criação da Frente Única Antifascista (FUA), entretanto, tinha sido proposta pela Oposição de Esquerda no Brasil em janeiro de 1933. No mês seguinte, o grupo político liderado por Pedrosa participou de reuniões com o Comitê de São Paulo do Partido Comunista para debater como se daria o combate ao fascismo no Brasil. Enquanto não se decidia pela

formação da FUA, a AIB, liderada por Plínio Salgado, dava demonstrações de força ao promover seu primeiro desfile público em São Paulo em abril de 1933. Côncios da necessidade de travar a luta ideológica com a extrema-direita através da contrapropaganda, Pedrosa e outros jornalistas do *Diário da Noite* lançaram o primeiro número de *O Homem Livre* em 27 de maio de 1933. Após a publicação do quinto número do jornal deu-se a fundação oficial da Frente Única Antifascista (FUA), em 25 de junho de 1933, na Legião Cívica 05 de Julho. “*O Homem Livre* foi”, conclui Castro, “o principal instrumento de ação política da FUA, pois ele se constituiu no seu principal veículo de divulgação bem como seu mais importante veiculador de propaganda antifascista” (CASTRO, 2005, p. 74).

Contra o fascismo, editorial do número de estreia de *O Homem Livre*, não deixa dúvidas sobre os propósitos do jornal: “É contra o fascismo, cuja ideologia medieval hoje se apresenta com feições internacionalizantes, que é preciso lutar” (PEDROSA et al., 1933, p. 1). Tendo como tarefa a divisão dos oprimidos, o fascismo fazia uso da demagogia para “iludir as populações atormentadas pelas contradições econômicas” (PEDROSA et al., 1933, p. 1), segundo os redatores de *O Homem Livre*. Os fascistas manejavam a demagogia com “proporções ainda não conhecidas na história” (PEDROSA et al., 1933, p. 1) através de um discurso genérico, de conteúdo vasto e contraditório, além de audacioso em sua inépcia e ignorância. A análise da retórica fascista em *Contra o fascismo* demonstra que *O Homem Livre* fora criado por Pedrosa e outros jornalistas do *Diário da Noite* como instrumento de contrapropaganda, em razão do fascismo travar a luta política no plano ideológico, manipulando habilmente os medos despertados pela crise econômica iniciada com o Crash de 1929. “É preciso mostrar diante dos desprevenidos, dos ingênuos e dos ‘hipnotizados’”, enfatiza *Contra o fascismo*, “o vazio da sua propaganda demagógica; os crimes incríveis que se praticam na Alemanha contra a liberdade e contra a humanidade” (PEDROSA et al., 1933, p. 1). Para os redatores de *O Homem Livre*, o fascismo era uma reação à democracia e à organização do proletariado. A democracia faliu para os fascistas porque ela não garantia mais “o poder ilimitado, os privilégios aristocráticos ameaçados pela crescente onda popular, cada vez mais consciente de seus interesses e de sua força” e, “justamente na época em que todas as premissas para o advento de uma forma mais alta de democracia” manifestava-se, a reação fascista fazia “sua aparição sobre o mundo” (PEDROSA et al., 1933, p. 1). Portanto, “o programa de *O Homem Livre* é lutar pelos ideais democráticos, contra o fascismo” (PEDROSA et al., 1933, p. 1). Se para a minoria fascista a democracia faliu, “para a imensa maioria a democracia ainda não faliu”, devendo lutar para não “ver de novo sobre a terra as fogueiras da inquisição, o predomínio de castas privilegiadas e a reescravização dos

oprimidos (PEDROSA et al., 1933, p. 1). Como observa Castro, *O Homem Livre* desqualificava o fascismo, em geral, e o integralismo, em particular, “recorrendo a argumentos ‘racionais’ e político-ideológicos” (CASTRO, 2005, p. 73).

Em *Depois de tudo*, Ferraz considera que, apesar de *O Homem Livre* ter encerrado sua atividade em 24 de fevereiro de 1934, quando o jornal chegou ao número vinte e dois, “desempenhou bem o seu papel, esclarecendo os que tiveram em mãos os seus exemplares, tudo que cabia dizer, acerca do integralismo, do fascismo e do nazismo, então em seu arranco inicial” (FERRAZ, 1983, p. 107). De acordo com Castro, “embora tenha tido uma breve existência”, *O Homem Livre* “contribuiu para articular o movimento antifascista na capital paulista” ao retirar o tema de seu confinamento no interior “da comunidade italiana radicada na capital paulista, desde o início dos anos 1920” (CASTRO, 2005, p. 63). O jornal antifascista criado por Pedrosa e outros jornalistas do *Diário da Noite*, continua Castro, tornou-se uma “das várias estruturas de sociabilidade da intelectualidade antifascista paulista e carioca do triênio 1933-1935 na qual interagiram intelectuais antifascistas e progressistas” (CASTRO, 2005, p. 74) e militantes das diversas tendências da esquerda brasileira, tais como Oposição de Esquerda no Brasil, Partido Comunista do Brasil (PCB) e Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Em 1945, ao criar a *Vanguarda Socialista*, Pedrosa era um *outsider*, não estava mais à frente de nenhuma organização política. Durante seu exílio nos Estados Unidos, rompera com Trotsky, líder da Oposição de Esquerda Internacional, afastando-se da Oposição de Esquerda no Brasil. Após o Pacto Molotov-Ribbentrop, firmado entre Adolf Hitler e Joseph Stalin em agosto de 1939, iniciou-se um debate acerca da natureza do Estado da União Soviética, levando à cisão do Socialist Workers Party (SWP). Pelo fato de parte significativa do Comitê Executivo Internacional da IV Internacional estar ligada ao SWP, a polêmica reverberaria no interior da IV Internacional. Ao partir do pressuposto que a União Soviética era um *Estado operário degenerado*, a maioria do SWP, encabeçada por James Patrick Cannon, sustentava que era preciso defender incondicionalmente a União Soviética, “em caso de ameaça por parte do imperialismo”, em função do que a “diferenciava dos países capitalistas”, conforme Dainis Karepovs, “as bases sociais do regime e, particularmente, a propriedade estatal” (MARQUES NETO, 2001, p. 111). Para a minoria do SWP, liderada por Martin Abern, James Burnham e Max Shachtman, “o pacto era um revelador da ‘natureza da União Soviética’”, continua Karepovs, “que impunha a revisão de uma série de postulados da IV Internacional sobre aquele país” (MARQUES NETO, 2001, p. 111). Como representante da América Latina no Comitê Executivo Internacional, Pedrosa tomou parte dos debates escrevendo *The defense of*

the URSS in the present war, à favor da revisão dos postulados da IV Internacional sobre a União Soviética. “Com essa cisão”, lembra ele na entrevista concedida a *O Pasquim* em 1978, “fiquei do lado que perdeu”, “abandonei a ortodoxia trotskista e quando voltei pro Brasil estava querendo experimentar uma série de ideias novas”, sendo a principal delas “a criação de um partido socialista independente que não seguisse” a União Democrática Nacional (UDN), fundada em 07 de abril de 1945, e “tentasse uma política diferente” (PEDROSA, 1978, p. 7) do Partido Comunista, rechaçando o stalinismo. Seria através da *Vanguarda Socialista* que Pedrosa experimentaria suas ideias novas.

O primeiro número da *Vanguarda Socialista* circulou antes mesmo do fim do Estado Novo em 29 de outubro de 1945. Como evoca Ferraz em suas memórias publicadas em 1983: “O primeiro número saiu numa sexta-feira, 31 de agosto, quando já o ditador havia engendrado o seu plano continuísta, lançando o PSD, e como candidato à presidência, o general Dutra” (FERRAZ, 1983, p. 128). A “estrutura de poder do Estado Novo” (SOUZA, 1976, p. 41), para usar os termos de Maria do Carmo Campello de Souza, moldaria o sistema partidário não só com a criação do Partido Social Democrático (PSD) em 17 de julho de 1945, para abrigar a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República, quanto com a fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 15 de maio de 1945, para atrair o proletariado. Em um quadro partidário marcado pelo poder exercido por Getúlio Vargas desde 1930, Pedrosa criou a *Vanguarda Socialista* para disseminar as bases ideológicas de um partido socialista que rechaçasse a liderança política de Vargas. Ferraz, no número de estreia do jornal, mancheteou a frase “a liberdade não soçobrará para que o socialismo triunfe”, retirada “de um dos artigos da primeira página, redigido por Mário Pedrosa” (FERRAZ, 1983, p. 128), no frontispício do jornal. No décimo número da *Vanguarda Socialista*, publicado em 02 de novembro de 1945, “os redatores da *Vanguarda Socialista*”, continua Ferraz, recorreram “à sentença de Luís Capeto para condenar Vargas: ‘Condenamos Getúlio Vargas pelo crime de ser ditador!’” (FERRAZ, 1983, p. 128, grifos do original). As duas frases destacadas por Ferraz expostas na capa do jornal sintetizavam os anseios de Pedrosa por um socialismo que não encarasse a democracia como um valor estritamente burguês.

A defesa da democracia por parte da *Vanguarda Socialista* levava em conta a experiência autocrática vivenciada pela esquerda durante o Estado Novo. Contudo, além da ditadura varguista, essa defesa também levava em conta a *questão russa*, que, para Isabel Maria Loureiro, era “o ponto central da reflexão do grupo liderado por Mário Pedrosa, pois somente a partir da definição em face a ela o grupo” poderia formular “uma concepção positiva do socialismo” (LOUREIRO, 1984, p. 29). Ao ambicionar entrelaçar o socialismo às

liberdades democráticas, Pedrosa tomou uma posição radicalmente crítica face ao bolchevismo, em suas variantes stalinista e trotskista. “O alvo da crítica ao bolchevismo”, nota Loureiro, era “a concepção de partido-vanguarda” a introduzir “nas massas proletárias a consciência vinda de fora delas”, em cujo bojo encontrava-se “uma nova forma de organização burocrática” que levaria à “hipertrofia do Estado, uma vez que essa concepção de partido (germe do totalitarismo)” presumia que não eram as massas com autonomia que geriam “a sociedade, mas o partido em nome das mesmas” (LOUREIRO, 1984, p. 29). Para contrapor-se à concepção de *partido-vanguarda*, Pedrosa incorporou a de *partido-classe* de Rosa Luxemburgo, cuja organização não deveria ser centralizada e hierárquica para possibilitar ao partido expressar as experiências históricas das classes subalternas. Se *O Homem Livre* surgira logo após a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB) para travar a luta ideológica com a extrema-direita, a *Vanguarda Socialista* foi criada para travar a luta ideológica no interior do marxismo, tentando desvencilhar-lhe do bolchevismo, cuja concepção de partido conduziu a União Soviética ao governo totalitário de Stalin. Em entrevista concedida ao Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP) em 1985, Edmundo Moniz, um dos artífices da *Vanguarda Socialista* conjuntamente com Pedrosa, sintetiza o esforço do jornal:

Depois do obscurantismo do Estado Novo, quando a censura era rigorosíssima, de fato ainda antes que Getúlio Vargas fosse deposto, pouco antes na verdade, a *Vanguarda* procurou abrir um amplo debate doutrinário, tendo o marxismo como base, no campo econômico, social, político, científico, filosófico, literário e artístico. O principal objetivo era abrir um largo debate sobre o socialismo. Procurava não ter nada de reformista ou revisionista [...]. Ao contrário, a *Vanguarda* queria discutir o marxismo sem a falsa ortodoxia que vinha sendo imposta pelo Partido Comunista, pelo stalinismo. Queríamos até mostrar que o marxismo era uma doutrina que podia ser desenvolvida, que era passível de novas aquisições. Às vezes eu penso que a *Vanguarda* tinha qualquer coisa da Escola de Frankfurt, mas longe do alheamento político que caracterizou a maioria de lá. Nós queríamos ter e tínhamos uma interferência na vida política brasileira. Nós éramos combativos, como eram os companheiros de São Paulo, como o Fúlvio, o Sacchetta, Aristides Lobo e tantos mais. Enfim, queríamos nos desprender das velhas fórmulas, trocando a letra morta pela realidade viva. Citando Goethe, Lênin dizia que “a teoria é seca, mas a árvore da vida é sempre verde”. Tínhamos necessidade de rediscutir tudo o que tínhamos discutido antes, e especialmente durante a clandestinidade a que nos obrigou o Estado Novo. (MONIZ, 1985, pp. 129-130, grifos do original)

No primeiro número da *Vanguarda Socialista*, de 31 de agosto de 1945, Pedrosa expôs no editorial *Diretivas* suas motivações ao criar o semanário. Como o título indica, *Diretivas*

apresenta o conjunto de princípios que orientariam o jornal: “*Vanguarda Socialista* [...] visa fazer a propaganda da ideia socialista e preparar, sem imediatismo ou tempo marcado, quadros para o futuro” (PEDROSA, 1945, p. 1). Ao destacar logo no início do editorial que o trabalho em favor do socialismo seria em longo prazo, o autor ressaltava que a *Vanguarda Socialista* não era “um jornal de agitação para a massa”, mas “um jornal de vanguarda”, não se destinando a “lançar uma ideia, ou um objetivo exclusivo para uma multidão”, e repisá-la exaustivamente para a massa agir “em consequência dessa agitação” (PEDROSA, 1945, p. 1). O semanário foi criado para “lançar muitas ideias”, contribuindo para seus leitores organizarem-se orientados por “um corpo de ideias” a fim de realizarem “uma ação sistematizada e esclarecida” sobre as massas (PEDROSA, 1945, p. 1). Por ter como preocupação a formação teórica de seus leitores, a *Vanguarda Socialista* tentaria “desenvolver um trabalho de crítica e de construção” acerca do “movimento revolucionário ou reformista, comunista ou socialista, tal como evoluiu até hoje”, em razão da “necessidade de se reorganizar o movimento socialista proletário, nacional e internacionalmente, sobre novas bases, e começando tudo de novo” (PEDROSA, 1945, p. 1). Pedrosa e seus colaboradores, portanto, não olhariam para nenhuma das revoluções ocorridas anteriormente “com olhos apologéticos”, porque não aceitavam “nenhuma ideologia, muito menos as oficiais, como explicação desses grandes acontecimentos”, mesmo eles admitindo que “a revolução russa foi o maior acontecimento do século” (PEDROSA, 1945, p. 1).

Apesar da *Vanguarda Socialista* não ser “órgão de nenhum partido” e não estar “sujeita a nenhuma disciplina partidária”, era “um trabalho coletivo de vários companheiros irmanados por um mesmo ideal e mais ou menos estruturados pela mesma base cultural marxista” (PEDROSA, 1945, p. 1). Assim como seu idealizador, os colaboradores do jornal eram *outsiders*: “Os editores deste semanário também não pertencem a uma mesma organização política, acontecendo aliás que muitos deles não fazem parte de partido algum” (PEDROSA, 1945, p. 1). O editorial *Diretivas*, porém, não considerava que o esforço da *Vanguarda Socialista* era ambicioso e isolado, porque acreditava que o “processo do próprio pensamento marxista”, “na volta às suas origens”, no querer “renovar-se ao calor das formidáveis transformações de nossa época” (PEDROSA, 1945, p. 4), ocorria não só no Brasil mas possivelmente em outras partes do mundo. Pedrosa e seus colaboradores estavam certos de que a revisão do marxismo deveria partir do princípio de que a liberdade era condição *sine qua non* para o triunfo do socialismo, pois, sem ela, o socialismo não seria possível. No adendo ao editorial, o autor alertava que a *Vanguarda Socialista* dirigia-se, especialmente,

[...] aos jovens proletários e intelectuais que procuram o seu caminho através da confusão generalizada do presente. Aqui só não se aceitam carreiristas, os que têm como critério, para a “justeza” de linhas ou de doutrinas, a perspectiva de um triunfo próximo e cômodo. [...] Temos a consciência de que encetamos aqui uma luta contra a corrente, mas indispensável para que os valores fundamentais da cultura ocidental, fecundados pelo marxismo, e as conquistas decisivas do proletariado não desapareçam tragados pela onda totalitária que avança por toda parte. (PEDROSA, 1945, p. 4)

Ainda que lutando contra a corrente, a *Vanguarda Socialista* tornou-se um dos jornais políticos mais influentes na história da esquerda do Brasil. Em 1946, um ano após a fundação do jornal, foi criado o Partido Socialista Brasileiro (PSB), organizado, em parte, pelos intelectuais agrupados em torno de Pedrosa na *Vanguarda Socialista*. Em *Depois de tudo*, Ferraz rememora que “da *Vanguarda Socialista* saiu o Partido Socialista Brasileiro, no ano seguinte”, e a atuação dele e de sua esposa Patrícia Galvão terminara porque “a *Vanguarda Socialista* estava consolidada” (FERRAZ, 1983, pp. 128-129, grifos do original). Mesmo com a saída do casal, a *Vanguarda Socialista* continuou sendo publicada até 1948. Ao ser entrevistado por Loureiro, Oliveiros S. Ferreira acredita que “as ideias da *Vanguarda* frutificaram” (LOUREIRO, 1984, p. 220), aparecendo “muito do estilo de *Vanguarda*, do pensamento de *Vanguarda*, em alguns núcleos do PT” (LOUREIRO, 1984, p. 216, grifos do original). “Aquela história da democracia, do partido de massas, quadros e massas fundidos, um relativo espontaneísmo”, conclui Ferreira, “era basicamente a crítica da *Vanguarda*, desmistificadora da União Soviética” (LOUREIRO, 1984, p. 216, grifo do original).

1.2.3 O escritor

O primeiro livro de Mário Pedrosa, *Arte, necessidade vital*, foi publicado em 1949. Remontando à observação de Álvaro Lins, Pedrosa publicou seu primeiro livro após ter marcado sua presença na crítica de arte, através de suas colunas publicadas diariamente no *Correio da Manhã* a partir de 1946, e na política ideológica, através da criação de *A Luta de Classe*, *O Homem Livre* e *Vanguarda Socialista*. *Arte, necessidade vital* foi publicado pela Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, do Rio de Janeiro, e tratava-se de, nos termos da apresentação do autor, “uma coletânea de trabalhos sobre arte, escritos entre 1933 e 1948” (PEDROSA, 1949, p. 5). Portanto, além das colunas do *Correio da Manhã*, foram

selecionados textos anteriores à profissionalização do autor enquanto crítico de arte. O segundo livro de Pedrosa, *Panorama da pintura moderna*, foi publicado em 1952 pelo Ministério da Educação e Saúde para a coleção *Os Cadernos de Cultura*, sob direção de José Simeão Leal. Ao contrário de *Arte, necessidade vital*, o segundo livro do autor não era uma coletânea de trabalhos sobre arte, mas consistia em um ensaio inédito cuja preocupação era expor didaticamente sobre as vanguardas que marcaram a pintura moderna. O próximo livro de Pedrosa demoraria doze anos para ser publicado. Em 1964, o Ministério da Educação e Cultura publicou *Dimensões da arte*, que, assim como o primeiro livro do autor, tratava-se de uma coletânea de trabalhos sobre a arte.

Somente depois de três livros dedicados às artes e de uma incessante produção intelectual ocorrida por meio de periódicos, Pedrosa publicou seus primeiros livros de política. Em 1966, ao publicar *A opção imperialista e A opção brasileira*, o autor vinha de um período em que se afastara da imprensa, não se responsabilizando por colunas diárias desde sua saída do *Jornal do Brasil* em 1961. Os dois livros citados tinham como preocupação apreender o Golpe de 1964 através da compreensão das mudanças ocorridas no interior do imperialismo que levaram os Estados Unidos a se consolidarem como a grande potência do pós-Segunda Guerra Mundial e do desenvolvimento do capitalismo brasileiro até 1964. Apesar dos dois temas serem tratados em volumes separados, eles estavam enredados para Pedrosa, como pode ser visto no terceiro capítulo desta dissertação. Entretanto, ao procurar apreender as mudanças sofridas pelo capitalismo brasileiro com a expansão da industrialização, Pedrosa recuperou seu ensaio *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil* em *A opção brasileira* pelo fato do ensaio redigido com Lívio Xavier em 1930 ter analisado a formação do capitalismo brasileiro e as contradições sedimentadas pelo seu desenvolvimento que levaram à crise política da década de trinta, cuja consequência seria a hipertrofia do poder executivo.

Pedrosa encontrava-se no exílio quando seu sexto livro foi publicado pela Perspectiva, na coleção *Debates*, dirigida por Jacob Guinsburg. Tratava-se de *Mundo, homem, arte em crise*, onde Aracy Amaral reuniu alguns dos trabalhos sobre arte do colunista publicados no *Jornal do Brasil*, entre 1959 e 1960, e no *Correio da Manhã*, entre 1966 e 1968, publicando-os em conjunto com *A Bienal de cá para lá*, que fora publicado por Ferreira Gullar em *Arte brasileira hoje*, editado pela Paz e Terra em 1973. Voltando do exílio, Pedrosa publicou em 1979 *A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo* pela Civilização Brasileira, mesma editora de *A opção imperialista e A opção brasileira*. Em seu terceiro livro de política, o autor recuperou seu comentário e a tradução de Miguel Macedo de *A revolução russa*, de

Rosa Luxemburgo, publicados entre 22 de março e 26 de abril de 1946 na *Vanguarda Socialista*. Ainda em 1979, Pedrosa publicou *Arte, forma e personalidade*, organizado por Otilia Beatriz Fiori Arantes para a Kairós Livraria e Editora. Em 1980, ele reuniu os artigos que publicara no *Jornal da República*, entre 1979 e 1980, defendendo a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em *Sobre o PT*, pela Ched Editorial. Um ano depois, Aracy Amaral voltou a reunir trabalhos sobre arte de Pedrosa para publicar na coleção *Debates* da Perspectiva. *Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília* de 1981 foi, portanto, o último livro publicado por Pedrosa em vida.

– *A confluência entre o publicista e o escritor*. Como analisar o pensamento político de um *intelectual público* cuja obra realizou-se significativamente através de periódicos? Por ainda não haver uma sistematização dos artigos políticos de Pedrosa publicados na imprensa, torna-se inviável para o pesquisador estudar a obra pedrosiana em seu conjunto. Contudo, o autor publicou quatro livros de política em vida: *A opção imperialista* e *A opção brasileira*, em 1966; *A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo*, em 1979; e *Sobre o PT*, em 1980. Com *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, de 1930, sendo publicado em 1987 *Na contracorrente da história*, seleção de documentos da Liga Comunista Internacionalista organizada por Fúlvio Abramo e Dainis Karepovs. Na falta de sistematização do conjunto da obra pedrosiana no campo da política, é o material à mão do pesquisador, que, ao entrar em contato com esse material, percebe que o ensaio de 1930 e os livros de 1966 deram-se sob crises políticas – Revolução de 1930 e Golpe de 1964, respectivamente –, enquanto os livros de 1979 e 1980 realizaram-se durante a Transição Democrática. Ao aprofundar-se sobre *Esboço*, *A opção imperialista* e *A opção brasileira*, o pesquisador nota que o autor estava preocupado em interpretar a Revolução de 1930 e o Golpe de 1964 com o objetivo de fornecer instrumentos para a esquerda intervir no processo social. Ao analisar o ensaio e os dois livros citados, o pesquisador nota que a interpretação da Revolução de 1930 e do Golpe de 1964 foi realizada por Pedrosa, mas percebe que o autor não orientava a ação de oposição dos atores políticos frente a Getúlio Vargas e ao Exército. Somente voltando-se para o publicista que o pesquisador consegue apreender as duas instâncias da teoria pedrosiana: a interpretativa, que se realizou em *Esboço*, *A opção imperialista* e *A opção brasileira*, e a de orientação da ação política, que se realizou na imprensa. Como Pedrosa estava vinculado à Oposição de Esquerda no Brasil na década de trinta, a orientação dava-se pelos documentos produzidos pelo grupo político liderado por ele e vinculados pelos diversos órgãos da Oposição de Esquerda no Brasil. Na década de sessenta

Pedrosa era um *intelectual público* e utilizou seus artigos semanais do *Correio da Manhã* para orientar a ação política dos atores políticos que se opunham à ditadura militar. Os dois próximos capítulos desta dissertação estão estruturados levando em conta essa particularidade do pensamento político pedrosiano: são divididos em duas partes para, na primeira, analisar a interpretação e, na segunda, examinar a orientação da ação política. Especificamente, a primeira parte do segundo capítulo detém-se sobre *Esboço* objetivando apreender a interpretação de Pedrosa acerca da Revolução de 1930, enquanto a segunda parte do mesmo capítulo analisa alguns documentos da Oposição de Esquerda no Brasil visando compreender como o autor orientou a ação política de oposição ao regime instaurado por Vargas em 1930. Já a primeira parte do terceiro capítulo detém-se sobre *A opção imperialista e A opção brasileira* objetivando apreender a interpretação de Pedrosa acerca do Golpe de 1964, enquanto a segunda parte do mesmo capítulo recupera alguns artigos do autor publicados no *Correio da Manhã* visando compreender como ele orientou a ação política de oposição ao regime instaurado pelo Exército em 1964.

2 MÁRIO PEDROSA E A INTERPRETAÇÃO DA REVOLUÇÃO DE 1930

Neste capítulo são apresentados os argumentos utilizados por Mário Pedrosa em sua interpretação sobre a Revolução de 1930 e orientação para a ação política de oposição ao regime instaurado por Getúlio Vargas. No intuito de facilitar a exposição, este capítulo está dividido em duas partes: a primeira detém-se sobre a interpretação e a segunda fixa-se sobre a orientação.

Pedrosa realizou sua interpretação sobre a Revolução de 1930 em *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil* (doravante, *Esboço*). Este curto ensaio tornou-se a plataforma política da Oposição de Esquerda, dissidência do Partido Comunista do Brasil (PCB) formada em 1929, quando do retorno de Pedrosa da Europa em agosto. Pedrosa redigiu *Esboço* em conjunto com Lívio Xavier enquanto a Revolução de 1930 estava em andamento. O texto foi finalizado, conforme a datação contida ao seu final, em 12 de outubro de 1930. Mas sua publicação ocorreria somente no ano posterior, no número 6 do jornal oposicionista *A Luta de Classe*, de fevereiro/março de 1931, nas páginas 3 e 4. Traduzido para o francês pelo poeta surrealista Benjamin Péret, com auxílio da futura esposa de Pedrosa, Mary Houston, foi publicado simultaneamente na França pela congênere *La Lutte de Classes*, antiga *Clarté*, já em seus números 28/29. Por causa da repressão política, Pedrosa e Lívio Xavier adotaram o pseudônimo M. Camboa e L. Lyon, respectivamente.

Apesar da exiguidade do texto, os autores preocuparam-se em compreender a formação social do Brasil. Para eles, a Revolução de 1930 deveria ser compreendida de modo complexo levando em conta tanto o movimento interno do desenvolvimento do capitalismo quanto a dinâmica do capitalismo mundial. Daí a primeira parte deste capítulo acompanhar o processo histórico desde a colonização para enfim deter-se exclusivamente sobre a Revolução de 1930.

Esboço fornece os argumentos da interpretação de Pedrosa, não indica como a ação política deveria ser levado a cabo para tentar modificar o processo iniciado em 1930. Para apresentar a orientação do autor para a ação política são utilizados outros documentos da Oposição de Esquerda, que se confunde com Pedrosa, fazendo com que a orientação para a ação política oposicionista também seja a de seu principal teórico. Portanto, enquanto a primeira parte deste capítulo está calcada em *Esboço*, a segunda parte dá-se sobre documentos produzidos pela Oposição de Esquerda e entrevistas dadas por Pedrosa até o desmantelamento

total da esquerda desencadeada pela repressão de Getúlio Vargas em 1935, tendo como pano de fundo o Levante Comunista liderado por Luís Carlos Prestes.

2.1 ESBOÇO E SUA INTERPRETAÇÃO SOBRE O BRASIL

A primeira parte deste capítulo analisa a interpretação de Mário Pedrosa sobre a Revolução de 1930 e está calcada em *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil* (doravante, *Esboço*), redigido por Pedrosa e Lívio Xavier durante a Revolução de 1930.

2.1.1 Exploração rural colonial

A preocupação inicial de Mário Pedrosa e Lívio Xavier em *Esboço* é compreender as especificidades da colonização do Brasil. Para eles, o excesso de terras tornaria inviável o empreendimento comercial português na colônia. Em vez de identificarem os custos econômicos da ocupação do território como problema, os autores apontam que o problema a ser enfrentado por Portugal estava na forma como se daria a apropriação da terra. Caso a metrópole não fosse proativa, possibilitando o colono apropriar-se da terra livremente, inviabilizaria a colonização enquanto empreendimento da burguesia comercial portuguesa porque o colono passaria a ser proprietário de seus meios de produção. Nos termos dos autores, “tendo sempre o colono livre a possibilidade de tornar-se proprietário de seu meio de produção, isto é, podendo o trabalhador acumular por si próprio, torna-se impossível a acumulação e o modo de produção capitalistas” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 67). Esta era, para eles, “a contradição que a burguesia da metrópole deveria resolver” e, citando Karl Marx, “o segredo de sua floração e de sua gangrena” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 67). A economia da colônia imbricou-se à da metrópole pelo fato da ação de Portugal ter racionalmente determinado a apropriação da terra para viabilizar a acumulação da burguesia comercial portuguesa.

Pedrosa e Lívio Xavier iniciam o ensaio referido afirmando que “o modo de produção capitalista e a acumulação – e, por consequência, a propriedade privada capitalista – foram exportados diretamente das metrópoles para o Novo Mundo” (PEDROSA; XAVIER, 1931, pp. 66-67). Contudo, a economia colonial não mimetizava a metropolitana em razão das bases materiais não serem as mesmas: enquanto “a base do sistema capitalista é a expropriação da massa popular”, observam os autores, “nas colônias, em geral, o excesso de terra pode ser transformado em propriedade privada e meio individual de produção” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 67). Por esta condição encontrar-se na colônia, “a dependência do trabalhador em relação ao capitalista, proprietário dos meios de produção, teve de ser criada por meios artificiais” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 67). E no intuito de viabilizar o empreendimento comercial na colônia, Portugal apropriou-se da terra, convertendo-a em propriedade privada, com “a introdução da escravidão indígena e negra; numa palavra, a colonização sistemática” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 67). A forma como a propriedade privada foi constituída no Brasil determinaria as especificidades de sua base produtiva.

Ao Pedrosa e Lívio Xavier buscarem especificar a colonização no interior da expansão do capitalismo mercantil, colocaram em circulação no início da década de 1930 uma nova compreensão da formação social brasileira com *Esboço*. Segundo Pedro Roberto Ferreira, os autores apanharam a economia colonial nas suas relações com o processo de acumulação primitiva do Capital, apreenderam a “direção política do Estado” (FERREIRA, 2005, p. 23), imprescindível para a grandeza da propriedade privada da terra, e apontaram uma das particularidades do processo de colonização sistemática. Ao destacar o entendimento deles acerca do “imbricamento do político ao econômico” como “um dado na configuração de um sistema, que, muito embora contasse com uma forma compulsória de trabalho, já se achava um pouco distante das formas feudais” (FERREIRA, 2005, p. 23), Ferreira expõe um ponto delicado do texto analisado aqui em razão de um tema polêmico na caracterização da formação social brasileira.

Trata-se do feudalismo, que, observa Marcos Del Roio, só passou a ser contestado como uma etapa do desenvolvimento econômico e social do Brasil de forma mais sistemática na década de 1970 (DEL ROIO, 1990, pp. 9-11). Não é à toa que Ângelo José da Silva nota que algumas teses produzidas pela organização política liderada por Pedrosa foram retomadas pela academia no período citado por Del Roio para problematizar a Revolução de 1930 sobre uma nova perspectiva (SILVA, 2002, pp. 139-144).³ No período em que Pedrosa e Lívio

³ Em sua pesquisa sobre as origens do trotskismo no Brasil, publicada em 1993, José Castilho Neto aponta a proximidade de algumas teses desenvolvidas pelos trotskistas na década de 1930 com “o clássico estudo de Boris

Xavier buscaram compreender as especificidades da colonização do Brasil, a compreensão do feudalismo enquanto empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas do país fazia parte das mais diversas linhagens do pensamento político e social brasileiro.⁴ No marxismo, campo de atuação teórica dos autores, o feudalismo estava presente em Octávio Brandão. Este, em 28 de julho de 1924, iniciou a redação de *Agrarismo e industrialismo*, publicando-o em abril de 1926, usando o pseudônimo de Fritz Mayer, artifício usado para despistar a polícia política, assim como a indicação falsa do lugar de edição, Buenos Aires. John W. Foster Dulles relata que, mesmo estando na clandestinidade, escondendo-se da polícia do Governo Artur Bernardes, Brandão terminou o essencial do livro em 22 de agosto de 1924 (DULLES, 1977, p. 222). Este texto circulou em cópias datilografadas e subsidiou as teses de Astrojildo Pereira apresentadas no II Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCB), realizado entre 16 e 18 de maio de 1925.

Apesar de *Agrarismo e industrialismo* não tentar caracterizar a colonização como *Esboço*, considera que o feudalismo estava inserido na formação social brasileira, sendo um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo nacional. Para o autor de *Agrarismo e industrialismo*, “o Brasil ainda é, no conjunto, um país medieval, atrasado, sob este ponto de vista, cinco séculos no mínimo” (BRANDÃO, 2006, p. 48). No intuito de vencer o feudalismo, Octávio Brandão formulou a teoria da revolução em etapas, considerando que os comunistas deveriam aliar-se à burguesia industrial nascente para derrotar a oligarquia rural. Só assim para o Brasil superar a “Medievalite Nacional” (BRANDÃO, 2006, p. 48), a emperrar o desenvolvimento das forças produtivas do país. Para ele, o “agrarismo econômico, bem centralizado,” determinava o “agrarismo político” (BRANDÃO, 2006, p. 36) – definido como “a dominação política do grande proprietário”. Portanto, “o fazendeiro de café, de São Paulo e Minas. O fazendeiro de café, no Sul, como o senhor de engenho, no Norte, é o senhor

Fausto, *A Revolução de 1930*” (MARQUES NETO, 1993, p. 182). Tanto em sua dissertação de 2008, *Do movimento operário para a universidade*, quanto em sua tese de 2012, *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*, Felipe Demier demonstra que a proximidade entre as hipóteses trotskistas da década de 1930 com pesquisas realizadas entre 1960 e 1970 é relevante: “coligindo trabalhos e argumentos de autores como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Boris Fausto e Francisco de Oliveira, não foi difícil notar que havia mais relações do que comumente se imagina entre estes destacados nomes de nosso pensamento universitário e agremiações políticas relativamente desconhecidas” (DEMIER, 2008, p. 2), entre elas, a organização política responsável pela publicação de *Esboço*.

⁴ Antonio Carlos Mazzeo destaca “que a presença de uma análise que admitia a existência de formas sociais de caráter ‘feudal’, no Brasil, antecede à introdução das teses da Internacional Comunista – o *Komitern* –, por meio do Partido Comunista. Capistrano de Abreu, em seu pioneiro *Capítulos de história colonial*, já em 1907, realçava os ‘elementos feudais’ na organização das capitânicas hereditárias, passos analíticos que foram seguidos por importantes pensadores brasileiros, como Oliveira Vianna e Nestor Duarte, dentre outros. Mesmo um autor como Gilberto Freire, apesar de relevar a originalidade da sociedade lusitana e de apontar seu ‘burguesismo precoce’, com a predominância do capital comercial na colonização, acentua que no Brasil, dadas as especificidades do processo de ocupação territorial, os portugueses sofrem uma refração séria, retrocedendo em sua colônia americana, em pleno século XVI, à era feudal” (MAZZEO, 2003, p. 154).

feudal” (BRANDÃO, 2006, p. 36). A existência deste implica a existência do servo, “o colono sulista das fazendas de café” e “o trabalhador de enxada dos engenhos nortistas” (BRANDÃO, 2006, p. 36). “A organização social proveniente daí é o feudalismo na cumeieira e a servidão nos alicerces. Idade Média” (BRANDÃO, 2006, p. 36), conclui o autor.

Octávio Brandão não hesita em definir o modo de produção hegemônico no Brasil como feudal. E concebe a relação entre o proprietário rural e o trabalhador rural análoga à servidão na Idade Média. Pedrosa e Lívio Xavier também falam em feudalismo, mas sem defini-lo por analogia à Idade Média. Além do mais, só usam feudalismo enquanto tentam apreender as especificidades da economia colonial, compreendida por eles, assinala Pedro Roberto Ferreira, como um sistema que conta “com uma forma compulsória de trabalho”, mas que se acha “um pouco distante das formas feudais” (FERREIRA, 2005, p. 23). Em outros termos, o modo de produção existente na colônia não era feudal e também não era capitalista. Apesar da imprecisão conceitual, não há dúvida de que *Esboço* apresenta o latifúndio e a escravidão como as bases da economia colonial, sem deixar de expor a economia colonial enquanto complementar à metropolitana, como foi exposto no início deste capítulo.

Posto isto, expõe-se o momento em que Pedrosa e Xavier falam em feudalismo no texto analisado. Para eles, “o Brasil nunca foi, desde a sua primeira colonização, mais que uma vasta exploração agrícola” (PEDROSA; XAVIER, 1931, pp. 67-68), enfatizando que “seu caráter de exploração rural colonial precedeu historicamente sua organização como Estado” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 68). Dado a forma como a apropriação da terra foi realizada pela metrópole, “nunca houve aqui terras livres” e “não conhecemos o colono livre, dono de seus meios de produção” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 68). Entretanto, na colônia vicejou “o aventureiro da metrópole, o fidalgo português, o comerciante holandês, o missionário jesuíta” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 68) porque eles tinham como base o latifúndio, o monopólio da terra. Os autores concluem que “todos vinham explorar a força de trabalho do indígena adaptado e do negro importado” “sob uma *forma peculiar de feudalismo*” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 68, grifos nossos).

Eles recorrem ao conceito de feudalismo para definir a economia em vigor na colônia evitando qualquer espécie de analogia ao feudalismo europeu. Do mesmo modo o conceito é adjetivado para ser particularizado a um caso específico. Por causa desta aparente imprecisão conceitual, Ricardo Figueiredo de Castro considera que “não é explicitado qual seria o modo de produção hegemônico no Brasil colonial”, mas Pedrosa e Xavier indicam que “o capitalismo não se estabeleceu plenamente” (CASTRO, 1995, p. 69) em razão da análise contida em *Esboço* apontar que o capitalismo se estabeleceria completamente somente na

transição do trabalho escravo para o livre. Por centrar-se no fato da economia colonial ser complementar à metropolitana, colocando o Brasil na acumulação primitiva do capital, Ferreira observa que a colônia se situava internamente “em um ‘tempo’ diferente do da metrópole, marcando-o com certa complexidade social que impedia uma explicação sobre as manifestações de caracteres feudais em solo colonial” (FERREIRA, 1999, p. 209).

Claramente Pedrosa e Lívio Xavier falam em feudalismo sabendo que o conceito é insuficiente para definir o modo de produção vigente na colônia. Tanto é que *Projeto de teses sobre a situação nacional*, documento da Oposição de Esquerda que cita trechos *ipsis litteris* de *Esboço*, também recorre ao conceito adjetivado para particularizá-lo ao Brasil Colônia. No caso, “feudalismo colonial” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 157). Esta insuficiência conceitual é consequência de uma análise precursora da formação social brasileira. No campo do marxismo, a caracterização da economia colonial só conseguiu desvincular-se plenamente do eurocentrismo com Caio Prado Júnior em *Evolução política do Brasil*, de 1933, e em *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942.⁵ Entretanto, somente em 1975, com a publicação de *Revolução burguesa no Brasil*, o marxismo conseguiu formular uma explicação totalizante da formação social brasileira com Florestan Fernandes.

Esboço é precursor e suas insuficiências conceituais existem por estar apresentando uma análise original em 1930. Ao contrário de Octávio Brandão, seus autores não recorreram ao eurocentrismo porque aplicaram o conceito de feudalismo à colônia sem traçar qualquer analogia com a Idade Média. Em 1933, ao afirmar que faltava ao Brasil “este caráter econômico fundamental do feudalismo europeu”, Caio Prado atacou frontalmente *Agrarismo e industrialismo*: “Esta observação destina-se principalmente aos que, fundados em certas analogias superficiais, se apressam em traçar paralelos que não têm assento algum na realidade” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 19). E levou em conta que se pode “falar num

⁵ Em 2007, ao analisar as divergências teóricas de Caio Prado Júnior e o PCB, José Carlos Reis infere sobre a proximidade teórica de Caio Prado e a Oposição de Esquerda: “Caio Prado era um pensador marxista desvinculado do modelo interpretativo e político democrático-burguês. Enquanto, a meu ver, o PCB seguia, explicitamente, a orientação de Lenin e da III Internacional, Caio Prado rejeitava essa análise do passado brasileiro e o seu projeto revolucionário. Ele propôs uma análise do Brasil e um projeto revolucionário mais próximo das orientações da IV Internacional, sem estar ortodoxamente vinculados a elas. [...] O debate revolucionário estava internacionalizado e Caio Prado, possivelmente alinhado ou apenas identificado com essa orientação do comunismo internacional, não falará de feudalismo nem de revolução democrática-burguesa, mas de subcapitalismo e de revolução permanente, que desembocará a longo prazo no socialismo, sem a etapa intermediária da transição ao capitalismo, que seria desnecessária, pois o Brasil já era capitalista desde a origem. Foi o precursor da reflexão marxista que busca entender o caráter não clássico da constituição do capitalismo no Brasil. [...]” (REIS, 2007, p. 179). A intuição de Reis está correta, pois, em 2008, Lincoln Secco, ao publicar uma biografia sobre Caio Prado, teve acesso a uma carta deste a Lívio Xavier, que resenhou *Evolução política do Brasil* em 19 de setembro de 1933 para o jornal *Diário da Noite*, prontamente replicada por Caio Prado no dia seguinte, onde admite conhecer “as opiniões [...] do agrupamento político a que V. pertence” (PRADO JÚNIOR, 1933, p. 3, apud SECCO, 2008, p. 142), sugerindo um encontro para discutir as divergências pessoalmente.

feudalismo brasileiro apenas como figura de retórica” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 19). Por causa da insuficiência conceitual, pode-se dizer que Pedrosa e Lívio Xavier usaram feudalismo como figura de retórica, não aplicando este conceito à formação social brasileira por analogia ao feudalismo europeu.

Não se encontra um ataque frontal à formulação de Octávio Brandão em *Esboço*, mas Aristides Lobo, em *A situação brasileira e o trabalho para o seu esclarecimento*, resenha crítica do ensaio de Pedrosa e Xavier e também publicada em *A Luta de Classe*, afirma que *Agrarismo e industrialismo* foi “a tentativa mais séria, mais meticulosa e mesmo mais ‘heroica’” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 83) de analisar a situação brasileira⁶. Para logo em seguida afirmar que “desgraçadamente, foi também a mais antimarxista e a mais desastrosa” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 83). Por fim, considera que “a linha do Partido sofre, ainda hoje, a influência desse bazar de monstruosidades teóricas” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 83). Mesmo empregando feudalismo para referir-se à economia colonial, Pedrosa e Lívio Xavier evitaram o “bazar de monstruosidades teóricas” porque usaram o termo por falta de um conceito específico na literatura marxista do período para designar o modo de produção da colônia e não para traçar paralelos que não correspondiam à formação social brasileira.

Seguindo a análise dos autores acerca das especificidades da colonização do Brasil, verifica-se mais uma vez a ênfase dada por eles ao caráter complementar da economia colonial, cuja produção agrícola “foi destinada desde o começo aos mercados externos” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 69). Dado a importância da produção agrícola, eles sintetizam os ciclos econômicos do Brasil Colônia. Consideram que “o Brasil foi, no século XVII, o principal produtor de açúcar do mundo” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 69). A colonização deu-se sobre dois eixos, São Paulo-Rio de Janeiro e Bahia-Pernambuco, com este alcançando “uma vantagem considerável” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 69) em relação àquele. Deste modo, “nas capitanias do Norte, o braço africano edificou sobre vastos domínios a prosperidade da aristocracia rural” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 69). Pouco a pouco, a produção açucareira entrou em decadência em função da concorrência estrangeira e “tendeu a restringir-se aos mercados internos” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 69). Com a descoberta das minas de ouro, o eixo passou a ser Minas Gerais-Bahia. Conforme Pedrosa e

⁶ Em 1987, quando Fúlvio Abramo e Danis Karepovs reuniram documentos da Liga Comunista em *Na contracorrente da história*, ainda não se sabia o autor da resenha assinada por S. M. Em 1993, José Castilho Marques Neto, após cruzar “com outras referências documentais” e “depoimentos de ex-militantes, principalmente Fúlvio Abramo, Plínio Melo e Edmundo Muniz” (MARQUES NETO, 1993, pp. 171-172), identificou o pseudônimo como sendo de Aristides Lobo: *Esboço* “sofreria observações de Aristides Lobo no número 7 do mesmo jornal” (MARQUES NETO, 1993, p. 175).

Lívio Xavier, “o trabalho foi atraído para essas regiões e o movimento agrícola decresceu. A prospecção mineralógica tornou-se a indústria principal, cujo desenvolvimento caracteriza o século XVIII” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 70). Explorada por meios rudimentares, a mineração declinou – “à pobreza do minerador, à falta de escravos aliou-se a pressão do fisco” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 70) – e a colônia retornou à exploração agrícola, cujos produtos principais foram os cereais, a cana-de-açúcar, o fumo e o algodão. Somente no fim do período colonial que a cultura do café foi introduzida no país, “nas regiões montanhosas vizinhas do Rio de Janeiro. Desde então, adquiriu as características particulares que mantém até agora” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 70).

2.1.2 Formação do Estado brasileiro e transição para o capitalismo

O processo de colonização descrito por Mário Pedrosa e Lívio Xavier, que edificou a propriedade privada pela ação do Estado português e que levou a economia colonial a ser complementar à metropolitana, fornece as bases materiais da formação do Estado brasileiro. Depois de analisarem as especificidades do Brasil Colônia, os autores procuram identificar os elementos constitutivos da sociedade brasileira do século XIX. Para eles, “a classe dos pequenos proprietários, fator da pequena produção, geralmente anterior ao regime capitalista e cuja expropriação é um dos fatores determinantes deste, não pôde se desenvolver na formação econômica do Brasil” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 68). Isto se devia ao fato do Estado brasileiro erigir-se preservando os pilares da exploração rural colonial, o monopólio da terra e o trabalho escravo. Nos termos de *Esboço*: “A sociedade monárquica sustentava-se com a exploração do braço escravo por uma minoria de donos da terra” (PEDROSA; XAVIER, 1931, pp. 68-69). O Brasil Império caracterizava-se pela inércia, pois “a monarquia vegetou dois terços de século em meio à turbulência dos vizinhos do continente, prolongando, através da passividade burocrática, a vida de um regime político já caduco” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 69), marcando o Estado brasileiro por um “rígido esquematismo de classe” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 68).

Conforme Pedrosa e Lívio Xavier, “trabalho escravo, *latifundium*, produção dirigida pelos senhores da terra com a sua clientela, burguesia urbana e uma camada insignificante de trabalhadores livres, tanto nas cidades quanto nos campos” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 69, grifo do original) eram as particularidades da formação social brasileira. A colonização

portuguesa marcou profundamente o Império, preservando-o da turbulência política latino-americana do período. A América Latina caracterizava-se pela ausência de uma agricultura organizada, cuja consequência foi “a luta pela terra contra o indígena e a luta contra o monopólio do comércio detido pela coroa de Espanha. Nas colônias espanholas o colono vivia da criação de gado e do contrabando” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 69). Portanto, a turbulência política do subcontinente no século XIX face à inércia brasileira tinha como causa processos de colonização distintos.

Com o Estado brasileiro preservando os pilares da exploração rural colonial até o final do século XIX, o rígido esquematismo de classe acabou por marcar profundamente a transição do país para o capitalismo. Para Pedrosa e Lívio Xavier, o capitalismo tornou-se o modo de produção hegemônico com a abolição da escravatura. Citando Karl Marx, os autores consideram que a efetivação do capitalismo no Brasil foi “uma simples troca de forma”, pois “a acumulação primitiva do capital fez-se de maneira direta” através da “transformação da economia escravagista em salariado do campo” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 67). Apesar de o trabalho escravo ter sido substituído pelo assalariado, a propriedade da terra continuava a pertencer a uma minoria e em torno do proprietário rural gravitavam a burguesia urbana e o trabalhador assalariado. Este era formado essencialmente pelo imigrante, cujo afluxo iniciou-se em 1884, “época em que a imigração aumentou progressivamente, apoiada em abundantes subsídios dados pelo Império” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 68), e “teve como objetivo oferecer braços à grande cultura cafeeira” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 67).⁷ E *Esboço* enfatiza que “o Brasil nunca foi, desde a sua primeira colonização, mais que uma vasta exploração agrícola. Seu caráter de exploração rural colonial precedeu historicamente sua organização como Estado” (PEDROSA; XAVIER, 1931, pp. 67-68). Segundo Dainis Karepovs, José Castilho Marques Neto e Michael Löwy, “essa peculiaridade moldou o sistema político brasileiro, precedendo historicamente a formação do Estado no país” (KAREPOVS; MARQUES NETO; LÖWY, 1995, p. 236).

Dado a inércia do Império, que se sustentou ao longo do século XIX sobre o monopólio da terra e o trabalho escravo, o capitalismo brasileiro amalgamou-se com as formas de produção anteriores a sua efetivação plena durante a transição do trabalho escravo

⁷ Os dados utilizados por Mário Pedrosa e Lívio Xavier foram retirados de *Estudos de economia brasileira*, publicado por Dioclécio Dantas Duarte em 1929, e referem-se a São Paulo, maior estado produtor de café do período. Neles, observa-se o crescimento progressivo da imigração, com um salto significativo no ano anterior à abolição da escravatura: em 1884, são 4.879 imigrantes; em 1885, 6.500; em 1886, 9.356; em 1887, 32.112; em 1888, 92.086 (DUARTE, 1929, apud. PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 68).

para o livre. Pedro Roberto Ferreira observa que, “do período colonial ao momento posterior da economia brasileira, tem-se uma articulação de algumas formas pretéritas de produção com o capitalismo já efetivamente implantado” (FERREIRA, 2005, p. 27). Remetendo ao trecho de Marx citado em *Esboço*, pode-se dizer que a sociedade brasileira trocou de forma mantendo parte do conteúdo do Brasil Império e do Brasil Colônia – a saber, o monopólio da terra e a produção agroexportadora. Com a transição para o capitalismo, a complexidade da formação social ficou mais evidente porque “o capitalismo monopolista ao encontrar-se com a produção pré-capitalista imediatamente a submete, redefinindo suas premissas sob o império da sua lógica de produção” (FERREIRA, 1999, p. 211). Destacando um conceito central do trotskismo, Ferreira nota que “o desenvolvimento desigual e combinado produz e é produzido por uma intrincada rede de relações centralizadas no capital financeiro” (FERREIRA, 1999, p. 211). Para Pedrosa e Xavier, o fim do regime escravagista foi determinado pela necessidade do desenvolvimento capitalista do Brasil. Entretanto, esta transformação articulou-se com o imperialismo, ao tornar o país atraente para a expansão da “indústria inglesa que monopolizava, então, o mercado mundial” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 69). Por causa da transição do capitalismo ter se dado sobre as condições descritas até aqui, os autores notam que “a burguesia brasileira nasceu no campo, não na cidade” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 69).

Apesar de sua gênese rural, Pedrosa e Xavier consideram que a burguesia cafeeira do estado de São Paulo foi determinante para a abolição da escravatura porque “não podia aceitar a forma de produção reacionária e patriarcal” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 70). Ela desempenhou, então, um papel parcialmente progressista ao contribuir para abolir o trabalho escravo, embora preservasse o monopólio da terra e a produção agroexportadora. Os autores inseriram a Lei Áurea de 13 de maio de 1888 no interior do desenvolvimento capitalista do Brasil, sem deixarem de notar que a mudança da forma de governo precisava ocorrer para o poder político corresponder-se ao poder econômico dos produtores de café. Segundo eles, “a República foi imposta ao Brasil pela burguesia cafeeira do estado de São Paulo” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 70). Com a República, a burguesia cafeeira impôs sua hegemonia ao restante do país para “operar, sem choques muitos graves, o desenvolvimento capitalista nas antigas províncias, unidas por liames puramente políticos mas, em compensação, separadas por uma diversidade quase sem igual de possibilidades econômicas” (PEDROSA; XAVIER, 1931, pp. 70-71), legislando em seu favor e dando à república a forma federativa.

Se a direção política do Estado foi fundamental para a apropriação da terra no Brasil Colônia, agora ela era essencial para o desenvolvimento do capitalismo. Conforme Pedrosa e

Xavier, “o formidável desenvolvimento da cultura cafeeira é, tipicamente, um desenvolvimento capitalista” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 71). A formação social brasileira fornecia as condições para a grande exploração rural capitalista, “terras virgens, ausência de rendas fundiárias, possibilidades de monocultura” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 71). “Assim, o cafeicultor faz convergir simultaneamente todos os seus meios de produção para um único objetivo, e, por conseguinte, obtém benefícios até então desconhecidos” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 71). Para os autores, a exploração rural capitalista acabou por determinar a “prosperidade favorável ao desenvolvimento do capitalismo sob todas as suas formas” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 72). E consideram que a base capitalista nacional prosperou por causa do sistema de crédito, do crescimento da dívida hipotecária, do comércio nos portos de exportação. A mão de obra para as lavouras de café foi fornecida pela política imigratória iniciada ainda no final do segundo reinado. “A imigração adquiriu, a partir daí, caráter de empresa industrial” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 72), concluem.

Pedrosa e Xavier apreenderam o desenvolvimento do capitalismo, mas não se esqueceram de articulá-lo com o imperialismo porque esta articulação além de ter implicações políticas tornava as relações de classes mais complexas. Para eles, “à medida que progride economicamente, o Brasil integra-se cada vez mais à economia mundial e entra na esfera de atração imperialista” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 72). A Primeira Guerra Mundial e o protecionismo contribuíram para o crescimento industrial. A partir daí as relações de classes tornaram-se cada vez mais instáveis e os problemas decorrentes complicaram-se.

2.1.3 Crise da república oligárquica

Ao Mário Pedrosa e Lívio Xavier delinarem o processo histórico anterior ao contexto da crise da república oligárquica, preocuparam-se em analisar o Brasil desde a colonização para compreender a Revolução de 1930 como resultado das contradições sedimentadas ao longo da história. *Esboço* destaca que a colonização engendrou a grande propriedade rural e esta se preservou durante a transição da sociedade para o capitalismo porque era condição *sine qua non* para a grande exploração rural capitalista. Assim como a propriedade fundiária trocou de forma ao tornar-se capitalista, a oligarquia rural trocou de forma, deixando de ser um estamento e passando a ser uma classe social. Apesar dos autores não usarem o conceito de estamento, ao julgarem que a transição para o capitalismo foi uma troca de forma, pode-se

considerar que os atores sociais adquiriram uma nova forma sobre o capitalismo. A mutação no plano social também ocorreu no plano político, com o país deixando de ser uma monarquia e passando a ser uma república, preservando o Estado como motor da sociedade.

Segundo Pedrosa e Xavier, as lutas políticas no interior da república geralmente ocorriam no contexto das eleições presidenciais e, em razão de a burguesia cafeeira ter sido a protagonista na transição para o capitalismo, elas “desenrolam-se ao redor dos grupos políticos dominantes no Estado de São Paulo” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 72). Com o capitalismo, a diferença econômica entre os estados acentuou-se e, sob a república, “a burguesia de São Paulo, aliada à de Minas Gerais, conquistou o governo federal” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 72). Do mesmo modo que o poder executivo passou a se confundir com a burguesia cafeeira, o legislativo integrou-se às elites dos outros estados. Nos termos dos autores: “Os representantes parlamentares dos estados secundários tornaram-se representantes do poder central nos estados, ao invés de – segundo a ficção constitucional – representar os estados junto ao poder central” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 72). A distorção dos princípios republicanos foi acompanhada pelo desenvolvimento das forças produtivas que levou o processo econômico a se estender pouco a pouco ao território brasileiro, com o capitalismo penetrando “todo o Brasil, transformando as bases econômicas mais retardatárias” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 72).

A hegemonia política da burguesia cafeeira foi importante para o capital submeter os demais estados a sua lógica, mas o desenvolvimento capitalista estava atrelado à produção agroexportadora de São Paulo e Minas Gerais. Deste modo, o poder político da burguesia cafeeira ampliava seu poder econômico, acentuando a desigualdade entre os dois estados mencionados e os demais. Ângelo José da Silva destaca que o quadro apresentado por *Esboço* “mostra o processo de centralização das decisões no Executivo, o seu controle e o manuseio dos poderes necessários para aplicar as políticas que acabam por resultar no atendimento dos interesses da fração hegemônica e dominante” (SILVA, 2002, p. 149). Ademais, “o processo de tomada de decisões”, continua Silva, “encontrava-se rigidamente centralizado nas mãos do Presidente da República, daí a importância dada às eleições presidenciais” (SILVA, 2002, p. 149).

No início do século XX, com o capitalismo desenvolvendo-se, tendo como motor o Estado controlado pela burguesia cafeeira, as frações da burguesia definiam-se regionalmente por causa dos ciclos econômicos ter levado cada estado a se especializar em um ramo da produção agrícola. Antes da Primeira Guerra Mundial, os recursos provenientes da exportação de café beneficiavam indiretamente a todas as elites regionais, especialmente as do Nordeste,

cuja reprodução não se manteria com a decadência de sua base econômica. Mas o conflito subjacente tanto ao desenvolvimento econômico quanto à centralização política só ganharia seus contornos finais com a necessidade de criar mercado interno decorrente da instabilidade da economia mundial com a guerra. Pedrosa e Xavier afirmam que, “com a Grande Guerra e o protecionismo, o crescimento industrial acentuou-se, complicando as relações de classe e os problemas decorrentes” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 72). Não apresentam dados para sustentar a afirmação relativa ao crescimento industrial, mas o importante é apreender que conforme o mercado interno se tornava um polo dinamizador da economia brasileira frente à crise do mercado mundial mais ia se tornando insustentável a hegemonia política da burguesia cafeeira.⁸ Ou seja, “a urgência e penúria do mercado interno constituem um dos pontos nevrálgicos da instabilidade econômica e política do Brasil” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 74). Conforme os autores, “a política da burguesia orientava-se, até então, no sentido da manutenção do monopólio da produção cafeeira no mercado mundial” (PEDROSA; XAVIER, 1931, pp. 72-73). Entretanto “o problema principal complicou-se com a necessidade da criação de mercados internos” (PEDROSA; XAVIER, 1931, pp. 73-74) em função do surto industrial iniciado na Primeira Guerra Mundial e da expansão do capitalismo. Avançando para o contexto da Revolução de 1930, Pedrosa e Xavier afirmam que “o recente desenvolvimento das rodovias, a política financeira de estabilização” tornavam-se problemas da política interna, que acentuavam “a intervenção direta do governo federal nos negócios dos estados” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 74). E a conclusão de *Esboço* está calcada na forma como o ensaio apreende o processo histórico que erigiu um Estado interventor em função da burguesia não ter bases econômicas estáveis para instaurar sua hegemonia política: “Para o

⁸ Boris Fausto sustenta o surto industrial decorrente da Primeira Guerra Mundial e indica o problema referente ao controle da burguesia cafeeira sobre a política econômica governamental: “É comum a referência à Primeira Guerra Mundial como um período de incentivo às indústrias, dada a interrupção da concorrência de produtos importados. Mas a década de 1920 foi pelo menos tão significativa quanto os anos da guerra, pois nela começaram a aparecer tentativas de superar os limites da expansão industrial. Incentivadas pelo governo, surgiram duas empresas importantes: em Minas Gerais, a Siderúrgica Belgo-Mineira, que começou a produzir em 1924; em São Paulo, a Companhia de Cimento Portland, cuja produção foi iniciada em 1926. Ao mesmo tempo, a partir da experiência e dos lucros acumulados durante a Primeira Guerra, pequenas oficinas de consertos foram se transformando em indústrias de máquinas e equipamentos. Teria o Estado facilitado ou dificultado o crescimento industrial? A principal preocupação do Estado não estava voltada para a indústria, mas para os interesses agroexportadores. Entretanto, não se pode dizer que o governo tenha adotado um comportamento anti-industrialista. Houve proteção governamental em certos períodos à importação de maquinaria, reduzindo-se as tarifas da alfândega. Em alguns casos, o Estado concedeu empréstimo e isenção de impostos para a instalação de indústrias de base. Por outro lado, a tendência de longo prazo das finanças brasileira no sentido da queda da taxa de câmbio tinha efeitos contraditórios com relação à indústria. A desvalorização da moeda encarecia a importação dos bens de consumo e, portanto, estimulava a indústria nacional, mas, ao mesmo tempo, tornava mais cara a importação de máquinas de que o parque industrial dependia. Resumindo, se o Estado não foi um adversário da indústria, esteve longe de promover um política deliberada de desenvolvimento industrial” (FAUSTO, 2006, pp. 288-289).

desenvolvimento dos mercados internos todos os meios são bons e um governo forte e centralizado é condição essencial” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 74).

Para Pedrosa e Xavier, o imperialismo agravava a centralização política. Todavia, eles procuram compreender o imperialismo enquanto um processo estruturante da sociedade brasileira. Em outros termos, compreendem o país como parte constitutiva do sistema capitalista. Como dito em *Esboço*: “A penetração imperialista é um revulsivo constante que acelera e agrava as contradições econômicas e as contradições de classe. O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica e as contradições de classe” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 74). Mais precisamente, “o imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e das regiões submetidas à sua influência, impedindo o seu desenvolvimento capitalista normal, não permitindo que esse desenvolvimento se realize de maneira formal nos limites do Estado” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 74). Pelo fato do capitalismo brasileiro não ter se desenvolvido dentro dos limites de seu território, “a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 74). Durante a transição para o capitalismo, a burguesia cafeeira do estado de São Paulo, mesmo parcialmente, desempenhou um papel progressista. Agora, com a inserção brasileira no sistema capitalista, nem uma das burguesias era progressista. Segundo os autores, o imperialismo não concedia tempo para as burguesias respirarem e, internamente, o fantasma da luta de classes tiravam-lhe “o prazer de uma digestão calma e feliz” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 74). Consequentemente, elas deviam lutar “em meio ao turbilhão imperialista, subordinando sua própria defesa à defesa do capitalismo. Daí, sua incapacidade política, seu reacionarismo cego e velhaco e – em todos os planos – a sua covardia” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 74). A incapacidade política burguesa não era apenas uma característica do Brasil, mas dos países cuja transição para o capitalismo ocorreu sob o taco do imperialismo. “Nos países novos, diretamente subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 74), nos termos de *Esboço*. Revolucionando permanentemente a economia dos países que lhe eram submetidos, o imperialismo atuava como fator reacionário em política e contribuía para erigir governos fortes que subordinavam a sociedade ao poder executivo. Referenciando-se no golpe de Estado dado por Luís Bonaparte em 1851 na França, Pedrosa e Xavier consideram que “é assim que se repete na fase imperialista, por processo análogo, a subordinação da sociedade ao poder executivo, na

qual Marx via a expressão da influência política dos camponeses parcelários” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 75).

Após destacarem o papel do imperialismo na hipertrofia do poder executivo, os autores voltam-se para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e suas implicações políticas a partir do momento em que o crescimento do mercado interno tornava-se um imperativo econômico. Por causa da centralização do poder político no executivo, a industrialização só vicejava ao entrelaçar-se com o Estado. “As exigências do desenvolvimento industrial obtêm, como condição essencial, o apoio direto do Estado” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 75), conforme *Esboço*. E os autores notam que “a indústria nasce ligada ao Estado pelo cordão umbilical” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 75). Para eles, o imbricamento do político ao econômico foi observado por Leon Trotsky ao estudar o capitalismo russo, que, assim como o Brasil, era tardio. “O reforço gradativo do poder executivo é, aliás, um processo regular e sistemático do desenvolvimento industrial nos países politicamente secundários, como o demonstra Trotsky com relação à Rússia czarista” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 75). Como dito anteriormente, a industrialização acelerou-se quando a demanda externa pelo café diminuiu em razão da Primeira Guerra Mundial, “coincidindo com o domínio preponderante do imperialismo norte-americano no cenário mundial, especialmente na América Latina. Ou seja, desde o governo de Epitácio Pessoa”, que assinala “o ponto culminante da vaga de constitucionalismo e do fetichismo da autoridade constituída” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 75). O governo de Artur Bernardes “foi presa da obsessão histórica da ordem do regime social” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 75). Deste modo, “a reação tornou-se sistemática e assumiu caráter de classe muito claro” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 75). Em síntese, “a apologia dos governos fortes, a divinização da ordem, o ataque contra a democracia e o liberalismo foram os pontos principais da ideologia reacionária, que surgiu entre a fumaça das chaminés das fábricas e dos *dreadnoughts* americanos” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 75, grifo do original).

Lembrando-se da cisão ocorrida entre a burguesia de São Paulo e Minas Gerais na eleição presidencial de março de 1930, Pedrosa e Xavier afirmam que Washington Luís “representa a hipertrofia do poder executivo, já separado dos interesses imediatos da fração da burguesia que o levou ao poder” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 75). Nesta afirmação observa-se que o referencial de *Esboço* passa a ser o bonapartismo. Com o crescimento do mercado interno, os autores acreditavam que o Estado brasileiro modificava-se aos poucos. A centralização política em vez de arrefecer-se, ia se acentuando a partir do governo de Epitácio Pessoa. E o poder executivo ia adquirindo uma autonomia relativa em relação à sociedade.

Mais precisamente, o processo histórico engendrou o bonapartismo porque a complexidade do desenvolvimento desigual e combinado inviabilizou a hegemonia política de uma fração da burguesia. Segundo os autores, “aqui, ainda, verifica-se o que Trotsky dizia das relações entre as classes burguesas e o tzarismo, a saber, que não era a força dessas classes que determinava o poder da monarquia russa, mas a sua *fraqueza*” (PEDROSA; XAVIER, 1931, pp. 75-76, grifo do original). Destarte, se a burguesia cafeeira desempenhou um papel progressista na transição para o capitalismo, a burguesia industrial não tinha condições de ser progressista politicamente nem de conduzir a industrialização fora do âmbito do Estado. Sumariamente, ela não tinha forças para conduzir o processo de fortalecimento do mercado interno com autonomia em relação ao Estado. Conforme Pedrosa e Xavier, “no Brasil, todas as classes estão subordinadas ao executivo e as palavras de ordem liberais, mesmo as mais banais, têm, para o governo, o sentido de declarações comunistas” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 76). Todavia, quando a sociedade se organizava a repressão insistentemente recaía sobre ela impedindo sua livre organização, gerando um liberalismo retórico, pois “os chamados liberais aplaudem a repressão policial quando esta se exerce contra as organizações proletárias” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 76). Como os autores sintetizam:

Marx escreveu que, nas vésperas do golpe de Estado de Napoleão III, a burguesia francesa tachava de heresia “socialista” o que ela qualificava, anteriormente, como “liberal” e reconhecia, desse modo, que para conservar intacto seu poder social, era mister romper seu próprio poder político e que a burguesia não pode continuar a explorar as outras classes e a gozar tranquilamente da propriedade, da família, da religião e da ordem, senão à condição de ver sua classe condenada à mesma nulidade política que as outras classes e, assim, proclama sua dominação *política* incompatível com a sua segurança e sua própria existência. (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 76)

Conforme Pedro Roberto Ferreira, *Esboço* compreende que “sem um executivo forte a burguesia nacional nada é, dependente como sempre será de um Estado estruturado com burocracia e ministérios cúmplices com esta industrialização capitalista” (FERREIRA, 2005, p. 25). Já no início da industrialização o capital privado amalgamou-se com o setor público, marcando profundamente “a vida política nacional com uma politização da economia” (FERREIRA, 2005, p. 25). Apesar de referenciar-se no bonapartismo, Pedrosa e Xavier procuravam apreender as particularidades bonapartistas do Estado brasileiro, com bases sociais distintas, já que aqui o bonapartismo não se apoiou na classe dos pequenos proprietários rurais, como foi na França do século XIX.

2.1.4 Revolução de 1930

Para Mário Pedrosa e Lívio Xavier, a Revolução de 1930 não foi uma ruptura *stricto sensu*, mas consequência do processo de formação do capitalismo brasileiro. A hipertrofia do poder executivo acompanhou a expansão da acumulação do capital. Pouco a pouco o Estado adquiriu seus contornos bonapartistas. Contudo, este processo político só se completou com a cisão no interior do bloco de poder, com a fração cafeeira da burguesia isolando-se das demais frações burguesas, ao renunciar os interesses gerais da burguesia em nome de seus interesses mais egoísticos. Conforme os autores, “a burguesia de São Paulo sacrificou seus interesses gerais de classe e seu interesse político em benefício de interesses particulares mais limitados, mais imediatamente materiais”, desconsiderando a “solidariedade de classe de caráter coletivo” (PEDROSA; XAVIER, 1931, pp. 76-77). Por causa do egoísmo da burguesia cafeeira, as outras frações burguesas voltaram-se contra ela e o Partido Republicano Paulista (PRP), sua representação no plano político.

Apesar de Pedrosa e Xavier considerarem que o caráter geral do aparelho de Estado, especialmente sob o regime burguês, tendia “a evoluir naturalmente para uma centralização crescente” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 77), preocuparam-se em apreender as causas particulares da centralização política no Brasil. Enumeram-nas como sendo a extensão territorial; a baixa densidade demográfica; a “agricultura industrializada”, por causa do “caráter especial da produção”; a ausência da renda fundiária, que, para eles, “ocasiona a confusão entre o proprietário de terra e o proprietário da exploração agrícola”; o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo; “a divisão política que legaliza a supremacia dos estados mais fortes sobre os mais fracos” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 77); o crescente processo de industrialização; por fim, a pressão imperialista. Os autores enfatizam a importância das duas últimas causas para a centralização porque elas passaram a ter uma presença mais forte no decurso da república oligárquica, especialmente após a Primeira Guerra Mundial. Como está dito em *Esboço*: “Essa centralização acentuou-se com o desenvolvimento industrial progressivo e a intervenção do capital *yankee*, isto é, desde que se patenteou a necessidade da criação de mercados internos” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 77, grifo do original).

Pedrosa e Xavier identificam a reforma constitucional de 1926 como o momento em que os contornos bonapartistas do Estado começaram a ganhar forma.⁹ Segundo eles, “o poder federal fortaleceu-se e a constituição foi reformada a fim de facilitar a intervenção da União nos estados” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 77). Em razão da centralização crescente da máquina governamental, os interesses gerais do governo confundiam-se com os interesses particulares da burguesia cafeeira. Nos termos de *Esboço*, “o aparelho de Estado federal adapta-se cada vez mais aos interesses econômicos da burguesia, na razão direta de sua centralização” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 77). A centralização acirrava a luta no interior da burguesia porque o controle do poder executivo era indispensável à hegemonia de uma fração burguesa sobre as outras. A partir da compreensão da hipertrofia do poder executivo que o ensaio referido apreende a Revolução de 1930. Para os autores, ela era parte constitutiva da formação social brasileira, que foi reconstruída por eles desde a colonização para entender as mudanças operadas ao longo do processo histórico que levaram ao bonapartismo, cuja base social era distinta da França de Luís Bonaparte. Portanto, a Revolução de 1930 é compreendida enquanto disputa das frações burguesas para controlar o poder executivo. Afinal, se, *hoje*, o aparelho de Estado “serve de maneira imediata aos interesses dos partidos dominantes de São Paulo, ele pode servir, amanhã, aos interesses particulares dos partidos dominantes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 77).¹⁰

Conforme Pedrosa e Xavier, o levante do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba tinha como motivação confessa a defesa do princípio federativo. Os políticos gaúchos, mineiros e paraibanos estavam defendendo suas próprias posições, pois “se eles se resignassem a suportar as violências do governo federal, isso teria significado o término, no Brasil, do processo centralizador do aparelho de Estado, consagrando a hegemonia definitiva de São Paulo sobre os demais estados da Federação” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 78). Os autores estavam procurando apreender as contradições entre a centralização e a federação e a Revolução de 1930 evidenciava as contradições do processo político. Como expõe *Esboço*, “a fórmula definitiva ainda não foi encontrada. A contradição entre a necessidade imperiosa da centralização e a forma política federativa é evidente” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 78). Este conflito dava-se por causa da acumulação do capital, que exigia a centralização para expandir-se, face à formação histórica dos estados, que exigia “a Federação como condição da

⁹ Trata-se da Emenda Constitucional de 3 de Setembro de 1926, cujo artigo sexto foi substituído e assegurou uma série de condições para a União intervir sobre os estados da Federação. A emenda citada está disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon_sn/1920-1929/emendaconstitucional-35085-3-setembro-1926-532729-publicacaooriginal-15088-pl.html>.

¹⁰ Como exposto no início deste capítulo, *Esboço* foi escrito enquanto o processo revolucionário se desenrolava. Então, para Mário Pedrosa e Lívio Xavier, o aparelho de Estado ainda estava nas mãos da burguesia paulista.

unidade nacional” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 78). Para Pedrosa e Xavier, o desenvolvimento capitalista para além do eixo São Paulo-Minas Gerais acabou levando as elites dos outros estados a desejarem participar da gestão do aparelho do governo federal em condições de igualdade. Dado a centralização, a reprodução da burguesia garantia-se pelo controle do poder executivo. Assim, por não ter forças para reproduzir-se fora do âmbito do Estado, a fração cafeeira da burguesia não tinha condições de dividir a gestão do governo federal com as outras frações burguesas em ascensão. Esta análise leva os autores a concluírem que “o poder executivo tornou-se, na sociedade brasileira, a força decisiva que permite à oligarquia do partido que o exerce um domínio quase completo” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 78). Por outro lado, “a burguesia nacional vê a força do Estado escapar de suas mãos e está condenada a ceder o controle político à ação internacional imperialista, devido a sua incapacidade histórica de agir coletivamente como classe” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 78). Ao perceberem as contradições entre a centralização e a federação, eles ponderam sobre o caráter imperioso do bonapartismo para a burguesia, embora eles estejam considerando que o árbitro sobre as classes seja o imperialismo.

O bonapartismo enquanto imperativo para o desenvolvimento do capitalismo provinha da formação da burguesia do Brasil. Na apreciação de Pedrosa e Xavier, as diversas frações burguesas não possuíam tradições políticas congêneres. O isolamento entre a burguesia cafeeira e as demais gerou uma consciência de classe incapaz de levar em conta seus interesses em comum. A consciência de classe tinha como base a formação social brasileira. Como a colonização de Portugal criou entraves para o surgimento da pequena propriedade rural, não se formou uma classe de camponeses. Mantendo os pilares da exploração rural colonial, o Império impediu o surgimento do campesinato. Quando a exploração rural trocou de forma tornando-se capitalista, processo iniciado com a abolição da escravatura, as frações burguesas não precisaram realizar a expropriação dos pequenos proprietários rurais, dado sua inexpressiva presença na sociedade brasileira. Os autores declaram que as tradições históricas burguesas eram apenas patrioteiras. Mesmo assim não criaram um elo em comum entre as frações burguesas em razão de seu caráter particularista. Nos termos de *Esboço*, “suas tradições históricas são, antes de tudo, patrioteiras, elas combateram os *invasores estrangeiros*”, sendo “uma luta episódica que nunca se estendeu a todo o país, mas, ao contrário, conservou caráter regional”, “foi logo esquecida durante o longo desenvolvimento histórico ulterior” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 78). A consciência de classe surgiu tardiamente, quando a burguesia passou a temer a revolução social. No plano externo, por causa da vitória dos bolcheviques em 1917 na Rússia. No plano interno, em função do

crescimento do proletariado acompanhado de uma insipiente organização sindical e, a partir de 1922, partidária, com o surgimento do Partido Comunista do Brasil (PCB).

O problema posto por Pedrosa e Xavier acerca da consciência burguesa reativa frente à luta de classes, faz com que eles compreendam os partidos políticos como reprodutores do isolacionismo das burguesias estaduais: “no Brasil, os partidos políticos – expressão das oligarquias políticas – não podem, pois, possuir caráter nacional nem tradições políticas para defender” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 79). Contudo, voltando à preocupação da hipertrofia do poder executivo, as oligarquias regionais “têm cada vez mais necessidade do poder federal e isso na medida em que o Estado se fortalece e se centraliza e que o capitalismo transforma a base econômica sobre a qual elas se sustentam” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 79). Não é à toa que as lutas se tornavam renhidas durante as eleições presidenciais. Daí os autores examinarem a Revolução de 1930 enquanto um processo inteligível com a análise da formação social brasileira desde a colonização. Por enquanto, o levante militar liderado por Getúlio Vargas é compreendido por eles como a forma encontrada pelos estados revoltosos para resolver a “contradição que opõe a forma política federativa ao desenvolvimento pacífico das forças produtoras” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 79). Em síntese, “a burguesia brasileira procura uma forma conciliadora entre a tendência à centralização do governo e a forma federativa, garantia da unidade nacional” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 79). Somente no decurso do processo revolucionário que Pedrosa compreenderia que o bonapartismo gestado ao longo da república oligárquica se manifestaria plenamente no governo provisório de Getúlio Vargas, quando a Oposição de Esquerda lançaria o manifesto *Aos trabalhadores do Brasil*, em janeiro de 1931.

Aqui, trata-se, porém, de compreender o processo histórico que culminou na Revolução de 1930. Mais especificamente o pioneirismo da análise de Pedrosa e Xavier que sedimentou uma compreensão da sociedade brasileira distinta da produzida pelos intelectuais marxistas vinculados ao stalinismo. Ao reconhecerem a importância de *Esboço*, José Castilho Marques Neto e Dainis Karepovs afirmam que este ensaio trotskista apresentou as origens e as especificidades do desenvolvimento capitalista brasileiro. Também demonstrou que suas especificidades, fruto da coexistência de formas atrasadas e avançadas de dominação política e produção econômica, “condicionaram processos de constante instabilidade política e econômica, que governos fortes e centralistas buscavam manter sob controle” (MARQUES NETO; KAREPOVS, 2007, p. 398). Mas o impasse instaurou-se no fim do governo Washington Luís quando o Poder Executivo hipertrofiado separou-se dos “interesses imediatos da fração da burguesia que o levou ao poder” (MARQUES NETO; KAREPOVS,

2007, p. 398). Marques Neto e Karepovs concluem que a caracterização realizada por Pedrosa e Xavier em 1930 distingue-se fundamentalmente das análises dos comunistas por ter compreendido o levante militar de outubro como resultado do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e não como “resultado de contradições entre os interesses dos imperialismos inglês e norte-americano” (MARQUES NETO; KAREPOVS, 2007, p. 398). Segundo Pedro Roberto Ferreira, *Esboço* apreendeu “as forças aliancistas em 1930 enquanto expressões caóticas mas muito pertinentes à estrutura do nosso desenvolvimento” (FERREIRA, 2005, p. 23).

Como a Revolução de 1930 estava em andamento quando da redação de *Esboço*, ela era entendida como um teste para a unidade nacional, instável em razão de uma consciência burguesa forjada no relativo isolamento das elites regionais entre si. Com a cisão ocorrida no bloco de poder, a unidade nacional estava sendo posta a prova porque ela “foi antes uma conquista política do que uma consequência econômica” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 79). Entretanto, a dialética do desenvolvimento econômico, “aparentemente paradoxal” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 79), na observação de Pedrosa e Xavier, pressionou a burguesia a consolidar a unidade nacional pelas armas. Isto se devia ao desenvolvimento das forças produtivas que obrigava a burguesia a encontrar “uma forma política adequada ao equilíbrio dos estados que estão chegando ao momento de assumir seu impulso capitalista” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 79). Decompondo a burguesia em suas frações conforme a região em que elas estavam situadas: a burguesia industrial de São Paulo carecia de mercados; a burguesia agrária do Rio Grande do Sul, em razão do caráter policultor de sua produção, carecia de “uma proteção mais atenciosa do governo central” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 79); a burguesia mineira, cuja base produtiva era mais diversificada, com um potencial significativo para o desenvolvimento da indústria pesada, reclamava “participação maior no poder central, além dos motivos políticos de seu levante, que se expressam no rompimento da aliança tradicional com São Paulo, pelo exercício do governo federal”; a burguesia nordestina exigia “uma intervenção menos precária da União, a fim de resolver mais sistematicamente os problemas fundamentais” do Nordeste, “para tornar possível um desenvolvimento mais regular de suas produtoras” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 80).

Concomitantemente ao conflito gerado pelos interesses específicos das frações burguesas, os autores não deixavam de levar em conta que os interesses imperialistas agravavam ainda mais as contradições e pesavam exageradamente sobre o Estado. O balanço de pagamentos deficitário criava um círculo vicioso e o governo federal recorria ora ao capital financeiro inglês ora ao capital financeiro estadunidense para cobrir suas dívidas. Além deste

“processo clássico da acumulação imperialista” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 80), teve de majorar progressivamente os impostos, achatando a renda dos trabalhadores rurais e urbanos. O empobrecimento destes gerou outro círculo vicioso, pois, com a renda sendo pressionada para baixo, tornava mais difícil “o desenvolvimento dos mercados internos existentes e ainda mais difícil a formação de novos” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 80).

Percebendo a mudança da sociedade brasileira, Pedrosa e Xavier compreenderam que, além das contradições no interior da burguesia e do imperialismo, o surgimento de outras classes agravava a situação política. Se a exploração rural colonial bloqueou a formação dos pequenos proprietários rurais, a crise da produção cafeeira favoreceu a maior racionalização da cultura e criou condições para a diferenciação das classes no campo. Se esta diferenciação favorecia o mercado interno, tornava mais instável o processo político. Portanto, “a contradição da propriedade e sua divisão constituem a base contraditória do processo, favorecido ainda pelo desenvolvimento da luta armada, pela formação de uma classe média de pequenos proprietários” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 80). Segundo os autores, “qualquer reagrupamento aparece na arena política do Brasil como uma formação estranha à tradição histórica e econômica do país” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 80). Em suma, os pequenos proprietários rurais, formados essencialmente pelos colonos do sul do Brasil, eram estranhos à formação social brasileira, “sua origem deve-se mais às correntes imigratórias estrangeiras do que às velhas populações rurais brasileiras” (PEDROSA; XAVIER, 1931, pp. 80-81). A racionalização da produção cafeeira gerou uma classe que era um corte na tradição da sociedade brasileira, mas da mesma forma que as outras classes ela não conseguia romper os limites estreitos de uma consciência forjada regionalmente. “Por outra parte”, destacam Pedrosa e Xavier, “sua economia proporciona a base regional de um sentimento patriótico que não ultrapassa as divisas de um estado” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 81).

Mesmo levando em consideração o surgimento de uma nova classe que rompia com a tradição fundiária do Brasil, Pedrosa e Xavier não atribuíam qualquer papel revolucionário para ela no quadro político brasileiro. Sua hegemonia restringia-se a sua localização territorial, só se formou “por necessidade de autodefesa”, ao “procurar impor a sua vontade de classe sobre a base provincial” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 81). Entretanto, por causa da expansão do capitalismo monopolista, “está irremediavelmente condenada, pois sua ascensão como classe no Estado tem como consequência a penetração ainda mais acentuada e constante do capital estrangeiro, que a submete, assim, mais diretamente, ao domínio imperialista” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 81). A análise empreendida em *Esboço* leva seus autores a concluir que “a independência nacional torna-se ainda mais precária, e mais difícil é a

manutenção da unidade política do país, uma vez que a pequena propriedade não tem qualquer interesse específico pelo problema da unidade nacional” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 81). A Revolução de 1930, para eles, colocava o problema da unidade nacional frente à formação regionalista das classes sociais. Nem a burguesia nem a pequena burguesia detinham uma consciência coletiva que deixava de lado seus interesses particularistas em nome da unidade nacional.

Independente de qual fração burguesa fosse vitoriosa no levante militar de outubro, a unidade do Brasil sob o poder burguês “será garantida na razão direta da exploração crescente das classes oprimidas e do achatamento sistemático das condições de vida do proletariado” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 81). Se Pedrosa e Xavier não perceberam que a concessão de direitos sociais poderiam melhorar as condições de vida dos trabalhadores, notaram que os direitos civis e políticos estavam em risco e que a sociedade deveria se organizar para salvaguardar as liberdades democráticas. Apesar do tom dogmático do fim de *Esboço*, de que “nas condições atuais, a obra mais urgente do proletariado é a criação de um verdadeiro partido comunista de massas” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 81), para conseguir tornar-se a classe hegemônica e garantir “a unidade nacional mediante a organização do Estado soviético” (PEDROSA; XAVIER, 1931, p. 82), a ação política da Oposição de Esquerda, que se confunde com Pedrosa, se pautaria até o fechamento do regime para a esquerda em 1935 pela resistência democrática à gênese do bonapartismo iniciado no governo provisório.

2.2 TROTSKISMO E RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

A segunda parte deste capítulo analisa a orientação para a ação política de Mário Pedrosa sobre a Revolução de 1930 e, pelo fato dela não ocorrer no interior de *Esboço*, cuja preocupação é mais interpretativa, calca-se em documentos da Oposição de Esquerda, organização política vinculada a Pedrosa, e entrevistas dadas por ele no período. Os documentos são *Aos trabalhadores do Brasil*, publicado no *Boletim da Oposição* em janeiro de 1931; *Carta aos camaradas do Partido Comunista*, folheto impresso e datado de 14 de julho de 1932; *Projeto de teses sobre a Assembleia Constituinte*, publicado no *Boletim da Oposição* em maio de 1932; *Manifesto da Frente Única Fascista ao povo do Brasil*, publicado em *O Homem Livre* em 17 de julho de 1932. As entrevistas foram publicadas em 05 de janeiro de 1933 em *A Platéia*, com o título de *A luta contra a guerra imperialista*; e em 04 de fevereiro

de 1933 no *Correio de S. Paulo*, com o título de *O que representa para a política internacional a subida de Hitler ao poder*.

2.2.1 Governo provisório, início da Era Vargas

Apesar de *Esboço* ter sido redigido durante o movimento outubrista, Mário Pedrosa e Lívio Xavier conseguiram intuir alguns desdobramentos da Revolução de 1930 através de uma análise *pari passu* do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Entretanto, como observado na primeira parte deste capítulo, eles compreenderam o caráter bonapartista da revolução burguesa, só que não foram conclusivos em relação à contradição entre a centralização e a federação. Somente após a vitória das frações burguesas atreladas a Getúlio Vargas que Pedrosa percebeu que esta contradição fortaleceu ainda mais a centralização. Em janeiro de 1931, a Comissão Executiva Provisória da Liga Comunista, liderada por Pedrosa, publicou no *Boletim da Oposição* o manifesto *Aos trabalhadores do Brasil*, onde enfatizava o caráter bonapartista do governo provisório e a necessidade da ação política da esquerda ter como bandeira as liberdades democráticas.

Da mesma forma que Pedrosa e Xavier em *Esboço*, a Liga Comunista enfatiza a hipertrofia do poder executivo em *Aos trabalhadores do Brasil*: “o governo federal tornou-se tão absorvente, tão grande é a soma de poder enfeixada nele, que a burguesia de um estado que se apodera dele pode exercer um controle quase completo de todas as forças do Estado” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 57). Com o poder executivo hipertrofiado, a fração burguesa que controlar o governo federal “dispõe do instrumento mais aperfeiçoado para a exploração da massa oprimida” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 57). Se o Estado brasileiro era o mais perfeito instrumento de exploração das classes subalternas, suas Forças Armadas estavam mais aptas a defenderem os interesses da burguesia do que os da Nação. A distorção dos princípios de defesa levou as Forças Armadas a se mobilizar para “impor ao povo a vontade da classe dominante e esmagar as revoltas populares” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 57). A repressão popular *normaliza* a situação de conflito social gerado pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e os empréstimos para rolar as dívidas do governo federal eram aprovados pelo capital financeiro em razão da aparente paz social. Como exposto em *Aos trabalhadores do Brasil*, a burguesia pode “mais livremente obter das potências imperialistas os empréstimos que aumentam a opressão das

massas” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 57). Para a Oposição de Esquerda, o vínculo entre a burguesia e o imperialismo acentuava o caráter autocrático da revolução burguesa no Brasil.

O desenvolvimento do capitalismo vai fortalecendo as elites dos outros estados que estavam submetidas à hegemonia da burguesia cafeeira no poder executivo. O manifesto trotskista nota que em 1930 a burguesia gaúcha detinha força suficiente para arrebatá-lo o governo da União das mãos do Partido Republicano Paulista (PRP). Sozinha, contudo, a burguesia gaúcha não teria logrado sucesso no levante de outubro. O apoio das elites de outros estados foi fundamental. Ele veio com a cisão no bloco de poder, com a burguesia mineira, liderada por Arthur Bernardes, lutando “pela hegemonia política que estava sendo exercida por São Paulo” e o levante da Paraíba representando os “anseios da burguesia local do Nordeste ambicionando uma maior liberdade política” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 57). Os “velhos e jovens politiquês” da República Velha, “auxiliados por um pronunciamento típico de oficiais superiores que hipotecavam seu apoio a Washington Luís (enquanto este não os mandou às linhas de fogo)”, foram aderindo ao movimento encabeçado por Getúlio Vargas “em nome da unidade nacional em perigo” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 57-58).

Mesmo com “suas tendências separatistas”, a burguesia gaúcha tornou-se “campeã da unidade nacional”, apeando “do governo federal o partido mais representativo dos interesses da burguesia monopolizadora de São Paulo, uma vez vacilante a sua base econômica, caracterizada pela monocultura capitalista” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 58). A Comissão Executiva percebe que a burguesia gaúcha foi capaz de mobilizar os anseios das frações burguesas descontentes com a hegemonia da burguesia cafeeira porque sua base produtiva estava mais subordinada ao fortalecimento do mercado interno. Com o mercado externo em crise, a hegemonia de São Paulo tornava-se cada vez mais instável, concomitantemente ao fortalecimento das outras frações burguesas a partir da Primeira Guerra Mundial, como Pedrosa e Xavier tinham observado em *Esboço*. Segundo *Aos trabalhadores do Brasil*, “agora, está-se vendo a burguesia gaúcha, baseada na policultura, pecuária e indústrias correlatas, fazendo a campanha pela ‘unidade da pátria’, fazer a sua própria propaganda” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 58). Só que os interesses particulares da burguesia gaúcha, que se reproduzia com o fortalecimento do mercado interno, estavam de acordo ao novo patamar de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Nos termos do manifesto trotskista, “a necessidade em que se vê de assegurar mercados internos para a sua produção, leva-a a proclamar um ‘nacionalismo econômico’, ‘favorável ao povo’ e ‘pelo

barateamento da vida””, todavia “mal esconde uma torpe solicitude em benefício dos seus próprios interesses de classe” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 58).

Quando da redação de *Esboço*, a contradição entre centralização e federação ainda precisava ser resolvida pela burguesia no intuito de assegurar a unidade nacional. Após o termo final da cisão do bloco de poder, a Liga Comunista afirma que “a unidade nacional burguesa foi mantida graças à vitória da ‘Aliança Liberal’” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 60). “O acordo geral da burguesa”, porém, “está sendo restabelecido à custa de uma opressão maior das classes pobres, reduzidas às mais duras condições de vida” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 60). E ele “será no Brasil burguês a última forma conciliatória entre a centralização do Estado, processo econômico de desenvolvimento capitalista, e a forma federativa, garantia da unidade política” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 60).

Pelo fato da análise trotskista entender que o capitalismo brasileiro era determinado de modo complexo tanto pelo seu movimento interno quanto pela dinâmica do capitalismo mundial, *Aos trabalhadores do Brasil* procurava articular a revolução burguesa de caráter bonapartista com o imperialismo. Este manifesto trotskista considera que “a falência financeira do Estado, a redução das reservas de ouro, como efeito da política monetária do governo perrepista, a crise econômica da superprodução agrária e industrial, agravarão o grau de dependência do Estado brasileiro à economia mundial imperialista” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 60). “A burguesia nacional tem de submeter, pois, a sua política à política dos grandes países imperialistas” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 61), conclui a Oposição de Esquerda. A vitória de Getúlio Vargas significava para Pedrosa e seus companheiros

Manter a unidade burguesa do Brasil, manter a centralização do poder político, sob a forma de ditadura militar manifesta ou declarada, de baioneta calada sobre as massas exploradas e oprimidas, manter essa unidade num país em que o desenvolvimento das forças produtivas, nos diferentes estados, se faz desigualmente, acelerado o processo de desagregação pela invasão do capital financeiro internacional, pretender livrar a “pátria brasileira” do desmembramento, eis a missão histórica dos “generais da revolução”, dos Juarez Távora e Miguel Costa, dos João Alberto e Góes Monteiro a serviço da burguesia. (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, pp. 59-60)

Considerando que “nenhuma fração da burguesia, por mais liberal que seja o seu rótulo, pode efetivar as promessas democráticas” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 61), o bonapartismo da burguesia no Brasil colocado por *Aos trabalhadores do Brasil* tinha como consequência que a liberdades democráticas só se dariam no âmbito das lutas das classes

subalternas. Afinal, “a burguesia não tem mais interesse direto na realização das reivindicações democráticas” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 61). A Comissão Executiva dava dois exemplos acerca do caráter autocrático da Revolução de 1930: um com participação direta de Pedrosa¹¹, o empastelamento do *Jornal do Brasil* no dia da deposição de Washington Luís, cuja reação das tropas revolucionárias foi “espingardear o povo, na defesa do patrimônio do conde Pereira Carneiro” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 61); e a dissolução de um comício da Confederação Geral do Trabalho (CGT), com seus oradores sendo presos, um dia após a vitória do movimento armado liderado por Getúlio Vargas. Como estavam mais bem organizados em São Paulo, os trotskistas lembram que a liberdade na cidade durou apenas um mês e enumeram alguns atos autocráticos das frações burguesas vitoriosas em 1930, tais como o cerceamento do direito de greve e do direito de associação, a censura à imprensa e a infiltração de policiais nas reuniões sindicais.

Ao considerar que o caráter bonapartista da revolução burguesa no Brasil era irremediável, a Liga Comunista julga que “só o proletariado pode combater pelas reivindicações democráticas, pois só ele tem interesse vital na conquista da democracia” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, pp. 62-63). Ao organizar-se, o proletariado deparava com a frente única das frações burguesas, que deixavam suas divergências de lado para reprimir as organizações sindicais e políticas proletárias. “Não nos intimidam os manejos da ditadura burguesa. O proletariado lutará pelas reivindicações democráticas, batendo-se pelo direito de organizar os seus sindicatos revolucionários de classe e pela legalização do partido de sua vanguarda consciente” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 63), conclamam os trotskistas.

Aos trabalhadores do Brasil reivindica, nas suas últimas linhas, ampla liberdade de organização sindical, o reconhecimento dos comitês de fábricas e de fazendas, jornada de trabalho de 8 horas, o direito de greve, o salário mínimo, o seguro desemprego, os contratos coletivos de trabalho tanto nas fábricas quanto nas fazendas, a anulação dos impostos e hipotecas sobre as pequenas propriedades rurais e urbanas e o sufrágio universal, com “voto secreto, direto, sem distinção de sexo e nacionalidade, para os maiores de 18 anos e extensivo aos marinheiros e aos soldados” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 65). Por fim, a Assembleia Constituinte, para a Oposição de Esquerda, deveria ser convocada tendo como base tais reivindicações. Ao analisar o governo provisório, o manifesto trotskista demonstra que a resistência democrática pautaria a ação política da Liga Comunista durante o início da

¹¹ Conforme José Castilho Marques Neto, “ao elaborar seus dados biográficos com a ajuda de Mary Pedrosa, Mário Pedrosa também anotou que, no dia em que Washington Luiz foi deposto, o povo foi para as ruas e, pela primeira vez, Pedrosa tentou ‘influenciar o povo, procurando levá-lo a empastelar o *Jornal do Brasil* na Avenida, depois de incendiado *O Paiz*” (MARQUES NETO, 1993, p. 158).

Era Vargas. A análise de Pedrosa e Xavier acerca do desenvolvimento do capitalismo no Brasil em *Esboço* apreendeu o caráter bonapartista da revolução burguesa no Brasil. Agora era preciso organizar as classes subalternas para confrontar o poder executivo hipertrofiado e a burguesia autocrática.

2.2.2 Defendendo a convocação da Constituinte

A defesa da convocação da Assembleia Constituinte por parte da Comissão Executiva da Liga Comunista objetivava a ampliação dos direitos civis, políticos e sociais. Este objetivo deveria ser atingido sem deixar as classes subalternas à margem do processo político. Em 21 de janeiro de 1931, durante o ato de fundação da Liga Comunista do Brasil, quando ela aderiu formalmente à Oposição de Esquerda Internacional, Mário Pedrosa, no relatório que redigiu sob o pseudônimo de Miguel para a Comissão Executiva apresentar na Primeira Conferência Nacional da Liga Comunista, afirmava que a palavra de ordem da Assembleia Constituinte deveria ser lançada “para aprofundar o movimento iniciado em outubro de 1930 e dar um programa político às massas que então davam mostras evidentes de interesse político” (PEDROSA, ff. 1-2, 1931, apud KAREPOVS; MARQUES NETO; LÖWY, 1995, p. 239). Ao notar que a Revolução de 1930 provocou uma mobilização social para além das frações burguesas em disputa pelo poder executivo, Pedrosa acreditava que o curso do processo revolucionário poderia ser alterado e obter traços populares e radicais. Em 14 de julho de 1932, alguns dias após o início da Revolução Constitucionalista, a Comissão Executiva fez circular entre os comunistas o folheto impresso *Carta aos camaradas do Partido Comunista*, onde censurou o Partido Comunista do Brasil (PCB) por não ter aderido à palavra de ordem democrática. Os trotskistas ressaltam que se o Partido a tivesse lançado em conjunto eles teriam “podido desenvolver uma intensa agitação em todo o país e conduzir as massas sob o nosso estandarte” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 114). Destarte, “não só diminuiu consideravelmente a sua influência sobre as massas, como afastou mesmo a simples possibilidade de ligar-se com elas” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 115). Observa-se em *Carta aos camaradas do Partido Comunista* que a ação política pela via institucional era vista pelo grupo político de Pedrosa como uma forma de buscar uma aproximação efetiva das massas. No *Boletim da Oposição* de maio de 1932, a Liga Comunista apresentou seu *Projeto de teses sobre a Assembleia Constituinte*, no qual tentou convencer os comunistas da justeza teórica e prática da palavra de

ordem democrática. O ato de convencimento passava por uma análise acerca do Estado para demonstrar que as liberdades democráticas possibilitavam apresentar às massas que o proletariado tinha um projeto político autônomo da burguesia. Para os trotskistas, a participação da esquerda no Parlamento contribuiria para desmascarar a natureza autocrática da elite brasileira.

Em *Projeto de teses sobre a Assembleia Constituinte*, a Liga Comunista parte do pressuposto que o Estado é o *locus* do poder burguês. A elasticidade do Estado torna estável o poder burguês face à instabilidade do desenvolvimento capitalista. Como posto no documento trotskista, “permite à burguesia adaptar-se às múltiplas circunstâncias criadas no curso do desenvolvimento das contradições próprias do modo de produção capitalista” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, pp. 95-96). Se na fase concorrencial do capitalismo a burguesia exercia seu poder alheia ao Estado, na fase imperialista este alheamento não era mais possível porque ela precisava do aparelho de Estado para “manter a posse de todas as riquezas sociais: a terra, os produtos e os meios de produção” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 95). “Na fase imperialista”, portanto, “a burguesia, internacionalizando os seus interesses, arredou de si todo preconceito político e utiliza todas as formas de Estado, transformando-as socialmente, e sujeitando-as aos seus objetivos” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 96). Esta afirmação se dá ao constatar que o capitalismo vicejava nas formas clássicas de democracia (monarquia constitucional, república parlamentar e presidencial), no Estado corporativo (em 1932, fascismo e, nos anos posteriores, salazarismo e franquismo) e nas ditaduras militares: “todas as formas de Estado são outras tantas formas pelas quais se exterioriza a dominação dos capitalistas sobre os trabalhadores” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 96).

A análise sobre o Estado presente em *Projeto de teses sobre a Assembleia Constituinte* leva o grupo político de Pedrosa a concluir que “seja qual for a *forma de governo*, o que existe sempre é a *ditadura de uma classe sobre a outra*” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 95, grifos nossos). Aqui ocorre uma distinção cara a Karl Marx, Friedrich Engels e Leon Trotsky, onde a ditadura de classe é tomada como sinônimo de domínio de classe, não se tratando de uma forma de governo (DEUTSCHER, 1988). Em síntese, a ditadura de classe designa a essência do Estado, qual poder de classe emana dele, sem relação direta com a forma de governo que ocorre o domínio de classe. O que distingue o domínio do proletariado em relação ao da burguesia é que ele reflete a vontade da maioria. O termo ditadura do proletariado é figura de retórica para se referir ao domínio do proletariado. Com o tempo, Pedrosa abandonaria esta figura de retórica do marxismo. Somente com a distinção entre a ditadura do proletariado e a forma de governo que se deve analisar *Projeto de teses sobre a*

Assembleia Constituinte como o documento em que a Liga Comunista expressava que sua ação política basear-se-ia nas liberdades democráticas. Estas eram fundamentais para o proletariado conseguir obter o domínio sobre a burguesia, isto é, chegar à ditadura do proletariado.¹²

A libertação das massas exploradas e oprimidas da dominação burguesa só ocorreria por meio da revolução proletária para a Oposição de Esquerda. Ao conquistar o poder, o proletariado deteria o domínio sobre a burguesia e os órgãos de governo da ditadura do proletariado passariam a ser os soviets, o aparelho do Estado proletário. Conforme *Projeto de teses sobre a Assembleia Constituinte*, os soviets são “órgãos de insurreição, como organismo de frente única das massas no período que precede a tomada do poder pelo proletariado” e “órgãos de poder, após a destruição do aparelho de Estado da burguesia” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 98, grifos do original). Os soviets, portanto, têm dois momentos: enquanto a burguesia detinha o domínio sobre o proletariado, seria uma espécie de organização suprapartidária a agrupar os representantes das mais diversas classes antagônicas à burguesia; mas, a partir do momento em que o proletariado passasse a deter o domínio sobre a burguesia, o poder da sociedade organizada passaria a emanar dos soviets, como um contrapeso à vanguarda revolucionária. A forma como o grupo político de Pedrosa assimila os soviets deixa claro que a revolução comunista não seria obra exclusiva de uma vanguarda, mas passava por um processo de organização da sociedade que precede o domínio do proletariado. Compreensível a Liga Comunista ter reprovado o *putsch* comunista de 1935, dado sem a sociedade estar organizada a ponto de sustentar a tomada de poder da vanguarda revolucionária.

A análise de *Projeto de teses sobre a Assembleia Constituinte* acerca dos soviets demonstra que as liberdades democráticas para a Liga Comunista tinham um caráter educativo indispensável à organização da sociedade. Mesmo sobre o domínio da burguesia, o proletariado tinha de recorrer “a todas as formas da democracia burguesa”, pois elas eram “o meio mais fácil de alcançar a destruição das mesmas, como também a forma mais natural de conduzir as massas retardatárias, que ainda possuem ilusões democráticas, ao caminho da revolução proletária” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 98). Assim, “por ocasião das eleições para as instituições democráticas da burguesia”, prossegue o documento trotskista, “o proletariado deverá apresentar candidatos próprios, saídos de sua classe e sustentando um

¹² Certamente o termo hegemonia poderia ter sido usado para caracterizar a forma como ditadura do proletariado era compreendida no contexto, mas não era de conhecimento dos trotskistas o conceito de Antonio Gramsci, menos ambíguo que a figura de retórica ditadura do proletariado para designar a fase em que o proletariado detém a hegemonia perante a burguesia.

programa revolucionário, baseado numa política revolucionária, independente, de classe” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, pp. 98-99). O boicote às instituições democráticas da burguesia só podia ser levado a cabo quando o proletariado tivesse “a possibilidade de opor à democracia burguesa a sua própria democracia” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 99). Portanto, as liberdades democráticas deveriam ser defendidas para a sociedade se organizar e a vanguarda educar as massas acerca da justeza da revolução proletária. Cauteloso, o grupo político de Pedrosa alerta que “só a situação pode indicar, em cada caso particular, se o boicote é ou não a tática mais aconselhável” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, pp. 99-100). Afinal, enquanto a sociedade não estiver organizada para assegurar a tomada de poder da vanguarda revolucionária, deixar de defender as liberdades democráticas pelo fato delas se darem sobre o domínio da burguesia diminuiria as possibilidades do proletariado apresentar às massas seu projeto político.

Após considerar que as liberdades democráticas deveriam ser defendidas pelos comunistas no intuito de favorecer a organização do proletariado mesmo sob o domínio da burguesia, o documento trotskista procura destacar a importância do parlamento para a esquerda. A Liga Comunista afirma que “o parlamento é uma instituição da democracia burguesa” e, para a burguesia, destina-se “a fazer crer ao povo que é ele quem governa, pois, podendo eleger os seus representantes, não lhe seria difícil obter a maior parcela de poder” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 100). Mas, apesar do Estado ser um instrumento de dominação da burguesia, o poder burguês “não se baseia exclusivamente no parlamento, cuja função é relativamente secundária e cuja existência é condicional” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 100). Condicional porque, como demonstrou a Revolução de 1930, o parlamento pode ser fechado conforme os interesses da burguesia. Secundário porque “a burocracia administrativa concentrada nos ministérios e sustentada pela polícia, pela marinha e pelo exército burgueses” era o essencial do aparelho de Estado (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 101).

Ao diminuir a importância do parlamento para a burguesia, o grupo político de Pedrosa põe em destaque o poder burguês, que, no Brasil, se concentrava essencialmente no poder executivo, como tinha sido assimilado pela Oposição de Esquerda no exame realizado em *Esboço* acerca do desenvolvimento do capitalismo nacional. Destarte, o parlamento passava a ser importante para o proletariado contrapor-se à burguesia. Se o parlamento era secundário para a burguesia, o interesse dos comunistas em substituí-lo pelos soviets estava condicionado à superação do capitalismo. Em síntese, a destruição do parlamento só podia ser de interesse do proletariado se o regime burguês fosse extinto também. A ressalva é que “o

proletariado não poderá alcançar o seu objetivo sem chamar ao seu lado a maioria da população” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 101). Aí reside a importância do parlamento para a esquerda porque “a participação do partido comunista nos parlamentos burgueses é necessária para chamar as massas mais retrógradas à vida política” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 102). *Projeto de teses sobre a Assembleia Constituinte* coloca de maneira esclarecedora o caráter educativo das liberdades democráticas para a Liga Comunista:

[...] Em todo o mundo capitalista, ao lado do proletariado consciente dos seus objetivos revolucionários, encontram-se largas camadas da população trabalhadora (proletários, semiproletários, pequeno-burgueses), sustentáculos da democracia burguesa, porque, escravas das ilusões constitucionais, esperam ainda do exercício do voto uma mudança radical de condições de vida. Essas camadas de trabalhadores não creem nas próprias forças. É para o esclarecimento dessas consciências que o partido do proletariado revolucionário deve entrar nas eleições e na luta dos partidos no parlamento burguês. É para neutralizar a influência da burguesia sobre essas camadas retardatárias da população trabalhadora, separando-as da colaboração com a burguesia, aproximando-as da compreensão de que só uma revolução proletária vitoriosa lhes dará satisfação aos objetivos econômicos. [...] (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 102)

O apego à ortodoxia marxista levou o grupo político de Pedrosa a reduzir o parlamento enquanto instituição da democracia burguesa, entretanto conseguiu notar a importância do parlamento para a esquerda contrapor-se ao domínio da burguesia. Afinal, “não é no mecanismo eleitoral da democracia burguesa”, destaca o documento trotskista, “que se encontra o fundamento do poder, mas na propriedade, no monopólio do ensino e no armamento” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 102, p. 101). Em vez de combater o parlamento por ser uma instituição da democracia burguesa, o proletariado devia usá-lo para conquistar o poder. Ao lado do parlamento, o outro instrumento da esquerda era a organização da sociedade. A ação política comunista tinha duas frentes: institucional, ao buscar participar do processo eleitoral, e revolucionária, ao organizar greves, manifestações, sindicatos, entre tantas outras formas de mobilização social. Assim agiu a Liga Comunista entre 1930 e 1935, com fracassos e sucessos. Do mesmo modo que havia um ponto de discórdia entre a Oposição de Esquerda e o Partido Comunista do Brasil (PCB) no que diz respeito à análise da sociedade brasileira, expressa em *Esboço*, havia um ponto de discórdia entre eles no que se referia à ação política, sintetizada na rejeição dos stalinistas à palavra de ordem democrática e levada ao paroxismo posteriormente, quando os stalinistas liderados por Luís Carlos Prestes tentaram tomar o poder em 1935. Segundo *Projeto de teses sobre a Assembleia Constituinte*, “as palavras de ordem democráticas, como por exemplo a de Assembleia Constituinte, devem,

pois, ser utilizadas pelo proletariado em todo o curso de sua luta contra a burguesia” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 102, p. 105).

A defesa da convocação da Assembleia Constituinte pela Liga Comunista era uma tentativa de aproximar-se efetivamente das massas. Mas também de tentar reverter o processo autoritário que tornava mais difícil a situação do proletariado organizado de todos os matizes ideológicos, anarquistas, comunistas e trotskistas. Não é à toa que a análise de *Projeto de teses sobre a Assembleia Constituinte* considera os soviets um organismo de *frente única*, onde todas as tendências de esquerda se reuniriam para bloquear a desorganização acarretada pela repressão política levada adiante por Getúlio Vargas. Em 1932, o grupo político de Pedrosa estava disseminando a tese de *frente única* entre as esquerdas apresentando as liberdades democráticas como um programa mínimo. E analisou a cisão ocorrida no interior do bloco de poder no intuito de demonstrar a oportunidade aberta ao proletariado organizado tentar reverter o processo autoritário.

Segundo a Liga Comunista, o governo discricionário de Getúlio Vargas cerceava “as liberdades mais elementares: de reunião, de pensamento, de imprensa, organização” e dirigia “contra os sindicatos operários uma séria ofensiva, visando castrá-los e reduzi-los à passividade com a decretação de leis de caráter fascista” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 102, p. 105). Por outro lado, a cisão no interior da burguesia fez com que os antagonismos capitalistas assumissem “a forma de conflitos armados entre facções da burguesia” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 97). Consequentemente, “a burguesia brasileira, mais do que nunca, sente-se fraca e dividida, sem forças para resolver sequer as tarefas de ‘reforma’ e ‘moralização’ que se propôs como justificativa política da cavalgata guerreira de outubro” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 105). A fraqueza da burguesia exprimia as contradições referentes à base produtiva das frações burguesas. Para a centralização não escapar de seu controle, a burguesia cafeeira preferia que ela ocorresse sobre uma composição de forças entre as diversas frações burguesas a uma ditadura militar. Porém, a centralização por cima das frações burguesas beneficiava as do Norte e do Nordeste aliadas do poder central durante o pacto vigente na república oligárquica. A ditadura militar era, portanto, “o meio mais cômodo para a satisfação dos seus interesses vitais” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 106).

Projeto de teses sobre a Assembleia Constituinte afirma que “ou a ditadura, apoiando-se diretamente nas armas, se consolida, ou capitula diante da pressão dos elementos constitucionalistas da burguesia” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 106). Ambos os casos visavam a defesa dos interesses da burguesia. Mas a Liga Comunista acreditava que poderia aproveitar a cisão no bloco de poder para aproximar-se efetivamente das massas. Caso “a

ditadura se consolide e consiga adiar para as calendas a convocação da Constituinte”, a vanguarda do proletariado, ao reivindicar as liberdades democráticas, propõem os trotskistas, “deve-se lançar a campo, com todos os meios ao seu alcance, numa luta pela Constituinte imediata, nas bases mais democráticas possíveis, com plenos poderes, soberana” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 106, p. 108). “Quanto mais a ditadura lançar mão dos meios violentos de dominação”, conclui a Oposição de Esquerda, “tanto mais a luta pela Constituinte se deslocará das fileiras da burguesia constitucionalista para a vanguarda proletária” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 106, p. 108). Apesar de o documento trotskista apontar o erro dos stalinistas em não terem levado em conta a justeza da palavra de ordem democrática, ao considerarem que “a massa, no Brasil, não quer a Constituinte, e sim os soviets” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 106, p. 108, p. 111), não se perguntou se a esquerda estava suficientemente organizada para levantar a bandeira da Assembleia Constituinte contrapondo-se à burguesia. Em 1932, a esquerda ainda não tinha conseguido formar uma *frente única*, mesmo com os trotskistas sabendo da sua importância em um contexto de crise da democracia liberal, como a experiência de Pedrosa na Alemanha no final da década de 1920 tinha lhe ensinado que o boicote às instituições democráticas da burguesia pelos comunistas alemães levou água ao moinho do nazismo.¹³

2.2.3 *Frente única e fascismo*

Apesar de sua luta pela *frente única* ser anterior à sua adesão formal à Oposição de Esquerda Internacional em 1931, o grupo político de Mário Pedrosa só conseguiu unir as esquerdas sob um programa mínimo em 1933. Curiosamente, quando as esquerdas passaram a temer o avanço do fascismo no Brasil. Por ser um fenômeno internacional, deve-se voltar para a política da Europa para entender por que o antifascismo conseguiu aglutinar as esquerdas brasileiras.

O primeiro aspecto a se levar em conta é inerente às vicissitudes do comunismo. Com o refluxo da onda revolucionária no início da década de 1920, a Internacional Comunista passou a adotar a política de *frente única* objetivando reagrupar as forças revolucionárias

¹³ Mário Pedrosa traduziu uma série de artigos de Leon Trotsky criticando a posição dos comunistas alemães, que se recusaram a formar uma frente única com outros setores da esquerda, destacadamente a socialdemocracia, para combater o nazismo, preferindo isolar-se por acreditar que a crise da democracia liberal era a derrocada final do capitalismo.

dispersas. A Grande Depressão fez a Internacional Comunista rever sua posição. No X Pleno do Comitê Executivo do Comintern, realizado em 1929, houve a formulação da teoria do “terceiro período”. Esta, ao considerar que o capitalismo passava por uma crise estrutural capaz de desencadear uma guerra entre as nações imperialistas, levou os comunistas a adotar uma ação política sectária no interior da esquerda. O sectarismo era produto de uma análise que julgava que a vanguarda revolucionária tinha de evitar que a crise capitalista se transformasse em uma guerra imperialista contra a União Soviética. Contudo, aproveitando-se da instabilidade social, o partido comunista de cada país interveria no processo tentando transformá-lo em uma guerra civil revolucionária. Assim agindo, a vanguarda deveria impedir a ação da socialdemocracia sobre o movimento operário, equiparada pelos stalinistas ao fascismo em razão de sua capacidade de iludir os operários em favor da manutenção da dominação burguesa. Daí a denominação “social-fascismo”, porque os socialdemocratas eram aliados dos fascistas. Com tal quadro pintado pelo Comintern, o Partido Comunista do Brasil (PCB) não podia ingressar em uma *frente única* ao lado de outras organizações de esquerda em 1933. Portanto, são compreensíveis os motivos que levaram os stalinistas a não aderir à palavra de ordem democrática lançada pela Oposição de Esquerda em 1931, sistematizada no ano posterior no *Projeto de teses sobre a Assembleia Constituinte*, pois reivindicar as liberdades democráticas em um contexto de crise estrutural do capitalismo protelava a dominação burguesa no Brasil pela perspectiva stalinista. A teoria do “terceiro período” perdurou até o final de 1934, quando a Internacional Comunista orientou os comunistas a adotar a política de frente popular.

O comunismo não era uma unidade. Em 1930, Leon Trotsky, já expulso do Partido Comunista da União Soviética desde 1927 e recém-exilado por Joseph Stálin, ao julgar que a formulação “social-fascista” do Comintern contribuiria para o avanço do fascismo na Europa, orientou a Oposição de Esquerda Internacional na política de *frente única*. Nos artigos em que defendeu a necessidade da *frente única* na Alemanha, o revolucionário bolchevique propôs que as esquerdas se reunissem para enfrentar o fascismo. Apesar de considerar a socialdemocracia conservadora, por causa de seu caráter reformista, acreditava que as organizações políticas de esquerda deveriam lutar para estabelecer bases objetivas e subjetivas para a revolução. Mesmo tendo como foco resistir ao avanço do fascismo, a *frente única* não deveria deixar de lado os objetivos revolucionários. Em 1933, Pedrosa copilou, traduziu e apresentou os artigos de Trotsky citados sob o título de *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* pela Editora Unitas. Na apresentação desta obra, o líder trotskista brasileiro assinala que o “livro é um verdadeiro manual” (PEDROSA, 1933b, p. 15) acerca da *frente*

única. Ao dar testemunho sobre os acalorados debates envolvendo os trotskistas e os stalinistas para aparar arestas na formação da *frente única* no Brasil, Eduardo Maffei (1984, p. 78) diz que Pedrosa e Fúlvio Abramo citavam constantemente *Os 21 erros de Thaelmann*. Neste artigo publicado no livro organizado por Pedrosa em 1933, Trotsky afirma que o bonapartismo é “o regime da ‘paz civil’ que assenta sobre uma ditadura policial-militar”, enquanto o fascismo é “o regime de guerra civil aberta contra o proletariado” (TROTSKY, 1968, p. 301). A distinção de Trotsky ajuda a compreender a razão da Liga Comunista ter estabelecido a *frente única* com dois objetivos: o primeiro estava relacionado ao enfrentamento do bonapartismo de Getúlio Vargas através da luta pelas liberdades democráticas e o segundo dizia respeito ao confronto direto com a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 07 de outubro de 1932, na tentativa de impedi-la de conquistar o poder.

O último objetivo ajuda a compreender o segundo aspecto que contribui para o antifascismo ter conseguido aglutinar as esquerdas brasileiras. A teoria do “terceiro período” colaborou para a derrota da esquerda na Alemanha, um dos países com o proletariado mais bem organizado e com partidos de esquerda de massa, facilitando a ascensão de Adolf Hitler ao poder. O fascismo derrotou uma das esquerdas mais fortes da Europa aproveitando-se do sectarismo defendido pela Internacional Comunista. Se a esquerda brasileira não mirasse no exemplo europeu permitiria que o fascismo grassasse no seio das comunidades de imigrantes no Brasil e também contribuiria para que o integralismo conquistasse adeptos no meio estudantil e intelectual, além da adesão da burguesia e da pequena burguesia.¹⁴ Em razão do contexto europeu, o antifascismo conseguiu tirar a *frente única* proposta pelo grupo político de Pedrosa do papel. O primeiro trimestre de 1933 deixou os comunistas brasileiros alertas porque a democracia europeia e o movimento comunista internacional foram destruídos pelo fascismo. Na Alemanha, cuja tradição operária e revolucionária viabilizou a existência de um partido comunista e de um partido socialdemocrata com uma capilaridade inimaginável para o Brasil, com os comunistas tentando organizar um insipiente operariado sob o jugo da repressão do Estado, a política sectária do Partido Comunista Alemão cooperou para a ascensão dos nazistas ao poder.

¹⁴ Tanto a tese de Hélió Trindade, *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*, publicada em 1974, quanto a de João Fábio Bertonha, *Sob o signo do fascio: o fascismo, os imigrantes italianos e Brasil, 1922-1943*, defendida em 1998, observam que a composição social do integralismo era formada majoritariamente pela burguesia e pela pequena burguesia e notam que houve canais comunicantes significativos entre o fascismo e o integralismo. Ao consultar os despachos da embaixada italiana, Bertonha, no último capítulo de sua tese, vai mais além, nota que “foram realmente intensas” (BERTONHA, 1998, p. 352) as relações entre o governo fascista italiano e a Ação Integralista Brasileira (AIB).

De olho na situação da Europa, Pedrosa observa, em entrevista publicada no *Correio de S. Paulo* em 04 de fevereiro de 1933, que “é inegável que os fascistas, com a subida ao poder, ocupam agora posições estratégicas superiores às dos adversários” (PEDROSA, 1933c, p. 2). Portanto, no Brasil havia necessidade da esquerda se organizar em uma *frente única* para não permitir a extrema-direita alcançar “posições estratégicas superiores” à da esquerda. Apesar do entrevistado não ter se preocupado em compreender as especificidades do integralismo face ao fascismo, apreendeu que o Governo Provisório não poderia ser confundido com o fascismo. Mas, se a esquerda não agisse, possibilitando o integralismo a dar demonstrações de força, o processo político iniciado em 1930 corria o risco de tomar um rumo ainda mais preocupante para as classes subalternas. Em síntese, se o bonapartismo desagregava o movimento operário, o fascismo devastá-lo-ia. Do mesmo modo que as liberdades democráticas, a *frente única* também tinha um caráter educativo para Pedrosa: “A teoria social-fascista, criada pela cegueira política de Stálin, serviu para deseducar a massa comunista, entretendo a ação do próprio Partido e impedindo a realização de sua tarefa primordial e mais imediata: a conquista dos operários socialdemocratas” (PEDROSA, 1933c, p. 2). Mesmo tentando compreender a situação política europeia, a conclusão do entrevistado sintetiza seu pensamento sobre a ação política a ser levada adiante no contexto da Revolução de 1930:

Todas as previsões da Oposição Internacional de Esquerda, sobretudo de Trotsky, vão se realizando, infelizmente, com uma precisão matemática. A política, para a conquista da maioria socialdemocrata, era a política da frente única de todas as organizações proletárias, tendo por objetivo imediato e concreto a defesa contra o inimigo comum, isto é, fascismo. Tivesse sido feitas esta frente única e de defesa contra o assalto do fascismo, e este ou não teria chegado ao poder, ou a sua tentativa de galgá-lo teria encontrado pela frente todo o proletariado preparado e organizado para a luta, que seria iniciada com a greve imediata. Agora, o que estamos vendo, é a necessidade em que o Partido se encontra de fazer essa frente única, mas em condições muito mais desfavoráveis, porque já é sob a ofensiva do adversário reforçado pelas forças repressivas do Estado. A preparação da greve se torna assim muito mais difícil. Mesmo agora, sob o fogo concentrado do inimigo, a única solução é a política há tanto tempo preconizada pela Oposição de Esquerda: frente única para a greve geral, congresso dos comitês de empresa, controle operário da produção, formação de sovietes [...]. (PEDROSA, 1933c, p. 2)

Segundo Pedrosa, a *frente única*, ao agrupar as organizações proletárias sob um programa mínimo, no intuito de derrotar o inimigo mais perigoso, o fascismo, dava oportunidade dos comunistas confrontar seu projeto político frente às outras correntes da esquerda. Assim, através dos debates, a justeza do comunismo face ao anarquismo, à

socialdemocracia, entre tantos outros projetos políticos de esquerda, devia ser apresentado visando obter uma hegemonia política no interior do proletariado. Em outra entrevista, agora concedida a *A Platéia* em 05 de janeiro de 1933, Pedrosa informa os limites da *frente única* ao fazer uma ressalva ao Congresso Antiguerrero, realizado em Amsterdã por intelectuais como Henry Barbusse e Romain Rolland no intuito de traçar um plano de combate ao fascismo. O Congresso Antiguerrero, para o entrevistado, “constitui-se de um amálgama heterogênea de elementos vindos das diversas classes sociais e de organizações políticas, culturais ou sociais que, por definição não podiam misturar as bandeiras nem deliberar em comum” (PEDROSA, 1933a, p. 392).

O ato de limitar a *frente única* estava de acordo à análise realizada por Pedrosa e Lívio Xavier em *Esboço*, de que a burguesia era autocrática, assim como a visão de mundo da pequena burguesia limitada ao localismo não permitia a ela compreender o perigo do fascismo para o Brasil. Esta análise da Liga Comunista pode ser sintetizada na afirmação de *Aos trabalhadores do Brasil* de que “só o proletariado pode combater pelas reivindicações democráticas, pois só ele tem interesse vital na conquista da democracia” (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, pp. 62-63). A *frente única* limitada ao proletariado também era fruto de uma concepção ortodoxa do marxismo, contudo a ortodoxia não anulou uma análise do desenvolvimento capitalista no Brasil levada a cabo pela Liga Comunista, que nunca chegou a um grau de sistematização de Caio Prado Júnior, embora tenha contribuído para arejar o marxismo da década de 1930, com concepção analítica e de ação política distinta da difundida pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Se a afirmação de *Aos trabalhadores do Brasil* era fruto de uma análise da sociedade brasileira, na entrevista citada, onde Pedrosa fala que “para os marxistas revolucionários, isto é, para os comunistas, só o proletariado organizado é capaz de lutar efetivamente contra a guerra imperialista” (PEDROSA, 1933a, p. 393), era consequência de uma concepção ortodoxa do marxismo.

A Liga Comunista não se preocupou em analisar as especificidades do integralismo face ao fascismo porque, ao contrário da análise empreendida em *Esboço*, não tentou compreender a possibilidade do integralismo, mesmo dialogando com o fascismo, ser produto da sociedade brasileira. Em síntese, a *frente única* para combater tanto o fascismo que se difundia entre os imigrantes e o integralismo que atraía estudantes, intelectuais e militares poderia prescindir da colaboração de organizações políticas não-proletárias? O desenvolvimento da *frente única* demonstraria que a ortodoxia era produto da retórica comunista, pois, ao conchamar as organizações políticas para enfrentar o integralismo nas ruas, a Liga Comunista frequentemente convocaria os antifascistas dos meios em que o

integralismo se difundia para colaborar na luta contra o integralismo. Portanto, quando os trotskistas distinguiram o bonapartismo do fascismo, acabaram compreendendo que a luta contra o integralismo, que se dava não no interior das instituições democráticas mas enfrentando as milícias paramilitares organizadas pelos integralistas, tinha de levar em conta organizações políticas não-proletárias. A *frente única* organizou-se, então, de duas formas: para enfrentar o governo, era restrita porque tratava de aproximar as massas do projeto político comunista; para bloquear o avanço do integralismo, exigia a participação de estudantes, intelectuais e militares para impedir que eles aderissem massivamente ao integralismo.

O cerco estava se fechando para a esquerda brasileira. Em 23 de abril de 1932, os integralistas realizaram seu primeiro desfile em São Paulo. No mês seguinte, enquanto a *frente única* não saía do papel, Pedrosa, Geraldo Ferraz e outros jornalistas do *Diário da Noite* criaram o jornal antifascista *O Homem Livre*. Em 25 de junho, a Frente Única Antifascista (FUA) foi fundada. Em 14 de julho, ela realizou um comício em São Paulo, presidido por Aristides Lobo, da Liga Comunista. Neste comício, a FUA divulgou seu manifesto, publicado três dias depois nas páginas de *O Homem Livre*, já em seu oitavo número. *Manifesto da Frente Única Fascista ao povo do Brasil* expõe de modo claro em seu chamamento inicial quais atores políticos eram vistos como fundamentais para enfrentar o integralismo pelo grupo político de Pedrosa:

Ao proletariado, principal força da população brasileira, contra o qual se levanta as hostes sanguinárias da reação capitalista;
 aos trabalhadores de todas as profissões e nacionalidades, que, na indústria, no comércio e na lavoura, constituem o dínamo propulsor da economia nacional;
 aos marinheiros e aos soldados, aos oficiais inferiores e a todos aqueles que no Exército e na Marinha continuam a ansiar pela vitória da grande causa da liberdade;
 aos estudantes, aos jornalistas, aos escritores e poetas da nova geração, aos intelectuais que não vendem nem se corrompem, e acompanham com a sua inteligência e a sua cultura a marcha tumultuosa do desenvolvimento social;
 aos industriais, lavradores e comerciantes pobres, vítimas do regime da concorrência mercantil e da acumulação;
 às camadas intermediárias da sociedade, que a demagogia fascista procura utilizar na realização dos seus propósitos sombrios;
 ao grande povo do Brasil, torturado e perseguido pelo despotismo dos governos reacionários e da plutocracia financeira, através de séculos de miséria e de opressão. (ABRAMO, 1984, p. 75)

A *frente única* saiu do papel. O antifascismo foi fundamental para a sua formação. Por causa das especificidades da luta contra os integralistas, pois ela se dava à margem das

instituições democráticas, precisava reunir o maior número de pessoas para desbaratas as manifestações integralistas, a Frente Única Antifascista (FUA) teve de abrir-se para a participação de grupos sociais não necessariamente ligados ao proletariado. Esta abertura, porém, estava de acordo à análise de *Esboço* porque não procurava aproximar-se da burguesia: os industriais, lavradores e comerciantes pobres citados no manifesto são os pequenos proprietários, isto é, a pequena burguesia. A flexibilidade que a luta contra o integralismo exigiu não fez a Liga Comunista afastar-se da análise de *Esboço*, de que a burguesia era irremediavelmente autocrática. O mesmo manifesto enumera os princípios fundamentais da *frente única*, demonstrando que a resistência democrática estava na base da ação política de Pedrosa e outros trotskistas:

1. Sob a denominação de Frente Única Antifascista coligam-se em São Paulo, sem distinção de credo políticos ou filosóficos, todas as organizações antifascistas, com estes objetivos:
 - a) combate às ideias, ao desenvolvimento e à ação do fascismo;
 - b) luta pela mais ampla liberdade de pensamento, reunião, associação e imprensa;
 - c) reivindicação da garantia do ensino leigo e da separação da Igreja do Estado;
 - d) formação de um bloco unitário de ação contra o fascismo.
2. Todas as organizações coligadas conservação a sua plena autonomia e inteira liberdade de crítica. Os atritos que se verificarem entre as organizações, fora da esfera da ação antifascista, numa poderão servir de motivo para o rompimento da Frente Única. A estabilidade será garantida por um programa comum de ação, em cujo desenvolvimento não se ferirão os pontos de divergência ideológicos existentes entres as organizações coligadas. (ABRAMO, 1984, p. 75)

Organizada a Frente Única Antifascista (FUA), os integralistas passariam a lidar com contramanifestações feitas com o objetivo de desbaratar as manifestações da Ação Integralista Brasileira (AIB). O conflito entre integralistas e antifascistas passou a ser constante. Em 07 de outubro de 1934, a AIB organizou uma manifestação para comemorar seu aniversário de um ano de fundação. A FUA planejou uma contramanifestação, que contou com a participação do braço paulista do PCB, que só foi possível ao desobedecer a uma ordem da direção nacional do partido, que se recusou a participar da FUA. Quando integralistas e antifascistas se encontraram na Praça da Sé ocorreu uma batalha campal, com mortes e feridos, inclusive Pedrosa levou um tiro na ocasião. A Batalha da Praça da Sé, como o episódio ficou conhecido, levou a uma cisão no interior da Liga Comunista, pois alguns membros recusaram a tática de confronto. Enquanto as arestas estavam sendo aparadas, a repressão desencadeada com o Levante Comunista de 1935 impossibilitou qualquer ação significativa da esquerda,

com todas as organizações passando a ser perseguidas. Pedrosa ficou na clandestinidade até 1937, quando se exilou nos Estados Unidos. Enquanto se organizava a *frente única* para combater o fascismo, ela também ocorria no campo sindical (Coligação dos Sindicatos Proletários) e no campo eleitoral (Coligação das Esquerdas). Segundo Osvaldo Coggiola, esta teve votação inexpressiva para a Assembleia Constituinte, comparando-se com a votação obtida pelos grandes partidos, contudo, expressivas em relação à Ação Integralista Brasileira (AIB) e ao Partido Comunista do Brasil (PCB), que, depois de ter combatido a Constituinte, resolveu lançar candidatos como União Operária e Camponesa, obtendo 1716 votos para os candidatos à deputado constituinte federal e 1709 para os candidatos à deputado constituinte estadual de São Paulo, enquanto a Coligação das Esquerdas recebeu 8508 e 8289 votos para as respectivas constituintes (COGGIOLA, 2003, p. 249).

3 MÁRIO PEDROSA E A INTERPRETAÇÃO DO GOLPE DE 1964

Neste capítulo são apresentados os argumentos utilizados por Mário Pedrosa em sua interpretação sobre o Golpe de 1964 e orientação para a ação política de oposição ao regime instaurado pelos militares. Como o capítulo anterior, este também está dividido em duas partes: a primeira detém-se sobre a interpretação e a segunda fixa-se sobre a orientação.

Pedrosa realizou sua interpretação sobre o Golpe de 1964 em *A opção imperialista* e *A opção brasileira*. Estes dois volumosos livros tornaram-se a suma de seu pensamento político-social gestado desde a Revolução de 1930. O autor iniciou a redação de *A opção imperialista* e *A opção brasileira* logo após a deposição de João Goulart em 31 de março de 1964. Atendendo a um pedido do editor da Civilização Brasileira Ênio Silveira, inicialmente, ele se dispôs a escrever um ensaio, *Imperialismo, Brasil e revolução*. Mas sua análise da situação brasileira aprofundou-se e passou de oitocentas páginas. O projeto inicial transformou-se em dois livros complementares. De acordo com a datação contida ao final deles, *A opção imperialista* foi finalizado em agosto de 1965 e *A opção brasileira* no mês posterior. Enviados para a gráfica, os dois livros foram lançados no segundo semestre de 1966 e, em Brasília e Rio de Janeiro, chegaram a figurar entre os dez livros mais vendidos da semana.

Pedrosa preocupou-se em compreender a formação social do Brasil a partir do ponto em que *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil* havia parado. Mais precisamente, iniciou sua análise a partir da Revolução de 1930 para compreender a gênese do modelo de desenvolvimento, sua inflexão no Governo Juscelino Kubitschek e sua crise que culminou no Golpe de 1964. Da mesma forma que *Esboço*, *A opção imperialista* e *A opção brasileira* procuram compreender a deposição de Goulart de modo complexo levando em conta tanto o movimento interno do desenvolvimento do capitalismo quanto a dinâmica do capitalismo mundial. Daí a primeira parte deste capítulo iniciar-se apontando que o modelo de desenvolvimento gestou-se sob a égide do imperialismo estadunidense, para depois deter-se sobre sua inflexão, para finalmente fixar-se exclusivamente sobre o Golpe de 1964.

Os dois livros de 1966 fornecem os argumentos da interpretação pedrosiana, não indicam como a ação política deveria ser levado a cabo para tentar modificar o processo iniciado em 1964. Para apresentar a orientação dada por Pedrosa em sua ação política são utilizados algumas de suas intervenções na imprensa. Portanto, enquanto a primeira parte deste capítulo está calcada em *A opção imperialista* e *A opção brasileira*, a segunda parte

utiliza este, mas não exclusivamente, pois são utilizados sete artigos e uma entrevista publicados no *Correio da Manhã*, onde o autor colaborou até o Ato Institucional Número Cinco (AI-5).

3.1 AS OPÇÕES E SUA INTERPRETAÇÃO SOBRE O BRASIL

A primeira parte deste capítulo analisa a interpretação de Mário Pedrosa sobre o Golpe de 1964 e está calcada, inicialmente, em *A opção imperialista* e, posteriormente, em *A opção brasileira*, livros publicados por Pedrosa em 1966. Não exclusivamente, porque também são utilizados *Entreguismo e nacionalismo* e *O partido do gabarito curto*, artigos publicados por Pedrosa no *Jornal do Brasil* em 02 de agosto de 1959 e 01º de janeiro de 1960, respectivamente, e citados *ipsis litteris* em *A opção brasileira*.

3.1.1 Nacionalismo ao abrigo do imperialismo

Como observa Heráclio Salles em *Dois livros estimulantes*, resenha de *A opção imperialista* e *A opção brasileira* publicada em 19 de novembro de 1966 no diário *Jornal do Brasil*, Mário Pedrosa exhibe no primeiro livro “os elementos da crise geral” para projetar no segundo “os traços característicos da nossa crise particular” (SALLES, 1966, p. 8). No último capítulo deste livro, Pedrosa, ao criticar os economistas, declara que “eles estudam à perfeição o mecanismo interno das forças produtivas, como se se tratasse mesmo de um mecanismo auto-regulável” (PEDROSA, 1966b, p. 291). Se ele teve a preocupação de compreender a Revolução de 1930 a partir do entendimento do movimento interno do desenvolvimento do capitalismo e da dinâmica do capitalismo mundial, também buscou apreender o Golpe de 1964 fazendo uso do método dialético. Assim, antes deste capítulo analisar “nossa crise particular”, procura-se delinear “os elementos da crise geral”.

A crise geral era o imperialismo, particularmente o estadunidense, em razão de sua incidência sobre o Brasil. Conforme Salles, Pedrosa expõe “as condições históricas em que os Estados Unidos fizeram a ‘opção imperialista’”, em que evoluíram das “formulações dos

profetas da democracia americana” (SALLES, 1966, p. 8) para a condição de potência imperialista. Entretanto, ao analisar as transformações do capitalismo no século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, Pedrosa, nas 543 páginas de *A opção imperialista*, procura analisar o imperialismo em suas múltiplas determinações. Em *Mário Pedrosa e o socialismo democrático*, Isabel Loureiro sintetiza esta ambição analítica lembrando que o autor “começa por um relato das relações políticas dos Estados Unidos com os países da América Latina”, “indo em seguida às origens do imperialismo norte-americano”, “passando pela Guerra Fria, em paralelo com uma análise da história política europeia e russa no século XX” e, por fim, completa seu livro com “um estudo do que considera a instituição capitalista chave do mundo contemporâneo, a corporação (dominada por uma oligarquia fechada)” (MARQUES NETO, 2001, p. 134).

Os temas enumerados por Loureiro são agrupados por Pedrosa em três partes: *Dinâmica imperialista*, onde se dá o estudo da formação e expansão do imperialismo estadunidense; *Reformas contrarrevolucionárias*, centrada no desenvolvimento da história política da Europa e nos desdobramentos econômicos, ideológicos e políticos do capitalismo face ao crescimento e organização dos trabalhadores; e *Os órgãos supremos do imperialismo*, cuja preocupação está em compreender o papel da corporação na dinâmica neocapitalista, como Pedrosa denomina o capitalismo gestado no pós-Segunda Guerra. É na primeira parte de *A opção imperialista* que seu autor apresenta o imperialismo estadunidense, um dos fatores para os militares terem encampado a aventura golpista de 31 de março de 1964. Destarte, por este capítulo voltar-se para o Golpe de 1964, essencialmente é *Dinâmica imperialista* que fornece os subsídios da interpretação pedrosiana sobre a deposição do presidente João Goulart.

Conforme Pedrosa, somente nos estertores da Primeira Guerra Mundial que os Estados Unidos ensaiaram retirar a hegemonia econômica e financeira da Grã-Bretanha na América Latina. A expansão imperialista foi possível após a formação de corporações e trustes no interior do território estadunidense. No intuito de favorecer a natureza expansionista e monopolista das corporações e trustes, o Congresso dos Estados Unidos aprovou em 10 de abril de 1918 a “An Act to Promote Export Trade and Other Purposes”. Mais conhecida por Lei Webb-Pomerane, em função de seus criadores terem sido os senadores Edwin Y. Webb e Atlee Pomerane, ela isentou exportadores de regulamentações antitrustes. Lançando, enfatiza o autor, as bases da política estadunidense para o comércio exterior. A lei referida criou os condicionantes para os Estados Unidos dominar o comércio mundial, especialmente o latino-americano, a partir da Segunda Guerra Mundial. Pedrosa cita que os investimentos

estadunidenses na América do Sul saltaram de 173 milhões de dólares em 1913 para 2,294 bilhões em 1929, enquanto “os investimentos ingleses, então ainda rivais dos norte-americanos, somavam, em 1913, 3,382 bilhões de dólares; em 1929, 4,486 bilhões” (PEDROSA, 1966a, p. 37). Portanto, conclui o autor, “em termos absolutos e em termos relativos, o crescimento das inversões americanas era infinitamente maior” (PEDROSA, 1966a, p. 37). Com a Lei Webb-Pomerane dá-se a gênese do imperialismo estadunidense sob a retórica do livre mercado, apesar da importância fundamental do Estado para a expansão das corporações e trustes do país:

Livres que ficaram os homens de negócios americanos das peias da lei antitruste no trato do comércio com o exterior, com carta branca para lançar mão de todos os recursos possíveis e imagináveis, de “qualquer arranjo ou conspiração”, contanto que se passasse fora dos Estados Unidos e só produzisse efeito lá fora, sem que se restrinja o comércio dentro dos Estados Unidos ou se reforcem ou deprimem os preços no país de mercadorias da classe exportadora, foram aqueles homens à conquista dos mercados externos, dispostos a bater os concorrentes onde os encontrassem e com quaisquer armas. [...] (PEDROSA, 1966a, p. 40)

Já em 1920, diz Pedrosa, os Estados Unidos despejaram um bilhão e meio de dólares na América Latina. Entretanto, com a queda dos preços das matérias-primas latino-americanas desencadeada pela Crise de 1929, os empréstimos decaíram e o sistema financeiro recuou frente à insegurança crescente em receber os pagamentos. Para reanimar o comércio interamericano, continua o autor, o governo estadunidense criou um sistema de convênios de comércio recíproco promulgando a “Reciprocal Trade Agreement Act” em 29 de março de 1934. Ao recusar ser o coletor das dívidas, acabou desagradando o sistema financeiro. No intuito de dar suporte a esta política financeira estatal, de “*empréstimos diretos de Governo a Governo*” (PEDROSA, 1966a, p. 46, grifos do original), o país fundou agências oficiais, com o Export-Import Bank, fundado no mesmo ano da lei citada, sendo a principal delas. Pedrosa destaca que as reformas empreendidas por Franklin Delano Roosevelt atingiram as estruturas econômicas e sociais dos Estados Unidos. Ademais, foram recebidas hostilmente pelos homens de negócios, porque, através delas, o capital privado estava perdendo espaço para o capital estatal nos investimentos realizados na América Latina. Apropriando-se da expressão de Arthur Pincus, citado em *A opção imperialista*, tratava-se “de um novo imperialismo dirigido pelo Estado, em coexistência com o velho imperialismo” (PEDROSA, 1966a, p. 49). Posto de outra forma, no novo imperialismo ocorreu uma fusão do capital estatal com o capital privado, alavancando os Estados Unidos como a potência imperialista do século XX.

No estilo mordaz de Pedrosa, o Estado tinha de “ajudar” e “doar” para o capitalismo não soçobrar: “A máquina global capitalista emperra e verifica-se a necessidade de suspender seu funcionamento para reabrir a troca, a comunicação, a resposta por meios inteiramente inortodoxos, isto é, fazendo presentes – dar” (PEDROSA, 1966a, p. 52). Em síntese,

A partir de 1940, tudo é condicionado a uma terrível guerra a conduzir. O Estado é arrastado ao exame direto dos negócios, a intervir nestes, tanto no próprio país como no estrangeiro, tornando-se ele mesmo protagonista de negócios e investimentos. É a fase de Franklin Delano Roosevelt. É por natureza ambivalente. O Estado negaceia entre a pressão interna dos grandes homens de negócios, dos trustes, das grandes corporações que dominam todos os ramos da produção e do comércio, desde minérios ao comércio exportador e a pressão externa das nações latino-americanas que, na conjuntura da guerra, sentem seu poder de barganha crescer, em virtude de suas possibilidades em vários dos materiais estratégicos indispensáveis à condução da guerra, por parte de Washington. Elas, por isso mesmo, esperam da Casa Branca não somente belas palavras, de que a Casa Branca é fértil, ou uma proteção militar na eventualidade de uma arribada – hoje, se sabe, bem longínqua – às suas plagas de tropas de assalto nazista, mas cooperação mesmo no plano econômico, no plano do progresso social e nacional. (PEDROSA, 1966a, p. 53)

Em 12 de abril de 1945, durante seu quarto e último mandato, Roosevelt faleceu e, em seu lugar, assumiu Harry S. Truman. Segundo Pedrosa, com a Casa Branca ocupada por outro presidente inaugurou-se um novo capítulo na política externa estadunidense. Terminada a Segunda Guerra Mundial, a América Latina voltou ao seu posto de periferia. Com o poderio econômico e financeiro dos Estados Unidos privilegiando a Europa através da efetivação do Plano Marshal no intuito de bloquear o avanço soviético. A condição periférica latino-americana perduraria no mandato do próximo presidente estadunidense porque, se antes a preocupação era de que mais países europeus se aproximassem da União Soviética, agora Dwight D. Eisenhower tinha de administrar a Guerra da Coreia e impedir que o socialismo grassasse pela Ásia. Brasil e os outros países latino-americanos continuaram relativamente esquecidos até 1959, quando Fidel Castro e seus companheiros de guerrilha forçaram os Estados Unidos a destinarem parte de seus recursos econômicos e financeiros para combater o avanço do socialismo na América Latina.

A nova política externa confirmou-se com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), criado no mesmo ano da Revolução Cubana. E consolidou-se em 1961, durante o governo de John F. Kennedy, com a Declaração e Carta de Punta del Este, onde, conforme exposto em *A opção imperialista*, “pela primeira vez, o Governo americano reconhece a plena legitimidade, em tempo de paz, dos grandes empréstimos públicos, de

Estado para Estado, visando expressamente ao desenvolvimento econômico estrutural nos nossos países latinos” (PEDROSA, 1966a, p. 55). Lembra Pedrosa que daí surgiu a Aliança para o Progresso. O presidente Kennedy, continua o autor, a chamou de “revolução”, pois se tratava de retirar, no caso da América Latina, “o monopólio das riquezas de grupos privilegiados, instituindo *contra* eles certas reformas estruturais, afetando relações de propriedade” e, em relação aos Estados Unidos, “a revolução consistiria em engajar pesados créditos do Estado em empreendimentos demandando capitais de risco” (PEDROSA, 1966a, grifo do original). Para o autor, portanto, a amálgama entre capital estatal e capital privado deixou de ser circunstancial à guerra, como foi no período rooseveltiano, e passou a ser o fundamento do novo imperialismo. Este, ao expandir-se, não se submetia aos limites da ortodoxia liberal, poderia determinar os países latino-americanos a adotarem certas reformas estruturantes, como a reforma agrária, quebrando o monopólio das riquezas da burguesia agrária, quanto tomar à frente investimentos de riscos para assegurar retorno ao capital privado estadunidense no exterior.

Pedrosa considera que a Aliança para o Progresso abriu outro capítulo na história do imperialismo. Embora, para ele, os problemas da década de 1940 retomassem a atualidade. Comentando uma intervenção de David Rockefeller na Conferência sobre Tensões no Desenvolvimento do Hemisfério Ocidental, realizada na Bahia em agosto de 1962, o autor aponta os três problemas temidos pelos homens de negócios dos Estados Unidos: a depreciação dos preços das matérias-primas de exportação, o crescimento demográfico e, por fim, o nacionalismo. Por este ter as consequências ideológicas e políticas mais restritivas à penetração imperialista na economia da América Latina, Pedrosa se detém essencialmente sobre o nacionalismo. Segundo o autor, o subsolo era a chave para se entender a dificuldade de homens como Rockefeller aceitarem a soberania dos países latino-americanos. Os interesses nacionais em conjunto com a política de não intervenção deixavam os capitalistas inseguros para investir na América Latina. Nos termos de *A opção imperialista*, “uma das grandes questões conflitantes entre investidores estrangeiros e exportadores de capitais e os países importadores deles foi e tem sido sempre, com efeito, a da propriedade das riquezas do subsolo” (PEDROSA, 1966a, p. 61). Nas riquezas do subsolo, portanto, refletem tanto o nacionalismo quanto o imperialismo, por nelas os interesses nacionais e internacionais entrarem em choque.

Ao dar importância ao antagonismo gerado pela apropriação das riquezas do subsolo, Pedrosa analisa a formação do nacionalismo brasileiro no século XX investigando como o Brasil acomodou seus interesses face aos imperialistas pelo subsolo. Inicia sua exposição na

década de 1930 em razão do nacionalismo vigente na década de 1960 ter se formado concomitantemente à Era Vargas.

O autor recorda que em 23 de dezembro de 1937, pouco mais de um mês após a decretação do Estado Novo, com as dificuldades cambiais e a queda dos preços do café, Getúlio Vargas instituiu o monopólio do câmbio. O Decreto-lei nº 97 não foi bem recebido pelos Estados Unidos. Do mesmo modo não lhes agradavam as relações comerciais mantidas por Vargas com a Alemanha. Para combater o monopólio do câmbio, o governo estadunidense aumentou o crédito do Brasil em 1939. Já em abril deste ano o câmbio voltou a ser livre. Objetivando enfraquecer as relações comerciais germano-brasileiras, os Estados Unidos tinham de absorver a produção de mercadorias do Brasil. E facilitaram as relações cambiais e monetárias e cooperaram para o país desenvolver seus recursos. Em setembro de 1940, continua Pedrosa, o Export-Import Bank começou a dar crédito para o Brasil desenvolver sua produção industrial. O autor destaca que Volta Redonda “é o primeiro financiamento que o governo americano faz para fundar uma indústria de aço em país estrangeiro e não para americanos privados, mas para um empreiteiro público, o Governo brasileiro” (PEDROSA, 1966a, p. 131). O financiamento da Companhia Siderúrgica Nacional não foi ocasional, observa Pedrosa, pois a Alemanha e o Japão chegaram a propor um acordo de financiamento de usinas de aço em 1937, cuja contrapartida seria o monopólio de consumo da produção. Contudo, Vargas recusou a proposta. Pelo fato do acordo envolvendo Volta Redonda ter aberto uma brecha nas relações comerciais dos Estados Unidos com a América Latina, estimulando reivindicações semelhantes de outros países latino-americanos, os homens de negócios sabotaram convenções nos mesmos moldes, mesmo que elas estivessem condicionadas ao alinhamento do país ao governo Roosevelt, à cessão de bases aéreas e navais, à substituição da tecnologia de origem europeia pela estadunidense, assim por diante. A brecha comercial foi fechada, mas a ortodoxia liberal sofreu um golpe duro com a flexibilidade rooseveltiana. Conclui o autor,

[...] A cooperação entre Estados para a construção de uma usina de aço, até então dogmaticamente considerada como precípua iniciativa de capitais privados, abre um precedente perigoso para as futuras reivindicações latinoamericanas. A brecha aberta no muro do capitalismo privado é inegável. Ela indica com clareza meridiana que só capitais públicos, iniciativas públicas, a que por vezes se associam capitais privados, podem romper o subdesenvolvimento e instalar a grande indústria pesada na América Latina. [...] (PEDROSA, 1966a, pp. 133-134)

Por ter lutado contra o avanço do integralismo na década de 1930, que, em um contexto de disputas interimperialistas poderia levar Vargas a um alinhamento ao Eixo, Pedrosa leva em conta a Ação Integralista Brasileira (AIB) como um importante ator político no fortalecimento das relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha. O autor ressalta que depois da Revolução de 1930 a Alemanha aumentava a cada ano suas trocas comerciais com o governo brasileiro, tomando o lugar dos Estados Unidos no comércio com o Brasil em meados de 1937. Mas perdeu o posto logo em seguida com a contraofensiva de Roosevelt de abrir uma linha de crédito de 60 milhões de dólares. Em 10 de novembro do mesmo ano, Vargas decretou o Estado Novo, com o apoio dos integralistas, de inspiração fascista na perspectiva pedrosiana. Contudo, o ditador estado-novista rifou Plínio Salgado e seus asseclas. Conforme Pedrosa,

[...] Enquanto as milícias integralistas faziam o trabalho de intimidação das massas proletárias com os seus desfiles, suas armas à mostra, suas violências ocasionais – tudo no mais puro estilo de fascistas e nazistas – os agitadores integralistas tentavam mobilizar as massas pequeno-burguesas contra as liberdades democráticas e as reivindicações proletárias, ou ditas de esquerda. Quando se considerou chegado o momento do golpe, Vargas o dava com toda a tranquilidade, apoiado nos chefões militares de então, tendo à frente o General Góis Monteiro, como arquiteto militar do golpe e chefe do Estado-Maior, e o General Eurico Gaspar Dutra, como seu escudeiro, na qualidade de Ministro da Guerra.

O desenvolvimento da situação não se processou como pensaram o Chefe Nacional Plínio Salgado: Getúlio Vargas não seria o Marechal Hindenburg do Brasil, nem Plínio Salgado o nosso Hitler. Tendo o golpe sido dado sem perturbações, nem resistências populares ou de esquerda, já destroçados desde o fechamento da Aliança Nacional Libertadora, Vargas dispensou o apoio incomodo dos integralistas, vetado também por pressão militar. [...] (PEDROSA, 1966a, p. 140)

Defenestrado do Estado Novo, os integralistas tentaram dar um golpe em 11 de maio de 1938 através de um assalto ao Palácio Guanabara, residência oficial do governo federal. Derrotados, não havia mais um importante ator político para levar o Brasil a estreitar laços com o Eixo. Os Estados Unidos, por sua vez, usavam suas finanças para retomar a hegemonia comercial e política no Brasil: linhas de crédito do Export-Import Bank para o Tesouro Brasileiro e o Banco do Brasil, aponta o autor. O comércio com a Alemanha decaiu e o governo brasileiro entrou na Segunda Guerra Mundial, adaptando sua economia para fornecer minerais para os militares. Para Pedrosa, Vargas era pragmático, negociava, ora com a Alemanha, ora com os Estados Unidos, para atender aos interesses nacionais. Assim foi porque encontrou um momento favorável para barganhar, a decadência do imperialismo

britânico, a ascensão do imperialismo estadunidense e dos países do Eixo, além de uma guerra a reordenar a economia pelo Estado, enumera o autor. Este processo analisado por Pedrosa gestou um nacionalismo calcado na negociação com o imperialismo, mas depois da Segunda Guerra Mundial as condições de barganha deixaram de existir porque os Estados Unidos passaram a ser a grande potência imperialista, com a Europa devastada pela recém-terminada guerra.

3.1.2 Governo Juscelino Kubitschek

Retomando a expressão usada por Heráclito Salles em sua resenha dos dois livros de 1966, agora se trata de apresentar “os traços característicos da nossa crise particular” (SALLES, 1966, p. 8). Portanto, o restante da primeira parte deste capítulo se centrará em *A opção brasileira*. Não exclusivamente, porque, neste livro, Mário Pedrosa cita trechos *ipsis litteris* de dois artigos seus publicados no *Jornal do Brasil*: um em 02 de agosto de 1959, com o título *Entreguismo e nacionalismo*; e o outro em 01º janeiro de 1960, nomeado *O partido do gabarito curto*. Ambos acabaram sendo recuperados para a elaboração deste capítulo. Ademais, pela datação deles, observa-se que foram escritos durante o mandato de Juscelino Kubitschek, momento político anterior ao Golpe de 1964, mas analisado pelo autor porque foi onde ocorreu uma inflexão no modelo de desenvolvimento iniciado com a Revolução de 1930, cujo desdobramento seria a deposição do presidente João Goulart, de acordo com a análise pedrosiana.

Com um número total de páginas bem menor do que *A opção imperialista*, as 311 páginas de *A opção brasileira* são divididas em uma longa introdução e seis capítulos. Não é tão ambicioso quanto o primeiro livro, detém-se ao Golpe de 1964, mas volta-se constantemente para o governo Kubitschek e para a eleição de Jânio Quadros. Além de avançar para o primeiro ano da ditadura militar com o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco à frente da presidência, pois as análises de Pedrosa tinham como imperativo a ação política. Esta, para apontar práticas a serem adotadas para enfrentar Castelo Branco e os próximos presidentes militares, precisava compreender a base social do regime instaurado em 31 de março de 1964. Ao deter-se exclusivamente acerca da deposição de Goulart, o autor procura desmontar algumas teses usadas por militares, políticos e setores da sociedade de que uma revolução comunista estava em andamento no Brasil. Daí o autor ter tido a preocupação

de falar da luta armada, mesmo que até 1966, ano de publicação dos dois livros analisados, ela não tivesse sido desencadeada sistematicamente no país.

Em *A opção brasileira de Mário Pedrosa*, resenha publicada em *American Historic Review* e traduzida pelo *Correio da Manhã* em 06 de abril de 1968, Charles J. Kolinski observa que o livro resenhado “compreende seis ensaios” (KOLINSKI, 1968, p. 3). Pode-se dizer que há um equívoco nesta observação, *A opção brasileira* compreende sete ensaios, em função da introdução também ser um ensaio. O caráter ensaístico de Pedrosa faz com que os assuntos estejam dispersos ao longo do livro. Ao contrário da exposição sobre a relação dialética entre nacionalismo e imperialismo, a apresentação dos argumentos do autor sobre os anos de Kubitschek no governo federal não se dá sobre uma parte específica do livro.

Pedrosa destaca que o setor externo estrangulava o crescimento econômico do Brasil desde 1930. Dado as disputas interimperialistas, Getúlio Vargas, ao barganhar com as potências imperialistas, conduziu a industrialização mantendo o saldo comercial positivo. Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial, com a ascensão dos Estados Unidos à grande potência capitalista, o governo estadunidense concentrou seus esforços em tornar a balança comercial favorável ao seu país. Segundo o autor, “o desaparecimento desses saldos em favor dos exportadores americanos não se fez em plena espontaneidade” (PEDROSA, 1966b, p. 203), foi produto de uma política comercial oficial deliberada que, por um lado, evitava “as entregas de equipamentos para os setores industriais dos países subdesenvolvidos” e, por outro lado, transformava “a balança comercial desses países de credora a devedora” (PEDROSA, 1966b, p. 203). Modificando-se as relações comerciais pan-americanas, o Brasil teria de adotar outra política econômica para aprofundar a industrialização.

A inflexão iniciou-se em 1956, com a eleição de Kubitschek. Conforme a análise de Pedrosa, “no desenvolvimento da economia brasileira, a fase decisiva do processo e que o trouxe até a crise de regime que estamos vivendo, é a em que o processo de substituição das importações perdeu a simplicidade de outrora” (PEDROSA, 1966b, p. 203, p. 206). Sendo mais preciso, ele constata que entre 1956 e 1960 a política de substituição das importações tornou-se mais complexa, com o Estado passando a financiar projetos do setor estrutural, enquanto o capital estrangeiro financiava setores da indústria. Nos termos do autor, o período compreendido foi assinalado “pelo aumento da intervenção direta e indireta do governo na inversão, acompanhado da entrada ponderável do capital estrangeiro privado e oficial no financiamento de certos setores” (PEDROSA, 1966b, p. 203). Porém “a contribuição de capitais do Estado não se limitou às suas funções por assim dizer rotineiras de ordem compensatória, na cobertura de *déficits* usuais no balanço de pagamentos” (PEDROSA,

1966b, p. 203, grifos do original), passou a financiar projetos do setor estrutural. Em relação ao capital estrangeiro, sua porta de entrada para investir na indústria mecânica “foi a Instrução 113 da SUMOC e outros estímulos preferenciais de tratamento” (PEDROSA, 1966b, p. 203, p. 207). “Foi a época do apogeu do desenvolvimentismo, marca JK” (PEDROSA, 1966b, p. 203), onde certas indústrias mecânicas nasceram e se expandiram, tais como a de automóvel, construção naval, material elétrico pesado, metalurgia dos metais ferrosos, celulose e papel, química pesada, entre outras, observa Pedrosa.

No bojo do processo descrito estava a inflação. Citando dados do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), lançado já no início da ditadura militar, de que “os gastos correntes e a arrecadação tributária mantiveram-se, entre 1956 e 1960, em torno de 20% do Produto (médias de 20,2% e 19,4%, respectivamente), enquanto os investimentos passaram de 3,3% para 5,7%, respectivamente” (PEDROSA, 1966b, p. 203, p. 209), Pedrosa declara que “a causa principal do desequilíbrio no setor público” foi “o rápido crescimento dos investimentos governamentais sem o apoio de adequado esquema financeiro” (PEDROSA, 1966b, p. 203, p. 209). Ou seja,

[...] Para uma política de intensificação dos investimentos públicos a que se lançou não contava o governo com nenhum esquema de financiamento seja através da criação de um saldo na conta corrente ou na absorção de recursos no mercado de capitais. Não houve outro recurso senão o de ir buscar na caixa do Tesouro, cujo déficit teve de ser coberto em proporção crescente com emissões de papel moeda. [...] (PEDROSA, 1966b, p. 203, p. 209)

O autor acentua as contradições do problema inflacionário. Para ele “foi necessário optar entre parar o processo de desenvolvimento ou arriscar agravar, consideravelmente, a pressão inflacionária” (PEDROSA, 1966b, p. 203, p. 209, p. 207). Mas, “o que é uma fatalidade da formação capitalista do Brasil, o aprofundamento também do desenvolvimento desigual” (PEDROSA, 1966b, p. 203, p. 209). A audácia do governo brasileiro, para Pedrosa, foi um cálculo político. O parque industrial brasileiro diversificou-se no governo Kubitschek, tornando-se um feito exclusivo seu. Enquanto a inflação cobraria seus dividendos posteriormente, com o próximo governo tendo de adotar política econômica impopular para combatê-la. Citando o Plano Trienal, proposto pelo Ministro do Planejamento Celso Furtado com Goulart à frente da presidência, Pedrosa destaca que Kubitschek “cedeu ante à pressão dos capitais estrangeiros na política cambial”, enquanto “resistiu à pressão da finança internacional no que concerne à sustação dos investimentos do setor estatal” (PEDROSA, 1966b, p. 203, 210). Com o autor concluindo que “o Brasil levou avante um processo que os

outros países latino-americanos não puderam levar, estancando antes” (PEDROSA, 1966b, p. 203, 210).

Além da inflação, Pedrosa nota que a desigualdade regional era outro ponto a desequilibrar o sistema. O governo federal, para ele, foi marcado pela preocupação em atender aos interesses da burguesia do Sudeste e do Sul, pois era um instrumento dos estados mais ricos e dos mais prósperos. Segundo o autor, “o fato é que até hoje a União não teve a universalidade necessária” (PEDROSA, 1966b, p. 214) para atender as regiões mais pobres, chegando até elas para assisti-las e, sobretudo, para dinamizá-las. Contudo, reconhece ele, Kubitschek, através da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e de investimentos da Petrobras no Nordeste, tentou reverter a situação, com insucesso porque o fenômeno da concentração de riqueza no Sudeste e no Sul continuou. Na síntese de Pedrosa,

[...] O grave das desigualdades regionais que se processam no país é que não provieram elas de causas naturais, mas sobretudo do isolamento das áreas econômicas do continente que é o Brasil e dos diversos graus tradicionais de integração delas com os mercados externos. O Estado sempre foi parte decisiva no processo de desenvolvimento, mas em função não nacional e sim sob pressão da burguesia regional mais rica e poderosa do Centro-Sul. [...] (PEDROSA, 1966b, p. 213)

Recuperando seu artigo de 1959 *Entreguismo e nacionalismo* no terceiro capítulo de *A opção brasileira*, o autor tenta apreender a base social do governo Kubitschek. Como posto anteriormente, o nacionalismo formou-se pela barganha com o imperialismo. Pragmático, Vargas aproveitou as disputas interimperialistas para atrair recursos para o Brasil e conduzir a industrialização. Então, pela leitura de Pedrosa, a formação da burguesia industrial deu-se à sombra de uma visão restrita dos interesses nacionais. As palavras dele são bem precisas, “o grupo burguês desenvolvimentista é nacionalista na justa medida, isto é, até o ponto em que seus interesses colidem com os dos grandes trustes e interesses industriais e financeiros estrangeiros” (PEDROSA, 1959, p. 3). O autor considera que Kubitschek tinha da burguesia industrial suas qualidades e defeitos, “ser ao mesmo tempo entreguista e nacionalista, tinha dela o dinamismo característico, mas também a inconseqüência de atitudes, resultado de uma posição contraditória” (PEDROSA, 1959, p. 3). Apesar de eventualmente haver colisões entre a burguesia industrial e o imperialismo, ela tinha consciência de seus “laços insolúveis” (PEDROSA, 1959, p. 3) com o capital financeiro internacional. A briga da burguesia industrial com o imperialismo era, “no fundo, uma briga em família” (PEDROSA, 1959, p. 3).

Após observar a natureza da base social do governo Kubitschek, Pedrosa combate a percepção de setores da esquerda de que a burguesia industrial era progressista. Em seus termos, “exigir, pois, dos nossos burgueses progressistas nacionalistas que rompam com os irmãos fazendeiros, os exportadores e os ‘entreguistas’ e venham para a rua arrastar o povo todo numa luta frontal e radical com aquele é exigir que façam o haraquiri” (PEDROSA, 1959, p. 3). A aliança entre as burguesias agrária e industrial no qual o artigo faz referência estabeleceu-se, para o autor, após a Revolução de 1930. Era, na definição de *A opção brasileira*, “um contrato tácito, não escrito, uma espécie de convênio – mantido na realidade pela mão paternalística e autoritária da ditadura – de três classes: burguesia rural, burguesia industrial e proletariado urbano” (PEDROSA, 1966b, p. 169). Esta composição social foi assegurada pela “ditadura bonapartista” de Vargas, como Pedrosa a considerava em *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil* e continua a considerar em 1966, e preservada, de modo instável, por Kubitschek.

A instabilidade da aliança devia-se ao fato do carisma do ditador ter sido substituído pela ideologia desenvolvimentista. Segundo o autor, “a ideologia do desenvolvimentismo teve por finalidade essencial alimentar o otimismo das classes médias urbanas e por contágio as massas proletárias urbanas, a fim de que juntas”, continua ele, “fornecessem os apoios necessários às operações do Poder político, no sentido de conservar ou preservar contra pressões externas o processo de acumulação nacional em marcha” (PEDROSA, 1966b, p. 170). Contudo, a transferência dos aumentos dos produtos para a classe média criou uma tensão política entre ela e o proletariado porque seu ódio de classe voltou-se para os trabalhadores e suas organizações. Portanto, a conciliação geral tinha como fator a inflação, que possibilitava os acúmulos de rendas. Sumariamente,

[...] Os capitalistas transferiam os aumentos aos consumidores médios que iam ter nessas transferências a razão do seu radicalismo e seu ódio às classes trabalhadoras e seus sindicatos. Esses efeitos, porém, não se fizeram sentir imediatamente. Ao contrário, foram sendo acumulados ao longo dos anos para explodir irracionalmente quando a inflação tomava um caráter galopante. Até então os consumidores de classe média se aproveitaram da euforia geral e dos efeitos da desvalorização da moeda nos acúmulos de rendas e aumentos de meios de pagamento. (PEDROSA, 1966b, p. 171)

No plano dos partidos políticos, a aliança entre burguesia agrária, burguesia industrial e proletariado dava-se através da coligação entre o Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Pedrosa considera que a aliança tinha se esgotado, com o governo Juscelino sendo sua última manifestação. Para o autor estava na hora do PTB

buscar o poder sozinho, sem ter como aliado o PSD. Portanto, na percepção pedrosiana, o processo tinha de adquirir uma política de classe clara, com o proletariado separando-se da burguesia industrial. No artigo citado, Pedrosa é categórico:

[...] Na verdade, com o governo Juscelino acabou-se a era getuliana (que se prolongou ainda por certo tempo, milagrosamente, pelo gesto desesperado de Vargas). Esta se caracterizou pela aliança dos burgueses progressistas com as classes trabalhadoras, sob a batuta daquele hábil regente. Tudo o que era possível tirar da aliança, foi tirado, e até com juro. Agora, porém, diante da inflação galopante, da agravação das contradições sociais e políticas, do encarecimento constante e progressivo da vida, do dismantelo também crescente dos quadros dirigentes e conservadores do país, se torna bem difícil prosseguir na mesma aliança anti-histórica. E o Marechal Lott não demonstra ter as virtudes aglutinantes necessárias a conservá-la, tão abundantes em Getúlio e ainda bastante acentuadas em JK. Tudo indica, assim, que vamos agora assistir a uma delicada operação cirúrgica na política brasileira: a de separar os irmãos siameses PTB e PSD. Já não podem viver juntos, sob o mesmo cordão umbilical. Ameaçam atrofiar-se e de agora em diante um só pode desenvolver-se à custa do outro. O diabo é que, cortá-los pelo meio, pode acarretar graves alterações no metabolismo político nacional. [...] (PEDROSA, 1959, p. 8)

3.1.3 Crise do desenvolvimentismo

Mário Pedrosa reconhece que no início da década de 1960 o parque industrial brasileiro tinha se diversificado. Entretanto, com a inflexão no modelo de desenvolvimento dando-se no quinquênio de Juscelino Kubitschek à frente da presidência, tratava-se de substituir o financiamento externo pelo nacional. Na afirmação do autor, “estamos agora com o pálio de uma transição grave do sistema capitalista que se formou no Brasil segundo o modelo da substituição das importações” (PEDROSA, 1966b, p. 217). Criado um parque industrial diversificado, outro modelo se impunha ao país. “Para que outro modelo?”, pergunta-se Pedrosa, respondendo que “para um que se caracterize pelo seu poder de auto-sustentação do crescimento” (PEDROSA, 1966b, p. 217). Na perspectiva dele, o Brasil deveria desvincular-se do imperialismo, pois, “no curso do desenvolvimento econômico do país”, era imperioso “passar a uma etapa superior de emancipação econômica e desenvolvimento autônomo” (PEDROSA, 1966b, p. 217). Contudo, o novo modelo não viria reformando o capitalismo, precisar-se-ia afastar-se do modo capitalista de produção por causa

da impossibilidade de criar-se um capitalismo desvinculado do imperialismo, dado a natureza dependente da burguesia industrial.

A conclusão geral, segundo o autor, é que “o capitalismo pelo vértice que se constituiu no Brasil, numa área privilegiada” (PEDROSA, 1966b, p. 217), ainda não era um capitalismo nacional. A autolimitação era sua “característica mais profunda e contradição fundamental” e tinha “muitas procedências, mas talvez uma dessas seja a própria natureza” (PEDROSA, 1966b, p. 217) do capitalismo brasileiro, cuja gênese encontrava-se no meio rural, com sua produção agroexportadora. A tendência do capitalismo brasileiro, conclui Pedrosa, estava em “olhar antes para leste que para oeste, para o mar que para o sertão” (PEDROSA, 1966b, p. 217). O modelo de substituição das importações entrava em seu processo de transição na análise pedrosiana porque não criou um capitalismo nacional, capaz de desenvolver as potencialidades produtivas de todos os cantos do Brasil. Voltando-se às origens históricas do capitalismo brasileiro, o autor recupera seu ensaio de juventude *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, onde aponta que o capitalismo foi introduzido no Brasil de fora para dentro.

A burguesia industrial formada à sombra da habilidade de Getúlio Vargas em barganhar com as potências imperialistas era incapaz de desvincular-se do imperialismo. Responsável pela transição do Brasil à exploração rural capitalista, que se apropriou das bases materiais da exploração rural colonial para potencializar a acumulação, a burguesia agrária não tinha condições de desligar-se do mercado externo. Trata-se, agora, de apreender como Pedrosa estabelece o vínculo entre os dois setores de produção. Ele lembra que a burguesia cafeeira foi a grande adversária da Revolução de 1930, porém, ao não conseguir diversificar os produtos para exportação, Vargas conciliou e, através do câmbio, manteve o controle sobre a burguesia cafeeira, abolindo a hegemonia política dela. Conforme o autor, “politicamente [...] os fazendeiros de café foram vencidos pela Revolução de 1930, cuja tarefa econômica profunda, embora talvez não consciente, era abolir a hegemonia do fazendeiro de café sobre o Poder central” (PEDROSA, 1966b, p. 222). A conciliação varguista estabeleceu o vínculo político entre as burguesias agrária e industrial. Destarte, se a Revolução de 1930 deu-se sobre um conflito de classe, a conciliação unificou-as politicamente, reforçando ainda mais o vínculo econômico entre os setores agrícola e industrial. Na síntese de Pedrosa,

[...] A burguesia industrial, nascida em grande parte de capitais acumulados na exploração capitalista do café, não fez contra ela nenhuma revolução; fez com ela um acordo, uma espécie de comodato para juntas, em classe dirigente, desfrutarem o estado. É confiado à ditadura o papel de fiel do

convênio, o zelador do comodato. [...] A harmonização dos interesses agrários e dos interesses industriais efetuada pela ditadura se tornou possível por se concentrarem principalmente em São Paulo e depois de ter sido esmagada a revolta constitucionalista de 1932. (PEDROSA, 1966b, p. 225)

A aliança entre as burguesias agrária e industrial era indissolúvel tanto politicamente quanto economicamente para o autor. No intuito de conduzir o Brasil a um modelo político-econômico nacional, o proletariado tinha de afastar-se da aliança engendrada por Vargas e colocar seu modelo como viável ao país. Daí Pedrosa ter afirmado no artigo de 1959 que havia necessidade do PTB separar-se do PSD, impelindo o proletariado a separar-se do aliancismo heterogêneo getulista levado adiante por Kubitschek, tentando dar forma a um modelo socialista democrático pela via parlamentar. Independente da finalidade anticapitalista do autor, caso o PTB não levasse uma política de classe adiante, a instabilidade do modelo esgotado no governo Kubitschek conduziria o Brasil a um beco sem saída. Pelo fato do artigo de 1960 *O partido do gabarito curto* ser peremptório, faz-se necessário citar seus dois últimos parágrafos em quase sua totalidade:

[...] O Sr. Jango Goulart faz uma convenção de seu partido, na qual sai candidato a Presidente da República. Mas é só para Lott ver, pura posição de barganha para ser Vice na chapa do Marechal. [...] O seu grande *teórico* [...] Dr. San Tiago, só maquina truques engenhosos e jurídicos, de cúpula, para atender aos interesses pessoais do jovem chefe, mas, jamais uma alta política para o partido [...]. [...] E, *last but not least*, o próprio anjo rebelado do PT, o moço Ferrari, levanta o estandarte da revisão dentro do partido. Para conduzi-lo, enfim, à independência e maioria, com sua bandeira desfraldada, numa campanha pelas reformas fundamentais que pede o povo? Nada disso, mas para ser... Vice na chapa de candidato alheio à natureza e finalidades declaradas do partido. É uma vocação generalizada de reboque, indigna, nessa altura do século, do estado de consciência social e política alcançada pelos trabalhadores por toda parte.

O PTB é, assim, infelizmente, o partido do gabarito curto. Aspirar à Presidência como qualquer outro grande partido, a UDN ou o PSD? Jamais: quem somos nós? No entanto, sua ausência na arena cria um vácuo político perigoso. Como aos olhos das massas trabalhadoras nenhum outro partido poderá substituí-lo, o vácuo permanece. Daí a necessidade de preenchê-lo, seja lá como for: com truques de *legendas* e outras rasteiras inócuas, golpes e revoadas, cacareco, enquanto o país se afunda, à deriva, sem contudo os candidatos em liça poderem, realmente, distinguir-se um do outro, galvanizando o país todo. O revulsivo contínuo da inflação não permitirá ao povo acomodar-se com nenhum dos candidatos: a luta pelo pão, contra o custo da vida, lhe parecerá sempre e cada vez mais premente e importante que o páreo presidencial. As reivindicações sociais terão de ser, porém [...] reprimidas fatalmente pelo Governo, mas nenhum candidato poderá vir em auxílio delas, abertamente. A fermentação social dificilmente, pois, será absorvida na campanha política. Num regime democrático, o conseguir seria a precípua tarefa de um partido trabalhista. Na sua ausência, a absorção se fará, mas com sacrifício da democracia, mais facilmente por um golpe

militar, com tanque e tudo, e muito mais remotamente – por uma revolução. (PEDROSA, 1960, p. 3, grifos do original)

A opção brasileira completa o quadro descrito acima e posiciona Pedrosa em sua tentativa de manter-se equidistante tanto do reformismo de Luís Carlos Prestes e dos comunistas quanto do radicalismo insurrecional da extrema-esquerda, mostrando a viabilidade de um socialismo democrático no Brasil, se o PTB fizesse uma política de classe sem titubear. O autor destaca que as principais forças políticas do Brasil, incluindo o Partido Comunista Brasileiro (PCB), julgavam que a estrutura econômica mudaria de reforma em reforma. Em seus termos, “tudo se passou como se os padrões estruturais econômicos fossem mudar, pouco a pouco, lenta, indefinidamente, sem que se alterasse a ordem constitucional, ou mesmo a ordem institucional” (PEDROSA, 1966b, p. 172). A preposição reformista “era aceita, sem maiores exames, por todos os partidos, inclusive pelos da oposição e até pelo Partido Comunista, lutando dentro dela por sua própria legalização” (PEDROSA, 1966b, p. 172). Porém, apenas a extrema-direita e a esquerda radical não partilhavam do “mito do legalismo dogmático” (PEDROSA, 1966b, p. 172). À esquerda, a quebra da legalidade era fundamental para o início da revolução; à direita, o golpe era necessário para “remodelar os quadros dirigentes políticos e administrativos do país” (PEDROSA, 1966b, p. 173) e eliminar os comunistas da política brasileira.

O vácuo político de que fala o artigo citado foi ocupado por Jânio Quadros. Sua eleição, segundo Pedrosa, acabou por derrotar a aliança PSD-PTB, “criada por Vargas e mantida no curso ininterrupto dos anos”, finalmente ela “conheceu sua primeira derrota com a eleição de Quadros para presidente” (PEDROSA, 1966b, p. 145). Na leitura pedrosiana, “Jânio Quadros foi assim o instrumento da dissolução do velho casamento de que Vargas foi o padrinho” (PEDROSA, 1966b, p. 145). Sua vitória foi contra a aliança populista-burguesa. E o Golpe de 1964 seria, em parte, produto da cisão iniciada nas eleições presidenciais de 1960. Ou seja, “a subida de Quadros ao poder constituiu-se numa cunha cravada no seio da aliança populista-burguesa. A crise política profunda por que passou o país é, em grande parte, função dessa operação de separação iniciada com a chegada de Quadros” (PEDROSA, 1966b, p. 146). Destarte, afirma o autor, deu-se “a passagem de uma política conservadora a uma política social, na omissão do PTB em cumprir seu papel histórico de partido das reivindicações realmente nacionais independentes e sociais do povo brasileiro” (PEDROSA, 1966b, p. 149).

Pedrosa acentua o caráter radical da campanha de Quadros à presidência da república em 1960 ao levar em conta que ela levantava bandeiras que rompia com o getulismo. Esta ousadia dividiu os partidos, levando-os a assumirem uma política de classe sem hesitação. Ademais, “arrastou afinal as massas para uma política antes tímida e conservadora no interior, numa linha antiinflacionária convencional, na base da estabilização monetária, e uma política internacional de gestos ousados com veleidades de ‘independência’” (PEDROSA, 1966b, pp. 149-150). Contudo, lembra o autor, antes do “astro com órbita própria” (PEDROSA, 1966b, p. 146) “chegar às grandes opções, que deveriam caracterizar o seu governo, despediu-se a si mesmo” (PEDROSA, 1966b, p. 150). Seu gesto removeu “a cunha de transição que deveria ter sido o seu governo”, abrindo a fenda “na continuidade do ‘desenvolvimento’ *à la* JK da chamada burguesia progressista industrialista” (PEDROSA, 1966b, p. 150, grifos do original).

Segundo Pedrosa, com a renúncia de Quadros em 1961, o PTB assumiu o poder se deslocando à esquerda, por causa das promessas realizadas ao longo dos dois mandatos de vice-presidente de João Goulart. O autor considera que “o PTB, com a esquerda, vieram cedo demais ao poder”, pois “Goulart, acostumado a apenas fazer promessas às massas, ao povo em geral, se viu de repente acuado a ter de pagá-las” (PEDROSA, 1966b, p. 146). Todavia a radicalização política foi estancada com o Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo, intensificando-se quando o presidencialismo voltou via plebiscito em 1963. Pedrosa observa que enquanto Goulart detinha o “poder difuso” do parlamentarismo, teve ampla coalizão a seu favor, depois dele obter o “poder unitário” do presidencialismo, “consagrado democraticamente, pela esmagadora maioria de votos soberanos do plebiscito” (PEDROSA, 1966b, p. 152), as esquerdas se dispersaram, deixando-o sozinho frente à sanha do Congresso, da burguesia e do imperialismo estadunidense. Em suma,

A inflação minava, porém, a estabilidade das instituições políticas. A instabilidade das instituições políticas, por sua vez, agravava o processo inflacionário. A queda constante no valor da moeda precipitava, *à la longue*, a queda do prestígio dos institutos políticos e de seus representantes e da interação dos dois fenômenos seguiu-se um aceleração na instabilidade geral da ordem econômica, da ordem financeira, da ordem social e política. O processo de precipitação começa mais ou menos a partir da volta plebiscitária do presidencialismo. Acelera-se o ritmo dos acontecimentos políticos: as tensões aprofundam-se e os choques de classe surgem. Todos os grupos impregnam-se de um espírito de radicalização que acaba por penetrar os quartéis, explode nos sargentos e, depois, mais espetacularmente ainda, nos marinheiros. [...] (PEDROSA, 1966b, p. 148, grifos do original)

A inflação, que vinha crescendo desde a década de 1930, recorda o autor, acentuou-se durante o governo João Goulart e levou a burguesia à encruzilhada golpista. Portanto, o fracasso da classe política no Brasil tinha, conforme o horizonte pedrosiano, influído diretamente no Golpe de 1964. Ela não soube lidar com a inflação de modo técnico-econômico, porque a inflação tinha uma função sócio-política para ela, auferir lucros pelo fato do aumento dos produtos ser mais rápido do que os salários e as matérias-primas. Conforme Pedrosa, a inflação atendia “aos interesses de certos grupos comerciais e industriais que viam nela uma garantia de alta indefinida dos preços”, também beneficiava os empresários, que conseguiam “empréstimos com facilidade e a juros vantajosos, ficando assim em condições de vender seus produtos com lucro, em virtude do dinheiro abundante” e, por fim, “o lucro provinha do fato de serem as altas de salários e das matérias-primas mais lentas do que a dos produtos” (PEDROSA, 1966b, pp. 235-236).

3.1.4 Golpe de 1964

O nacionalismo gestado pela barganha com o imperialismo, a inflexão no modelo de desenvolvimento ocorrida durante o Governo Juscelino Kubitschek e a indecisão da classe política em traçar uma política de classe sem titubeios, necessária para viabilizar um modelo político-econômico nacional, tornavam cada vez mais insustentável uma saída democrática para a crise política do Brasil. Entretanto, o processo analisado por Mário Pedrosa não desencadeia, por si só, um golpe de Estado. Este ocorre quando os atores sociais se posicionam na arena política para desencadeá-lo e sustentá-lo. Depois de analisar a situação econômica e social do Brasil, o autor julga que a deposição de João Goulart foi determinada pelo imperialismo estadunidense, burguesia agrária, burguesia industrial e Forças Armadas. Em seus termos, “três fatores ou forças decisivas causaram a derrubada da situação presidida por João Goulart: o imperialismo americano, a classe dos proprietários fundiários do país e as Forças Armadas, como *corporação*” (PEDROSA, 1966b, p. 116, grifo do original)¹⁵. Portanto, conforme esta análise, o Golpe de 1964 foi possível com a convergência entre interesses nacionais e estrangeiros, apoiado em uma base social e executado por uma corporação, cuja lógica de ação tem especificidades em relação à sociedade civil.

¹⁵ Neste trecho não é citada a burguesia industrial, mas ao longo de *A opção brasileira* fica evidente a importância dela para os acontecimentos políticos de 31 de março de 1964.

Pedrosa observa que as Forças Armadas, assim como as classes dominantes, tinham plena consciência que estavam em área de influência dos Estados Unidos. Para ele, o Golpe de 1964 implantou como novidade que o Brasil estava ligado umbilicalmente ao imperialismo estadunidense. “O Brasil pauta sua política estrangeira, com efeito, fundado no princípio de que não se pode afastar do único poder existente no ‘Continente’: o poder dos Estados Unidos” (PEDROSA, 1966b, p. 56), afirma. Como a indissociabilidade dos interesses nacionais e estadunidenses dificilmente se daria no plano econômico e político, em razão de negociações concretas poderem levar a divergências entre os países, como se viu no quinquênio de Kubitschek no governo federal, que, na linguagem direta da época, ora era nacionalista, ora era entreguista, efetivou-se no plano ideológico. No intuito de compreender a ideologia que permitiu a convergência entre Brasil e Estados Unidos, com uma base social fundamental para um golpe de Estado e um ator político para alavancá-lo, Pedrosa analisa a teoria da guerra revolucionária.

Para o autor, o fracasso da França em suas guerras coloniais no Vietnã e Argélia deu origem ao “grude reacionário” (PEDROSA, 1966b, p. 85) da guerra revolucionária. Os militares franceses, “tentando tirar da amarga experiência uma doutrina, sobretudo uma técnica para vencer em futuras guerras coloniais”, continua Pedrosa, “conseguiram foi cristalizar num bródio teórico um esquema de luta anti-subversiva” (PEDROSA, 1966b, p. 85). Ao assumir a direção da Escola Superior de Guerra em 1956, o general Leconte passou a teorizar sobre a guerra revolucionária. Esta teoria partia do pressuposto que, com a guerra nuclear impossibilitada pelo equilíbrio de forças entre Estados Unidos e União Soviética, a guerra moderna era a revolucionária. Ela se passava nos países periféricos porque as burocracias autóctones eram incompetentes em desenvolverem seus países. Se por um lado elas expulsaram os colonizadores europeus, por outro lado enfraqueceram o “mundo livre”. Portanto, “por essa forma a independência política que lhes é dada pelos antigos colonizadores abre para esses países do Terceiro Mundo uma fase abertamente revolucionária” (PEDROSA, 1966b, p. 87). A teoria militar francesa foi incorporada pelo imperialismo, pois “a nossa época de hoje se assinala [...] como a das revoluções e movimentos emancipadores nacionais nos continentes outrora submetidos aos imperialismos ocidentais” (PEDROSA, 1966b, p. 93), servindo para internacionalizar movimentos sociais reivindicatórios nacionais.

Na perspectiva pedrosiana, o Golpe de 1964 foi um dos capítulos da guerra revolucionária. O autor declara que não havia uma no Brasil. Mas lutas anti-imperialistas, que vicejaram ao lado das lutas anticoloniais após a Segunda Guerra Mundial nos países

periféricos. Segundo ele, por falta de memória histórica, conhecimento sociológico, os teóricos da guerra revolucionária esqueceram-se do colonialismo e do imperialismo, vendo influência soviética nas lutas sociais travadas em diversos países. Ou seja,

[...] Os países imperialistas colonizadores, um por um, cada qual no seu momento, tiveram de sofrer os embates desse inconformismo ou rebelião dos povos sob tutela, controle ou hegemonia. Eles se encontraram em face de um grande fenômeno social e político, de que se haviam esquecido existir – a revolução nacional dos povos. Os imperialistas descontentes, os interesses investidos contrariados, os preconceitos imperiais de orgulho nacional feridos de certas camadas metropolitanas, inclusive militares, perderam qualquer sentido de objetividade ao olhar o fenômeno e decretaram haver para ele uma causa externa política. Esta causa era a conspiração do comunismo russo. A partir daí construíram a escamoteação operacional. Este consiste em negar autoctonismo nacional a esses movimentos anticoloniais; são todos frutos de intrigas, manobras, infiltrações, corrupção de comunistas mandados de Moscou. Daí surgiu a escamoteação – substituir uma noção, uma descrição sociológica por uma técnica de conspiração e de tática de guerra; não se trata de uma Revolução, fenômeno sociológico que se verifica em algum momento da história e da evolução de uma nação, de um povo, mas de uma tática nova de guerra, a “guerra revolucionária”. (PEDROSA, 1966b, p. 92)

O conhecimento da teoria da guerra revolucionária não era restrito às Forças Armadas. Durante o governo Goulart, lembra Pedrosa, o deputado federal Olavo Bilac Pinto, da União Democrática Nacional (UDN), subia à tribuna da Câmara dos Deputados e falava que o Brasil estava “na terceira fase” (PEDROSA, 1966b, p. 94) da guerra revolucionária, a de obtenção de armas, e conclamava a sociedade civil a reagir. O udenista dizia que obteve “informações de que armas foram recentemente distribuídas a sindicatos rurais e da orla marítima” (PEDROSA, 1966b, p. 94). O autor refuta o deputado federal afirmando que “os ‘sindicatos rurais’ eram, como se sabe, organização recente, mas, graças a eles, em vários lugares, como em Pernambuco, os trabalhadores tinham conseguido não armas mas aumento de salários” (PEDROSA, 1966b, p. 94). Isto, no dito espirituoso de Pedrosa, “era muitíssimo melhor que armas” (PEDROSA, 1966b, p. 94). Além das Ligas Camponesas, Pinto acreditava que o Grupo dos Onze também era responsável pela guerra revolucionária. Entretanto, como Leonel Brizola falava a muitos, não seria possível formar grupos guerrilheiros por falta de homogeneidade, declara o autor. Além do mais, continua, guerrilha vicejava no campo. Nas cidades ocorriam apenas insurreições, de curta duração, ao contrário da guerrilha. A Frente de Mobilização Popular, conclui Pedrosa, era uma “frente de agitação política” (PEDROSA, 1966b, p. 99), heterogênea. Por fim, o udenista apontava as hesitações de Goulart como indicadora da guerra revolucionária. Refutado em *A opção brasileira* com uma pergunta,

“desde quando tais ‘qualidades’ são as de um condutor da guerra revolucionária?” (PEDROSA, 1966b, p. 99). O autor, ao comentar as diatribes do deputado federal, está tentando demonstrar que havia uma preparação para o golpe de Estado, a envolver políticos e militares. Ademais, os discursos de Pinto na tribuna da Câmara dos Deputados ajudavam a formar o caldo ideológico para atrair setores da sociedade civil através da “guerra psicossocial” (PEDROSA, 1966b, p. 120).

Segundo Pedrosa, a aplicação da teoria da guerra revolucionária ao Brasil não foi concebida pelo deputado federal, mas no Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA): “O líder udenista simplesmente divulgava da tribuna da Câmara esquemas ensinados na Escola do Estado-Maior” (PEDROSA, 1966b, p. 57). Na concepção militar, a guerra revolucionária estava em curso no país para isolá-lo do “mundo livre”. Isto é, “‘isolar os Estados Unidos’ eis o que quer a ‘guerra revolucionária’ que se desencadeou no Brasil pelos comunistas ‘apátridas’, com a cumplicidade do presidente João Goulart” (PEDROSA, 1966b, p. 57). No intuito de evitar isolamento do Brasil, “os chefes militares conspiram, organizam sua ‘contraguerra revolucionária’ e instruem os políticos no Parlamento a agitarem o ambiente” (PEDROSA, 1966b, p. 57). Internalizando a ideologia da guerra revolucionária, os liberais esquematizaram a realidade social, enquadrando as reivindicações dos trabalhadores rurais e urbanos, além das lutas políticas da esquerda, como produtos da conspiração soviética, para isolar os Estados Unidos. Destarte, para o autor, os liberais deixaram de defender os meios democráticos e passaram para a defesa dos fins, o *status quo*. Enquanto Pinto era o advogado do golpismo no parlamento, o governador Carlos Lacerda era seu “protagonista mais poderoso na praça pública” (PEDROSA, 1966b, p. 100). Apesar de ser evidente que a guerra revolucionária em curso no Brasil era falsa, Pedrosa admite que ela era

[...] uma manobra tática destinada a encobrir e estimular a conspiração antigoulartiana. Servia ainda a mais do que isso – servia para extremar as oposições políticas, aprofundar as divisões ideológicas, radicalizar as posições, impossibilitar as soluções legais, abrir passo ao golpe, à guerra civil, à contrarrevolução. Por uma lógica implacável da política, os liberais democráticos dão a volta ao eixo e se colocam em posição oposta à que sempre fora a deles: não há meios democráticos de ação; há apenas fins. Até o fascismo, o que era determinante na posição liberal, era a ordem democrática, a partir da qual os fins nobres, humanos, progressistas, eram permissíveis – o bem comum, a igualdade de oportunidades, a guerra à pobreza, a socialização da riqueza, o livre desenvolvimento da personalidade, democracia social, socialismo, anarquismo, comunismo, o diabo. Hoje, porém, quando liberais, passando a posições totalitárias do fascismo, defende fins e não os princípios da ordem democrática, na realidade esses fins que são? O *status quo* social, a hostilidade a mudanças, a defesa dos privilégios e interesses investidos, a inalterabilidade do regime

econômico vigente, ou o capitalismo. E, no Brasil, acima de tudo, a intocabilidade da grande propriedade territorial. [...] (PEDROSA, 1966b, p. 100, grifos do original)

O Golpe de 1964, segundo a ideologia vigente entre os golpistas, foi um contra-ataque à ofensiva revolucionária a impelir o país a isolar-se do poder estadunidense. Fundamentalmente, a guerra revolucionária não se sustentava empiricamente, mas ideologicamente ela tinha força por causa de seu objetivo de atrelar-se aos interesses estadunidenses. Afinal, mantido um mínimo de autonomia econômica e política dos Estados Unidos, como foi o caso de Getúlio Vargas e, posteriormente, Kubitschek, tais interesses nem sempre convergiram com os brasileiros. Conforme Pedrosa, por falta de ideologia de classe autóctone, os oficiais gerais adotaram “uma ideologia de metrópole colonizadora” (PEDROSA, 1966b, p. 71). Por um lado, eles passaram a defender os interesses estadunidenses e, por outro, o *status quo*. Com as Forças Armadas e os liberais tirando a guerra revolucionária de seu contexto, tornaram-na abstração militar para esmagar movimentos sociais. O autor diz que “a guerra revolucionária é nacional ou não é, não se pode fazê-la ou determiná-la de fora” (PEDROSA, 1966b, p. 79). Assim, não havia mais problemas externos, eles se confundiam com a política internacional dos Estados Unidos.

De qualquer forma, a teoria da guerra revolucionária serviu aos interesses das corporações e trustes estadunidenses espalhados mundo afora depois da Segunda Guerra Mundial. Se a teoria da guerra revolucionária identificava que o conflito entre Estados Unidos e União Soviética ocorria no interior dos países periféricos, era essencial uma formulação teórica capaz de identificar os inimigos do “mundo livre”. Eles não eram estrangeiros, encontravam-se no interior de cada país. Complementar à teoria da guerra revolucionária, havia a da agressão interna. Assim como esta, aquela era adotada para lidar com convulsões sociais que ameaçassem o *status quo*. Com o inimigo deixando de ser adventício e passando a ser autóctone, ele era identificado por suas ideias. Pedrosa destaca que, no discurso de saudação ao chanceler equatoriano Gonzalo Escudero em 16 de junho de 1965, Vasco Leitão da Cunha forjou uma “fórmula brilhante” (PEDROSA, 1966b, p. 72) para a teoria da agressão interna ao afirmar que as fronteiras deixaram de ser geográficas e passaram a ser ideológicas. Para ilustrar a teorização do chanceler brasileiro, o autor cita um trecho do discurso transcrito pelo *Correio da Manhã* de 23 de maio de 1965, onde Cunha diz que a soberania deveria ser reformulada fundamentando-se “na existência de um sistema político-social comum e não mais nas fronteiras físicas ou políticas, consideradas obsoletas pelo governo brasileiro” (PEDROSA, 1966b, p. 72). Negando-se as fronteiras físicas e políticas, ressalta Pedrosa,

legitimava-se a intervenção dos Estados Unidos na América Latina caso a “soberania ideológica” (PEDROSA, 1966b, p. 110) estivesse ameaçada. Por conseguinte, conclui ele,

Partindo da divisão do mundo em “Ocidente” e “Oriente”, opondo como duas categorias absolutas “capitalismo” e “comunismo”, essa esquematização serviu admiravelmente aos interesses das grandes corporações que exigiram, a partir do fim da guerra, numa pressão cada vez maior sobre a Casa Branca, a mudança da política externa de seu país no sentido de atender agressivamente àqueles interesses. Defender o regime da chamada livre empresa privada, ou a supremacia dos interesses privados como norma para resolver todos os complicados problemas de desenvolvimento social e econômico (e, ao cabo, cultural e político) do seu e dos outros países, eis a essência da política externa dos Estados Unidos, desde a abertura da “guerra fria”. *Big business* exigia do seu governo uma política agressiva de defesa não só de seus investimentos no exterior, ameaçadas pelas contradições sociais e políticas oriundas dos estragos e convulsões da guerra, tanto nos países vencidos como nos vitoriosos, mas em sentido mais agressivo ainda de criar as condições propícias a novas inversões de capitais no Oriente Médio (petróleo), Ásia, África, Europa, América Latina, naturalmente. Que essa política fosse a expressão do objetivo nacional permanente do poder imperial (acima do nacional) americano, compreende-se. Que havia ao termo da guerra um problema político grave e em suspenso na Europa ocidental, vitoriosa mas em desagregação econômica a preocupar a maioria de suas populações, é fato. Que se explica a sofreguidão com que os socialistas europeus, com Ernest Bevin então à frente do Foreign Office britânico, em primeiro lugar, pegaram na palavra ainda no ar do secretário de Estado americano Marshall sobre uma ajuda maciça de capitais americanos à Europa, ninguém contesta. O medo de uma vitória do stalinismo, isto é, uma ação conjugada do poder militar soviético com os partidos comunistas locais, ajudou na aceitação gulosa, por parte de todas as correntes políticas democráticas europeias, da ideia do Plano Marshall. Na base dessa experiência, uma nova ideologia foi criada nos Estados Unidos e vendida inteirinha aos chefes militares latino-americanos e brasileiros, ora no poder.

A partir dela forjou-se o verdadeiramente sinistro conceito de “agressão interna” que, como disse muito bem Hermano Alves, imposto pelo pensamento militar norte-americano, foi “adotado cegamente, por nossas forças armadas”, colocando-as em conflito com quaisquer movimentos de rebeldia social que vissem a uma modificação rápida do *status quo*. [...] (PEDROSA, 1966b, pp. 71-72, grifos do original)

Na análise pedrosiana, tratava-se de uma nova soberania, não mais calcada em estados independentes, mas em “estados interdependentes submetidos ao primado soberano de uma ideologia” (PEDROSA, 1966b, p. 111), a do capitalismo de monopólio. O princípio racional da soberania ideológica, conforme o autor, era totalitário porque estabelecia uma “unidade ideológica” (PEDROSA, 1966b, p. 112) entre os países. Deste modo, não havendo mais fronteiras físicas, não haveria mais invasão. Esta seria considerada defesa contra a interferência de ideologias exóticas. Pedrosa julga que o “absolutismo ideológico”

(PEDROSA, 1966b, p. 112) estadunidense, certamente, não se restringiria aos países latino-americanos, pretendia abranger os domínios do Império Britânico. A soberania ideológica estava atrelada à teoria da guerra revolucionária, servindo para o imperialismo combater movimentos sociais que confrontassem os interesses do capital financeiro. Como o subdesenvolvimento era o calcanhar de Aquiles do imperialismo, os interesses nacionais da América Latina deveriam confundir-se com os dos Estados Unidos, em nome das “Américas”. O autor cogita que amalgamar os interesses nacionais com os imperiais objetivava enfraquecer a Organização das Nações Unidas (ONU), que, aos poucos, deixava de se identificar com os interesses estadunidenses integralmente. “Os Estados Unidos de há muito que tentam afastar do grupo dos subdesenvolvidos, consolidado na Conferência de Genebra de 1964, os países latino-americanos, sob promessa de alguns favores especiais” (PEDROSA, 1966b, p. 113), lembra.

Por mais que as “especulações político-militar” (PEDROSA, 1966b, p. 58) tivessem sido eficientes para mobilizar as Forças Armadas e, através dos debates conduzidos por políticos em sintonia com oficiais generais, formar o caldo ideológico a confundir deliberadamente interesses nacionais antagônicos aos estadunidenses como produto da infiltração comunista no governo Goulart, elas eram deixadas de lado pela burguesia industrial. Esta, nos termos de Pedrosa, “não falava tanto em ‘guerra revolucionária’ [...] mas em ‘golpe continuísta’ de Jango e no descalabro da situação financeira e econômica de que se aproveitavam os comunistas” (PEDROSA, 1966b, pp. 58-59). Aqui, portanto, a inflação unificou a burguesia industrial a favor de uma saída golpista para a crise política. O autor declara que ela era a consciência de classe dos setores golpistas. Consequentemente, tratou de organizar o golpe de Estado buscando o apoio dos Estados Unidos. Ou seja, “São Paulo foi o centro da conspiração propriamente civil, conscientemente de classe” (PEDROSA, 1966b, p. 58). Portanto,

Na capital de São Paulo, a capital nacional das indústrias, [...] a alta burguesia é que organiza não a luta, mas a conspiração. Sente-se também apavorada, mas prefere reagir por assim dizer institucionalmente, pelos seus vértices representativos, como classe. Tomam providências, mobilizam gente, contratam serviços, publicam instruções e manifestos, coletam recursos, instalam fábricas de granadas; reúnem-se em confabulações secretas com oficiais de todas as armas e das diversas guarnições de postos, independentemente dos comandos superiores; e aí discutem também política, programas de governo, medidas de repressão, formas de regime, táticas de massa. [...]

A conspiração civil da alta burguesia paulista é o *pendant* da conspiração dos altos vértices oficiais e militares de Minas Gerais. Ambas

sobrestimavam a força do adversário. Acreditavam numa vitória mais demorada e, nessas condições, na necessidade de um apoio internacional. Uma reportagem sobre a conspiração paulista, superficial mas com algumas informações curiosas, publicada em *Fortune* (setembro de 1964), relata o esforço de um grupo de industriais e banqueiros paulistas e estrangeiros (americanos) para reunir recursos financeiros, armas e gente contra a política de Goulart. Desse esforço nasceu o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), destinado à campanha ideológica. [...] (PEDROSA, 1966b, pp. 64-65)

Se a inflação unificou a burguesia industrial, a agrária foi unificada pela situação política no meio rural. No interior do Brasil, evoca Pedrosa, os trabalhadores rurais começaram a organizar-se para conseguirem aumentos salariais e melhores condições de trabalho: “de Minas a Goiás, do estado do Rio ao Paraná, Bahia Nordeste, São Paulo mesmo, as velhas classes dominantes estavam realmente diante de um movimento novo, embora ainda muito elementar, socialmente bem mais profundo, de ‘camponeses’” (PEDROSA, 1966b, p. 59). Não eram conspiradores, como propagandeado por políticos udenistas, mas “moradores e lavradores pobres, meeiros, trabalhadores de engenhos e usinas, colonos de grandes fazendas, peões lá com algo de uma ‘consciência social’” (PEDROSA, 1966b, p. 59). A novidade levou a burguesia agrária a conclamar pela ordem. Mais exatamente, ela passou a exigir a repressão ao movimento dos trabalhadores rurais. Mas em 02 de março de 1963 foi aprovado o estatuto do Trabalhador Rural. As conquistas prosseguiram com a lei do salário mínimo no campo e o decreto da SUPRA, que desapropriava terras marginais às estradas, ferrovias e açudes. Segundo o autor, “a assinatura desse decreto provocou a mobilização geral de toda a velha classe fundiária brasileira, colocando-a em pé de guerra, armada e em estado insurrecional” (PEDROSA, 1966b, p. 62). “À sua explosão dois dias depois”, continua, veio “somar-se a reação maciça de toda a oficialidade das Forças Armadas e do Exército em particular” (PEDROSA, 1966b, p. 62). No temor do proprietário fundiário contra a reforma agrária unificaram-se as demais classes sociais que formaram a base social necessária para o golpe de Estado ser desencadeado pelos oficiais generais. Em síntese,

João Goulart caiu por ter parecido ameaçar a intangibilidade da propriedade fundiária do Brasil. Dos donos da terra em geral, de latifundiários com terras improdutivas e não aproveitadas a fazendeiros e empreiteiros com capitais investidos em empresas agrícolas, que as dirigissem ou não. Ao protestar, ao agitar, ao pegar em armas, levantaram com eles toda a ordem privado do Brasil. Num dado momento, ajudados pela progressiva desvalorização da moeda e, das rendas fixas e pela propaganda anticomunista, conseguem os donos da terra despertar as classes médias e pequeno-burguesas e mobilizá-las contras as massas populares plebeias, proletárias das grandes cidades. Em geral, os elementos mais esclarecidos daqueles grupos, intelectuais, grande

parte da *intelligentsia* e da burocracia, resistem à onda; não se alinham. O resto – a grande maioria faz causa comum com a velha ordem, com os seus sustentadores, os que encarnam a tradição, os bons costumes, o privatismo do lar etc. (PEDROSA, 1966b, pp. 117-118)

Pedrosa considera que as Forças Armadas eram legalistas enquanto instituição. Em suas palavras, “o Exército brasileiro era, realmente, legalista e democrático” (PEDROSA, 1966b, p. 139). Então, por mais que setores da sociedade civil se mobilizassem para depor Goulart, as Forças Armadas só agiriam na direção deles quando houvesse uma unidade entre a oficialidade a favor do golpe de Estado. Daí o autor ter dado ênfase que as Forças Armadas foram preponderantes no Golpe de 1964 enquanto corporação. Isto é, por mais que parte dos oficiais gerais fosse golpista, ela só agiria quando sua predisposição se tornasse hegemônica entre a oficialidade, mobilizando as Forças Armadas enquanto corporação. Apoiando-se nas declarações do deputado federal José Costa Cavalcanti, da UDN, um dos articuladores dos elementos políticos e militares da conspiração, Pedrosa afirma que a rebelião dos marinheiros em março unificou a oficialidade a favor do golpe de Estado. O udenista se expressou assim para o jornalista Fernando Pedreira: “Três foram os momentos decisivos que levaram o Exército ‘a pôr de lado suas convicções legalistas e a derrubar o governo: a intentona dos sargentos, em setembro de 63; o episódio do sítio, em princípios de outubro; e a rebelião dos marinheiros, já em março de 64” (PEDROSA, 1966b, p. 139). E enfatiza que “esta última ocorrência vendeu os escrúpulos dos menos inconformados e tornou praticamente unânime a convicção de que o Sr. Goulart não podia continuar no poder” (PEDROSA, 1966b, p. 139). Entretanto, ao depor o presidente, o autor esclarece que as Forças Armadas não estavam indo “contra a reforma agrária, nem contra as encampações das concessionárias, nem contra a lei de remessa de lucros” (PEDROSA, 1966b, p. 143). “O fator militar disciplinar contingente”, continua, “deu as armas de que a contrarrevolução precisava para expulsar o presidente” (PEDROSA, 1966b, p. 143). E conclui que “ao chegarem ao poder, os homens vitoriosos em abril logo descobriram o sentido do movimento que arrastou as Forças Armadas: não se destinava a restabelecer a disciplina militar, a ordem política e moral, mas a instalar no Brasil a contrarrevolução em permanência” (PEDROSA, 1966b, p. 143). Assim, revelou-se “o mistério da vitória de 1º de abril” (PEDROSA, 1966b, p. 143), com a ideologia da guerra revolucionária fazendo sua primeira vítima na América Latina, levando o Brasil a vincular seus interesses aos do capitalismo de monopólio.

Os documentos referentes à participação direta do imperialismo estadunidense no Golpe de 1964 não eram públicos em 1966. Eles só foram liberados na década de 1970,

quando Phyllis R. Parker requereu junto à Casa Branca acesso aos arquivos referentes às relações entre Brasil e Estados Unidos compreendidas entre a renúncia de Jânio Quadros e a deposição de Goulart pelos militares. Os esforços de Parker resultaram no livro *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*, publicado em 1977 pela Civilização Brasileira, mesma editora de *A opção imperialista* e *A opção brasileira*. Consequentemente, ao perguntar-se até que ponto o governo estadunidense participou do golpe, Pedrosa responde que “as provas materiais talvez não existam”, mas “as provas circunstanciais são abundantes”, pois o veto dos Estados Unidos “ao governo Goulart foi decisivo para sua queda. Ideologicamente, psicologicamente, politicamente, economicamente, conspirativamente – e talvez materialmente – Washington, por suas diversas agências, apoiou o golpe de restauração de 1ª de abril” (PEDROSA, 1966b, p. 116). Já em 1964, Thomas Mann, Secretário de Estado Assistente para os Assuntos Interamericanos, admitiu diante de uma subcomissão da Câmara dos Deputados em Washington sua participação no Golpe de 1964: “Em janeiro, quando assumi o cargo, estávamos conscientes de que o comunismo se enraizava no Governo de uma forma rápida” (PEDROSA, 1966b, p. 66). Coincidentemente, destaca o autor, no mesmo mês em que Pinto iniciou suas diatribes acerca da guerra revolucionária na tribuna da Câmara dos Deputados. O que importa apreender não é se Pedrosa estava certo ou não em suas apreciações sobre a participação dos Estados Unidos na deposição de Goulart, o importante é compreender que as análises de seus dois livros de 1966 tentam inferir que o imperialismo estadunidense atingia um estágio em que legitimava a intervenção na América Latina para garantir o retorno de seus investimentos. Nos termos do autor,

[...] a política oficial do Governo americano para o Brasil consistia em sabotar os esforços sinceros feitos por homens como Celso Furtado, Santiago Dantas ou Carvalho Pinto, para bloquear ou, pelo menos, calçar a corrida inflacionária e permitir que por um planejamento bem entrosado entre os ministérios diretamente ligados à vida econômica e à produção do país, sob o controle geral do Ministro da Fazenda de então, se conseguisse levá-lo a certas reformas estruturais sem maiores traumatismos. A sabotagem do Departamento de Estado visaria assim a dois fins: um, de ordem econômica, para torpedear qualquer veleidade de novas nacionalizações empresariais ou encampações de concessionárias, qualquer tentativa de um controle à circulação livre de capitais estrangeiros; o outro, de ordem política, para expelir do poder qualquer coloração vagamente esquerdizante. [...]

[...] O que Washington não desejava era que surgisse um governo forte, mais independente de Washington, com uma política nacionalista mais firmemente traçada, capaz por isso mesmo de nacionalizar outras empresas, encampar as concessionárias, restringir os investimentos privados estrangeiros a determinadas condições, instituir o monopólio do câmbio, declarar a moratória das dívidas externas e, *last but not least*, fazer a reforma agrária. Em suma, realizar o programa que João Goulart apenas agitava. Para

evitar tal perigo, Washington conspirou, instigou o levante e ganhou. (PEDROSA, 1966b, pp. 67-69, grifos do original)

A intervenção, contudo, não era unilateral. No caso do Brasil, precisou que uma série de fatores convergisse para o sucesso do golpe de Estado. Daí Pedrosa partir dos “elementos da crise geral” para projetar “os traços característicos da nossa crise particular” (SALLES, 1966, p. 8), nas expressões de Heráclio Salles. Enfim, “a evolução econômica do Brasil e sua evolução política convergem para uma mesma grave crise estrutural” (PEDROSA, 1966b, p. 195). Sem isto, os Estados Unidos não teriam realizado sua primeira experiência intervencionista de apoio a ditaduras militares latino-americanas que garantissem retorno para suas corporações e trustes.

3.2 FRENTE DE OPOSIÇÃO E RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

A segunda parte deste capítulo analisa a orientação para a ação política de Mário Pedrosa sobre o Golpe de 1964 e inicia com *A opção brasileira*, pelo fato do livro analisar o Governo Castelo Branco, para logo em seguida centrar-se em artigos de Pedrosa e em uma entrevista sua concedida no período. Os artigos são *Despotismo esclarecido – anacronismo despótico*, de 19 de junho; *Sucessão em regime fechado*, de 03 de julho; *O pano de fundo do regime*, de 07 de agosto; *O processo de redemocratização*, de 25 de setembro; *Ainda não temos Presidente*, de 09 de outubro; *Os riscos honrosos de candidato*, de 13 de novembro; e *Após as eleições*, de 20 de novembro. A entrevista é *Único poder legítimo é novo Congresso*, de 27 de setembro. Todos publicados no *Correio da Manhã* em 1966, ano em que Pedrosa candidatou-se a deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

3.2.1 Governo Castelo Branco, início da ditadura militar

Para Mário Pedrosa, a crise política que culminou na deposição de João Goulart clarificou os problemas fundamentais do Brasil. Tratava-se, então, de um “mérito histórico” do governo deposto ter colocado em evidência a dívida externa, educação popular, “através da

alfabetização intensiva e à antecipação do direito de voto aos iletrados para jogá-los no estímulo da cidadania”, planejamento econômico e reforma agrária, “que nenhum chefe de Estado tinha até então considerado” (PEDROSA, 1966b, p. 181). Sumariamente, Goulart “dramatizou a questão vital da independência econômica do país” (PEDROSA, 1966b, p. 181). Entretanto, ressalta o autor, a independência econômica não negava a “inter-relação com os outros países e muito menos com os Estados Unidos, [...] mas possibilidade de se fazer, nos momentos decisivos, as opções essenciais quanto ao caminho do desenvolvimento e do progresso” (PEDROSA, 1966b, pp. 181-182). Para ele, o Golpe de 1964 foi dado para salvar a ortodoxia liberal. Melhor dizendo, o sucesso do capitalismo de monopólio no Brasil.

Como exposto anteriormente, Pedrosa notou que a base social da ditadura militar era a burguesia agrária e a burguesia industrial. Esta tratou de buscar apoio internacional, enquanto aquela conseguiu unificar a classe média e pequena burguesia à favor de uma saída golpista para a crise política em razão da reforma agrária pôr em risco a propriedade privada. “A derrubada de Goulart”, declara o autor, “teve o apoio de todas as classes proprietárias do país incluindo nela os donos de renda fixa, ou de toda uma nação de burgueses cansados de agitação, ou com medo. Essa unanimidade existiu e apoiou os chefes militares sublevados” (PEDROSA, 1966b, 182). Portanto, a intocabilidade da propriedade privada unificou diversas classes sociais, formando a base de apoio fundamental para as Forças Armadas levarem o golpe de Estado adiante. Na síntese pedrosiana, “a ditadura militar brasileira veio repor o equilíbrio das forças sociais rompidas de modo perigoso, mas, sobretudo, recolocar os interesses imperialistas no cerne do esforço para vencer a crise de crescimento das forças produtivas pronunciada desde 1962” (PEDROSA, 1966b, p. 189). Pelo fato da indissociabilidade dos interesses nacionais e estadunidenses ter ocorrido no plano ideológico, a ditadura militar tinha como “dogmáticas apriorísticas” (PEDROSA, 1966b, p. 184) o “conceito cada vez mais anacrônico de Guerra Fria” (PEDROSA, 1966b, p. 71) como bússola na política internacional e a economia brasileira somente desenvolver-se-ia vinculando-se integralmente ao capitalismo de monopólio:

[...] Uma é contida no pensamento estratégico da Guerra Fria entre o Ocidente e o Oriente, bússola pela qual se orienta o chefe do governo nos meandros da política internacional, com influências cada vez mais sérias no desenvolvimento interno do país. A outra é o ceticismo arraigado do Dr. Roberto Campos quanto às forças próprias para um desenvolvimento endógeno da economia brasileira. Desse ceticismo acabou por participar toda a ditadura, a começar pelo seu chefe que não deve ter tido, aliás, muita dificuldade em integrá-la no esquema de seu pensamento estratégico. A peculiaridade da ditadura militar está em que ela não representa no poder, particularmente, nenhuma das classes sociais dirigentes do país. E em seu

conjunto só muito indiretamente e muito condicionadamente. O Dr. Campos não é, por exemplo, representante das classes dirigentes do Brasil; é um técnico das finanças internacionais, especialmente americanas. Quando o marechal Castelo Branco o convidou a dirigir a política econômica de seu governo, não chamou a um economista brasileiro especialmente afetado a qualquer dos grandes setores econômicos do país; com isso ele demonstrava, de início, sua *autonomia em face das classes dirigentes brasileiras*. [...] (PEDROSA, 1966b, pp. 184-185, grifos nossos)

Apesar do Golpe de 1964 ter ocorrido por causa de uma confluência de fatores – tais como a mudança da política externa dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, o esgotamento do modelo de desenvolvimento no governo de Juscelino Kubitschek e a incapacidade do PTB em fazer uma política de classe, tendo como pano de fundo a teoria da guerra revolucionária a formar o caldo ideológico a confundir interesses nacionais antagônicos aos estadunidenses como alinhamento à União Soviética e o desrespeito ao princípio da hierarquia militar ter unificado a oficialidade em direção ao golpe de Estado –, a ditadura militar adquiriu, segundo Pedrosa, uma “autonomia em face das classes dirigentes brasileiras”. No plano político, a autonomia ocorreu porque o poder passou a ser exercido por militares, subordinados às Forças Armadas, que, na análise do autor, não são “uma classe, nem um partido, mas uma função primordial do Estado” (PEDROSA, 1966b, p. 186). No plano econômico, a autonomia deu-se ao investir Roberto Campos como o responsável pela política econômica do governo. Destarte, a ditadura militar tornou-se um hábil regime para atender aos anseios do capitalismo de monopólio.

Não é em vão, portanto, Pedrosa reputar um caráter bonapartista à gestão de Humberto de Alencar Castelo Branco à frente da presidência da república. Conforme ele, o marechal-presidente era “o árbitro sobre as classes” (PEDROSA, 1966b, p. 185), enquanto Campos simbolizava o governo acima das classes, por ser um representante do capital financeiro. A ditadura militar inaugurou um novo bonapartismo no Brasil, cuja função primordial era “policia-burocrática” na política interna e de “adesão incondicional a uma potência” (PEDROSA, 1966b, p. 188) na política internacional. “A primeira característica do novo governo ditatorial militar bonapartista”, conclui o autor, “foi a de ser, como o bonapartismo clássico foi, não a resultante do equilíbrio entre as classes em oposição dentro do Brasil, mas o agente imperialista no sistema econômico-político a compor-se no Brasil” (PEDROSA, 1966b, pp. 188-189) após a deposição de Goulart. Pedrosa afirma que “até hoje não se havia visto bonapartismo apoiado em forças externas, não nacionais. Em geral, ele tem sido a expressão política mais sensível do equilíbrio de forças das classes sociais em choque, internamente” (PEDROSA, 1966b, p. 189). Assim, “pretendeu-se fazer do Exército [...] uma

entidade bonapartista impessoal” (PEDROSA, 1966b, p. 192). Contudo, pelo fato das Forças Armadas serem uma função primordial do Estado, dificilmente conseguiriam preencher todas as funções políticas do aparelho de Estado. Dado os limites institucionais delas, o bonapartismo transformou-se, observa o autor, “numa ditadura burocrática, com estrebuchos totalitários agressivos por parte de grupos civis mas sobretudo militares, de antigos conspiradores frustrados, cuja redução ideológica é de tal ordem que os torna incapacitados de romper o isolamento” (PEDROSA, 1966b, p. 192).

Na ironia pedrosiana, “o que havia em fins de março de 1964 era um estado de espírito” (PEDROSA, 1966b, 185). Ou seja, os militares tinham como norte a ideologia da guerra revolucionária e deram o golpe de Estado quando a hierarquia militar foi ameaçada pela insubordinação dos marinheiros em março. Sem uma política, mas tendo como intuito assegurar a ortodoxia liberal, a ditadura militar “veio ostensivamente para limpar a Administração Pública da corrupção e esmagar no país dissoluto a subversão” (PEDROSA, 1966b, p. 1), lembra Pedrosa. Portanto, feita a limpeza no aparelho de Estado pelos militares, a burguesia brasileira esperava que o poder lhe fosse devolvido. Mas “o novo poder não tardou”, continua o autor, “a revelar pretensões autonomistas” (PEDROSA, 1966b, p. 190), entregando-se

[...] a uma série de “reformas de base”, de acordo com o ideário americano aliancista mas que era, na verdade, o programa que Goulart havia deixado em aberto ou agitado. Certos militares no poder se achavam com o compromisso de cumpri-lo, para seguir o figurino proposto pelos ideólogos americanos da Aliança para o Progresso. Entre essas reformas, lá estava de novo a “reforma agrária”. [...] (PEDROSA, 1966b, p. 190)

Com o anteprojeto do Estatuto da Terra enviado ao Congresso, a burguesia agrária não demorou a protestar. Segundo Pedrosa, os militares advertiram que o protesto não seria tolerado e ameaçou enquadrar todos os agitadores na Lei de Segurança Nacional. O *Jornal do Brasil* de 21 de outubro informou que o comando do IV Exército convocou o presidente da Federação das Associações Rurais de Minas (FAREM) para “dizer-lhe que não será tolerada agitação no Estado em face da remessa do anteprojeto de Estatuto da Terra ao Congresso” (PEDROSA, 1966b, p. 191). Entretanto, a UDN conseguiu bloquear a reforma agrária prevista no anteprojeto, tornando a possibilidade de desapropriação remota. As propostas de lei eram apenas manifestações burocráticas da ditadura militar, rituais vazios de qualquer caráter reformador no horizonte do autor. “As reformas estão aí, mas o país não saiu reformado e está à espera que a ditadura se vá para voltar ao que era, com prudência, sem

dúvida” (PEDROSA, 1966b, p. 192), declara. Em sua pretensão de despersonalizar o bonapartismo, Castelo Branco pretendia fazer das Forças Armadas a base do poder. Isto é, “seu esteio exclusivo passou a ser o Exército” (PEDROSA, 1966b, p. 188). Igualmente, a ditadura militar tornava-se um estorvo à normalidade dos negócios. Nos termos de Pedrosa, “a ditadura militar começa a aparecer aos olhos da burguesia nacional como um estorvo à normalização dos negócios, um empecilho à retomada do desenvolvimento” (PEDROSA, 1966b, p. 193). A ideologia da guerra revolucionária a tornar indissociáveis interesses nacionais e estadunidenses enfraquecia-se perante as condições econômicas do Brasil. O autor destaca que

[...] a economia do mercado exportador do Brasil se transformou numa economia de acumulação interna, desde pelo menos a crise mundial dos anos 30. Há mais de cem anos que a inflação nos acompanha; há mais de trinta que foi realmente fecunda no auxiliar as transferências de capitais de um setor para o outro e no moldar certos padrões de crescimento do mercado interno brasileiro. Há dois, três anos que ela é nefasta. (PEDROSA, 1966b, p. 183)

Se as burguesias agrária e industrial desejavam que o poder fosse restituído a elas, a população estava descontente com a inflação. Esta seria combatida essencialmente através da contenção dos salários, tirando cada vez mais qualquer veleidade da ditadura militar apoiar-se no proletariado. Por ser “seco, tranquilo e sem brilho” (PEDROSA, 1966b, p. 182), o Ministro da Fazenda Otávio Gouveia de Bulhões, na opinião de Pedrosa, evidenciava a doutrina financeira do governo de forma mais clara e direta do que Campos. O autor cita uma conferência de Bulhões realizada na Ordem e Sindicato dos Economistas de São Paulo em 11 de agosto de 1965, onde o ministro fala que os aumentos salariais deveriam ser inferiores aos preços e que a redução de consumo tinha um caráter pedagógico. De um lado, a ditadura militar perdia sua base social e, de outro, sua política econômica centrada no arrocho salarial a tornaria incapaz de constituir uma nova base social. Portanto, a fraqueza do governo Castelo Branco era ter perdido o apoio de sua base social, a saber, burguesias agrária e industrial, muito cedo. Conclui Pedrosa,

A ditadura militar não demorou a isolar-se socialmente, não diremos do povo de que nunca procurou aproximar-se, mas das classes médias e, sobretudo, dos setores das classes dirigentes diretamente responsáveis pela marcha das forças produtivas do país. Essas classes são gratas aos ditadores militares que na hora H as salvaram da dissolução do poder, com Goulart; mas o que querem agora é que os generais se retirem, ainda que sob mil galardões de glória. (PEDROSA, 1966b, p. 187)

Conforme o autor, Castelo Branco, com seu formalismo burocrático, fez a ditadura perder apoio “no curto espaço de tempo decorrido desde 1º de abril de 1964” (PEDROSA, 1966b, p. 182), levando-a a envelhecer rapidamente. A ditadura militar já cumpriu seu papel anti-histórico, desorganizou o trabalhador urbano, bloqueou a formação da consciência de classe do trabalhador rural, represou as disputas ideológicas fundamentais para os atores sociais colocarem seus projetos políticos em disputa e, por fim, enfraqueceu o estímulo à cidadania dado pelas liberdades democráticas. Em síntese,

A ditadura militar terá feito o papel do “jacobinismo” de marcha à ré que foi o fascismo: o jacobinismo da época das burguesias decadentes, na rampa de descida do curso histórico. Que fez ela de histórico e providencial? Repôs as massas no seu lugar, quebrou-lhes o ímpeto e o sentimento de autoconfiança que iam adquirindo; reprimiu o balbucio de uma conscientização reivindicatória no campo. Dissolveu-lhes as organizações de resistência, emasculou-lhes os sindicatos, suprimiu os órgãos centrais de representação, que podiam falar em nome dos interesses coletivos da classe trabalhadora no Brasil, fez do direito de greve não um direito para ser exercido mas uma via extrema cheia de ameaças e de condicionamentos, como uma corrida de obstáculos. E os salários são contidos e diminuídos. Com efeito, os serviços por ela prestados são positivos. (PEDROSA, 1966b, p. 187)

Em 1965, quando os Estados Unidos invadiram a República Dominicana, Pedrosa julga que Castelo Branco enviou soldados brasileiros a São Domingos na esperança de obter uma espécie de Plano Marshall para o Brasil. Cita uma coluna do jornalista Carlos Castello Branco, publicada no *Jornal do Brasil* em 20 de agosto de 1965, em que o marechal-presidente reclamava do Departamento de Estado dos Estados Unidos um “tratamento privilegiado em contrapartida da colaboração excepcional do Brasil à segurança continental” (PEDROSA, 1966b, p. 195). Baseando-se no PAEG, cujo pressuposto era que “o estancamento da economia brasileira só pode ser vencido e retomado o crescimento na base da entrada de maciços capitais estrangeiros de investimento de risco ou de formidáveis financiamentos compensatórios já de fonte oficial” (PEDROSA, 1966b, p. 195), certamente a contrapartida pedida pelo governo brasileiro seria o estímulo à entrada de capitais no Brasil por parte de Lyndon B. Johnson. Mesmo colaborando no combate à “guerra revolucionária” no continente, o problema do desenvolvimento brasileiro continuava. Ademais, os grupos estrangeiros passaram a agir como os nacionais, aproveitando-se dos ganhos obtidos com a inflação e a política cambial, recorda o autor citando o estudo de Celso Furtado *Dialética e desenvolvimento*.

Pedrosa nota que a ditadura militar debatia-se entre o “capitalismo privado e livre e desnacionalização econômica, com possível desagregação dos laços econômicos federativos” e o “regime de estatização das áreas estruturais da economia com os setores industriais de empresa privada brasileira reativados” (PEDROSA, 1966b, p. 201). Este dilema era *a posteriori*, pois os “militares colocados à frente de empresas públicas ou postos em contato com os problemas dessas indústrias passam irresistivelmente a vê-los de um ângulo oposto à ideologia da ditadura, isto é, do justo ângulo dos interesses do Brasil” (PEDROSA, 1966b, pp. 303-304). De qualquer modo, o Golpe de 1964 ocorreu para facilitar a entrada do capital financeiro e para levar à pauperização sistemática do proletariado através do arrocho salarial e da marginalização dos sindicatos, na análise do autor. Para ele, o Brasil continuava a viver uma transição, o modelo de desenvolvimento deveria mudar. Afinal, “a economia dual brasileira chegou ao impasse” (PEDROSA, 1966b, p. 247). Somente a “presença do povo” e “forças políticas novas” (PEDROSA, 1966b, p. 247) pressionariam os militares a adotarem uma nova política econômica, independentemente dos estrangulamentos externos. Todavia, a ditadura militar não tinha uma base social considerável para conduzir o processo. “Burguesa e subimperialista” (PEDROSA, 1966b, p. 248), continua Pedrosa, ela adiava o enfrentamento ante os estrangulamentos externos e se apegava aos investimentos estrangeiros, com mais facilidades para internalizar-se pelo Brasil, que “poderá ser dividido em centros estratégicos de poder que permitirão o controle total, econômico e político, do Brasil pelo 'complexo industrial-militar' que governa os Estados Unidos” (PEDROSA, 1966b, p. 249). Por sua vez, a burguesia industrial, presa ao capital estrangeiro e à burguesia agrária, tinha o horizonte limitado para conduzir a transição a um novo modelo de desenvolvimento. Nos termos do autor,

[...] Ligada à burguesia agrária por laços tradicionais, de interesse e culturais, ligada aos grupos de capitalistas estrangeiros por via de vizinhança nas mesmas ou semelhantes atividades, aprendendo com eles, perdendo ou ganhando com eles, a classe capitalista brasileira não tem forças próprias nem ambições de classe dirigente nova para assumir a direção da economia nacional em seu todo, da sociedade brasileira em seu conjunto. [...] (PEDROSA, 1966b, p. 250)

Segundo Pedrosa, mesmo o golpe de Estado tendo ocorrido com o objetivo de extirpar o socialismo como alternativa ao Brasil, não conseguiu porque os desdobramentos históricos demonstraram a impotência das classes dominantes em conduzir o processo de transição para um novo modelo político-econômico nos limites do capitalismo que reativasse o

desenvolvimento. Para enfrentar os problemas acumulados até 1966, pondera o autor, a ditadura militar tinha dois caminhos a seguir. Um era o neoliberalismo, com o capital estrangeiro reativando as forças produtivas do país, entregando-se “a decisões exógenas que venham reavivar as forças produtivas do Brasil (linha do FMI)” (PEDROSA, 1966b, p. 307). O outro era o capitalismo de Estado, com o capital público, através de investimentos na infraestrutura, superando o capital privado, decidindo-se “na negação da própria obra, da própria ideologia, a fazer pesados investimentos na ordem infraestrutural e estrutural” (PEDROSA, 1966b, p. 307). Assim, “a ‘revolução’ que se fez para afastar o Estado da ingerência na economia e na competição com a empresa privada capitalista terá feito o contrário: elevado o Estado à categoria de principal empresário, de principal capitalista” (PEDROSA, 1966b, p. 307). “Em lugar de um capitalismo neoliberal, teríamos um capitalismo de Estado em crescimento”, conclui Pedrosa. E observa que “a própria classe trabalhadora poderá ver nessa pressão estatizante, na via aberta das nacionalizações, uma saída para sua situação de recuo e dificuldades” (PEDROSA, 1966b, p. 307). Contudo, o capitalismo de Estado era uma possibilidade em 1966, dar-se-ia com a sedimentação de uma ideologia formada pelos militares que fossem ocupando funções nas empresas públicas, cujos problemas práticos levariam eles a romperem com o corporativismo militar estreito, sustentado na teoria da guerra revolucionária, e passariam a ver as funções estimulantes do Estado para a economia brasileira, como a análise pedrosiana infere durante o governo Castelo Branco. Ou seja, os militares, ao ocuparem funções nas empresas públicas, mudariam de perspectiva e veriam os problemas econômicos pelos interesses nacionais, tornando-se “chefes empresariais virtuais públicos de uma economia de predominância do plano do Estado sobre o mercado” (PEDROSA, 1966b, p. 304).

3.2.2 Formando um novo bloco histórico e as bases do MDB

Apesar de Mário Pedrosa ter levado em conta que a ditadura militar poderia se renovar economicamente e politicamente através do nacionalismo. Em 1966, entretanto, o nacionalismo era uma hipótese, pois ele seria gestado enquanto os militares fossem ocupando funções públicas, passando a ver os interesses nacionais pela perspectiva prática das empresas públicas e distanciando-se da ideologia da guerra revolucionária, a ver os interesses nacionais pela perspectiva do conflito entre Ocidente e Oriente, opondo de modo absoluto capitalismo e

comunismo. Em 1966, com a economia gerenciada por Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões, a ditadura militar, para o autor, era, sobretudo, a aceitação do subdesenvolvimento como inevitável, que o Brasil não poderia conduzir sua economia com autonomia do imperialismo. Se os militares passavam por um dilema no poder, a sociedade civil se movimentava. A burguesia agrária mobilizou-se por causa do Estatuto da Terra, conseguindo que sua reação ante a reforma agrária bloqueasse qualquer veleidade reformista da ditadura militar. A burguesia industrial estava impaciente com a economia, cujo crescimento não tinha sido reativado ao patamar do governo Juscelino Kubitschek pela equipe econômica do governo Castelo Branco. A classe média impacientava-se com a inflação, que, se em 1965 baixou consideravelmente, em 1966 voltou a subir, mesmo estando distante dos índices do governo João Goulart. Destarte, a base social da ditadura militar não estava coesa em 1966.

Sendo o arrocho salarial um dos instrumentos de controle da inflação, o proletariado encontrava-se em um beco sem saída porque seus instrumentos de pressão política estavam em suspenso. Pedrosa lembra que a classe operária era nova, ainda tinha traços de sua formação dada no meio rural. Politicamente, sustentou o nacional-desenvolvimentismo, apoiou Luís Carlos Prestes e os comunistas e permitiu a vitória de João Goulart, votando à favor do presidencialismo em 1963. Entre 1945 e 1964, a ação sindical e a ação política, continua o autor, fizeram a classe operária reconhecer as instituições democráticas como fundamentais a suas conquistas. O Golpe de 1964, de imediato, suprimiu as liberdades democráticas e, fazendo uso de meios repressivos, interviu nos sindicatos. A política sindical dos militares se clarificou, criando obstáculos aos candidatos oposicionistas nos sindicatos. Para piorar a situação operária, a redução salarial era um dos instrumentos de contenção da inflação. Segundo Pedrosa, com a restauração democrática de 1945, a classe operária lutou pela autonomia sindical e adquiriu uma consciência de classe reformista “nos moldes de um Estado paternalista bonapartista” (PEDROSA, 1966b, p. 280). E acrescenta que a ditadura militar tentava demolir as bases do reformismo operariado, deixando a consciência de classe em tensão. Em 1966, diz o autor, “a consciência de classe operária está novamente em tensão” (PEDROSA, 1966b, p. 281). Com a ação coercitiva do Estado ressurgindo para vencer a resistência da classe operária, ela teria uma vida difícil na ditadura militar: “A ditadura pretende vencer a resistência da classe operária pela ação coercitiva do Estado, no seu empenho em liquidar a inflação pela redução eficiente do salário real e pela pressão inconsciente da saturação do mercado de trabalho” (PEDROSA, 1966b, p. 288). No horizonte pedrosiano, cabia à classe operária intervir na dinâmica social.

A questão que *A opção brasileira* deixa em aberto é como se daria a intervenção em um regime fechado. Assim, a ação política de Pedrosa tinha de levar em conta a natureza da ditadura militar. Logo após ele ter terminado a redação dos dois livros de 1966, voltou a escrever regularmente para o *Correio da Manhã*, encerrando seu segundo ciclo no jornal carioca em 1968, por causa do Ato Institucional Número Cinco (AI-5). Seus artigos eram semanais, de meia página e eram encadernados no *Quarto Caderno*, que saía apenas aos domingos. Só perdeu a regularidade semanal em 1968. O autor ora dedicava-se ao tema das artes, ora às questões políticas. Publicou vinte e cinco artigos em 1966, quarenta e três em 1967 e dezessete em 1968. Demonstrando que voltou a ser um publicista tão profícuo quanto fora até 1961, quando deixou o *Jornal do Brasil*. De seus oitenta e cinco artigos do *Correio da Manhã*, sete foram recuperados para reconstruir sua ação política de oposição à ditadura militar, mais uma entrevista dada ao mesmo jornal onde expõe suas ideias políticas.

Em *Sucessão em regime fechado*, de 03 de julho de 1966, Pedrosa enfatiza como as liberdades democráticas beneficiam a vida política. A análise realizada no artigo expõe que a política de classe auxilia no aperfeiçoamento da democracia, pois nos regimes abertos “os problemas são resolvidos pelo jogo franco das correntes políticas em disputa do poder, elas mesmas expressões de toda a gama de interesses e tradições que compõem a trama da sociedade civil” (PEDROSA, 1966d, p. 12). O conflito social é intrínseco à democracia e, por mais que venha a dividir a sociedade, contribui para as disputas políticas passarem pelo crivo da sociedade civil. Segundo o autor, as questões políticas, grandes ou pequenas, ao serem postas diante da opinião popular, mesmo que com deformações, “são submetidas a seu julgamento, se tornam poderosas motivações para o fracionamento dessa opinião em correntes opostas que se digladiam até a paixão, até a exaltação por vezes dos torcedores nos estádios de futebol” (PEDROSA, 1966d, p. 12). Mesmo que a política torne-se passional, as decisões políticas na democracia não ocorrem em conciliábulos, como na ditadura militar.

A ditadura militar, por mais que fosse um regime fechado, precisava legitimar-se perante a sociedade civil. Pedrosa, ao levar em consideração a base social que sustentou o Golpe de 1964 e seu enfraquecimento com os militares à frente do governo federal, buscava entender como ocorreria sua legitimação. Inicialmente, o regime militar procurou legitimar-se por eleições, já que o golpe de Estado foi apoiado em setores desligados dos anseios populares. Conforme *Despotismo esclarecido – anacronismo despótico*, de 19 de junho de 1966, Castelo Branco tentou abrir a ditadura militar “para ser transformada legitimamente, quer dizer, pela vontade popular” (PEDROSA, 1966c, p. 3). Entretanto, as eleições de outubro de 1965 foram desfavoráveis aos militares. “O resultado final, seguido ao resultado das urnas,

em outubro de 1965”, continua o artigo, “foi o recrudescimento do poder despótico com os ‘atos’ 2 e 3” (PEDROSA, 1966c, p. 3). Ou seja, “não há lugar em tal regime para uma oposição. A mais leve tentativa de afirmação, é ela acoimada de ‘subversiva’ ou ‘corrupta’” (PEDROSA, 1966c, p. 3). Para o autor, por conseguinte, não havia saída democrática pela vontade dos militares. Em sua expressão, do governo Castelo Branco “não há saída ‘normal senão para a ditadura” (PEDROSA, 1966c, p. 3). Então, se não faltava função “ao despotismo marechalício”, este era “desprovido de uma verdadeira missão” (PEDROSA, 1966c, p. 3). Retomando a percepção de Pedrosa que as Forças Armadas deram o golpe de Estado enquanto corporação, a restauração democrática não ocorreria corporativamente, através de uma unidade entre os oficiais gerais de que o Brasil deveria reestabelecer a democracia. Portanto,

[...] Para a sua democratização será assim imperioso um impulso, uma iniciativa de fora, externa ao regime, capaz de abrir passagem até ao povo, para desembocar numa solução orgânica, pacífica, democrática. Aí está a tarefa precípua de uma oposição. A única oposição formalizada que existe é o aglomerado heterogêneo de inconformados como o despotismo disfarçado que governa o Brasil na pessoa do marechal regente. Ou seja, o chamado MDB, cuja tarefa pode, assim, tornar-se, de repente, de primeira importância. Eis aí um paradoxo histórico. Formação artificial do formalismo bacharelesco da ditadura para fazer *pendant* no Congresso ao bando oficial, eis que se abre para ele a perspectiva de uma autêntica missão histórica. Tudo vai depender da coragem e da clarividência de homens que se viram na contingência política de encarná-la. (PEDROSA, 1966c, p. 3, grifo do original)

Mesmo sendo produto da ditadura militar, o autor aponta que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), fundado em 1966, seria um instrumento para os atores políticos oporem-se ao regime instaurado em 31 de março de 1964. Apropriando-se dos termos utilizados na citação acima, o MDB poderia tornar-se um impulso externo ao regime no intuito de redemocratizar o país. Tal instrumento de oposição tinha limitações impostas pelos próprios militares. Em 07 de agosto de 1966, ao escrever *O pano de fundo do regime*, Pedrosa identifica quais seriam os limites do partido oposicionista. Ele lembra que “na hipótese de ter de deixar o governo, conforme claros compromissos assumidos, o marechal Castelo tenta prolongar senão o próprio poder, sua influência ou o controle sobre o novo governo, mediante um instrumento eminentemente político” (PEDROSA, 1966e, p. 3). Feita a observação, ele diz que o instrumento seria a criação de um partido político, enfatizando que a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) seria um partido único. “Para tanto”, ressalta o autor, Castelo Branco “formou burocraticamente a ARENA e dela se sagrou chefe, em

cerimônia oficial e solene. É o seu partido, já agora o partido do poder, por vias de fato, uma vez que não o poderia ser, normalmente, por via eleitoral” (PEDROSA, 1966e, p. 3). Afinal, não havia eleições diretas para a presidência da República. Daí Pedrosa afirmar que a ARENA era um partido único, pois, independente dos resultados das eleições, ela era que detinha o poder político. Mas, “por amor à democracia”, prossegue o autor, “previu o marechal também um partido da oposição, embora estritamente condicionado. Este condicionamento *a priori* consiste em ter de se conservar eternamente minoritário” (PEDROSA, 1966e, p. 3, grifos do original). Cita uma intervenção feita por Castelo Branco ao investir-se na qualidade de membro do partido oficial no qual disse que “minoría não pode pretender o poder” (PEDROSA, 1966e, p. 3). E conclui que

[...] o quadro político futuro está perfeito: uma constituição autocrática, que dá todos os poderes ao Executivo, um mecanismo sucessório por via indireta para assegurar a continuidade do grupo militar no poder, um partido único oficial e um outro dito minoritário a ocupar um canto discreto do plenário da Câmara dos Deputados, enquanto o restante da opinião oposicionista ficará dispersa na clandestinidade pelo país ou também na cadeia, que é em regime de ordem desse que o marechal Castelo com seu *staff* arquitetou um recinto apropriado para adversários. (PEDROSA, 1966e, p. 3, grifo do original)

Concomitantemente à engenharia representativa, com a criação de um partido que deteria o poder de fato e com outro partido criado para dar um caráter plural à legislatura, mas condicionado a ser minoria, a eleição direta para presidente da República foi suprimida, “a fim de não criar interregno entre um marechal e outro por estas próximas décadas” (PEDROSA, 1966e, p. 3). “Encontrou-se assim solução para institucionalizar o poder militar” (PEDROSA, 1966e, p. 3), nota Pedrosa. Para ele, tratava-se de “um complexo sistema de ditadura militar como ‘pano de fundo’ e de representação civil democrática como ‘pano de boca’” (PEDROSA, 1966e, p. 3). Em um plano, um “engenhoso sistema de partido único”, com um “partido de ‘oposição’ para manter a indispensável pluralidade de partidos, velho preceito constitucional” (PEDROSA, 1966e, p. 3). Em outro plano, erigiu-se “em princípio a temporariedade dos mandatos presidenciais”, contudo assegurando “a escolha deste em família, entre os do pano de fundo” (PEDROSA, 1966e, p. 3). E continua o autor, as liberdades democráticas estariam garantidas, mas os grandes meios de comunicação seriam rigidamente controlados: “Será com efeito um sistema de monopólio estatal não da propriedade ou da exploração comercial, mas do conteúdo social, político e cultural. A sistemática ideológica do Governo será respeitada” (PEDROSA, 1966e, p. 3).

Pedrosa compreende que a criação do MDB ajudava a institucionalizar a ditadura militar. Mas o MDB poderia ajudar a sociedade civil organizada a bloquear a legitimação do regime. A distinção entre institucionalização e legitimação é importante para entender porque o autor passou a defender que a oposição ocupasse a brecha dada pelos militares ao criarem o MDB. Ressalta-se que em 1966 a ditadura militar ainda não tinha se legitimado pela vontade popular, pois nas últimas eleições, realizadas em outubro do ano anterior, candidatos a governador da oposição foram eleitos em importantes estados da federação. Derrotados nas urnas, os militares baixaram o Ato Institucional Número Dois (AI-2) logo após o resultado desfavorável, extinguindo os partidos políticos e tornando indireta a eleição para presidente da República. Com o pluripartidarismo extinto, foram criados a ARENA e o MDB. Este se tornou o principal instrumento de oposição ao regime no poder legislativo. Portanto, o MDB barraria a legitimação do regime militar enquanto representasse a vontade popular. Não só através do voto que a sociedade civil demonstrava seu descontentamento com o poder militar, mas também se mobilizando. Em *O processo de redemocratização*, de 25 de setembro de 1966, Pedrosa nota que a ditadura militar começava a sentir-se acuada com a onda de descontentamento se avolumando através das manifestações. “Os estudantes que líderes civis e militares do Governo no Congresso e fora do Congresso já se preparam a acusar de comunistas, de vendidos a ‘potências estrangeiras’, de assessorados por Fidel Castro”, observa o autor, “são naturalmente as primeiras camadas da população a vir de público demonstrar esse descontentamento generalizado” (PEDROSA, 1966f, p. 3). E acrescenta que o anticomunismo baseado na teoria da guerra revolucionária que sustentou o golpe de Estado perdia sua eficiência política: “A gente ditatorial deveria, entretanto, convencer-se que a pecha de comunista, a insinuação de inspiração estrangeira já não pega” (PEDROSA, 1966f, p. 3).

Em outubro de 1966, Pedrosa candidatou-se à deputado federal pelo estado de Guanabara. Mário Martins, em seu livro de memórias *Valeu a pena*, lembra que seu grupo no interior do MDB era formado por Alberto Rajão, Cyro Kurtz, Fabiano Vilanova, Fernando Barros, Hélio Fernandes, Hermano Alves, Lysâneas Maciel, Marcello Alencar, Márcio Moreira Alves, Mário Pedrosa e Paulo Ribeiro. Ao informar a corrente política de cada um deles, Martins demonstra como o MDB se tornou uma frente de oposição ao regime militar. Lembra que Alencar e Ribeiro “representavam o PTB histórico, que obedecia à liderança de Jango e Brizola” (MARTINS, 1996, p. 216). Rajão e Vilanova, “ambos jornalistas, eram ligados ao Partido Comunista” (MARTINS, 1996, p. 216). Os dois Alves, Kurtz, Maciel e Pedrosa “eram da esquerda heterodoxa” (MARTINS, 1996, p. 216). Barros e Fernandes

“tiveram suas candidaturas cassadas no meio da campanha” (MARTINS, 1996, p. 216). A concepção pedrosiana acerca do MDB enquanto frente de oposição transparece em *Após as eleições*, de 20 de novembro, com o autor ressaltando que “o MDB [...] era um ônibus onde gente de todas as tendências era *obrigado* a entrar para fazer o seu trajeto” (PEDROSA, 1966j, p. 3, grifo nosso), porém, ao se chegar ao final, cada um tomaria sua direção própria. Isto é, cada tendência continuaria a fazer oposição à ditadura militar, mas expondo seu projeto político para assim os diversos interesses da sociedade civil estarem representados na Câmara e no Senado. Deste modo, o Legislativo seria o representante de fato da vontade popular. Daí Pedrosa intitular seu artigo de 09 de outubro como *Ainda não temos Presidente*, no qual enfatiza que o conflito entre o poder legislativo e o poder executivo indicaria para a sociedade civil que o poder legítimo era o Congresso, pois sua vontade estaria representada naqueles que receberam sua chancela pelo voto popular:

[...] as eleições trarão à luz do dia o conflito de dois poderes – o único poder legítimo que é o voto popular e o poder espúrio ditatorial que pretende inserir-se no âmago da ordem constitucional como bicho de fruta. Não importa que a ARENA saia com maioria de votos manipulados nas zonas de atraso político do país, no interior das aglomerações de menos de cem mil habitantes, onde imperar a cédula individual empurrada no bolso do leitor de cabresto ou subjugado, onde o curral voltará, onde o terror policial e militar campeia livremente. Em contraste, nos centros políticos do país, nas cidades de mais de cem mil habitantes, nas capitais dos Estados o partido da oposição será majoritário. A vontade consciente da grande maioria do povo brasileiro estará expressa, de qualquer forma. (PEDROSA, 1966h, p. 3)

Em 27 de setembro, Pedrosa concedeu uma entrevista já como candidato. Ela foi publicada no dia seguinte com o título *Único poder legítimo é novo Congresso* e nela o entrevistado expõe como o conflito entre o poder legislativo e o poder executivo poderia contribuir para a redemocratização. Para ele, “na medida em que os resultados das eleições de 15 de novembro forem contrários à orientação do atual Governo, nessa mesma medida o Congresso novo será o *único* poder legítimo” (PEDROSA, 1966g, p. 3, grifo nosso). Assim, a volta do Brasil à democracia dar-se-ia impendido a legitimação do regime militar. O MDB seria o instrumento da oposição para tentar bloquear a legitimação do poder militar. Os candidatos oposicionistas eleitos representariam a complexa trama social, com seus interesses divergentes, no Congresso. Este, conseqüentemente, seria o único poder legítimo, demarcando que os militares estavam usurpando a soberania popular, representada, de fato, no Congresso, “de ao qual caberá fatalmente a tarefa histórica de identificar de novo o poder político com as

expressões políticas autênticas que compõem a maioria popular” (PEDROSA, 1966g, p. 3), acrescenta Pedrosa.

Na mesma entrevista, ele analisa que os candidatos do MDB deveriam observar a institucionalização do regime militar e não compactuar com ela. A constituição de 1967 deveria ser combatida de antemão porque ela institucionalizaria o poder militar, limitando as prerrogativas do poder legislativo e ratificando a eleição indireta para presidente da República. O entrevistado destaca que a nova constituição, “mera outorga, qualquer que seja o processo inventado pelos juristas para sua aprovação”, inseriria “todos os objetivos do golpe militar de 1º de abril de 1964” e asseguraria “a permanência desse poder militar por 10 anos ou mais” (PEDROSA, 1966g, p. 3). Para atingir tais objetivos, consagraria o “princípio da eleição indireta para presidente da República”, subordinaria o futuro Congresso “às decisões do Executivo, através de delegações da ação do Congresso” e, por fim, criaria “o foro militar para os chamados crimes político” (PEDROSA, 1966g, p. 3). Logo, nota o entrevistado, “os eleitos a 15 de novembro para o Congresso Nacional serão para um outro marechal, visitantes incômodos”, pois “um Congresso Nacional que saia desse sistema rígido de poderes que se sucedem independentemente da vontade popular, não pode em sua essência participar do regime. Será fatalmente um poder estranho às ideias, às concepções e à sistemática do poder militar” (PEDROSA, 1966g, p. 3). Pedrosa sintetiza o programa comum da oposição: “A missão de um cidadão eleito a 15 de novembro pela legenda oposicionista será a de assumir a total responsabilidade por esta tarefa histórica, que significa reivindicar para o Congresso de eleição direta a plena soberania de uma Assembleia legítima de representantes do povo” (PEDROSA, 1966g, p. 3). E salienta que não haveria “outra possibilidade de dar ao Brasil um regime democrático autêntico” (PEDROSA, 1966g, p. 3) se não através da soberania do Congresso.

Continuando na apreciação da entrevista, observa-se que ela demarca que o programa comum da frente de oposição agrupada no MDB não anularia o projeto político do entrevistado. Ou seja, Pedrosa não abandonou seu projeto de socialismo democrático ao candidatar-se a deputado federal no grupo de Mário Martins. Portanto, a análise que ele empreende em *A opção brasileira* acerca da necessidade de uma política de classe clara para o proletariado apresentar seu projeto político com autonomia em relação à burguesia industrial, quebrando a aliança gestada por Getúlio Vargas, não foi abandonada em sua ação política de oposição ao regime instaurado com o Golpe de 1964. Segundo Pedrosa, sua ação política teria três fases. A primeira era de luta pela redemocratização do Brasil, “iniciada já na própria campanha eleitoral” (PEDROSA, 1966g, p. 3). A segunda deveria assegurar as liberdades

democráticas, “de luta concreta pela reimplantação das instituições realmente democráticas, tarefa a ser realizada pelo futuro Congresso, a ser eleito pelo voto direto” (PEDROSA, 1966g, p. 3). Somente na terceira fase que sua ação política calcaria na luta pelo socialismo democrático, onde se daria a organização política e a ação programada “para levar o Brasil à criação de uma democracia socialista, com reformas de estrutura exigidas e sob um plano econômico global de inspiração socialista” (PEDROSA, 1966g, p. 3). Assim o entrevistado lançou-se como candidato socialista.

Em 13 de novembro, dois dias antes das eleições, Pedrosa escreveu *Os riscos honrosos de candidato* para o *Caderno do Eleitor*, seu único artigo de 1966 não publicado no *Quarto Caderno do Correio da Manhã*, onde conclama os radicais a não votarem nulo, mas a votarem nos candidatos que o representassem, tanto no combate à ditadura militar quanto com um projeto de transformação socialista da sociedade brasileira:

Se houvesse argumento político nos que não querem dignar-se a votar, por legítimos sentimentos de revolta contra o que aí está, não haveria dúvidas quanto ao voto deles: votar nos que podem e efetivamente representam os sentimentos oposicionistas ao regime ditatorial. Quanto maior for o número de votos que esses candidatos tenham, mais luminosa e evidente será a expressão da vontade popular inconformada com o Poder militar. A clareza dessa expressão, a sua nitidez significativa é incomparavelmente maior que a de qualquer outra manifestação negativa antiditatorial, como o voto nulo de intenção política, que se confundirá inevitavelmente com os votos nulos por inadvertência ou inépcia do próprio eleitor, em face das inovações do processo eleitoral (voto vinculado etc.) ou o voto em branco, que é um absenteísmo à Poncio Pilatos, passível de ser interpretado de maneiras as mais contraditórias. Não, nada disso serve; o que serve é o voto positivo em candidatos que, na disputa do voto, agem como postos avançados dum movimento popular em início. De um movimento que sobe do fundo do instinto de conservação na nacionalidade contra a desnaturalização do Brasil e dos sentimentos mais enraizados de tolerância, de democracia e de liberdade do nosso povo, espezinhados e negados por uma ditadura sem generosidade e sem grandeza, de inspiração estrangeira, já insensível a tudo que, através do curso histórico, desabrochou como indiscutivelmente brasileiro. (PEDROSA, 1966i, p. 3)

O autor afirma que a tarefa do governo Castelo Branco “consiste em impedir que o povo brasileiro, aproveitando-se da miserável oportunidade que lhe foi oferecida de protestar contra a ditadura regencial através do voto a 15 de novembro, possa dar a esse protesto uma expressão positiva e clara, inequívoca” (PEDROSA, 1966i, p. 3). O voto nulo, deste modo, levaria seus defensores a perder a brecha dada pelos militares para protestar contra a ditadura militar. Pedrosa considera que o protesto precisava ser canalizado para os candidatos do MDB, “que de partido de oposição nomeada se transformou em vários setores, pela força das

coisas e a lógica implacável dos acontecimentos, em partido de oposição de verdade”, tendo “candidatos realmente comprometidos numa luta irreversível contra o regime ditatorial” (PEDROSA, 1966i, p. 3). Finalmente, ele diz que os eleitores deveriam ter em mente que os candidatos do MDB eram aqueles que lutariam pela redemocratização do Brasil. Por saber que eram os candidatos contrários à ditadura militar, o governo Castelo Branco travava uma batalha encarniçada contra eles. Porém, conclui o autor,

[...] Na medida em que quer persegui-los e expulsá-los do pleito, nessa mesma medida os eleitores conscientes, os leitores que não querem compactuar com a ditadura têm neles os seus naturais candidatos. O argumento que vão ser cassados é um argumento covarde ou inconsistente. Os candidatos no alvo de mira do Regente sabem ou devem saber da ameaça que pesa sobre eles. Mas a ameaça não os deve atemorizar. No risco que corram, no destemor que tranquilamente revelem na luta pelo voto dos cidadãos está o penhor que de antemão podem apresentar de suas convicções e de sua atuação. A promessa deles é o risco que correm. (PEDROSA, 1966i, p. 3)

Ao contrário de Mário Martins, eleito para o Senado, de Márcio Moreira Alves, eleito para a Câmara, Pedrosa não se elegeu deputado federal. Em *Após as eleições*, de 20 de novembro, reconhece que apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela oposição ela se fortaleceu. Nota que “deram-se as eleições programadas pelo governo ditatorial, fiado nas providências prévias que tomou para assegurar sua ‘vitória’ nas urnas e dispor no futuro parlamento de uma cômoda maioria ‘arenosa” (PEDROSA, 1966j, p. 3). O trocadilho ocorre para enfatizar que a maioria no Congresso era insegura e podia fugir de entre os dedos do regime militar, pois “mesmo na ARENA, [...] as tendências desagregantes se assanham, e velhos pessedistas como velhos udenistas já estão cansados de se sentarem uns junto aos outros” (PEDROSA, 1966j, p. 3). Para o autor, o leque político se abriu com as eleições de 1966 e dificilmente seria fechado. Porém, para impedir que as diversas tendências políticas reaparecessem ou novas fossem se formando no Congresso, independente da vontade dos artífices da ditadura militar, só restaria a ela o recurso das cassações. Estas, lembra Pedrosa, seriam “necessárias para que o potro do novo Congresso já entre para as estrebarias ditatoriais devidamente amestrado” (PEDROSA, 1966j, p. 3).

3.2.3 Crítica à luta armada

Tanto em *A opção imperialista* e *A opção brasileira* quanto nos artigos do *Correio da Manhã*, Mário Pedrosa investe suas análises na possibilidade da oposição à ditadura militar sair vitoriosa. Mas seu esforço analítico voltado para a prática oposicionista em nenhum momento perde de vista que a derrota espreitava a oposição a todo o momento. Ora os problemas práticos enfrentados pelos militares no poder poderiam fazê-los mudar o modelo econômico, como o autor aponta em *A opção brasileira*, de que uma mudança poderia ocorrer com os militares passando a ver os problemas econômicos pela perspectiva do Estado, deixando de lado a ortodoxia liberal de Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões. Ora os embates políticos com a oposição levariam os militares a usarem a alavanca do poder executivo para retirar o espaço que a oposição fosse ocupando nas brechas do regime militar em sua tentativa de legitimar-se perante a vontade popular, com as cassações empreendidas pelo AI-2 e a perspectiva delas serem realizadas novamente após as eleições de 1966, como enfatiza Pedrosa em seus artigos do *Correio da Manhã*. De qualquer modo, o autor deixa claro que a forma de opor-se à ditadura militar era através da vontade popular. Ao criticar o voto nulo, ele está criticando os radicais que achavam que a luta armada poderia ser criada artificialmente, sem levar em conta que as condições objetivas necessárias para desencadear o processo revolucionário inexistiam na sociedade brasileira. *Após as eleições* expressa de maneira contundente a crítica pedrosiano ao radicalismo que desembocaria na guerrilha:

O “voto nulo” dos estudantes apareceu, mas infelizmente mesclado ao “voto nulo” por erro ou inépcia do eleitor, em face das inovações que exigiam do mal preparado votante ou saber o número dos candidatos (nem todos em condições materiais de leva-lo a todos os rincões do eleitorado) e inscrevê-lo, ou escrever-lhes por extenso o nome, além da sigla do partido, tudo isso em duas operações na mesma cédula, além da marcação para o candidato a senador. Nesse ponto o voto em branco era mais unívoco de interpretação e de mais fácil acesso ao votante popular, embora seu significado político fosse, sob certos aspectos, o oposto ao significado político dos arautos do voto nulo. Neste há uma intenção positiva de dizer não ao Governo e recusar as eleições. Tratar-se-ia de um ato de combate ativo à ditadura, de negá-la, de desmoralizar as eleições, ou o de boicote ativo às eleições. Sua vitória implicaria, na verdade, em criar-se uma situação revolucionária a desembocar num movimento insurrecional. Sob esse ponto de vista, pode-se já afirmar que a palavra de ordem fracassou, pois o povo não seguiu. Resta, porém a manifestação de descontentamento, de negação a colaborar de uma faixa sensível da opinião, que preferiu não participar das eleições, recusando-se a escolher nomes de candidatos para votar, e dentro dela uma minoria mais radical se decidiu por nome feio ou escrever sobre a cédula um “abaixo a ditadura” ou coisa pelo estilo. Com isso deram vasa à sua revolta, voltando a casa satisfeitos pelo “ato” revolucionário cometido. Vários candidatos realmente de esquerda ou de combatividade à ditadura franca e

comprovada foram com o gesto “radical” dos moços sacrificados aos pés pelos mais intransigentes adversários dela. Os radicalismos extremados dessa ordem que o maior dos táticos políticos já cognominou de “doença infantil” produz facilmente em política efeitos opostos aos visados por eles. (PEDROSA, 1966j, p. 3)

Recuperam-se algumas observações de *A opção brasileira* no intuito de apreender por que Pedrosa rejeita a luta armada como instrumento para se enfrentar a ditadura militar. Sua rejeição está calcada em seu julgamento de que “a guerra revolucionária é nacional ou não é, não se pode fazê-la ou determiná-la de fora” (PEDROSA, 1966b, p. 79). Ou seja, ela não poderia ser desencadeada por influência de Cuba ou da União Soviética, como a teoria da guerra revolucionária concebia, nem era desencadeada artificialmente, pois essencialmente ela era “criação espontânea das massas populares” (PEDROSA, 1966b, p. 78), segundo o autor. Ao observar como a guerrilha ocorreu na China e Cuba, ele aponta que ela era um fenômeno campesino, de resistência à invasão estrangeira: “As formações de guerrilheiros, a guerra de partidários se desenvolvem contra tropas regulares em guerra convencional num país, de que ocupam o território” (PEDROSA, 1966b, p. 78). Em síntese,

[...] uma situação revolucionária não se cria quando se quer. Tampouco, nenhum dogma político ou militar decide vitórias de guerras de antemão traçadas, etapa por etapa, episódio por episódio. A guerra de guerrilhas, a guerra de partidários é um produto histórico e não uma invenção de estado-maior ou uma criação abstrata. [...] Uma tal guerra é inerentemente ligada às populações campesinas, em países de determinadas peculiaridades de terreno e sem intensa urbanização. Alimentam essas guerras as próprias regiões onde brotam. [...] (PEDROSA, 1966b, p. 76)

Conforme Pedrosa, a guerrilha chinesa foi vitoriosa porque teve apoio da população, humilhada pela invasão japonesa. Para ele, a vitória da guerrilha na China foi um fenômeno próprio, historicamente determinado, atípico até para os russos, pois Mao Tsé-Tung deu as costas para o proletariado e voltou-se para o camponês. Enfim, “um produto da revolução chinesa” (PEDROSA, 1966b, p. 82). Portanto, o comunismo de um país seria fruto de suas especificidades. A guerra revolucionária na China foi gerada pela revolução, e não o contrário:

A “guerra revolucionária” na China, onde teve seu mais formidável desenvolvimento, não gerou a revolução nem a sua vitória, mas foi gerada pela revolução e no curso da revolução. Foi a revolução que a guerra revolucionária fosse travada pelo povo chinês e seus melhores elementos, numa permanente improvisação, numa permanente autocrítica, num permanente errar e aprender e, ao fim, quando a revolução consegue

espraiar-se por toda a China e ganhar os velhos núcleos sagrados da tradição e de cultura, suas grandes cidades onde medravam os letrados, força nenhuma é capaz de lhe resistir, como nenhuma força sadia da não lhe ficou estranha. [...] (PEDROSA, 1966b, p. 84)

A insurreição, por sua vez, podia ocorrer, como na Rússia, ou podia não ocorrer, como na China. Ademais, ela vicejava nas cidades e durava pouco tempo, ao contrário da guerrilha, um processo revolucionário longo e que grassava no campo. Para o autor, tais condições não existiam no Brasil e seria a espontaneidade das massas que determinaria como ocorreria um processo revolucionário, não a vontade de radicais bem intencionados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o Ato Institucional Número Cinco (AI-5) foi decretado em dezembro de 1968, Mário Pedrosa encontrava-se na Europa. Por prudência, permaneceu fora do Brasil durante alguns meses para só depois retornar. Mas não demorou muito para ser acusado em um Inquérito Policial Militar (IPM) de denegrir a imagem do país ao divulgar notícias sobre torturas a presos políticos pela ditadura militar na imprensa estrangeira. Ao saber que sua prisão preventiva tinha sido decretada, asilou-se na embaixada do Chile. Pouco meses depois, exilou-se. Se em 1937 se exilara para fugir das prisões de Getúlio Vargas, em 1970 para escapar das prisões dos militares. Ao lembrar-se da ausência de Pedrosa no debate intelectual entre 1937 e 1945, Antonio Candido relata que “para mim e alguns outros, Mário Pedrosa foi a princípio uma ausência forte, no fim da década de 1930 e no começo da de 1940, quando estava exilado e era meio lendário” (MARQUES NETO, 2001, p. 13). E acrescenta que foi por meio de Lívio Xavier que se familiarizou indiretamente com o exilado lendário, autor, ao lado de Xavier, de *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, que encantou o então “neófito no universo do socialismo” (MARQUES NETO, 2001, p. 13) Candido. Pedrosa voltou do exílio logo após o fim do Estado Novo, se firmou como crítico de arte e passou a ser um dos principais intelectuais no Brasil. Entretanto, como frisa Cláudio Abramo, “Mário Pedrosa se tornou conhecido e reconhecido por uma larga parcela da *intelligentsia* brasileira depois que passara a linha dos 60 anos” (ABRAMO, 1981, p. 46, grifo do original). Esta afirmação é mais bem compreendida com a apreciação de Gildo Marçal Brandão de que em contrapartida ao Partido Comunista do Brasil (PCB)

[...] outras correntes e forças políticas de esquerda, como os trotskistas, luxemburguistas, socialistas, “Esquerda Democrática” etc., se abrigaram intelectuais do porte de Mário Pedrosa, Domingos Velasco, Hermínio Sachetta, Fúlvio Abramo, Paulo Emílio Salles Gomes, Oliveiros S. Ferreira e outros, tiveram incidência mais paulista do que nacional e não conseguiram dar vida a um movimento ou partido político de vulto, estabelecendo precárias ligações com a classe operária. O que unifica todas essas correntes, além de sua comum oposição ao stalinismo e ao PC, é a percepção do caráter tendencial ou predominantemente capitalista da formação social brasileira. Esta vem com frequência atrelada a uma teoria geral que resume o conflito social na oposição entre capital e trabalho e espera aí a reprodução da estrutura de classes e formas de consciência social similares às europeias. A recusa generalizada à política de alianças e o sistemático antivarguismo terão retardado num primeiro momento e acelerado num segundo a ascensão da corrente ao pódio ideológico, sendo preciso esperar até o fim dos anos 60

para que sua influência direta ou subterrânea se revele decisiva para a constituição do “pensamento radical de classe média”, que predominará na universidade e nas ciências sociais, coincidindo com a perda do marxismo comunista de lidar com fenômenos culturais. (BRANDÃO, 1997, pp. 217-219)

Para relativizar a apreciação de Brandão é imprescindível recorrer novamente a Candido acerca do “pensamento radical de classe média”. Ele considera que o radicalismo é “o conjunto de ideias e atitudes formando contrapeso ao movimento conservador que sempre predominou” (CANDIDO, 1990, p. 4) no Brasil. Entretanto, por ser produto de autores isolados, nunca conseguiu formar “corpo próprio de doutrina politicamente avançada”, se identificando “em parte com os interesses específicos das classes trabalhadoras, que são o segmento potencialmente revolucionário da sociedade” (CANDIDO, 1990, p. 4). A identificação parcial com o proletariado deve-se ao fato de se formar “na classe média e em setores esclarecidos das classes dominantes” (CANDIDO, 1990, p. 4). Mesmo sendo “essencialmente um fenômeno ligado às classes médias”, o radicalismo “no Brasil tem se manifestado também, curiosamente, como desvio ocasional da mentalidade das classes dominantes, inclusive as oligarquias tradicionais” (CANDIDO, 1990, p. 6), quando ocorre “nos interstícios do pensamento e da ação dos conservadores ligados às oligarquias, ou exprimindo os seus interesses, às vezes brotam traços inesperados de radicalidade, que podem inclusive motivar formulações e medidas progressistas” (CANDIDO, 1990, p. 6). Segundo o autor, o radicalismo não é revolucionário porque “o radical se opõe aos interesses de sua classe apenas até certo ponto, mas não representa os interesses finais do trabalhador” (CANDIDO, 1990, p. 4). Pelo fato do rompimento ser parcial, “passa por cima do antagonismo entre as classes”, não conseguindo localizar “os interesses próprios das classes subalternas” (CANDIDO, 1990, p. 4), deixando de lado a tensão entre elas e a classe dominante, resultando “à harmonização e à conciliação, não às soluções revolucionárias” (CANDIDO, 1990, p. 5). Portanto,

[...] Mesmo que o pensamento chegue a um teor de ousadia equivalente à do pensamento revolucionário, em geral ele não produz um comportamento revolucionário. O revolucionário, mesmo de origem burguesa, é capaz de sair da sua classe; mas o radical, quase nunca. Assim, o revolucionário e o radical podem ter ideias equivalentes, mas enquanto o primeiro chega até a ação adequada a elas, isto não acontece com o segundo, que em geral contemporiza na hora da ruptura definitiva. (CANDIDO, 1990, p. 5)

Ao contrário da apreciação de Brandão, Pedrosa é um pensador revolucionário. E passou a se tornar referência para a esquerda a partir da década de 1960 porque o esgotamento do modelo político-econômico levou a uma saída golpista para solucioná-lo. Ademais, para o fortalecimento da democracia, havia a necessidade do proletariado organizar-se de modo autônomo, pois, como diz Hélio Pellegrino, Pedrosa “jamais acreditou que a libertação dos trabalhadores e do povo pudesse ser fruto da generosidade, liberal ou populista, de seus adversários de classe” (PELLEGRINO, 1982, p. 12). Contudo, apesar de *A opção imperialista* e *A opção brasileira* complementarem a análise de *Esboço* acerca da hipertrofia do poder executivo, a orientação para a ação política de Pedrosa superou sua ambiguidade em relação ao papel que o Parlamento tinha para a garantia das liberdades democráticas e viu na via institucional como caminho para a revolução socialista como uma forma do proletariado organizar-se e colocar seu projeto societal em disputa com as burguesias agrária e industrial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Cláudio. [1981] **Um príncipe do espírito**. In: *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 46. Publicado originalmente em: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano LXI, nº 19.210, 6 nov. 1981. *Ilustrada*, p. 31. (AF)
- ABRAMO, Fúlvio. [1984] **Frente Única Antifascista 1934-1984**. *Cadernos CEMAP*, ano I, nº 1, out. 1984.
- ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis. (Orgs.) [1987] **Na contracorrente da história**. Documentos da Liga comunista internacionalista (1930-1933). Prefácio Pierre Broué. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- ALAMBERT, Francisco. [2007] **Mário Pedrosa. Política e arte em revolução**. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.) *A formação das tradições (1889-1945)*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007, pp. 407-428.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. [1991] **Mário Pedrosa: itinerário crítico**. São Paulo: Scritta, 1991.
- BERTONHA, João Fábio. [1998] **Sob o signo do Fascio: o fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil, 1922-1943**. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, 1998. Orientação Prof. Dr. Michael Hall. 424 pp.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. [1997] **A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964)**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRANDÃO, Octávio [Fritz Mayer]. [1926] **Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil**. Apresentação Marcelo Ridenti, João Quartim de Moares, Marisa Brandão e Eduardo Bomfim. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- BRITO, Ronaldo. [1975] **As lições avançadas do mestre Pedrosa**. In: *Experiência crítica: textos selecionados*. Organização Sueli de Lima. São Paulo: Cosac Naify, 2005, pp. 48-52. Publicado originalmente em: *Opinião*, Rio de Janeiro, nº 152, ago. 1975, p. 23. (FBN)
- BROUÉ, Pierre. [2005] **O movimento trotskista na América Latina até 1940**. *Cadernos AEL*, Campinas, vol. 12, nº 22/23, pp. 165-196, 2005. Publicado originalmente em: *Cahiers Leon Trotsky*, Grenoble, nº 11, pp. 13-30, set. 1982. Tradução Dainis Karepovs.
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda; TRINDADE, Liana Salvia. [2008] **Trotskistas nas prisões de Vargas (São Paulo 1931-36)**. *Pesquisa em Debate*, vol. 5, nº 1, jan./jun. 2008, pp. 1-31.
- CANDIDO, Antonio. [1990] **Radicalismos**. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 4, nº 8, pp. 4-18, jan./abr. 1990.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. [1995] **As esquerdas e o processo constituinte brasileiro de 1933-34**. *História Social*, Campinas, vol. 1, nº 2, 1995, pp. 55-88.

COGGIOLA, Osvaldo. [2003] **O trotskismo no Brasil (1928-64)**. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel. (Orgs.) *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 239-269.

DEL ROIO, Marcos. [1990] **A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)**. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990. 338 pp.

DEMIER, Felipe Abranches. [2008] **Do movimento operário para a universidade: Leon Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2008. Orientação Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos. 183 pp.

DEMIER, Felipe Abranches. [2012] **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2012. Orientação Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos. 506 pp.

DEUTSCHER, Tamara. [1988] **Trotskismo**. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, pp. 394-395.

DULLES, John W. Foster. [1977] **Anarquistas e comunistas no Brasil (1930-1935)**. Tradução César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: 1977.

FAUSTO, Boris. [2006] **História do Brasil**. 12ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

FERRAZ, Geraldo. [1978] **O antropófago Geraldo Ferraz**. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano LVII, nº 17.944, 20 mai. 1978. *Ilustrada*, p. 1. Entrevista concedida a Moacir Amâncio e Sérgio Gomes.

FERRAZ, Geraldo. [1983] **Depois de tudo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1983. 192 pp.

FERREIRA, Oliveiros S. [1983] **A espada e o escudo**. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano III, nº 144, 13 mar. 1983. *Cultura*, pp. 14-15. (AE)

FERREIRA, Pedro Roberto. [1999] **O conceito de revolução da esquerda brasileira: 1920-1946**. Prefácio Maurício Tragtenberg. Londrina: Ed. UEL, 1999.

FERREIRA, Pedro Roberto. [2005] **O Brasil dos trotskistas (1930-1960)**. *Cadernos AEL*, vol. 12, nº 22/23, p. 11-58, 2005.

KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. [2002] **Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966)**. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.) *História do marxismo no Brasil*. Vol. V: partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: UNICAMP, 2002, pp. 103-155.

KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho; LÖWY, Michael. [1995] **Trotsky e o Brasil**. In: MORAES, João Quartim de. (Org.) *História do marxismo no Brasil*. Vol. II: os influxos teóricos. Campinas: UNICAMP, 1995, pp. 223-246.

KOLINSKI, Charles J. [1968] **A Opção Brasileira de Mário Pedrosa**. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVII, nº 23.006, 06 abr. 1968. *Segundo Caderno*, p. 3. (FBN)

LEITE FILHO, Barreto. **O mestre morto**. *Folha de São Paulo*, São Paulo, ano LXI, nº 19.212, 14 nov. 1981. *Opinião*, p. 3. (AF)

LINS, Álvaro. **Sinais da nova geração: o papel dos intelectuais**. In: *A glória de César e o punhal de Brutus*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, pp. 93-102.

LOUREIRO, Isabel Maria. [1984] **Vanguarda socialista (1945-1948): um episódio do ecletismo na história do marxismo brasileiro**. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Filosofia Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984. Orientação Prof.^a Dr.^a Marilena Chauí. 252 pp.

LUXEMBURGO, Rosa. [1946] **A revolução russa**. In: PEDROSA, Mário. *A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo*. Tradução Miguel Macedo. Apresentação Mário Pedrosa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, pp. 117-161. Publicado originalmente em: *Vanguarda Socialista*, Rio de Janeiro, ano I, ns^o 30, 22 mar., 31, 29 mar., 32, 05 abr., 33, 12 abr., 35, 26 abr., p. 3, e 49, 02 ago. 1946, pp. 4-5. (AP)

MAFFEI, Eduardo. [1984] **A batalha da Praça da Sé**. Prefácio Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Philobilion, 1984.

MARQUES NETO, José Castilho. [1993] **Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil**. Apresentação Francisco Foot Hardman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARQUES NETO, José Castilho. (Org.) [2001] **Mário Pedrosa e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MARQUES NETO, José Castilho; KAREPOVS, Dainis. [2007] **O trotskismo e os trotskistas: os anos 1920 e 1930**. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.) *A formação das tradições (1889-1945)*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007, pp. 379-406.

MARTINS, Mário. [1996] **Valeu a pena: memórias de um jornalista e político de oposição que nunca foi do contra**. Organização, pesquisa e texto final Franklin Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1996.

MAZZEO, Antonio Carlos. [2003] **O Partido Comunista na raiz da teoria da Via Colonial do desenvolvimento do capitalismo**. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel. (Org.) *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 153-170.

MONIZ, Edmundo. [1980] **A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo**. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 25, pp. 195-202, jul. 1980.

MONIZ, Edmundo. [1985] **Entrevista com Edmundo Moniz**. In: FACIOLI, Valentim. (Org.) *Por uma arte revolucionária independente*. São Paulo: Paz e Terra; CEMAP, 1985, pp. 128-134.

PARKER, Phyllis R. [1977] *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PEDROSA, Mário. [1933a] **A luta contra a guerra imperialista**. In: CARONE, Edgard. *A segunda república*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973, pp. 391-394. Publicado originalmente em: *A Platéia*, São Paulo, 05 jan. 1933.

PEDROSA, Mário. [1933b] **Apresentação**. In: TROTSKY, Leon. *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*. São Paulo: Laemmert, 1968, pp. 9-15.

PEDROSA, Mário. [1933c] **O que representa para a política internacional a subida de Hitler ao poder**. *Correio de S. Paulo*, ano I, nº 202, pp. 1-2, 04 fev. 1933. (FBN)

PEDROSA, Mário. [1945] **Diretivas**. *Vanguarda Socialista*, Rio de Janeiro, ano I, nº 01, 31 ago. 1945, pp. 1 e 4. (AP)

PEDROSA, Mário. [1947] **O mundo perdeu seus mitos**. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, ano XX, nº 5.943, 09 nov. 1947. *2ª Seção*, pp. 1-2 e 7. (FBN)

PEDROSA, Mário. [1949] **Arte, necessidade vital**. Rio de Janeiro: Casa de Estudante do Brasil, 1949. 235 pp.

PEDROSA, Mário. [1959] **Entreguismo e nacionalismo**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 179, pp. 3 e 8 (do *Segundo Caderno*), 02 ago. 1959. (FBN)

PEDROSA, Mário. [1960] **O partido do gabarito curto**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 1, p. 3, 01º jan. 1960. (FBN)

PEDROSA, Mário. [1966a] **A opção imperialista**. Apresentação Luciano Martins. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

PEDROSA, Mário. [1966b] **A opção brasileira**. Apresentação Edmundo Muniz. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

PEDROSA, Mário. [1966c] **Despotismo esclarecido – anacronismo despótico**. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.455, 19 jun. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)

PEDROSA, Mário. [1966d] **Sucessão em regime fechado**. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.467, 03 jul. 1966. *Quarto Caderno*, p. 12. (FBN)

PEDROSA, Mário. [1966e] **O pano de fundo do regime**. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.497, 07 ago. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)

PEDROSA, Mário. [1966f] **O processo da redemocratização**. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.533, 25 set. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)

PEDROSA, Mário. [1966g] **Único poder legítimo é novo Congresso.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.541, p. 3, 28 set. 1966. (FBN)

PEDROSA, Mário. [1966h] **Ainda não temos Presidente.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.551, 09 out. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)

PEDROSA, Mário. [1966i] **Os riscos honrosos de candidato.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.580, 13 nov. 1966. *Caderno do Eleitor*, p. 3. (FBN)

PEDROSA, Mário. [1966j] **Após as eleições.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.585, 20 nov. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)

PEDROSA, Mário. [1977] **Mário Pedrosa, um coerente.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXXVII, nº 187, 12 out. 1977. *Caderno B*, p. 1. Entrevista concedida a Maria Lúcia Rangel. (FBN)

PEDROSA, Mário. [1978] **Mário Pedrosa e a vitória dos seus fracassos.** *Pasquim*, Rio de Janeiro, ano IX, nº 469, pp. 4-14, 23/29 jun. 1978. Entrevista concedida a Félix de Athayde, Washington Novaes, Lygia Pape, Hélio Pellegrino, Ziraldo *et al.* (BPP) Republicada em: *Pasquim Especial*, Rio de Janeiro, nº 2, dez. 1978. *As grandes entrevistas políticas*, pp. 12-18. (AP)

PEDROSA, Mário. [1979] **A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo.** Apresentação Maurício Tragtenberg. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PEDROSA, Mário. **Sobre o PT.** [1980] Apresentação Luís Inácio Lula da Silva. Introdução Francisco de Oliveira. São Paulo: CHED, 1980.

PEDROSA, Mário. [1980] **Mário Pedrosa. 1. Em casa. 2. Pensamento vivo.** *Módulo*, Rio de Janeiro, nº 59, pp. 33-34, jul. 1980. Entrevista concedida a Liane Mühlberg. (BCo/UFSCar)

PEDROSA, Mário et alii. [1933] **Contra o fascismo.** *O Homem Livre*, São Paulo, ano I, nº 1, 27 mai. 1933, p. 1. (FBN)

PEDROSA, Mário [M. Camboa]; XAVIER, Lívio [L. Lyon]. [1931] **Esboço de uma análise econômica e social do Brasil.** In: KAREPOVS, Dainis; ABRAMO, Fúlvio. *Na contracorrente da história.* São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 66-82. Publicado originalmente em: *A Luta de Classe*, nº 6, fev./mar. 1931. *La Lutte de Classes*, nº 28/29, fev./mar. 1931.

PEDROSO, Franklin; VASQUEZ, Pedro (Coord.). [1992] **Mário Pedrosa: arte, revolução, reflexão.** Porto Alegre: Centro Cultural Banco do Brasil, 1992. 92 pp.

PELLEGRINO, Hélio. [1982] **Ressurreição de Mário.** In: FIGUEIREDO, Carlos Eduardo de Senna. *Mário Pedrosa, retratos do exílio.* Rio de Janeiro: Edições Antares, 1982, pp. 9-16.

PRADO JÚNIOR, Caio. [1933] **Evolução política do Brasil e outros estudos.** Entrevista Antônio Candido. Posfácio Paulo Henrique Martinez. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

REIS, José Carlos. [2007] **Caio Prado Jr. versus PCB: A revolução brasileira** (1966). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007, pp. 173-194.

RESENDE, Otto Lara. [1981] **O outro Brasil**. In: *O príncipe e o sabiá*. Organização Ana Miranda. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 209-212. Publicado originalmente em: *O Globo*, Rio de Janeiro, 08 nov. 1981.

SAID, Edward. [2005] **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993**. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALLES, Heráclio. [1966] **Dois livros estimulantes**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXV, nº 272, 19 nov. 1966. *Suplemento do Livro*, p. 8. (FBN)

SECCO, Lincoln. [2008] **Caio Prado Júnior: o sentido da revolução**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA, Ângelo José da. [2002] **Comunistas e trotskistas: a crítica operária à Revolução de 1930**. Prefácio Armando Boito Jr. Curitiba: Moinho do Vento, 2002.

SINGER, André. [2001] **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. [1976] **Estados e partidos políticos no Brasil** (1930 a 1964). São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

TRINDADE, Hégio. [1974] **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. Apresentação Georges Lavau. Prefácio João Cruz Costa. São Paulo: Difusão Europeia do Livro; Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974.

TROTKY, Leon. [1967] **A história da Revolução russa**. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

TROTSKY, Leon. [1968] **Revolução e contrarrevolução na Alemanha**. Tradução e apresentação Mário Pedrosa. São Paulo: Laemmert, 1968.

ACERVOS CONSULTADOS

Acervo Estadão – AE

Acervo Folha – AF

Acervo do Pesquisador – AP

Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos – BCo/UFSCar

Biblioteca de Ciências Humanas e Educação da Universidade Federal de Curitiba – HE/UFPR

Biblioteca Pública do Paraná – BPP

Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa – CEMAP

Fundação Biblioteca Nacional – FBN

APÊNDICE A – Publicações de Mário Pedrosa

LIVROS

- [1949] **Arte, necessidade vital**. Rio de Janeiro: Casa de Estudante do Brasil, 1949. 235 pp.
- [1952] **Panorama da pintura moderna**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952. 50 pp.
- [1964] **Dimensões da arte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1964. 232 pp.
- [1966] **A opção imperialista**. Apresentação Luciano Martins. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. 544 pp.
- [1966] **A opção brasileira**. Apresentação Edmundo Muniz. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. 314 pp.
- [1975] **Mundo, homem, arte em crise**. Organização Aracy Amaral. São Paulo: Perspectiva, 1975. 326 pp.
- [1979] **A crise do imperialismo e Rosa Luxemburgo**. Apresentação Maurício Tragtenberg. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 162 pp. Prefácio republicado em: *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 8, pp. 117-123, fev. 1979. (HE/UFPR)
- [1979] **Arte, forma e personalidade**. Organização e prefácio Otília Beatriz Fiori Arantes. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979. 146 pp.
- [1980] **Sobre o PT**. Apresentação Luís Inácio Lula da Silva. Introdução Francisco de Oliveira. São Paulo: Ched, 1980. 120 pp.
- (Coord.) [1980] **Museu das imagens do inconsciente**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1980. 192 pp.
- [1981] **Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília**. Organização Aracy Amaral. São Paulo: Perspectiva, 1981. 421 pp.
- [1995] **Política das artes: textos escolhidos I**. Organização, apresentação e prefácio Otília Beatriz Fiori Arantes. São Paulo: EDUSP, 1995. 386 pp.
- [1996] **Forma e percepção estética: textos escolhidos II**. Organização, apresentação e prefácio Otília Beatriz Fiori Arantes. São Paulo: EDUSP, 1996. 368 pp.
- [1998] **Acadêmicos e modernos: textos escolhidos III**. Organização, apresentação e prefácio Otília Beatriz Fiori Arantes. São Paulo: EDUSP, 1998. 428 pp.

[2000] **Modernidade cá e lá: textos escolhidos IV.** Organização e apresentação Otilia Beatriz Fiori Arantes. São Paulo: EDUSP, 2000. 358 pp.

CAPÍTULOS E PREFÁCIOS EM LIVROS

[1970] **A Bienal de cá para lá.** In: GULLAR, Ferreira (Coord.). *Arte brasileira hoje: situação e perspectivas.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973, pp. 1-64.

[1972] **Retoques a auto-retrato.** In: READ, Herbert. *A arte de agora, agora.* São Paulo: Perspectiva: 1972, pp. 139-168.

[1974] **A pisada é esta.** In: PEDROSO, Franklin (Org.). *Mário Pedrosa. Arte, revolução, reflexão.* Porto Alegre: Centro Cultural Banco do Brasil, 1992, pp. 27-46.

TESES

[1949] **Da natureza afetiva da forma na obra de arte.** Tese apresentada para concurso de cátedra de História da Arte e Estética, da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1949. 85 pp. (FBN) Republicado em: PEDROSA, Mário. *Forma e percepção estética. Textos Escolhidos II.* Organização Otilia Beatriz Fiori Arantes. São Paulo: EDUSP, 1996, pp. 107-177.

[1955] **Dos obstáculos políticos à Missão Francesa.** Tese apresentada para concurso de cadeira de História, do Colégio Dom Pedro II, Rio de Janeiro, 1955. 63 pp. (FBN) Republicado em: PEDROSA, Mário. *Acadêmicos e modernos. Textos Escolhidos III.* Organização Otilia Beatriz Fiori Arantes. São Paulo: EDUSP, 1998, pp. 41-114.

[1956] **As principais correntes na Revolução Russa.** Tese de Livre Docência apresentada para concurso de cadeira de História, do Colégio Dom Pedro II, Rio de Janeiro, 1956. 28 pp. (FBN)

[1956] **Evolução do conceito de ideologia: da filosofia à sociologia.** Tese de Livre Docência apresentada para concurso de cadeira de Filosofia, do Colégio Dom Pedro II, Rio de Janeiro, 1956. (FBN)

ARTIGOS EM PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

- [LEBRUN, M.]. [1940] **The defense of the URSS in the present war.** *Internal Bulletin of SWP*, Nova Iorque, vol. 2, nº 10, pp. 1A-17A, fev. 1940. Republicado como: *A defesa da URSS na guerra atual. Cadernos AEL*, Campinas, vol. 12, nº 22/23, 2005, pp. 285-322. Tradução Fúlvio Abramo.
- [LEBRUN, M.]. [1940] **Mass and class in soviet society.** *The New Internationalist*, Nova Iorque, vol. 6, nº 4, pp. 87-91, mai. 1940.
- [LEBRUN, M.]. [1940] **What next in Latin America?** *The New Internationalist*, Nova Iorque, vol. 6, nº 9, pp. 188-191, out. 1940.
- [1967] **Revolução e cultura.** *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano III, nº 1, pp. 285-303, nov. 1967. (BPP) Republicado em: *Revista de Ciências Humanas*, Curitiba, nº 6, pp. 49-70, 1997. (AP)
- [1975] **Teses para o Terceiro Mundo.** *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 2, pp. 11-30, ago. 1978. (AP)

ARTIGOS PUBLICADOS EM JORNAIS E MAGAZINES

- [1945] **Métodos marxistas e métodos totalitários.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLV, nº 15.552, 15 jul. 1945. *Segunda Seção*, pp. 1-2. (FBN)
- [1945] **Revolução pelo voto.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLV, nº 15.563, p. 2, 28 jul. 1945. (FBN)
- [1945] **Iniciação totalitária.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLV, nº 15.576, 12 ago. 1945. *Segunda Seção*, pp.1- 2. (FBN)
- [1946] **Keyserling.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLV, nº 15.803, 12 mai. 1946. *Segunda Seção*, pp.1- 2. (FBN)
- [1946] **Carta aberta à Comissão Nacional da Esquerda Democrática.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLV, nº 15.805, p. 2, 15 mai. 1946. (FBN)
- [1947] **Em torno da crise francesa:** o fim das greves e a posição comunista. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLVII, nº 16.301, p. 16, 23 dez. 1947. (FBN) Republicado como: **A crise francesa:** o fim das greves e a posição comunista. *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXVIII, nº 22.272, p. 16, 24 dez. 1947. (AE)

- [1947] **Em torno da crise francesa.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXVIII, nº 22.273, p. 1, 25 dez. 1947. (AE)
- [1948] **Maus vaticínios para a primavera.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXIX, nº 22.280, p. 1, 4 jan. 1948. (AE)
- [1948] **Alemanha, 1948:** os dois lados da ocupação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLVII, nº 16.335, p. 14, 03 fev. 1948. (FBN)
- [1948] **O Plano Marshall e as indústrias alemãs.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLVII, nº 16.357, p. 12, 02 mar. 1948. (FBN)
- [1948] **A unidade europeia e o socialismo.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLVII, nº 16.358, p. 12, 03 mar. 1948. (FBN)
- [1948] **As indústrias alemãs na zona aliada.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLVII, nº 16.361, p. 12, 06 mar. 1948. (FBN)
- [1948] **Ficção de Berlim.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLVII, nº 16.362, p. 24, 07 mar. 1948. (FBN)
- [1948] **Os partidos sob a ocupação.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLVII, nº 16.363, p. 16, 09 mar. 1948. (FBN)
- [1948] **O marco e o cigarro.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLVII, nº 16.367, p. 12, 13 mar. 1948. (FBN)
- [1948] **As barreiras contra o oeste.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLVII, nº 16.368, p. 24, 14 mar. 1948. (FBN)
- [1948] **A unidade alemã e os comunistas.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLVII, nº 16.370, p. 12, 17 mar. 1948. (FBN)
- [1948] **Da nova tática comunista.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLVII, nº 16.873, p. 12, 20 mar. 1948. (FBN)
- [1948] **Os golpes de Estado comunistas e os socialistas.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLVII, nº 16.873, p. 24, 21 mar. 1948. (FBN)
- [1948] **Da insurreição à guerra mundial.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLVII, nº 16.875, p. 12, 24 mar. 1948. (FBN)
- [1948] **A pausa de espera.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLVII, nº 16.877, p. 12, 26 mar. 1948. (FBN)
- [1948] **Fim de jornada.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLVII, nº 16.878, p. 24, 28 mar. 1948. (FBN)
- [1948] **Um americano em Paris.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLVII, nº 16.884, 04 abr. 1948. *Segunda Seção*, pp. 1 e 3. (FBN)

- [1950] **Leon Blum, como intelectual e como líder socialista.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLIX, nº 17.533, 14 mai. 1950. *Quarta Seção*, pp. 4 e 10. (FBN)
- [1951] **As forças da resistência europeia.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXII, nº 23.422, p. 2, 20 set. 1951. (AE)
- [1951] **Acaso nada, velhacaria.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXII, nº 23.436, p. 7, 6 out. 1951. (AE)
- [1951] **A brecha na frente anglo-americana.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXII, nº 23.433, p. 12, 14 out. 1951. (AE)
- [1951] **Promessas incumpridas e vitórias comunistas.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXII, nº 23.471, p. 2, 17 nov. 1951. (AE)
- [1951] **Parlamentarismo e manobras políticas.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1951. (FBN)
- [1952] **O dilema dos heréticos.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano ?, nº ?, p. ?, 10 abr. 1952.
- [1952] **Novo aliado de Truman.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIII, nº 23.595, p. 2, 15 abr. 1952. (AE)
- [1952] **O “grupo” Estillac.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 17 abr. 1952. (FBN)
Republicado em: *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIII, nº 23.616, p. 5, 10 mai. 1952. (AE)
- [1952] **O mal dos partidos.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 24 abr. 1952. (FBN)
- [1952] **O homem que não promete.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1952. (FBN)
- [1952] **Entre a demagogia e a história.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIII, nº 23.639, p. 2, 07 jun. 1952. (AE)
- [1952] **Os progressos do comunismo.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1952. (FBN)
- [1952] **Estillac entre o continuísmo e o stalinismo.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1952. (FBN)
- [1952] **Não foi só um voto socialista.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 23 ago. 1952. (FBN)
- [1952] **O trigo brasileiro nas eleições argentinas.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1952. (FBN)
- [1952] **Os padres operários e o comunismo.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIII, nº 23.719, p. 92, 07 set. 1952. (AE)

- [1952] **Convite ao haraquiri.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIII, nº 23.731, p. 9, 21 set. 1952. (AE)
- [1952] **Mentalidade jurídica e estratégia política.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIII, nº 23.734, p. 24, 24 set. 1952. (AE)
- [1952] **Manobras comunistas e manobras getulianas.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 27 set. 1952. (FBN)
- [1952] **Europeização da política americana.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIII, nº 23.740, p. 2, 02 out. 1952. (AE)
- [1952] **História de ontem e de hoje.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 02 out. 1952. (FBN) Republicado em: *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIII, nº 23.745, p. 5, 07 out. 1952.
- [1952] **O discurso e a oposição.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 09 out. 1952. (FBN) Republicado em: *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIII, nº 23.752, p. 2, 16 out. 1952. (AE)
- [1952] **A concorrência desigual.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 16 out. 1952. (FBN) Republicado em: *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIII, nº 23.759, p. 2, 24 out. 1952. (AE)
- [1952] **A demagogia nacionalista do Clube Militar.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 18 out. 1952.
- [1952] **Na encruzilhada.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 23 out. 1952. (FBN) Republicado em: *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIII, nº 23.766, p. 2, 01 nov. 1952. (AE)
- [1952] **“Projeto mil” e autonomia.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIII, nº 23.770, p. 5, 05 nov. 1952. (AE)
- [1952] **A derrota democrática.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIII, nº 23.775, p. 2, 12 nov. 1952. (AE)
- [1952] **O voo de Eisenhower.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIII, nº 23.779, p. 5, 16 nov. 1952. (AE)
- [1952] **E depois de Getúlio e Ademar?** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1952. (FBN)
- [1952] **E agora?** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIII, nº 23.796, p. 5, 06 dez. 1952. (AE)

- [1952] **Greve e democracia.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1952. (FBN)
Republicado em: *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIII, nº 23.801, p. 9, 12 dez. 1952. (AE)
- [1952] **A integração na democracia.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 18 dez. 1952. (FBN)
- [1952] **A nova heresia staliniana.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIII, nº 23.807, p. 2, 19 dez. 1952. (AE)
- [1953] **Democracia versus banco.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 08 jan. 1953. (FBN)
Republicado em: *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIV, nº 23.826, p. 7, 13 jan. 1953. (AE)
- [1953] **A crise do stalinismo na França e no Brasil.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1953. (FBN) Republicado em: *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIV, nº 23.831, 18 jan. 1953. *Suplemento Dominical*, p. 1. (AE)
- [1953] **Antissemitismo stalinista.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIV, nº 23.836, p. 5, 24 jan. 1953. (AE)
- [1953] **Ofensiva versus coexistência.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIV, nº 23.857, p. 2, 19 fev. 1953. (AE)
- [1953] **A lógica e a realidade na URSS.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIV, nº 23.867, 01 mar. 1953. *Terceiro Caderno*, p. 7. (AE)
- [1953] **Consequências da morte de Stalin.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXIV, nº 23.901, p. 5, 12 abr. 1953. (AE)
- [1955] **Vozes da Ásia, vozes d'África: a conferência de Bandung.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LIV, nº 19.034, p. 2, 16 abr. 1955. (FBN)
- [1955] **A cacofonia política para o estado de São Paulo.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVI, p. 6, 31 ago. 1955. (AE)
- [1955] **Candidato vencido – líder vitorioso.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVI, nº 24.674, p. 7, 12 out. 1955. (AE)
- [1955] **As cartas marcadas de Juscelino.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVI, nº 24.682, p. 4, 21 out. 1955. (AE)
- [1955] **A palavra à Justiça Eleitoral.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVI, nº 24.691, p. 4, 01 nov. 1955. (AE)
- [1955] **A “batalha da diplomação” e o Partido Comunista.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVI, nº 24.692, p. 4, 02 nov. 1955. (AE)

- [1955] **Ordem democrática e realismo político.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVI, nº 24.694, p. 5, 05 nov. 1955. (AE)
- [1955] **Em face dos poderes implícitos.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 15 dez. 1955. (FBN) Republicado como: **Diante dos poderes implícitos.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVI, nº 24.704, p. 4, 17 nov. 1955. (AE)
- [1955] **O golpe vigente.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVI, nº 24.706, p. 5, 19 nov. 1955. (AE)
- [1955] **Do ventriloquo e seus bonecos.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVI, nº 24.717, p. 5, 02 dez. 1955. (AE)
- [1955] **A farsa napolitana.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVI, nº 24.722, p. 7, 8 dez. 1955. (AE)
- [1955] **Última encarnação de Juscelino.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVI, nº 24.731, p. 8, 18 dez. 1955. (AE)
- [1955] **Tolerância ou incoerência?** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 20 dez. 1955. (FBN) Republicado em: *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVI, nº 24.734, p. 4, 21 dez. 1955. (AE)
- [1955] **O clima para o sitio.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVI, nº 24.736, p. 4, 24 dez. 1955. (AE)
- [1955] **Do direito de ir e vir.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVI, nº 24.739, p. 4, 27 dez. 1955. (AE)
- [1955] **Os tempos de Minotauro.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVI, nº 24.742, p. 5, 31 dez. 1955. (AE)
- [1955] **Pelegos velhos e pelegos novos.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1955. (FBN) Republicado em: *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVII, nº 24.743, p. 5, 1 jan. 1956. (AE)
- [1956] **Washington diploma Juscelino.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVII, nº 24.749, p. 4, 8 jan. 1956. (AE)
- [1956] **Eis a situação.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1956. (FBN)
- [1956] **A tática da calúnia e do perdão.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 07 mar. 1956. (FBN)
- [1956] **Juscelino, patrão reacionário.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVII, nº 24.806, p. 4, 16 mar. 1956. (AE)
- [1956] **Jango, a inflação demagógica.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1956. (FBN)

- [1956] **Governo inflacionário.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVII, nº 24.815, p. 7, 27 mar. 1956. (AE)
- [1956] **O governo é neutro.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1956. (FBN)
- [1956] **Da ideologia à prática.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVII, nº 24.831, p. 128, 15 abr. 1956. (AE)
- [1956] **Lott é a guerra civil.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1956. (FBN)
- [1956] **A eloquência de um contraste.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 09 mai. 1956. (FBN)
- [1956] **A palavra de Lott.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVII, nº 24.851, p. 5, 10 mai. 1956. (AE)
- [1956] **Juscelino, caixeiro da plutocracia.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1956. (FBN)
- [1956] **Reacionário e inflacionário.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVII, nº 24.857, p. 4, 16 mai. 1956. (AE)
- [1956] **O câncer novembrista.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 22 mai. 1956. (FBN)
- [1956] **Governo dentro do governo.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVII, nº 24.863, p. 4, 24 mai. 1956. (AE)
- [1956] **Sítio sem sítio.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVII, nº 24.872, p. 5, 03 jun. 1956. (AE)
- [1956] **Balão de São João.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVII, nº 24.883, p. 04, 16 jun. 1956. (AE) Republicado em: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1956. (FBN)
- [1956] **Os coloniais do stalinismo.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1956. (FBN) Republicado como: **Stalinistas e coloniais.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVII, nº 24.887, p. 2, 21 jun. 1956. (AE)
- [1956] **A promissora chegada ao termo.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVII, nº 24.890, p. 6, 24 jun. 1956. (AE)
- [1956] **A conspiração novembrista.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVII, nº 24.893, p. 6, 27 jun. 1956. (AE)
- [1956] **Linha Lott.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 02 jul. 1956. (FBN)
- [1956] **Salário-mínimo já.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1956. (FBN)
- [1956] **Juscelino no Panamá.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1956. (FBN)
- [1956] **Eisenhower em face de JK.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVII, nº 24.912, p. 5, 20 jul. 1956. (AE)

- [1956] **Novembro em marcha.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXVII, nº 24.920, p. 4, 29 jul. 1956. (AE)
- [1956] **O escalão superior.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 27 ago. 1956. (FBN)
- [1956] **Governo de regência militar.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1956. (FBN)
- [1956] **Por trás da “pacificação”.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 11 out. 1956. (FBN)
- [1957] **Ideologia e ciências sociais I.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXVII, nº 103, 5 mai. 1957. *Suplemento Dominical*, p. 6. (FBN)
- [1957] **Ideologia e ciências sociais II.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXVII, nº 109, 12 mai. 1957. *Suplemento Dominical*, p. 6. (FBN)
- [1957] **Ideologia e ciências sociais III.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXVII, nº 115, 19 mai. 1957. *Suplemento Dominical*, p. 6. (FBN)
- [1958] **Correspondência apreendida.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXVIII, nº 115, p. 3, 21 mai. 1958. (FBN)
- [1958] **Ideologia e poder I.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXVIII, nº 167, 20 jul. 1958. *Suplemento Dominical*, p. 5. (FBN)
- [1958] **Ideologia e poder II.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXVIII, nº 173, 27 jul. 1958. *Suplemento Dominical*, p. 6. (FBN)
- [1958] **Ideologia e poder III.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXVIII, nº 179, 03 ago. 1958. *Suplemento Dominical*, p. 6. (FBN)
- [1959] **Entreguismo e nacionalismo.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 179, pp. 3 e 8 (do *Segundo Caderno*), 02 ago. 1959. (FBN)
- [1959] **As garças voando.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 286, p. 3, 08 dez. 1959. (FBN)
- [1959] **Ainda ventos de Aragarças.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 291, pp. 3 e 7 (do *Segundo Caderno*), 13/14 dez. 1959. (FBN)
- [1959] **Do golpe e dos movimentos espontâneos.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 298, pp. 3 e 10, 22 dez. 1959. (FBN)
- [1959] **Passagem do rubicão?** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 303, pp. 3 e 11, 29 dez. 1959. (FBN)
- [1960] **O partido do gabarito curto.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 1, p. 3, 01º jan. 1960. (FBN)
- [1960] **O foguete russo do Pacífico.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 12, p. 3, 15 jan. 1960. (FBN)

- [1960] **Isolacionismo e “big stick”**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 18, p. 3, 22 jan. 1960. (FBN)
- [1960] **Cuba e OPA**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 24, pp. 3 e 10, 29 jan. 1960. (FBN)
- [1960] **Petrobrás, Cuba e excesso doutrinário**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 30, pp. 3 e 10, 05 fev. 1960. (FBN)
- [1960] **Os anjos da confusão**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 36, p. 3, 12 fev. 1960. (FBN)
- [1960] **O vice condicionado**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 42, pp. 3 e 10, 19 fev. 1960. (FBN)
- [1960] **Por trás da visita**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 48, p. 3, 26 fev. 1960. (FBN)
- [1960] **Versões de uma viagem**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 58, p. 3, 11 mar. 1960. (FBN)
- [1960] **O terceiro símbolo**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 64, p. 3, 18 mar. 1960. (FBN)
- [1960] **Pecado diplomático**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 76, p. 3, 01º abr. 1960.
- [1960] **País inviável**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 82, p. 3, 08 abr. 1960. (FBN)
- [1960] **Isto é uma revolução**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXX, nº 88, p. 3, 15 abr. 1960. (FBN)
- [1960] **Rotina americana**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXX, nº 99, p. 3, 29 abr. 1960. (FBN)
- [1960] **A vítima do avião espião**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXX, nº 111, p. 3 e 10, 13 mai. 1960. (FBN)
- [1960] **Kruschev e Stevenson**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXX, nº 117, p. 3, 20 mai. 1960. (FBN)
- [1960] **Novo significado das eleições americanas**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXX, nº 123, p. 3, 27 mai. 1960. (FBN)
- [1960] **A vez da América Latina**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXX, nº 135, p. 3, 10 jun. 1960. (FBN)
- [1964] **Analfabetos privilegiados, analfabetos proscritos**. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXIII, nº 21.765, 25 fev. 1964. *Segundo Caderno*, p. 1.

- [1966] **Despotismo esclarecido – anacronismo despótico.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.455, 19 jun. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1966] **Sucessão em regime fechado.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.467, 03 jul. 1966. *Quarto Caderno*, p. 12. (FBN)
- [1966] **Institucionalização do poder militar.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.485, 24 jul. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1966] **O pano de fundo do regime.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.497, 07 ago.. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1966] **Sob o pacto das catacumbas.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.509, 21 ago. 1966. *Quarto Caderno*, p. 5. (FBN)
- [1966] **Das fontes legítimas do poder.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.521, 04 set. 1966. *Quarto Caderno*, p. 4. (FBN)
- [1966] **Brava, brava mocidade.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.533, 18 set. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1966] **O processo da redemocratização.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.533, 25 set. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1966] **Redemocratização e recuperação nacional.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.545, 02 out. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1966] **Ainda não temos Presidente.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.551, 09 out. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1966] **Das cassações à renúncia.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.557, 16 out. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1966] **Da ditadura e seus estertores.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.563, 23 out. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1966] **Fenda no poder militar.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.569, 30 out. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1966] **O novo regente e sua guerra.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.574, 06 nov. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1966] **Os riscos honrosos de candidato.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.580, 13 nov. 1966. *Caderno do Eleitor*, p. 3. (FBN)
- [1966] **Após as eleições.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.585, 20 nov. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1966] **Novos rumos políticos.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.591, 27 nov. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)

- [1966] **O golpe da Constituição.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.603, 11 dez. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1966] **A Constituição desnacionalizante.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.615, 25 dez. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1967] **Um novo regime para uma nova elite.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.627, 08 jan. 1967. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1967] **A ideologia dos nossos marechais.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.639, 22 jan. 1967. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1967] **Questão de regime, não de personalidades.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.651, 05 fev. 1967. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1967] **Precisa-se de uma oposição.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.661, 19 fev. 1967. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1967] **Entre o poder militar e a realidade.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.673, 05 mar. 1967. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1967] **Segurança nacional contra o Brasil.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.685, 19 mar. 1967. *Quarto Caderno*, p. 1. (FBN)
- [1967] **O rebaixamento das Forças Armadas na estratégia antinacional.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.696, 02 abr. 1967. *Quarto Caderno*, p. 3.
- [1967] **Punta del Este e Paulo VI.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.708, 16 abr. 1967. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1967] **O grande desafio.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.720, 30 abr. 1967. *Quarto Caderno*, p. 6. (FBN)
- [1967] **A chaga aberta do mundo.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.731, 14 mai. 1967. *Quarto Caderno*, p. 1. (FBN)
- [1967] **O único partido político.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.743, 28 mai. 1967. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1967] **Da existência de Israel à paz indivisível.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.755, 11 jun. 1967. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1967] **Israel e árabes ou o conflito com a realidade.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVII, nº 22.767, 25 jun. 1967. *Quarto Caderno*, p. 4. (FBN)
- [1967] **Os fogueteiros da impotência.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVII, nº 22.791, 23 jul. 1967. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1967] **O poder negro, essa realidade.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVII, nº 22.803, 06 ago. 1967. *Quarto Caderno*, p. 6. (FBN)

- [1967] **Da velha estratégia a uma nova política.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVII, nº 22.827, 03 set. 1967. *Quarto Caderno*, p. 4. (FBN)
- [1967] **Che Guevara, o otimismo revolucionário.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVII, nº 22.869, 22 out. 1967. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN) Republicado em: *Praga*, São Paulo, nº 2, pp. 109-113, jun. 1997. (AP)
- [1967] **A crise do comunismo e o novo partido.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVII, nº 22.898, 26 nov. 1967. *Quarto Caderno*, p. 4. (FBN)
- [1967] **Das reviravoltas do nacionalismo.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVII, nº 22.864, 03 dez. 1967. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1968] **País desprotegido, poder militar.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVII, nº 22.932, 07 jan. 1968. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1968] **O partido.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVII, nº 22.944, 21 jan. 1968. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1968] **O poder militar em expectativa.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVII, nº 22.956, 04 fev. 1968. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1968] **A crise americana e a paz mundial.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVII, nº 22.978, 03 mar. 1968. *Quarto Caderno*, p. 4. (FBN)
- [1968] **Censores, tirem a pata de cima do teatro e do cinema.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVII, nº 22.995, 24 mar. 1968. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1968] **Quem quer sangue?** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVII, nº 23.007, 07 abr. 1968. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)
- [1968] **O crime de Praga.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVIII, nº 23.146, 22 set. 1968. *Segundo Caderno*, p. 5. (FBN) Republicado em: *Praga*, São Paulo, nº 2, pp. 114-117, jun. 1997. (AP)
- [1968] **A nova face do ocidente.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVIII, nº 23.170, 29 set. 1968. *Segundo Caderno*, p. 5. (FBN) Republicado em: *Praga*, São Paulo, nº 2, pp. 118-122, jun. 1997. (AP)
- [1978] **A grande eleição.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 57, nº 18.043, p. 3, 27 ago. 1978. (AF)
- [1979] **O futuro do povo.** *Jornal da República*, São Paulo, ano I, nº 6, p. 4, 1º set. 1979. (FBN)
- [1979] **Sindicato ou partido?** *Jornal da República*, São Paulo, ano I, nº 32, p. 4, 2 out. 1979. (FBN)

- [1979] **Quatro horas de ditadura do proletariado.** *Isto É*, São Paulo, nº 146, pp. 82-83, 10 out. 1979. (BPP)
- [1979] **A missão do PT.** *Jornal da República*, São Paulo, ano I, nº 60, p. 4, 5 nov. 1979. (FBN)
- [1979] **Contra o veto do João.** *Jornal da República*, São Paulo, ano I, nº 72, p. 4, 26 nov. 1979. (FBN)
- [1980] **O PT e o Estado.** *Jornal da República*, São Paulo, ano I, nº 116, p. 4, 12 jan. 1980. (FBN)
- [1980] **Os bispos e a marcha do PT.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 59, nº 18.588, p. 3, 23 fev. 1980. (AF)
- [1982] **Autocrítica.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 62, nº 19.590, 21 nov. 1982. *Folhetim*, nº 305, pp. 6-8. (AF)

DEBATES, DEPOIMENTOS E ENTREVISTAS

- [1933] **A luta contra a guerra imperialista.** *A Platéia*, São Paulo, 05 jan. 1933. Republicado em: CARONE, Edgard. *A segunda república*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973, pp. 391-394.
- [1933] **O que representa para a política internacional a subida de Hitler ao poder.** *Correio de S. Paulo*, ano I, nº 202, pp. 1-2, 04 fev. 1933. (FBN)
- [1946] **Com a palavra o líder socialista Mário Pedrosa:** os erros de Prestes facilitam o jogo da reação. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, ano XVIII, nº 4051, pp. 1-2, 23 mar. 1946. (FBN)
- [1946] **A Esquerda Democrática deve explicar.** *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, ano XVIII, nº 4094, pp. 3-5, 15 mai. 1946. (FBN)
- [1947] **O mundo perdeu seus mitos.** *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, ano XX, nº 5.943, 09 nov. 1947. *Segunda Seção*, pp. 1-2 e 7. Depoimento concedido a Paulo Mendes Campos. (FBN)
- [1953] **O Brasil está condenado ao moderno.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 26 dez. 1953.
- [1954] **Apelo aos trabalhadores.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LIV, nº 18.843, p. 5, 29 ago. 1954. (FBN)

- [1955] **Só duas vezes por ano o crítico vai à praia.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 09 dez. 1955.
- [1956] **As massas voltam-se para os Museus, afirma Mário Pedrosa.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LVI, nº 19.499, p. 10, 17 out. 1956. (FBN)
- [1956] **Mário Pedrosa e a educação estética.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 280, 02/03 dez. 1956. *Suplemento Dominical*, p. 5. Depoimento concedido a Ferreira Gullar e Oliveira Bastos. (FBN)
- [1958] **Palestra-debate sobre a Capela de Niemeyer e os afrescos de Volpi.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXVIII, nº 84, 09 abr. 1958. *Suplemento Dominical*, pp. 2-3. Debate entre Mário Pedrosa e Oscar Niemeyer mediado por Mário Barata. (FBN)
- [1958] **Brasília e a integração das artes, tema da palestra do crítico Mário Pedrosa.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXVIII, nº 112, p. 6, 17 mai. 1958. (FBN)
- [1958] **Mário Pedrosa verifica em Bruxelas: falta horizonte para a pintura europeia.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXVIII, nº 118, 25/26 mai. 1958. *Suplemento Dominical*, p. 3. Entrevista concedida a Ferreira Gullar. (FBN)
- [1959] **Mário Pedrosa diz no Japão que as tradições morreram.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXVXXX, nº 76, 03 abr. 1959. *Primeiro Caderno*, p. 8. Depoimento concedido a Ferreira Gullar. (FBN)
- [1959] **Congresso de Brasília entusiasma os europeus – diz-nos Mário Pedrosa.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 99, p. 6, 30 abr. 1959. Depoimento concedido a Ferreira Gullar. (FBN)
- [1959] **O nacionalismo é uma ideologia alienante.** *O Metropolitano*, Rio de Janeiro, 12 de jul. 1959. Entrevista concedida a Carlos Diegues e César Guimarães.
- [1961] **Pedrosa chega e fala da viagem.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXI, nº 109, 12 mai. 1961. *Caderno B*, p. 2. (FBN)
- [1961] **Pedrosa explica a criação do Conselho Nacional de Cultura pelo Presidente.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXX, nº 127, p. 3, 02 jun. 1961. (FBN)
- [1963] **Depoimento sobre o MAM.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano LXXXIV, nº 26.968, p. 12, 24 mar. 1963. (AE)
- [1964] **Tarsila e Pedrosa esclarecem.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXIII, nº 21.715, 18 jan. 1964. *Segundo Caderno*, p. 4. Depoimento concedido a Jayme Maurício. (FBN)
- [1965] **Confronto: a cultura popular.** *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, ano XXXVI, nº 11.296, p. 10, 17/18 jan. 1965. Depoimento concedido a Henrique Coutinho. (FBN)

- [1966] **Único poder legítimo é novo Congresso: Pedrosa.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.541, p. 3, 28 set. 1966. (FBN)
- [1967] **Brasil x Estados Unidos.** *Cadernos Brasileiros*, ano IX, nº 44, nov./dez 1976, pp. 5-18. Debate entre Sérgio Guerra Duarte, Marcílio Marques Moreira, Mário Pedrosa, Fernando Pedreira, Nelson Mello e Souza mediado por Vicente Barreto. (BPP)
- [1968] **Depoimento de Mário Pedrosa I.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVIII, nº 23.136, 11 set. 1968. *Segundo Caderno*, p. 2. Entrevista concedida a Vera Pedrosa. (FBN)
- [1968] **Depoimento de Mário Pedrosa II.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVIII, nº 23.137, 12 set. 1968. *Segundo Caderno*, p. 2. Entrevista concedida a Vera Pedrosa. (FBN)
- [1975] **Para Mário Pedrosa, a Bienal hoje é uma promoção superada.** *O Estado de São Paulo*, São Paulo, ano XCVI, 30.808, p. 24, 31 ago. 1975. Depoimento concedido a Sheila Leiner. (AE)
- [1977] **Mário Pedrosa, um coerente.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXXVII, nº 187, 12 out. 1977. *Caderno B*, p. 1. Entrevista concedida a Maria Lúcia Rangel. (FBN)
- [1977] **Arte e política, ainda os temas de Pedrosa.** *O Estado de S. Paulo*, ano XCVIII, nº 31.464, p. 21, 13 out. 1977. (AE)
- [1977] **Após o exílio.** *Veja*, São Paulo, nº 476, pp. 157-158, 19 out. 1977. Entrevista concedida a Ferreira Gullar. (BPP)
- [1977] **Mário Pedrosa, exílio, arte e imperialismo.** *Versus*, São Paulo, nº 17, pp. 25-27, dez./jan. 1977/1978. Entrevista concedida a Omar L. de Barros Filho e Júlio Tavares. (BPP) Republicada em: BARROS, Omar L. de (Org.). *Versus: páginas da utopia*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007, pp. 205-211.
- [1977] **Mário Pedrosa, confissões de um livre pensador.** *Folha de São Paulo*, São Paulo, ano LVI, nº 17.793, 20 dez. 1977. *Ilustrada*, pp. 35 e 42. Entrevista concedida a Cláudio Kahns. (AF)
- [1977] **O encontro.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, nº 231/232, 23/24 fev. 1997. *Caderno B*, pp. 1 e 6-7/4-5. Debate entre Darcy Ribeiro, Glauber Rocha, Ferreira Gullar e Mário Pedrosa mediado por Elizabeth Carvalho e Zuenir Ventura. (FBN) Republicado em: RIBEIRO, Darcy. *Utopia Brasil*. Organização Isa Grinspum Ferraz. São Paulo: Hedra, 2008, pp. 105-157.
- [1977] **A escolha do crítico que cansou da vanguarda: a arte indígena.** *Jornal da Tarde*, São Paulo, 31 dez. 1977. Entrevista concedida a Casimiro Xavier de Mendonça.

- [1978] **Mário Pedrosa, a arte está em decadência mas os sindicatos estão vivos.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXXVIII, nº 55, 2 jun. 1978. *Caderno B*, p. 8. Entrevista concedida a Cícero Sandroni. (FBN)
- [1978] **O novo MAM terá cinco museus. É a proposta de Mário Pedrosa.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXXVIII, nº 160, 15 set. 1978. *Caderno B*, p. 2. (FBN)
- [1978] **Mário Pedrosa e a vitória dos seus fracassos.** *Pasquim*, Rio de Janeiro, ano IX, nº 469, pp. 4-14, 23/29 jun. 1978. Entrevista concedida a Félix de Athayde, Washington Novaes, Lygia Pape, Hélio Pellegrino, Ziraldo *et al.* (BPP) Republicada em: *Pasquim Especial*, Rio de Janeiro, nº 2, dez. 1978. *As grandes entrevistas políticas*, pp. 12-18. (AP)
- [1978] **Mário Pedrosa, repensando uma estética nacional a partir das cinzas do MAM.** *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 jul. 1978. Entrevista concedida a Maria Angélica Carvalho.
- [1978] **Mário Pedrosa, profeta da arte.** *Diário de São Paulo*, São Paulo, 08 nov. 1978. Depoimento concedido a Fábio Magalhães.
- [1978] **A arte atual reflete a crise do próprio homem.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano XCIX, nº 31.834, pp. 8-9, 24 dez. 1978. Entrevista concedida a Lourenço Dantas Mota e Ferreira Gullar. (AE) Republicada em: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *A história vivida (I)*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1981, pp. 235-248.
- [1978] **O Brasil não conhece o Brasil.** *Tribuna da Imprensa*, 30/31 dez. 1978.
- [1979] **Entrevista com Mário Pedrosa.** *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1979. Entrevista concedida a João Ricardo Carneiro Moderno. Republicada em: MODERNO, João Ricardo Carneiro. *Arte contra política no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 1984, pp. 27-37.
- [1979] **Vanguarda brasileira, uma questão aberta ao debate.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano C, nº 31.974, p. 30, 10 jun. 1979. Depoimento concedido a Leonor Amarante. (AE)
- [1980] **Arte, cultura e política, numa vida sem concessões.** *Folha de São Paulo*, São Paulo, ano 59, nº 18.626, 13 abr. 1980. *Ilustrada*, p. 49. Depoimento concedido a Jefferson del Rios. (AF)
- [1980] **O mundo fantástico de Mário Pedrosa.** *Tribuna da Imprensa*, 29 abr. 1980. Entrevista concedida a Alberto Delerue.
- [1980] **Da Oposição de Esquerda às primeiras organizações.** *Em Tempo*, São Paulo, nº 103, p. 16, 03/16 abr. 1980. Entrevista concedida a Aluísio Monteiro, Fábio Munhoz e Otaviano De Fiori. (CEMAP)

- [1980] “Sou cético.” **Diante da crítica, da arte, do mundo.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano XC, nº 16, 24 abr. 1980. *Caderno B*, p. 12. Depoimento concedido a Roberto Pontual. (FBN)
- [1980] **Mário Pedrosa. 1. Em casa. 2. Pensamento vivo.** *Módulo*, Rio de Janeiro, nº 59, pp. 33-34, jul. 1980. Entrevista concedida a Liane Mühlenberg. (BCo/UFSCar)
- [1981] **A arte não é fundamental. A profissão do intelectual é ser revolucionário.** *Pasquim*, ano XIII, nº 646, pp. 7-11, 12/18 nov. 1981. Entrevista concedida a Félix de Athayde, Washington Novaes, Lygia Pape, Hélio Pellegrino, Ziraldo *et al.* (BPP)

TRADUÇÕES

- RESTANY, Pierre. [1968] **Manifesto pela arte total ou contra a internacional da mediocridade.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVII, nº 22.989, 17 mar. 1968. *Quarto Caderno*, p. 1. (FBN)
- TROTSKY, Leon. [1933] **Revolução e contrarrevolução na Alemanha.** Tradução e apresentação Mário Pedrosa. São Paulo: Unitas, 1933. 446 pp. Apresentação republicada em: *Correio de S. Paulo*, ano I, nº 216, p. 2, 21 fev. 1933. (FBN) Rio de Janeiro: Laemmert, 1968. 360 pp. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. 352 pp. São Paulo: Sundermann, 2011. 352 pp.

ANEXO A – PEDROSA, Mário. O que representa para a política internacional a subida de Hitler ao poder. *Correio de S. Paulo*, ano I, nº 202, pp. 1-2, 04 fev. 1933. (FBN)

O que representa para a política internacional a subida de Hitler ao poder

"A campanha eleitoral abrirá a época da guerra civil, que é a segunda fase do hitlerismo" diz em entrevista ao "Correio de S. Paulo" o sr. Mario Pedrosa

Está em foco no panorama da política internacional, hoje, mais que qualquer outro, o acontecimento sensacional da subida de Hitler ao poder. Recordar-se, no fundo caliginoso da hora indecisa que o mundo atravessa, em linhas claras, o mo-

A FORMULA PSEUDO DEMOCRATICA

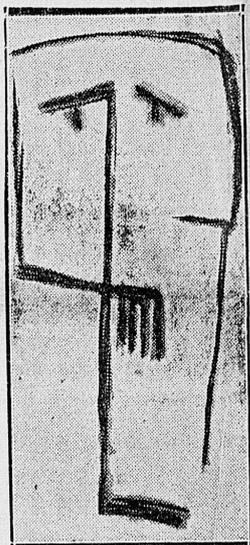
— O Reichstag foi dissolvido e, com "surpresa" geral, novas eleições foram marcadas. Aparentemente, de facto, isto é a negação das idéas e do programa hitlerista. Mas o seu jogo é visível. Esse apelo as urnas tem por objectivo forçar a união dos componentes do governo, vencendo a resistencia e os "escrupulos" constitucionais de Hindemburgo, contentando assim não os preconceitos constitucionais ou democraticos do presidente, mas, paradoxalmente, os preconceitos feudais e militares do velho e nobre marechal, preso a um juramento de fidelidade á Constituição. Com isso, Hitler tambem não fechou a porta aos chefes do Centro. Pelo contrario, é uma especie de satisfação que dá a estes partidos, facilitando aos seus chefes a adesão e submissão aos novos senhores da Alemanha, sob uma forma pseudo-"democratica" de consulta eleitoral ao po-

Naturalmente, si este fato sublinha a fase inicial da tomada do poder, demonstra tambem a força formidável do adversario politico.

MUSSOLINI NOS PRIMEIROS TEMPOS

— A experiencia italiana é illustrativa para o caso. Nos primeiros tempos do seu prodominio, Mussolini teve que suportar em seu flanco o parlamento, puro, anacronismo politico incomodo embora decorativo. As relações de forças, porém, entre o fascismo italiano e o fascismo alemão, na hora da subida ao poder, são diferentes. Mussolini subiu, quando a vaga revolucionaria já tinha passado. O movimento operario estava em refluxo, já quasi esgotado pela offensiva anterior. Isso facilitou o seu trabalho. E se a sua elevação á ditadura foi tambem realizada sob as apparencias da legalidade, ele teve pelo menos, para contentar a sua propria megalomania e

(Conclua na 2ª pagina)



HITLER

mento mais angustioso da historia politica da Alemanha, com a delimitação das tendencias extremas que se vão chovar.

A grande patria de Hindemburgo apresenta ao mundo um espetaculo de vivo interesse para a civilização humana.

Para comenta-lo, solicitamos ao illustres publicista sr. Mario Pedrosa, uma entrevista, que ele nos concedeu, e que é a seguinte:

A MANOBRAS DE HITLER

— Para muitos observadores superficiaes — e uma grande parte da imprensa burguesa quer nos impingir esta suposição — Hitler subiu ao poder sem independencia de ação, como que assessorado por Von Papien. Ponto de vista, aliás, aparentemente reforçado pelas declarações iniciais de Hitler e comparaes que pretendiam governar dentro dos moldes legais. Isto, porém, não passa de uma pura manobra para dar tempo a Hitler de se assenhorear da maquina do Estado, ocupando todos os pontos estrategicos necessarios á offensiva ulterior. Os fascistas querem fortificar-se primeiro no poder e por isso falam em legalidade constitucional, convocação do Parlamento, novas eleições, etc, no intuito de impedir uma ação imediata e conjunta das massas trabalhadoras, facilitando assim a covardia e a traição dos líderes social-democratas e a falencia, a perplexidade e a indecisão, que já vão tomando as proporções de uma traição caracterizada, dos chefes stalinistas do Partido Comunista Alemão, cuja sede já foi até ocupada militarmente. A coalisção com outros partidos, a capa legal com que Hitler montou ao governo, serviram para evitar a possibilidade da sua ascensão ser respondida imediatamente com a greve geral de todo o proletariado, como devia ter acontecido se o Partido Comunista tivesse seguido a politica previdente preconizada por Trotsky.

DEMONSTRAÇÃO DE

ESTE CLICHÉ REPRESENTA UM
PARAÇÃO DE FORÇA QUE
COMO É QUE A

S/A Fabrica Paulista de Rou

PÓDE VENDER CAMISAS PELA
DO PREÇO, JUSTO, SEM N
EXAGGERO



EIS ALGUNS PREÇOS

— DA —

QUINZENA DO POVO

Camisas que custam 30\$ e 28\$
por 17\$000

Camisas de 20\$000 e 18\$000 por
Capas de couro que custam 100\$000
Cuecas por 2\$500 — Lenços Pyrami
Gravatas — Collarinhos — Toalhas —
mas e Chapéus, tudo n esta

S/A Fabrica Paulista de Rou

Rua 15 de Novembro, 24 — Avenid

O que representa para a política internacional a subida de Hitler ao poder

(Conclusão da 1.ª pagina)

impressionar os papalvos, a sua marcha de opereta sobre Roma.

Na Alemanha, pelo contrario, os quadros da democracia proletaria ainda estão em forma perfeita, e sobretudo as forças proletarias organizadas ainda se encontram intactas, e pela sua massa e disciplina, são infinitamente mais poderosas do que as do proletariado italiano, na mesma situação historica. Além disso, faltava ao proletariado italiano o instrumento necessario de sua acção revolucionaria: o partido de sua vanguarda, senhor de uma ideologia precisa e tendo por objetivo levar as massas operarias ao poder, isto é, o Partido Comunista. Daí a necessidade em que se viu Hitler de acentuar ainda com mais força do que o seu precursor a sua intenção de se manter fielmente dentro das regras do jogo parlamentar democratico. E por isso Hitler não pode gozar dos efeitos teatrais de uma marchasinha decorativa sobre Berlim. Além do mais, Berlim não era Roma, a "cidade eterna", museu de tradições, mas um formidável centro industrial-proletario moderno, dominado pelos vermelhos.

Tudo isso leva Hitler a não pôr francamente á mesa o seu jogo e o obriga a ir medindo paulatinamente o terreno, tateando, apalpando aos poucos a força de resistencia dos adversarios. A convocação das novas eleições é o passo extremo que ele pode dar nesse terreno. E foi a força do adversario, passiva ainda, mas ameaçadora, que o levou á audacia desse ato.

A CAMPANHA ELEITORAL

— Não se pode prevêr si estas eleições terão lugar realmente. Tudo depende do desenrolar dos acontecimentos durante a "campanha eleitoral". A importancia do fato não está numa soma platonica de votos a 5 de março proximo. O decreto de Hindemburgo talvez seja o ultimo decreto "constitucional" que assinou. E' bem provavel que seja esquecido na sucessão dos proprios acontecimentos. A interpretação desse decreto se encontra no discurso-programa de Hitler, em que, definindo os campos, obriga os elementos indecisos e tímidos da burguesia a tomar posição definida contra os "partidos do marxismo", isto é, contra o proletariado organizado.

A maioria absoluta do povo alemão é composta de proletarios, que são representados de modo quasi absoluto pelos dois grandes partidos "marxistas". Hitler lançou um desafio a esses partidos, que, embora inimigos irreductíveis, são confundidos por ele num só bloco. O chefe fascista, reunido os adversarios num só bloco, quer limitar a luta entre dois campos perfeitamente distintos. Pretende mesmo modificar a lei eleitoral de modo a impedir que os partidos pequenos entrem na dança, dispersando os

sa que, na fase de desenvolvimento do proletariado atual dos grandes países industriais, a policia e os meios repressivos "normais" do Estado burguês são insuficientes para conseguir.

A UTOPIA REACIONARIA DOS PLANOS DE HITLER

— A fase final, caso Hitler seja victorioso da guerra civil, não se fará demorar. Os planos economicos de quatro anos de Hitler são uma pura utopia reacionaria. A economia do plano só é possível com a supressão da concorrência, isto é, das leis capitalistas do mercado. Isso implica na supressão do proprio regime capitalista, pela abolição da propriedade privada dos meios de produção. Não é possível o controle pelo calculo e pela vontade humana de toda a economia nacional, conservando o regime capitalista baseado na concorrência desenfreada, na corrida desesperada do lucro individual, no jogo anarquico e incontrolavel das leis do mercado. A passagem para a economia planificada só é possível pela revolução proletaria. Mas esta premissa mesmo só não basta. A economia do plano, isto é, a economia socialista, só pode ser desenvolvida e definitivamente estabelecida se a ditadura proletaria se estende, pelo menos, á maioria dos grandes países industriais. Os recursos insondaveis do mercado mundial só poderão ser totalmente e racionalmente aproveitados, os imprevistos e as surpresas da produção e da circulação só poderão ser definitivamente dominados e a regulamentação da distribuição conseguida, com a revolução socialista na escala internacional. Eis porque os verdadeiros marxistas-leninistas combatem a idéa perigosa, utopica e reacionaria do socialismo num só país, adotada pela facção stalinista por efeito de um estreito empirismo nacional. Nacionalismo e socialismo são dois polos antagonisticos e que se excluem. Se, na propria U. R. S. S., com as suas formidaveis riquezas naturais, sua imensidade territorial e sua grande população, o plano quinquenal, que partiu, além disso, de um nivel técnico muito inferior ao dos grandes países industriais, tendo assim um largo tempo para elevar-se, conservando-se dentro do quadro nacional, — apesar das premissas politicas all já realizadas com o regime sovietico — se o plano, repito, não pode constituir uma finalidade propria e só poderá ser continuado e ter a sua ampliação total no plano internacional, como acreditar-se nesse pobre projéto reacionario de Hitler, de confinar os formidaveis quadros da produção industrial da Alemanha dentro das estreitissimas fronteiras nacionais? A autarquia é um leito de Procusto para a ampliação das forças produtivas da Alemanha industrial. A Alemanha, cujo capitalismo transborda irresistivelmente dos quadros do Estado nacional, vive numa dependencia absoluta do mercado mundial. Metade do seu aparelho produtivo está de fogos mortos, justamente porque

esforços e desviando as forças para fora dos dois campos irreduzíveis. Não quer nuances entre as duas cores decisivas, entre o preto e o vermelho. Nestas condições, basta que se faça essa pergunta: — e si os resultados das eleições forem desfavoráveis á coligação?

Hitler obedecerá ao "fair play" democrático e entregará o governo aos "marxistas?" — para que salte evidente aos olhos de todo o mundo que o resultado dessas eleições em nada decidirá.

Infinitamente mais decisivo do que um pobre exercício de contagem de votos, são os quatrocentos mil milicianos hitleristas, bem armados, os duzentos mil capacetes de aço, já legalizados antes da subida de Hitler e que agora fervem de impaciência para cair sobre o adversário, sob a proteção das "leis" da república e do aparelho do Estado. Eis aí os fatores decisivos da campanha eleitoral hitlerista. Contra estas forças se opõem as tropas democráticas das Bandeiras republicanas, semi-toleradas antes da subida de Hitler, e as tropas ilegais da Frente Vermelha, sem contar com a arma específica do proletariado organizado: a greve geral. As eleições hitleristas se decidirão, não nas urnas, mas nas ruas e nos campos, entre estes dois exercitos. A luta poderá começar nos moldes de uma campanha eleitoral, mas transbordará inevitavelmente do terreno parlamentar. A guerra civil decidirá, e não os votos.

A GUERRA CIVIL NA ALEMANHA

— A campanha eleitoral abrirá, assim, a época da guerra civil, que é a segunda fase do hitlerismo. É a fase decisiva. Para ela é que os industriais e banqueiros forneceram os meios e se arriscaram a aplicar a cirurgia perigosa de Hitler, afim de salvar o capitalismo alemão do impasse em que jaz. Com os recursos fornecidos pelo capital financeiro, Hitler mobilizou a pequena burguesia, arruinada pela crise do regime, pela concorrência profissional, ameaçada de cair definitivamente na proletarização, desesperada, não vendo outra saída que, ou seguir o proletariado no caminho da revolução socialista ou se agarrar a uma taboia de salvação qualquer para conservar as próprias posições.

Como Mussolini na Itália, Hitler recebeu dos capitalistas o encargo de aproveitar esse desespero das massas pequenoburguezas, amotinando-as contra o proletariado, que, pela sua posição social e o papel preponderante que exerce na produção, é muito mais capaz de organizar-se, disciplinado e coeso, muito mais capaz de resistir á crise, e, já não tendo nada a perder mas só a ganhar da queda do regime capitalista. É este o grande papel político do fascismo: o resto do seu programa é puramente demagógico, para arrastar pequenos-burgueses e operários inconscientes e sobretudo entre os desempregados.

Os industriais contam, assim, com a destruição dos partidos políticos do proletariado e a destruição de seu aparelho de organização autónoma que é a ossatura da resistência á ofensiva dos patrões — sindicatos, cooperativas, clubes, etc — para impôr novamente á massa operária vencida, destroçada, as suas organizações, a sua vontade discricionária. Col-

nao pode encontrar escoamento para as suas forças potenciais.

Nestas condições, as contradições e os desastres economicos das realizações pomposas prometidas por Hitler serão inevitáveis. Si é que ele encontrará meios para tentar pô-las em execução. Fracassados em todos os terrenos da construção económica, realizada a operação cirurgica interna, o capitalismo alemão, sob o envolucro fascista, terá que procurar forçosamente uma saída externa para a sua falencia. Será em busca das colonias perdidas, dos mercados transoceánicos, tendo, porém, para isso, que enfrentar as grandes potencias imperialistas, seus vencedores na guerra e seus credores? Absolutamente não, porque então seria uma politica de suicidio. Uma expansão para o sul da Europa em busca de novos mercados? Também ali iria esbarrar com a concorrência e a rivalidade dos vizinhos como a Tcheco-Slovaquia apoiada na França, além da Itália que pretende monopolizar aqueles mercados. Restaria á Alemanha de Hitler apenas uma solução e uma saída. — a ofensiva sobre o Oriente. Quem diz Oriente diz Rússia. Para uma cruzada anti-sovietica, Hitler teria, não a rivalidade, mas o apoio e até os créditos das grandes potencias financeiras e imperialistas. O fascismo vitorioso no poder, tendo esmagado na guerra civil o proletariado, será o unico governo capaz de uma aventura dessequilibrada, e Hitler, como o disse Trotsky ha quasi dois anos, será um super-Wrangel do imperialismo mundial. Assim, a ultima consequencia, e inevitável, da actual ascensão de Hitler, si conseguir manter-se no poder, será a guerra contra a União Sovietica.

A LUTA PELO PODER VAI COMEÇAR

— A partida, porém, ainda não está decidida para Hitler. Agora é que a luta decisiva vai começar: é a luta pelo poder, entre a burguesia e o proletariado. É inegável que os fascistas, com a subida ao poder, ocupam agora posições estrategicas superiores ás do adversário. A Internacional Comunista e o P. C. A. nada souberam prevêr e estão na iminência de capitular frente ao inimigo. A Social-Democracia, enfeudada a chefes corrompidos pela longa pratica parlamentar e governista, falicitou, pela passividade e pelo recuo sistemático diante do inimigo, a ascensão hitlerista. A teoria social-fascista, creada pela cegueira politica de Staline, serviu para deseducar a massa comunista, entravando a ação do proprio Partido e impedindo a realização de sua tarefa primordial e mais imediata: a conquista dos operários social-democratas.

Todas as previsões da Oposição Internacional de Esquerda, sobretudo de Trotsky, vão se realizando, infelizmente, com uma precisão matematica. A politica, para a conquista da maioria social-democrata, era a politica da frente unica de todas as organizações proletarias, tendo por objetivo imediato e concreto a defesa contra o inimigo comum. Isto é, fascismo. Tivesse sido feita esta frente unica, com planos concretos de ação e de defesa contra o assalto do fascismo, e este ou não teria chegado

ao poder, ou a sua tentativa de galgá-lo teria encontrado pela frente todo o proletariado preparado e organizado para a luta, que seria iniciada com a greve geral imediata. Agora, o que estamos vendo, é a necessidade em que o Partido se encontra de fazer essa frente única, mas em condições muito mais desfavoráveis, porque já é sob a ofensiva do adversário, reforçada pelas forças repressivas do Estado. A preparação da greve geral se torna assim muito mais difícil. Mesmo agora, sob o fogo concentrado do inimigo, a única solução é a política há tanto tempo já preconizada pela Oposição de Esquerda: frente única para a greve geral, congresso dos comitês de empresa, controle operário da produção, formação de soviets, e, contra a demagogia fascista de planos econômicos nacionais, a elaboração comum, entre os sindicatos alemães e russos, de um plano econômico russo-alemão, que teria uma significação e proporções verdadeiramente gigantescas.

A Internacional Comunista não pode continuar calada diante da mais brutal ameaça que já pesou não só sobre o movimento comunista alemão como sobre a própria Rússia. O proletariado alemão precisa nesta hora terrível para a sua existência não só da solidariedade política da Internacional Comunista como da assistência por todos os meios do Estado proletário soviético. Que ninguém esqueça, sobretudo os comunistas, sob pena de cometer a maior das traições à sua causa, que o exército vermelho não é só o exército do Estado soviético, mas é um instrumento da revolução mundial. O exército vermelho deve ser mobilizado. A Rússia, a I. C. não podem assistir impassíveis, neutras, indiferentes, a esse duelo tremendo, implacável, entre as forças organizadas da reação contra o proletariado mais bem organizado e adiantado do mundo, e que representa ao mesmo tempo o maior baluarte de defesa da União soviética fóra das fronteiras russas. A mobilização do exército vermelho não será apenas um ato de solidariedade e assistência ao proletariado alemão, mas um ato de auto-defesa e previdência, pois se a U. R. S. S. abandonar o proletariado da Alemanha à sua própria sorte, a guerra contra ele virá fatalmente e então nas piores condições porque então não contará mais com o seu aliado mais poderoso — as forças proletárias alemãs já destroçadas num combate desigual anterior. E isto tomará então as proporções de uma traição maior do que a da social-democracia em agosto de 1914. A sorte do proletariado alemão, a sorte de toda a Internacional Comunista, a própria existência da União Soviética estão em jogo. A Internacional Comunista não pode continuar calada, sob pena de desaparecer, amordaçada ao nacionalismo impotente, sem visão e contra-revolucionário de Staline que já carrega sobre os ombros com a triste responsabilidade da derrota de duas revoluções proletárias: a da Alemanha, em 1923 e a da China, em 1925-1927.

ANEXO B – PEDROSA, Mário. **Entreguismo e nacionalismo**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 179, pp. 3 e 8 (do *Segundo Caderno*), 02 ago. 1959. (FBN)

Entreguismo e nacionalismo

Mário Pedrosa

“Entreguismo” e “nacionalismo”, são termos da gíria política em voga.

Defini-los, de modo objetivo ou científico, no plano sociológico, é difícil, mas sobretudo tarefa inoperante ou inútil, politicamente falando. O primeiro termo é hoje designação pejorativa para o liberal, antigo vocábulo de simpática ressonância política. Ou então designa representantes ou agentes diretos ou indiretos de trustes petrolíferos ou de interesses financeiros internacionais.

Quanto a “nacionalismo” são tantas as suas conotações! Como, porém, todo mundo é hoje por ele, gente da “esquerda” e gente da “direita”, ricos e pobres, honestos e desonestos, se transformou, por isso mesmo, numa típica ideologia pequeno-burguesa.

Mas saber o que vai por baixo dêles é mais proveitoso. A ala dinâmica das classes dominantes se apoderou dêles para combater outro grupo dominante, o dos velhos capitalistas e interesses agrários que até então detinham as principais alavancas do poder e mais os representantes de interesses capitalistas rivais estrangeiros, e arrastar consigo as classes médias desesperadas pela inflação e o proletariado urbano desencantado das mistificações demagógicas usuais.

— Na realidade o de que se trata é do destino da situação política que se estabeleceu com as eleições de 1954 e o golpe de 11 de novembro do mesmo ano.

Ora, dela sempre fizeram parte os mais escrachados “entreguistas” deste País (gênero Chateaubriand) e os mais “radicais” nacionalistas antientreguistas.

O Governo atual é a expressão clássica dessa ambivalência, isto é, um compromisso instável entre os dois grupos. Protestar contra JK pela reforma ministerial, por exemplo, como fazem os pequenos burgueses irrequietos da Frente Parlamentar Nacionalista e agora o próprio chefe do trabalhismo “oficial”, em nome do nacionalismo, é manobra política ou mesmo demagogia. Se, por exemplo, o Sr. Sebastião Pais de Almeida se enquadra entre os “entreguistas”, é claro também que são estes parte tão legítima do Governo como os não-entreguistas.

Entre os dois o atual Presidente tem manobrado como pode, e por vezes até com habilidade.

Se las frases nacionalistas para os pequenos bur-

gueses de galões e dragonas do Clube Militar, despacha também Moreira Sales para Washington a fim de apaziguar os banqueiros americanos e os representantes dos trustes, ainda numerosos demais no Departamento de Estado.

Ninguém é melhor representante, ou mais típico da chamada burguesia progressista industrialista do que o atual Presidente da República.

Tem dela as qualidades e os defeitos. Daí ser ao mesmo tempo “entreguista” e “nacionalista”. Tem dela o dinamismo característico, mas também a inconseqüência de atitudes, resultado de uma posição contraditória. O grupo burguês desenvolvimentista é “nacionalista” na justa medida, isto é, até o ponto em que seus interesses colidem com os dos grandes trustes e interesses industriais e financeiros estrangeiros. Mas nem sempre há colisão. E, por outro lado, tem consciência de que laços indissolúveis o prendem àquele grupo. Sua briga com eles é, pois, no fundo, *uma briga em família*. Exigir, pois, dos nossos burgueses progressistas nacionalistas que rompam com os irmãos fazendeiros, exportadores e “entreguistas” e venham para a rua arrastar o povo todo numa luta frontal e radical com aqueles é exigir que façam o haraquiri, que se destruam em benefício de grupos radicais de pequenos burgueses ou de coisa ainda mais grave. Por mais aventureiro de temperamento que seja Juscelino, não quer, evidentemente, arriscar seu resto de quinquênio numa aventura perigosa, de conseqüências imprevisíveis. Ele abriria mão do apoio dos conservadores de seu Governo, afastando-se da linha de prudência traçada por Lucas Lopes, para apoiar-se em quê? Nas hostes de Jango Goulart, na grita dos deputados nacionalistas, e na guitarra das emissões para atender às necessidades de dinheiro dos governantes trabalhistas? E os dólares de que tanto precisa? Onde iria buscá-los?

— Eis por que quando o Sr. Jango Goulart se altera em palavras, no próprio Palácio presidencial, com seus correligionários entreguistas, pára-entreguistas ou semi-entreguistas, — não convence. Essa indignação cheia muito a manobra política, a barganha, visando a novas condições para prosseguir no ve-

(Conclui na 8.ª pág. do 2.º cad.)

Entreguismo e nacionalismo

(Conclusão da 3.ª página)

lho trato político. Ele sente sua Vice-Presidência ameaçada pela nova conjuntura política, — o impacto da candidatura Jânio Quadros, a má-vontade dos burgueses conservadores do PSD, o perigo crescente de cisão nas próprias fileiras em virtude dos progressos da dissidência Ferrari, etc. Vem daí a crescente intransigência verbal do chefe do PTB. O que deseja é, por um lado, assegurar o seu lugar de Vice ao lado do Marechal, cuja candidatura, aliás, se parece cada vez mais àquela autêntico abacaxi que lhe ofereceram, num momento de alucinação clarividente, um dos mais entusiásticos adeptos dela, e, por outro, ter, à sua disposição, todo o peso esmagador da máquina administrativa nos meses próximos e na futura campanha eleitoral.

— Para que tenha consistência sua indignação antientreguista, o Vice-Presidente da República precisa adaptar-se à nova condição criada, e ser consequente: deixar as hostes da Maioria e quebrar a aliança com o PSD. Na verdade, com o Governo Juscelino acabou-se a era getuliana (que se prolongou ainda por certo tempo, milagrosamente, pelo gesto desesperado de Vargas). Esta, com efeito, se caracterizou pela aliança dos burgueses progressistas com as classes trabalhadoras, sob a batuta daquele hábil regente. Tudo o que era possível tirar da aliança, foi tirado, e até com juros. Agora, porém, diante da inflação galopante, da agraviação das contradições sociais e políticas, do encarecimento constante e progressivo da vida, do desmantelo também crescente dos quadros dirigentes e conservadores do País, se torna bem difícil prosseguir na mesma aliança anti-histórica. E o Marechal Lott não demonstra ter as virtudes aglutinantes necessárias a conservá-la, tão abundantes em Getúlio e ainda bastante acentuadas em JK. Tudo indica, assim, que vamos agora assistir a uma delicada

da operação cirúrgica na política brasileira: a de separar os irmãos siameses PTB e PSD.

Já não podem viver juntos, sob o mesmo cordão umbilical. Ameaçam atrofiar-se, e de agora em diante um só pode desenvolver-se à custa do outro. O diabo é que, cortá-los pelo meio, pode acarretar graves alterações no metabolismo político nacional. Querem separar-se, mas quem, após a separação, vai ficar preso às tetas da mãe-governo? Eis o busilic.

— Nacionalismo como sistemática política implica, para impor-se, numa grave alteração do sistema político vigente, ou da própria ordem política. Se não pelo voto, o que nas condições atuais — quando todo mundo é "nacionalista" — é mais difícil, mas quem sabe pelo golpe, que talvez ainda seja o meio mais expedito e fácil. O fato é que o radicalismo nacionalista do Sr. Jango Goulart significa crescente desconfiança de sua parte de que se vai tornando cada vez mais longínqua ou problemática a perspectiva de continuar a usufruir do poder, ou manter-se indefinidamente na Vice-Presidência da República, através do voto. Seja como for, o seu nacionalismo está à prova dos fatos. Deve lembrar-se do grande chefe de que é herdeiro. Levado à parede, na iminência de outra vez perder o poder, Vargas enrolou-se na bandeira nacionalista, e se ganhou a partida, embora à sua própria custa. O resultado aí está — JK na Presidência e seu pupilo na Vice. A situação atual tem algo daquela. Jango também está na iminência de perder a Vice-Presidência. Recorre, então, à ameaça de palavras nacionalistas. Mas não basta. Precisa, como o seu mestre, de um grande gesto: enrolar-se na bandeira nacionalista, e suicidar-se. Quer dizer, disputar a sós, independentemente, a sucessão presidencial, num séquito de nacionalistas de todos os matizes possíveis entre o rubro e o verde.

Fora daí, lamento dizer que todo esse nacionalismo é demagógico.

ANEXO C – PEDROSA, Mário. **O partido do gabarito curto.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 1, p. 3, 01º jan. 1960. (FBN)

O Partido do Gabarito Curto

Mário Pedrosa

O quadro da política nacional, tendo de um lado a candidatura Lott e do outro a do Dr. Jânio, não está evidentemente completo. Não está completo porque se um dos candidatos representa forças oposicionistas e outro forças situacionistas, são ambos, porém, no mapa eleitoral, representativos das aspirações e interesses conservadores e do centro. Ora, num país com a estrutura econômica e social já complexa como a nossa e atravessando profunda crise social, nutrida e acelerada pela inflação, o quadro sucessório não pode estar completo com a esquemática polarização Lott-Jânio.

Querer fixar o quadro dentro desse esquema é querer calçar no pé plebeu e esparramado do povo brasileiro um borgeguim à Luís XV. De quem a responsabilidade por essa ridícula e cruel operação ortopédica? Não é nem do PSD nem da UDN e partidos adjacentes. É das chamadas esquerdas brasileiras. E principalmente do PTB.

Em certas rodas adiantadas (mas algo aristocráticas) costuma-se não levar a sério a posição de *esquerda* daquele Partido. E não o consideram, em virtude de suas origens ditatoriais. O diabo é que a própria classe operária o identifica, ou identificou até agora, certo ou errado, não importa, como o Partido mais próximo dela. A inépcia e falta de audácia de outros movimentos esquerdistas, a falência ideológica e política total do Sr. Prestes e seu partido, reduzidos a meros rebuálhos do stalinismo, a inatividade e inaptidão dos próprios partidos democráticos mais radicais, tudo concorreu para acabar dando máscara senão fisionomia *trabalhista* ao Partido que Vargas criou para ocupar sua mão esquerda.

Ainda assim, teve ele maior soma total de votos que a própria UDN, nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados. Diferença, creio que, em volta de duzentos mil votos. Com um governo que perde dia a dia em popularidade e um descontentamento popular que sobe de hora em hora, agitado pelo chicote da inflação, a situação crítica atual deveria estar para um partido *trabalhista*. Nenhum chefe trabalhista ou socialista europeu poderia imaginar melhores condições para disputar um páreo eleitoral, sob sua própria bandeira, e ganhá-lo ou encostar, pelo menos, todos os adversários a uma posição defensiva. Mas, aqui no Brasil, é o contrário. E como ao mais tímido e provinciano dos conservadores, o que mais apavora o Sr. Jango Goulart e seu estado-maior é precisamente a crise.

O que se vê, então, é mais do que lamentável. O Sr. Jango Goulart faz uma convenção do seu partido, na qual sai "candidato a Presidente da República". Mas é só para Lott ver: pura posição de barganha para ser Vice na chapa do Ma-

rechal. Ainda agora, eminente senador petebista, numa fórmula luminosa, acaba de declarar: — "Ninguém pode competir com Jango"... para Vice. Seu líder mais radical, o Governador Brizola, emite dinheiro-papel como ato de desafio confesso à lei e à ordem constitucional e faz terríveis vaticínios revolucionários, mas não sai do esquema situacionista. O seu grande *teórico*, sem dúvida uma das forças intelectuais deste País, Dr. San Tiago, só maquina truques engenhosos e jurídicos, de cúpula, para atender aos interesses pessoais do jovem chefe, mas, jamais uma alta política para o partido, enquanto ele mesmo se empenha em pura politicagem de campanário, à precisa altura do coronel Bias, para... ser Vice-Governador na chapa Tancredo. E, *last but not least*, o próprio anjo rebelado do PTB, o móço Ferrari, levanta o estandarte da revisão dentro do partido. Para conduzi-lo, enfim, à independência e maioridade, com sua bandeira desfraldada, numa campanha pelas reformas fundamentais que pede o povo? Nada disso, mas para ser... Vice na chapa de candidato alheio à natureza e finalidades declaradas do partido. É uma vocação generalizada de reboque, indigna, nessa altura, do século, do estado de consciência social e política alcançado pelos trabalhadores por toda parte.

O PTB é, assim, infelizmente, o partido do gabarito curto. Aspirar à Presidência como qualquer outro grande partido, a UDN ou o PSD? Jamais: quem somos nós? No entanto, sua ausência na arena cria um vácuo político perigoso. Como aos olhos das massas trabalhadoras nenhum outro partido poderá substituí-lo, o vácuo permanece. Daí a necessidade de preenchê-lo, seja lá como for: com truques de *legendas* e outras rasteiras inócuas, golpes e revoadas, cacareco, enquanto o País se afunda, à deriva, sem contudo os candidatos em liça poderem, realmente, distinguir-se um do outro, galvanizando o País todo. O revulsivo contínuo da inflação não permitirá ao povo acomodarse com nenhum dos candidatos: a luta pelo pão, contra o custo da vida, lhe parecerá sempre e cada vez mais premente e importante que o páreo presidencial. As reivindicações sociais terão de ser, porém, — como já vão sendo, aliás — reprimidas fatalmente pelo Governo, mas nenhum candidato poderá vir em auxílio delas, abertamente. A fermentação social dificilmente, pois, será absorvida na campanha política. Num regime democrático, o conseguir seria a precípua tarefa de um partido *trabalhista*. Na sua ausência, a absorção se fará, mas com sacrifício da democracia — mas facilmente por um golpe militar, com tanque a tudo, e muito mais remotamente — por uma revolução.

ANEXO D – PEDROSA, Mário. **Despotismo esclarecido – anacronismo despótico.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.455, 19 jun. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)

Despotismo esclarecido -- Anacronismo despótico

Mário Pedrosa

O impasse do regime que nos rege é que sua estratégia é necessariamente de natureza defensiva. Com todo o seu empenho de sobreviver, não encontrou até hoje a via para uma evolução orgânica a um regime não de exceção. Daí sua impotência intrínseca, a despeito de ser o regime político que mais discricionariamente exerceu o poder, desde o Estado Nôvo. Nenhum regime de exceção entre quantos conheceu este País teve, contudo, mais ânsia, ou foi movido por impaciência mais irreprimível de institucionalizar-se. Trata-se, na verdade, de um despotismo que se regala com a própria autoridade ao mesmo tempo que quer inserir-se, à força e por inteiro, na ordem jurídica do País.

Os despotismos esclarecidos do passado inspiravam-se em outras razões, bem mais profundas. E, sobretudo, eram moral, política e culturalmente contemporâneos. O príncipe era geralmente de sangue real, a coroa vinha as mais das vezes dos começos da nacionalidade. O marechal Castelo Branco não seria de sangue real, embora se considere nobre, com braço de família (se ao menos descendesse de um Amador Bueno!). Não basta, sobretudo, porque tampouco foi o ilustre marechal propriamente um guerreiro ilustre, um conquistador vitorioso, desses que são de porte a fundar dinastia, ou coroar-se. Ele insiste, contudo, em confundir seu poder despótico com o progresso das luzes. Na época das luzes, o príncipe despota por nascença, aderiu às luzes, para espancar o obscurantismo. O nosso marechal era ilustrado antes de ser elevado ao poder despótico, e fez por isso mesmo o caminho inverso ao do príncipe naturalmente despótico: deixou as luzes para abraçar o obscurantismo. Por tática, por contingência, provisoriamente, não sei. Mas o fez. É o preço da decalagem no tempo. Naquela época, o despotismo esclarecido tinha apenas um passo adiante para subsumir no curso histórico, ou o príncipe é mesmo se metamorfoseava em funcionário das luzes. O nosso despotismo de agora não vem, é claro, da época, mas antes, resulta de um poder extrínseco, anacrônico, que sagrou o marechal seu príncipe, ou o poder militar, que é o poder leigo de todo despotismo. Falta-lhe, por isso, a dimensão histórica. Eis por que ao despotismo marechalício se não lhe falta função, é desprovido de uma verdadeira missão.

Isso, e recolheu-se, prudentemente. Se por um lado o marechal teve de aceitar o herdeiro presuntivo que lhe designaram, e não pôde sequer manter a formalidade (que lhe é sempre tão cara) de mais de um candidato à sucessão, como se faz nos regimes representativos, em contrapartida o sucessor legítimo nem sequer pôde dar-se ao luxo de um gesto, de um aceno mais liberal aos homens de fora, seus hostes marechalícias. Os dois assim se controlam, mas no fundo se completam em nome da coesão do regime.

Acima de tudo teme o marechal ver sua autoridade discutida. Jamais chegará ele àquela displicência gentiliana, quando assistia à importância que se davam seus generais e ministros, num afã de aparecer a cavaleiro do ditador. Este sabia que ao fim sua autoridade — eminentemente política — era que prevalecia. E durante quinze anos assim foi. Para o caudão civil, o importante não era parecer exercer autoridade. As aparências externas da autoridade não o seduziam; os resultados práticos dela é que importavam, independentemente dos protocolos ou da ritualística que deve areolar o detentor do poder. Ele era preguiçoso, e se apresentava ao poder tal como era, simples e bonachão, algo vulgar. Parte talvez de seu poder provinha desse abandono; dessa negligência não apresentar-se ao público. O nosso chefe de hoje não separa a aparência da contumácia, e a forma exteriorizada de seus poderes lhe importa mais que o conteúdo de seus atributos despóticos. Ele não dispensa uma só migalha das formalidades regulamentares, nem mesmo um toque desafinado de uma corneta que o deve saudar à entrada de seu palácio. E se preciso, ei-lo impertigado, peito estufado, olhar fuzilante, todo sentido. O marechal vive em sentido permanentemente para impor autoridade, uma autoridade puramente funcional. Esta, porém, não se exerce senão sobre protocolos e formalidades, no cumprimento de hierarquias, códigos e regulamentos, e quando consegue chegar à realidade viva do social e mesmo do político é de um modo extremamente diluído. Não há por que estranhar que o regime que impôs à Nação não tenha nem osso nem carne; é uma armação ôca, sem vida.

Suspeitam os entendidos que ele apenas espera a saída do general Costa e Silva do Ministério da Guerra para liquidar as suas pretensões de

Em sua defesa, saltam os amigos: Longe de ser um espírito acanhado ou obscurantista, ele é um espírito esclarecido. Isto pode ser verdade, mas não altera nada. Um espírito esclarecido num despotismo anacrônico não dá um despotismo esclarecido mas um regime despótico incongruente. A defasagem entre as boas intenções do marechal e seus atos retrógrados é cada vez maior. Entre o que ele quer ou quereria e o que pode fazer não há correspondência. De sua ditadura não há saída "normal" senão para a ditadura. Ele tentou abri-la para ser transformada legitimamente, quer dizer, pela vontade popular. O resultado final, seguido ao resultado das urnas, em outubro de 1965, foi o retrúscimento do poder despótico com os "atos" 2 e 3. Fechadas foram, então, todas as portas para novas aberturas democráticas. Que se passou, então? Ficaram os acontecimentos tranquilos, à espera do calendário estabelecido pelos atos "Institucionais" e "complementares" do marechal? Não, ao contrário: registrou-se o primeiro golpe desfechado internamente nesse calendário, com o súbito lançamento de pretendente à sucessão do próprio marechal. Verificava-se, assim, verdadeira revolução de palácio, quando o segundo dos generais na hierarquia é proclamado o sucessor natural do primeiro, já de data institucionalizada para deixar o poder. Como em toda sucessão nos regimes despóticos, só pode haver um pretendente — o legítimo. Quando outros pretendentes aparecem, cria-se uma perspectiva de guerra civil ou de seguidas revoluções de palácio, cujos processos de sucessão podem ser mais ou menos incruentos, mas nunca pacíficos ou "normais". Com métodos felizmente mais polidos ou burguesamente pacatos, a sucessão marechalica foi, sem dúvida, decidida ao estilo despótico, numa confabulação intramuros de generais. No plano regional, a sucessão no mesmo estilo era apenas uma decorrência da solução no plano nacional. Nenhum despotismo, esclarecido ou não, pode consentir na proliferação de poderes locais ou secundários, como os chamava Tocqueville. O Governo do Estado de São Paulo, sob o baronato de Ademar de Barros, era o mais forte desses poderes no Brasil. Tinha de ser eliminado, e o foi. A ameaça de outro no Rio Grande do Sul impõe igualmente sua eliminação. Os últimos Estados da Federação suprimidos, esta ficção jurídica é reduzida a uma constelação de sátrapas obedientes.

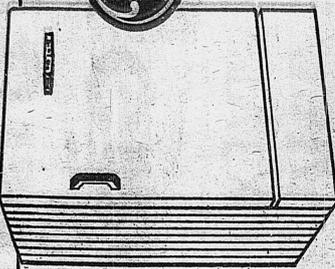
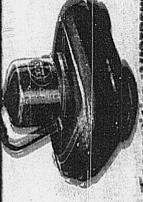
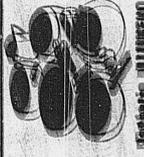
Não há lugar em tal regime para uma oposição. A mais leve tentativa de afirmação, é ela acioada de "subversiva" ou "corrupta". O marechal, justiça lhe seja feita, tentou reservar um modesto lugar para ela no seu esquema inicial. Não o conseguiu. O pretendente legítimo, por sua vez, ensaiou entendimentos discretos com homens tidos e havidos ou consignados à oposição, mas foi admoestado por

herdeiro presuntivo. Mas para nós, de fora, a presunção não se coaduna com a lógica do regime, nem com a do próprio marechal. A natureza mesma, da autoridade de que está investido, é, em parte, o que o impede de atender à pressão dos amigos para voltar já à sucessão pelo voto direto ou para prolongar o próprio mandato pelo doce constrangimento do continuísmo. De qualquer modo, não se considera ele um sucessor "legítimo" de si mesmo. O "poder da revolução", quer dizer, o poder militar que o investiu com as insígnias de presidente e as armas do despotismo, também investiu seu ministro da Guerra com as insígnias de sucessor legítimo. Uma investidura vale a outra. Isso não significa que o poder militar vá durar para sempre. Significa, contudo, que o mecanismo mesmo do regime fundado naquele poder não oferece, sponte sua, qualquer abertura para transformar-se ou desaparecer. Poderá, naturalmente, decair, por um processo de envelhecimento dos tecidos ou das artérias, e será então obrigado a ceder perante outras forças sociais que crescerem em consciência e em força, para impelir uma volta à democracia, ou à formação de um poder nacional realmente integrado. Mas seu fim poderá dar-se bem antes, por um processo independente, do qual participem as classes sociais, visando a restaurar, no País, o único poder legítimo, quer dizer, pelo voto popular, direto e secreto. É o que se entende por redemocratização do País.

O poder militar vigente resiste à alternativa. O general-herdeiro resiste por motivos óbvios. O marechal efetivo, por compromissos assumidos, por obrigações consentidas. O corpo coletivo, anônimo do poder militar por coerência institucional, por lealdade para consigo mesmo, por simples patriotismo corporativo grupal, enfim. Das forças internas do regime não há nada, pois, a esperar no sentido de desvanecê-lo. Nisso reside o impasse institucional, político, em que se encontra o País. Para a sua democratização será assim imperioso um impulso, uma iniciativa de fora, externa ao regime, capaz de abrir passagem até ao povo, para desembocar numa solução orgânica, pacífica, democrática. Aí está a tarefa precípua de uma oposição. A única oposição formalizada que existe é o aglomerado heterogêneo de inconformados com o despotismo disfarçado que governa o Brasil, na pessoa do marechal-regente. Ou seja, o chamado MDB. uSa tarefa pode, assim, tornar-se, de repente, de primeira importância. Eis aí um paradoxo histórico. Formação artificial do formalismo bachaleresco da ditadura, para fazer pendant no Congresso ao bando oficial, eis que se abre para ela a perspectiva de uma autêntica missão histórica. Tudo vai depender da coragem e da clarividência de homens que se viram na contingência política de encarná-la.

MAFIA!

Neno facilita as coisas e não promete "este mundo e o outro"! Comprou... levou... sem sorteios e sem reajustamentos. Da "conversa mole" V. está cheio... não?

 <p>Televisão INVICTUS modelo 1966 portátil, nitidez de imagem. inicial e mensal sempre igual... 25.000</p>	 <p>Rádio TELEUNIO - mod. Mimo portátil inicial e mensal sempre igual... 5.060</p>	 <p>GELADEIRA G.E. modelo LS-71 - 186 litros e (7 pés) porta aproveitável e ababamento interno azul. inicial e mensal sempre igual... 30.380</p>	 <p>Máquina de Lavar PRIMA ECONOMICA inicial e mensal sempre igual... 22.710</p>	 <p>LAMPARINA ILLUMINE - 35 escovas - amarelas inicial 144.308 mensal 113.708</p>	 <p>Óculos ILLUMINO 38 peças inicial 5.886 mensal 5.085</p>	 <p>Bicicleta MONARK - monociclo "Rei Polar" ano 28, homem inicial 18.300 mensal 17.530</p>	 <p>Dormitório BERGAMO - mod. Lord - 3 peças inicial e mensal sempre igual... 33.500</p>	 <p>Mãe de Costura PHILIPS - mod. Standard - 5 gavetas inicial e mensal sempre igual... 6.000</p>
--	---	---	---	---	--	--	--	---

Centro: R. São de Setembro, 145
R. Uruguiana, 148
Av. Marechal Floriano, 171
S. J. Merli: Av. dos Trabalhadores, 69
Caxias: Av. Nilo Peçanha, 228
Mierdi: Bem em frente as Barcas
I. Goyanópolis: Av. Paranápan, 2145
B. Iguaçu: Esp. Rua Guanabara c/ Rodoviária Armada Negreiros

Feinha: Largo da Feinha, 59
Madureira: R. Maria Freitas, 110

Em Neno é assim: Comprou... levou!

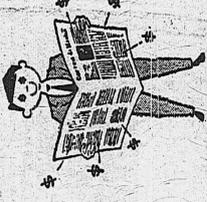
último caso, através um en-
Fronzizi e o caso de Pato-
ou os líderes decedidos de
se populismo, os JK, os JF,
lítica sobstantivo desent-
deuda. No Rio Grande do
o embrião de uma tentati-
va daquele gênero. A pró-
vés obriga a fazer a depa-
lítica do poder central ni-
lizado a contemporizar,
o que significa a perda da
vivas as tradições federati-
listas no grande Estado
(autonomia política, auto-
nomia fiscal, etc). Terá si-
do, então, a primeira vez
que, o marechal, no curso
de seu governo, se viu obri-
gado a acomodações fora
do setor militar; a entrar
na política. O que não é
'repulção' com as forças
representativas do popula-
no vencido. E se verifica,
com espanto, que a arma
da Jofoca perde sua eficá-
cia, e tem de ser substi-
tuida pelas armas da polí-
tica que, como se sabe, vão
à busca até a política das
armas.

boca numa edificação mais
rica mais portuosa. Na
residência presidencial. Na
mo uma estratégia de esca-
la parciais, no fundo, tra-
tando-se de uma tarefa
tática a única que não se
beria. (na ideologia mar-
chalis), no mesmo setor
de política. O que não é
uma estratégia hoje em
dia também a única admis-
sível em escala conti-
nuada. O que não é a depa-
rechal não esquece por um
instante que somos satélites
de uma potência estrangeira.
caso. Está o Brasil Ameri-
Costa e Silva em condições
de substituir nessa inal-
perpetua. Mas a que
perspectiva? Eis a que-
são.

Para nós, cá da planície,
nem o presidente
está em condições de fazer
uma abertura popular no
nos os episódios recentes
mos da Argentina: são de
ordinário valor ilus-
trativo; derrubaram Per-
rón, assumindo o Governo.
O general Avamburu, como
6 e 8, e perdeu. Subli-
Fronzizi, em consequência.
de se trata de um cambalho-
com o populismo paratista.

O general Costa e Silva
é hoje o homem mais con-
do marechal e o mais infa-
ressado na conservação dos
que. Do contrário, o que
lhe garantirá o calendário
econômico? O presidente
de escolha. O que não é
marechal Castelo? Ao mes-
no tempo, não tendo, ga-
independente — o que o
marechal não permitiu nem
a ter — por que a guerra
a ser — prisionário de
vontade marechalica. E
são interna dos comandos
tura foi lançada por deter-
nunciário. Mas esses co-
tram? Que coerência terão
com a marcha dos aconte-
se conservativo. Intacões
desde que foram indicados
viva, e que continuará a pó-
acima de tudo a sustenta-
telo Branco. Como poderão
dos seus genitoros. Invol-
no poderio, manifestar-se
contra atos legais de um
bem nomeados em rela-
contra decisões de política
mente, indisciplinares, si-
velhos tanques à rua? Pas-
sando por cima da autori-
dade? Duado um golpe.
suma? Sim, só dando um
golpe, não é dependo. O
se caso, o marechal Cas-
lo seria sido, numa analo-
trado acionado do general
ArmaBurra - Fronzizi-
Guido-Filipe na Argentina, e
surgiria como o nosso ge-
neral Onganía, seu amigo
personal, ao que não são pas-
sado, após as eleições dire-
tas, conforme novo teste-
múno de primeira mão. Os
generais da linha dura sob
o comando do general Cos-
ta e Silva? Castelo Bran-
co a alternativa: anular o
resultado das eleições, não
deixar o Governo. Para
não ser deposto, o mar-
chal prontificouse a rece-
ber a ordem de deposto.
Reinvestindo-se de poderes
distorcidos. A barganha foi
seu que recebeu no aus-
de seu prestígio, não con-
sumir o golpe da deposi-
tente uma transição polí-
tica de que resultaram duas
coiser: o AI-2 e o comple-
perava uma sucessão tran-
quila e assegurada e a can-
didatura de um novo mare-
chal, incluído do nus-

TUDO SOBRE VALORES, TÍTULOS E AÇÕES



VOCÊ ENCONTRA NAS PAGINAS DO Correio da Manhã

crp/60

ANEXO F – PEDROSA, Mário. *O pano de fundo do regime*. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.497, 07 ago. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)

O pano de fundo do regime

MARIO PEDROSA

O marechal Castelo Branco desvendou o mistério do futuro poder, ou melhor, da sua continuidade. Para que o marechal Costa e Silva não tenha, quando assumir o Governo a 15 de março do próximo ano, de recorrer aos privilégios, que foram os do primeiro marechal, de baixar atos institucionais, o atual presidente decidiu — como foi previsto — outorgar “constituição” ao povo. Esta conterà tudo o que o marechal Castelo entende indispensável para perpetuar a sua “revolução”. A chave para tal propósito será a supressão das eleições diretas para presidente da República, a fim de não criar interregno entre um marechal e outro por estas próximas décadas. Encontrou-se assim solução para institucionalizar o poder militar, diferente da adotada na Argentina com o general Onganía. Ao gosto formalista do marechal Castelo, os fios do poder oligárquico serão encobertos por isolantes ditos constitucionais. Uma constituição escrita, e até bem impressa, enrolará a espada do atual marechal-presidente, se o destino (não éle mesmol) decidir que o homem deve continuar; ou a espada do marechal Costa e Silva, se conseguir vencer os obstáculos, imponderáveis, por vèzes (até despachos e macumbas), que possam surgir no seu caminho para o Alvorada; ou mesmo ainda a espada de um terceiro, algum outro alto oficial que a estas horas, na sombra dos gabinetes, poderá estar matutando vastas lucubrações de como deverá suceder aos dois marechais, já velhos e desgastados.

Criando a golpes de outorga o aparelho constitucional-repressivo do futuro Governo, o marechal-presidente está certo de que assegurará a passagem do poder, com ordem, democracia representativa e moeda estável. A primeira das condições para tão alvissareiras perspectivas será afastar qualquer consulta mesmo formal ao povo sobre esses negócios. O povo, eis o elemento perturbador; não se pode legislar com o povo; o povo deve ser mantido de fora, na sua inocência frustrativa; isto chega a ser um axioma para os atuais constitucionalizadores, a começar pelo “técnico” que o Governo contratou para traçar no papel o seu edifício jurídico. Mas que ou quem na ausência do apoio ou pelo menos da aura popular será o sustentáculo do novo regime?

mes da ordem dêsse que o marechal Castelo com seu staff arquitetou um recinto apropriado para adversários.

Desde a Segunda Guerra Mundial, os velhos processos políticos evoluíram muito. Muitos dêles de grosseiros e rombudos se tornaram refinados. Veja-se isto, por exemplo, num pormenor: O dos métodos de repressão do primeiro fascismo italiano de 1921-1922, comparados aos métodos repressivos americanos atuais. Os *squadritti* de Mussolini atacavam em bandos os adversários isolados, professores liberais, líderes sindicais, socialistas, comunistas, e os faziam tomar à força óleo de ricino. Assim desmoralizavam os adversários, os prostravam, para revolta das consciências bem formadas em face de tamanho atentado à dignidade da pessoa humana. Os métodos americanos atuais são de outra ordem, muito mais científicos e conseqüentemente de muito maior rendimento. Os efeitos do purgante ministrado nos adversários ocasionais ou nos titulares, não mais um por um, como nos velhos tempos do primitivo fascismo, mas em massa, são agora produzidos com lança-gases. Quando os inimigos são prostrados, desfeitos em convulsões e solturas, soldados em máscara entram para um trabalho sistemático de acabamento, já agora de caráter individual, artesanal, com pontapés certeiros, estocadas de baioneta precisas e chicotes a prumo.

Nem um só gesto é perdido. (Dos jornais inclusive americanos, descrevendo ações repressivas contra negros, porto-riquenhos negróides, vietcongs e vietnamitas do norte, todos, afinal, comunistas.) Assim, os efeitos procurados outrora apenas pelos *squadritti* de Mussolini são agora adotados pela grande democracia estrelada, mas numa escala inimaginavelmente maior e com outros resultados. Diante dêles os *squadritti* de camisa negra aparecem como irresponsáveis bandos de vagabundos. A ordem democrática nos Estados Unidos saiu com isso extremamente reforçada. O “ecletismo operacional” americano (vide dr. Roberto Campos) fêz prodígios de sutileza e precisão nesse afã de separar o joio do trigo, ou aproveitar-se, modernizando-os, é verdade, de processos repressivos até então exclusivos dos regimes fascistas, sem contudo adotar seu ideário totalitário. Assim pode haver cidadãos gaseificados em massa com o fim de levá-los à dejeção sem quebra à ética democrática, cujo primeiro artigo é o respeito à dignidade humana. Pode haver democracia, mesmo representativa, sem consulta popular, e com monopólio do poder por um partido.

O regime que nos prepara o marechal será dentro dessa nova bossa perfeito: um complexo sistema de ditadura militar como “pano de fundo e de representação civil democrática como “pano de boca”. Engenhoso sistema de partido único, terá no entanto seu partido de

O marechal-candidato com sua candura em óculos escuros já o revelou no Ceará, sem com isso ter dito, aliás, alguma novidade: Dirigindo-se, com efeito, aos oficiais em uniforme que o foram receber em Fortaleza, apelou para que constituíssem "o pano de fundo" do seu governo. O candidato, no fundo, respondia aos cétricos quanto à viabilidade de sua candidatura, e, mais ainda, aos que temem que no dia da posse entre ele em palácio desprovido das armas "institucionalizantes" com que contou o marechal Castelo para governar nos moldes sumários e eficientíssimos com que o faz. Aquelas armas, o marechal Costa e Silva o sabe, serão imprescindíveis para impor sua autoridade à Nação, aos políticos e ao novo Congresso. Este aparecerá, então, com efeito, como o único poder realmente legítimo do País, surgido diretamente das urnas onde a vontade popular se supõe ter-se manifestado, ao menos parcialmente. (Não será de nenhuma forma o Congresso emasculado atual.) O marechal Costa e Silva conta, assim, poder mostrar por trás de sua curul presidencial uma imponente teoria de generais, coronéis, majores, capitães, tenentes-armados até aos dentes. Do lá, sem dúvida — se tudo correr a contento — deverá sair seu sucessor ou sucessores.

O espírito do ilustre oficial de estado-maior Castelo Branco é sempre mais tortuoso e sutil que o do rude tropeiro seu camarada de armas. Enquanto este mostra seu jogo quase sem malícia, o primeiro o esconde, o disfarça por cálculo, ou por seus pendores formalísticos e retóricos, expressão — pode ser — de íntimas indecisões. Na hipótese de ter de deixar o governo, conforme claros compromissos assumidos, o marechal Castelo tenta prolongar senão o próprio poder, sua influência ou o controle sobre o novo governo, mediante um instrumento eminentemente político. Que instrumento será este? Um partido político. De que espécie? Um partido único. Para tanto formou burocraticamente a ARENA e dela se sagrou chefe, em cerimônia oficial e solene. É o seu partido, já agora o partido do poder, por vias de fato, uma vez que não o poderia ser, normalmente, por via eleitoral. Por amor à democracia, previu o marechal também um partido da oposição, embora estritamente condicionado. Este condicionamento a priori consiste em ter de se conservar eternamente minoritário. O marechal foi claro ao investir-se da qualidade de membro do partido oficial. Dirigindo-se aos opositoristas de todos os matizes, mal ou bem ajuntados no MDB, disse: "Minoria não pode pretender o poder. Assim, o quadro político futuro está perfeito: uma constituição autocrática, que dá todos os poderes ao Executivo, um mecanismo sucessório por via indireta para assegurar a continuidade do grupo militar no poder, um partido único oficial e um outro dito minoritário a ocupar um canto discreto do plenário da Câmara dos Deputados, enquanto o resto da opinião opositorista ficará dispersa na clandestinidade pelo País ou também na cadeia, que é em regi-

"oposição" para manter a indispensável pluralidade de partidos, velho preceito constitucional. Erige em princípio a temporariedade dos mandatos presidenciais, mas de modo a assegurar a escolha destes em família, entre os do pano de fundo. Ao partido oficial caberão as necessárias representações consagradoras no centro do palco, à luz da ribalta, enquanto o partido da oposição, minoria institucionalizada, entrará, a chamado do contra-regras, no momento de seu papel. As liberdades democráticas serão garantidas, mas os grandes meios de comunicação serão rigidamente controlados. A censura na TV estende-se a todos os domínios, e preventiva, a tal ponto que torna os video-tapes um negócio arriscado. Vigorará aí um regime mais próximo dos fascistas: Será com efeito um sistema de monopólio estatal não da propriedade ou na exploração comercial, mas do conteúdo social, político e cultural. A sistemática ideológica do Governo será respeitada. Os concessionários e exploradores das tevês, renunciam a qualquer velocidade decisória no uso delas para programas ideológicos, políticos e culturais para em troca gozarem, em toda segurança, da lucratividade do negócio. Esta foi a divisão de trabalho por assim dizer que se fez nos regimes fascista e nazista, permitindo excelente colaboração entre estes e os concessionários privados. (Na União Soviética, a propriedade sendo do Estado não havia discrepância, e a burocracia até hoje tem usado e abusado dela.) No Brasil marechalício, o monopólio político é soberanamente exercido pelo Estado militar e seu partido político, sem quaisquer limitações legais quanto a fins e conteúdo. O partido da Oposição poderá vir a ter acesso àquele poderoso meio de comunicação se aprouver ao Poder militar, e em condições que não permitam o perigo de um contato maior entre telespectadores e opositoristas, susceptível de pôr em dúvida a missão ou o estado permanente de minoria que lhe cabe.

Políticos da ARENA discutem por vezes sobre se o partido deve transformar-se desde já em organização definitiva ou não. Não há o que discutir. Será ela o partido único do futuro regime, ou não será nada. Este sistema partidário é a contribuição original do marechal Castelo e amigos ao neo-fascismo que insistem em preparar para o Brasil. Neste último, o atual presidente já tem sua posição marcada: será o presidente do partido único e o marechal Costa e Silva será o presidente da República. Numa posição algo parecida à de Mao Tse-tung, que sem qualquer posto oficial é apenas o chefe do Partido Comunista Chinês.

Experiência política assaz recente no Brasil não resultou favorável às tentativas de partido único feitas a partir de 1930. Por ocasião do Estado Novo, a idéia surgiu de estelar o ditador num partido único de massas. O integralismo se candidatou para a função, mas dissolveu-se no ridículo inerente à personalidade de seu "duce". A criação de um tal partido estava, no entanto, no programa ideológico do Estado Novo, sob o sópro teórico de Francisco Campos. Os chefes militares que assentiram na instauração da ditadura estadonovista opuseram-se ao intento. Aquêles chefes preferiam que Vargas se tivesse de apoiar neles e não em qualquer movimento de massas independente. E assim foi que, quando, depois da guerra, retiraram o apoio à ditadura, o Estado Novo aluiu.

Trata-se agora de tentativa quase análoga às precedentes, mas por motivos e mensagem diferentes. E sobretudo com revestimento mais à moda do dia. A primeira e fundamental diferença é que não será um partido de massa, como o foram todos os partidos únicos historicamente válidos. Para o ser, falta, entre muitas outras coisas, um líder carismático. Não parece que o nosso marechal-presidente o venha ser. (Nem tampouco o seu programado sucessor.) Não havendo, porém, um carisma individual à mão, pode conceber-se, com Max Weber e outros, um staff administrativo burocrático "carismaticamente qualificado". No fundo, não terá sido esse o segredo da indicação para ficar do marechal Costa e Silva à sucessão do marechal Castelo, contra a própria vontade deste? Na Argentina, foi o mesmo grupo carismaticamente qualificado que trouxe Onganía ao poder.

Nessas condições, a ARENA mesma poderá servir de instrumento externo de um organismo burocrático destinado a formalizar uma determinada política. Entre as componentes do aparelho do Estado, nenhuma delas pode preencher aquelas funções senão a que "tem condições de mando independente". E não há enigmas: só uma componente do Estado é investida daquelas condições: As Forças Armadas. Dentro destas, naturalmente, o Supremo Comando.

MOVEIS LAMAS

Garantia Absoluta

Existe ainda marcenarias que continuam empregando nos seus móveis materiais de 1.^a qualidade, como sejam interiores em cedro da Bahia, as melhores ferragens fabricadas no País, enfim, o mesmo capricho de anos atrás. A Fábrica de Móveis Lamas é hoje Líder no fabrico de bons móveis.

Mostruário anexo à fábrica, Rua Melo e Souza, 100/110 (próximo à Leopoldina), tels. 28-4478 — 48-8211. 40298

ANEXO G – PEDROSA, Mário. **O processo da redemocratização**. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.533, 25 set. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)

O processo da Redemocratização

Mário Pedrosa

A ditadura começa a sentir-se acuada, à medida que a onda de descontentamento se vai avolumando. Os estudantes que líderes civis e militares do Governo no Congresso e fora do Congresso já se preparam a acusar de comunistas, de vendidos a “potências estrangeiras”, de assessorados por Fidel Castro são naturalmente as primeiras camadas da população a vir de público demonstrar esse descontentamento generalizado. A gente ditatorial deveria, entretanto, convencer-se que a pecha de comunista, a insinuação de inspiração estrangeira já não pega. Todo mundo sabe hoje que faz ela parte das artes “psico-sociais” do sistema estratégico do Pentágono.

Os padres do Concílio Vaticano II dão de ombro quando os pelegos brasileiros do Departamento de Estado lhes atiram o surrado xingamento. Os estudantes também dão de ombro. Os intelectuais empenhados na faina esclarecedora da Opinião pública quanto à natureza e desígnios antidemocráticos e antinacionais da Ditadura também dão. Nós outros empenhados numa atividade política direta, pela mesma forma. Ninguém tem mais medo da acusação. Perante a opinião pública ela está desmoralizada. Os senhores dirigentes da propaganda e do entupimento dos cérebros precisam jogar fora como imprestável aquele instrumento, tão eficaz, no entanto, nos meses precedentes ao golpe de 1.º de abril e depois dele. Os raios fulminadores que baixam do Jupiterzinho do Planalto sobre a cabeça dos cidadãos mixaram muito. É claro que seus efeitos materiais continuam por enquanto intatos: as vítimas, os cassados nos seus direitos políticos, podem perder o emprego, podem ser presos, confinados etc. — mas moralmente seus efeitos são exatamente opostos aos visados pela Ditadura. Os cidadãos saem de sob o ataque dos raios jupiterianos glorificados.

pla” seria precisamente a de levantar os tabus balxados pela ditadura, dando de fato aos cassados o passaporte de volta à vida política. Seria a de criar o clima político que torne impossível o furor cassatório da ditadura. O povo brasileiro de Norte a Sul, sem diferença de grupos e de classes é agora esmagadoramente favorável à anistia ampla e total para todos os brasileiros politicamente vitimados pelos vitoriosos de 1.º de abril. Depois de mais de 2 anos de mando discricionário e de terror, os inquéritos militares, os IPMs abertos durante os meses de fúria persecutória não têm mais senão um destino justo: a cesta de papel.

O que está acontecendo agora é um formidável processo de redemocratização de fato antes de o ser no papel, na lei. Anistia, abolição da prática totalitária de cassar direitos de cidadãos, abolição da chamada lei de greve, que é realmente uma lei para coibir greves, abolição do congelamento de salários, restauração do direito à estabilidade de emprego, restauração imediata do voto direto e universal para todos na escolha de presidentes, governadores, prefeitos e representantes, libertação do empresariado nacional ameaçado de operações plásticas à sua revelia pelo Estado, libertação enfim do Brasil todo do jugo americano que está positivamente demais são hoje aspirações as mais generalizadas pelo País. Nenhum movimento político de oposição pode esquecer por um segundo essas aspirações populares. Mesmo com as restrições cada vez mais draconianas à liberdade de movimentos e de agitação de idéias inevitáveis em campanha eleitoral, os próprios candidatos são arrastados a levantar aquela bandeira perante os eleitores. Têm-se visto até candidatos oficiais da ARENA queimar de viva voz os seus ídolos governamentais perante o povo, na esperança de angariar votos. A Frente Ampla não poderá ter outra bandeira sob pena de

Durante os primeiros tempos após o 1.º de abril, ao contrário, as vítimas eram confinadas, senão materialmente, sem dúvida moralmente. Os cidadãos comuns as temiam como vítimas obscuramente culpadas das iras dos deuses, e delas se afastavam por prudência. Mas hoje é espantosa a transformação. Todos as procuram, movidos por um generoso e por vèzes inarticulado sentimento de reparação. Nesse movimento de aproximação aos cassados, às vítimas da ditadura militar — e tal movimento é "legal" por sua própria natureza, nenhum ato institucional, nenhum decreto pode coibi-lo — está a prova de que a ditadura já é uma sobrevivência no tempo. O povo brasileiro em sua imensa maioria já lhe retirou qualquer apoio, admitindo-se que algum dia lho tenha dado. Agora é a ditadura que se vai confinando de mais a mais, num crescente isolamento do povo representado por tôdas suas camadas.

Esta é que é a situação nova, neste setembro tão prenhe de acontecimentos futuros. Com a cegueira dos regimes condenados historicamente que descem numa marcha irresistível para a sua perda, a ditadura, a cada ato ou decreto que lança para defender-se da hostilidade popular, mais se isola, mais perde apoio. Sua ameaça de cassações e confinamentos não sòmente aos cassados mas aos que têm comércio com os já cassados, com eles se reúnem, trocam idéias, ouvem-nos sòbre a situação política de sua terra, perdeu de seu poder intimidativo. Assim, por exemplo, o deputado Doutel de Andrade, não pode ir a Montevidéu conversar com o presidente João Goulart, sòbre política ou o que fôr, pois estará cometendo um crime. O deputado Renato Archer não pode ir a Paris conversar com o presidente Juscelino Kubitschek pois terá cometido um crime, passível de terríveis penas. O sr. Carlos Lacerda não poderá chegar a São Paulo para conversar com o presidente Jânio Quadros: estará também na pauta das cassações pelo crime da conversa. A mesma coisa vale para o honrado nome de Miguel Arrais ou o nome perigoso do engenheiro Brizola. Pronunciar-lhes os nomes em público é crime.

Com essas ameaças, proibições e fulminações, o marechal jupiterino acredita que impedirá a formação de encontros de opiniões diversas e contraditórias para, transitòriamente, juntar forças na luta pela redemocratização do País. Para esta frente dita ampla ou qualquer coisa no estilo alinham-se Carlos Lacerda e seguldores, que se desgarram do movimento de 1.º de abril para vir juntar-se à direita da frente dos vencidos de abril. Juscelino Kubitschek, que pelo consenso geral seria o homem público de maior popularidade do Brasil de hoje, é o líder natural dêsse movimento; à sua esquerda vem João Goulart. Associado a eles estaria outro presidente cassado, Jânio Quadros, além de Ademar de Barros. O Governo ameaça cassar todo mundo porque se tornou pública e notória a participação na chamada frente dos líderes cassados. Na verdade, essa liderança é inevitável. Contra a realidade política não valem decretos, ucases e fulminações. JK, JG, JQ e outros estão mais atuais e vivos hoje do que em qualquer outra época. O Governo precisará levar mais avante sua política preventiva e baixar decreto que torne suscetíveis de suspensão os órgãos de imprensa e de comunicação que publicarem ou vocalizarem os nomes tabus. Cassará mandatos, cassará candidatos que no curso da campanha eleitoral invocarem essas figuras. Na realidade a verdadeira função política da chamada "Frente Am-

não poder sequer dar sinal de partida.

Nesse vasto panorama de Oposição que se vai formando por todo o Brasil, apesar do terror, da repressão que garroteia as populações do interior, os últimos quadrados da ditadura se apertam em tórno do Chefe nacional, que perde progressivamente a autoridade para seus acessos fulminatórios. É possível, que o marechal Castelo se acredite ainda onipotente. Mas a sua onipotência se esvai à medida que cresce a força da Oposição, a partidária eleitoral e a puramente política, ou seja o MDB, com tôdas as suas limitações e timidez, e a dita Frente Ampla, sem aparentes compromissos eleitorais, flanqueada à esquerda pelo movimento estudantil independente que se ergue por todo o Brasil, com uma flama contagiante. E em outro círculo, ou em nível mais profundo, o movimento social de tèmpera subversiva dos padres das Catacumbas junto às populações mais obscuras e mais oprimidas dêste país.

Contra essa constelação de forças que se foi formando de si mesma, por solicitações incoercíveis da própria vida nacional, que tem a ditadura a opor? A força bruta das polícias, a espionagem dos serviços de informação nacional e americano, meia dúzia de políticos carcomidos ou servçais, aqui e acolá alguns administradores honrados e de boa vontade, mas alienados política e socialmente, e comandos militares incertos ou partidários, obrigados ainda pela solidariedade que os prendeu no curso da conspiração aos camaradas no poder ou por uma falsa consciência comparativa militar. Em meio ao seu quadro de fléus, o marechal ameaça brandir a arma fulminatória das cassações como um sitiado que lança por cima da muralha suas últimas catapultas contra os sitiantes. Fará vítimas ainda, certamente, mas não fará claros sérios na massa dos opositores, que só terão de crescer. O isolamento ditatorial é ou será completo.

Já hoje o sentimento de oposição ganha as almas moderadas ou mesmo oportunistas e alcança o cerne inicial da ditadura, como a defecção de Carlos Lacerda, mostrou, corroendo as correias de ligação entre o marechal no poder e o marechal destacado para substituí-lo. Se o marechal Castelo se prepara para abater opositoristas, o marechal Costa e Silva se prepara para puxar para dentro de seu clube muitos dos fulminados. Isto é inevitável. O primeiro marechal só pode vencer a marcha para o isolamento pela prepotência; o outro só pode sair do isolamento ampliando seu círculo com favores e condescendências a muitas áreas políticas de sua periferia. Assim, o trabalho do marechal Castelo para consolidar a ditadura militar não sincroniza mais com o trabalho do outro marechal para conseguir novos aliados na área civil para seu governo. O primeiro marechal quer antes de mais nada esmagar a Oposição; o outro quer antes de tudo penetrá-la, seduzi-la. Daqui para março êsses objetivos contrários tenderão a criar situações cada vez mais antagônicas entre um e outro. O primeiro marechal aparecerá então como o maior obstáculo ao entendimento entre o segundo e seus prováveis aliados da área possedista e também lacerdista. Dêsse conflito, não se admirem se no curso dos meses a partir de outubro não surja das rodas costistas e políticas o apêlo à renúncia do atual presidente em favor de seu sucessor legal e civil, a fim de não haver embaraços à ascensão do marechal Costa e Silva, fundada na aliança, em bom estilo possedista, dêste último com políticos das áreas opositoristas mais afeiçoadas ao Governo que ao ostracismo.

ANEXO H – PEDROSA, Mário. Único poder legítimo é novo Congresso. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.541, p. 3, 28 set. 1966. (FBN)

ÚNICO PODER LEGÍTIMO É NÓVO CONGRESSO: PEDROSA

O crítico de artes plásticas, pensador político e escritor Mário Pedrosa, candidato a deputado federal pelo MDB da Guanabara, afirmou ontem, em entrevista, que “na medida em que os resultados das eleições de 15 de novembro forem contrários à orientação do atual Governo, nessa mesma medida o Congresso nôvo será o único poder legítimo ao qual caberá fatalmente a tarefa histórica de identificar de nôvo o poder político com as expressões políticas autênticas que compõem a maioria popular”.

O autor dos recém-lançados livros *A Opção Brasileira* e *A Opção Imperialista*, declarou em sua entrevista que o país atravessa atualmente três fases. “A primeira, disse, de luta pela redemocratização do Brasil, iniciada já na própria campanha eleitoral; a segunda, de luta concreta pela reimplantação das instituições realmente democráticas, tarefa a ser realizada pelo futuro Congresso, a ser eleito pelo voto direto; e a terceira fase, de organização política e de ação programada para levar o Brasil à criação de uma democracia socialista, com as reformas de estrutura exi-

gidas e sob um plano econômico global de inspiração socialista”.

CRISE

O candidato Mário Pedrosa disse que o simulacro de uma eleição do Executivo por parte de um Congresso desautorizado e mutilado, e a constituição de um Congresso eleito pelo povo, que se constituirá no único poder legítimo do País, são fatores capazes de criar uma futura crise política. “Toda preocupação do marechal Castelo Branco, por isso mesmo, acrescentou, é de fazer aquilo que ele chamou de institucionalização da Revolução. Ele quer deixar o poder, pois que a tal parece obrigado, com as “instituições” da sua “revolução” santificadas pela formalidade, por exemplo, de uma Constituição a seu gosto, aprovada por um Congresso que não passa de um apêndice do poder militar que nos rege”.

MILITARISMO

“Nesta chamada constituição, acrescentou, mera outorga, qualquer que seja o processo inventado pelos juristas para sua aprovação, ele insere todos os objetivos do golpe militar de 1.º de abril de 1964. Primeiro que tudo, ele quer assegurar a permanência desse poder militar por 10 anos ou mais. Para isso, a sua Constituição terá que consagrar o princípio da eleição indireta para presidente da República”.

“O marechal Castelo Branco, aliás, já o disse no discurso em que lançou o seu planejamento decenal, oportunidade em que propôs a medida para evitar o que chamava de estrangulamentos periódicos de passagens de Governo. Então, para que não haja esse estrangulamento, ele quer garantir a sucessão presidencial inter-família, mediante eleições controladas pelos donos do poder. Esta medida define bem o

pensamento político do atual presidente. Acima de tudo, assegurar a continuação do poder militar.”

LIMITAÇÕES DO CONGRESSO

O sr. Mário Pedrosa disse adiante que “outras medidas correlativas ao fim principal são conhecidas, estão propostas, como a dependência quase total do futuro Congresso às decisões do Executivo, através de delegações e outras limitações da ação do Congresso, o fóro militar para os chamados crimes políticos, etc...”

“O marechal Costa e Silva, no entanto, resiste à idéia da outorga prévia de uma Constituição, pois prefere as mãos livres para que ele também possa utilizar os instrumentos de opressão, como o poder cassatório, ao assumir o poder.”

PODER LEGÍTIMO

“Nesse quadro, prosseguiu, os eleitos a 15 de novembro para o Congresso Nacional serão para um outro marechal, visitantes incômodos. Um Congresso Nacional que saia desse sistema rígido de poderes que se sucedem independentemente da vontade popular, não pode em sua essência participar do regime. Será fatalmente um poder estranho às idéias, às concepções e à sistemática do poder militar. Na medida em que os resultados das eleições de 15 de novembro forem contrários à orientação do atual Governo, nessa mesma medida o Congresso nôvo será o único poder legítimo, ao qual caberá fatalmente a tarefa histórica de identificar o nôvo poder político com as expressões políticas autênticas que compõem a maioria popular.”

“A missão de um cidadão eleito a 15 de novembro pela legenda oposicionista será a de assumir a total responsabilidade por esta tarefa histórica, que

significa reivindicar para o Congresso de eleição direta a plena soberania de uma Assembléia legítima de representantes do povo. Como candidato federal pelo MDB, assumo todas as responsabilidades pelas concepções acima expostas. Estou convencido de que não haverá outra possibilidade de dar ao Brasil um regime democrático autêntico. O Congresso futuro será uma constituinte soberana, ou não subsistirá como órgão de representação popular; será varrido no choque das inevitáveis contradições políticas e sociais próximas.”

ESTUDANTES E MILITARES

Referindo-se em seguida ao problema estudantil, o candidato Mário Pedrosa disse que “assim como o papel das Forças Armadas, hoje em dia, está transformado na grande maioria dos países subdesenvolvidos, e mesmo nos velhos impérios coloniais em dissolução, o movimento estudantil nos países subdesenvolvidos é arrastado a ter cada vez menos participação política nos destinos dos seus países. Vejam, existe, agora, nos Estados maiores, uma corrente de opinião pela qual as funções militares das Forças Armadas não estão mais destinadas à defesa das fronteiras e da segurança nacional. O golpe militar de 1.º de abril de 1964 não se compreende senão por esta nova concepção, segundo a qual as Forças Armadas nos países como o nosso têm de assumir um preponderante papel na política nacional.”

“Esta idéia, prosseguiu, nasceu da derrota sistemática dos exércitos imperialistas na repressão à luta pela independência nacional dos países coloniais e semicoloniais e, também, das transformações tecnológicas decisivas para as velhas táticas militares, introduzidas pela arma atômica e outras, como a química.”



EXÉRCITOS NA GUERRA NOVA

"Os exércitos de países subdesenvolvidos jamais terão meios de elevar-se a um mínimo de eficiência tecnológica para qualquer operação de guerra realmente moderna. Todas essas forças são hoje orgânica e funcionalmente anacrônicas. Os melhores oficiais — e os há muitos — dessas forças, têm plena consciência desse anacronismo. Por isso mesmo, se verifica hoje, portanto, um fenômeno decisivo para os destinos desses exércitos, que é a sua desfunção militar. Tentam eles, assim, substituir essa função ou desfunção militar pelas funções meramente políticas. Nossos exércitos subdesenvolvidos adotam, então, preocupações que são nítida e exclusivamente de potência imperialista, com interesse em controlar o destino dos povos coloniais e dependentes".

"Para justificar essa adoção insólita nesses países, como o nosso, e preocupações que são frutos de interesses externos de potências imperialistas, criaram a obsessão da revolucionária, das insurreições possíveis ou imaginadas, dos motins e explosões populares, aqui ou acolá, conforme a conjuntura social existente. Mas tais preocupações são aquelas que outrora, nos regimes democráticos e liberais que conhecemos, eram iminentemente de polícia. Daí a concepção de que não pode haver conflito social ou político interno em cada país, senão por inspiração ou corrupção imaginária".

INSTRUMENTOS DO IMPERIALISMO

"Se constatamos as consequências da desfunção militar, que pode transformar

oficiais patriotas em instrumentos de política de derivação imperialista entre os países subdesenvolvidos, em policiais e não em defensores indormidos das fronteiras, o que constituía a mais sagrada das tradições militares, como se admirar que a mocidade estudantil seja cada vez mais atraída pelos altos problemas políticos e sociais de que dependem o destino de sua própria pátria?"

JUVENTUDE INCONFORMADA

"A inquietação da mocidade estudantil, prosseguiu, é um fenômeno incoercível em todo o mundo. Essa inquietação exprime-se não apenas em manifestações políticas, mas também em planos não políticos, no plano da arte e até no plano mais grave, do comportamento social, sexual, no plano a final, desse terrível inconformismo manifestado nos Beatles, no lê, lê, lê, nos cabelos compridos, por todo o mundo, qualquer que seja o regime político e econômico em face dos valores consagrados e das ideologias dominantes da civilização caótica dos nossos dias.

Devemos saudar como um fato auspicioso esse ardor, esse interesse crescente da nossa mocidade estudantil, pelos destinos do nosso País. Esta é a prova de que seu descontentamento é canalizado para um plano mais alto que o das cabeleiras, que o do lê, lê, lê."

CONSCIÊNCIA ESTUDANTIL

"Aponta-se como prova, por exemplo, de que as manifestações estudantis atuais estariam sendo sendo inspiradas por Fidel Castro ou outro lí-

der, a transcrição do jornal "Gramma", de Cuba, órgão de Havana, do dia 12 de agosto próximo passado. Mas isto não prova coisa alguma. Trata-se apenas de comentário mais ou menos informado de um fenômeno universal que é a consciência, no meio estudantil dos países subdesenvolvidos de viverem uma crise social, cultural, moral, política, profunda, inerente à própria época."

"As considerações do jornal cubano, prosseguiu, datam de 12 de agosto deste ano, mas já em setembro de 1965, no livro que acabo de publicar — "A Opção Brasileira" — eu apontava a mocidade brasileira como uma expressão de vanguarda da insatisfação da imensa maioria do povo brasileiro, que é de jovens, e de muitos jovens".

CAMPANHA CENSURADA

O candidato Mário Pedrosa referiu-se, adiante, ao pronunciamento que fez na semana passada, na televisão, em horário do Tribunal Regional Eleitoral, oportunidade em que foi tirado do ar, por ter sido censurado. "Naquela oportunidade, disse, ao ver que me tiravam do ar, eu berrei "Que democracia!"

Meu pronunciamento baseou-se no medo manifestado pelo Papa, em sua última encíclica, de que a guerra no Vietnam venha a se transformar na terceira guerra mundial. Este medo é idêntico ao de U-Thant. De Gaulle e soviéticos. Pelo mesmo medo, a assembléia geral da ONU desenvolveu-se numa atmosfera lúgubre. É preciso estar atento ao perigo que a guerra no Vietnam representa para a deflagração de uma terceira guerra mundial.

ANEXO I – PEDROSA, Mário. *Ainda não temos Presidente. Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.551, 09 out. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)

Ainda não

temos

Presidente

Mário Pedrosa

Comunicou-se ao Brasil que a 3 de outubro reuniu-se em Brasília, para escolher um "presidente da República", um grupo de senhores a quem o golpe militar de 1.º de abril de 1964 concedera, imediatamente após ter fechado o antigo Congresso eleito em 1961, autorização para continuar funcionando como "deputados" e "senadores". Aquêles senhores, cujos mandatos de representantes do povo foram anulados e trocados por outros de representantes da ditadura militar instalada, conforme o diz claramente o Ato Institucional 1, e foi agora repetido pelos marechais em questão, um ora no Palácio do Planalto e o outro irá substituí-lo a 15 de março próximo, foram convocados e ordenados que pronunciassem em voz alta, quando da chamada, as palavras "Costa e Silva". Duzentos e tantos sujeitos cumpriram seu papel, e se sentaram exaustos, não se sabe se do esforço físico ou de vergonha. A cerimônia foi realmente desse quilate, pífia, e não chegou a comover ninguém. Engano: comoveu as lágrimas o injustiçado Marechal Castelo, que chegou a tal estado de desequilíbrio emocional que não pôde escutar elogios mesmo os mais convencionais de áulicos e políticos cortesãos sem choro. (Que os psicólogos tentem explicar esse comportamento não ordinário do atual chefe de Governo. Ressentimento por se ver tão impopular ou se ter visto na contingência de ter um sucessor?) Seja como for, a única coisa que realmente surpreendeu aos que se deram ao trabalho de lançar uma vista sobre as notícias da cerimônia foram precisamente as súbitas lágrimas ditatoriais em pleno "faz de conta". A pantomima do simulacro de eleição que termina em choro é menos que melodrama, já é comédia dell'arte em que Castelo-Pierrê abandonado chora e Costa-Arlequim, rival viçtorioso, sai de braço com a Política, Colombina ingrata.

de março de 1964". E quando o mesmo congresso "legitimado" tiver de "aprovar" a "constituição" que lhe mandar para o devido quorum, também será em virtude daquela legitimação o jamais porque os mesmos senhores foram num certo dia de 1960 eleitos deputados e senadores pelo voto popular direto. E com toda lógica, o marechal Castelo mostrou aos ridículos quixotes da "autonomia" do Congresso que não pode haver incompatibilidade nenhuma entre o Congresso relegitimado, isto é, fechado e reaberto em seguida pela suprema vontade "revolucionária" e o próprio poder que o reinstitucionalizou. Por isso mesmo, a idéia de supino cretinismo parlamentar de que o marechal deve suspender por algum tempo seus poderes cassatórios, enquanto os congressistas restantes deliberam, é "doutrinariamente" errada e praticamente irrisória: o atual Congresso é um corpo da ratificação formal dos atos da ditadura, ou do poder "revolucionário".

Este poder tem de ser perpetuado para o futuro. Por um acôrdo de partes nos bastidores, o marechal Costa e Silva foi destacado por aquêle poder para suceder ao marechal Castelo. Uma nova "ordem constitucional" tem de ser aprovada agora para a permanência do mesmo poder. Não convém confiar aos azares de um Parlamento ainda no limbo, que deverá sair das urnas populares a 15 de novembro, a tarefa de elaborar aquela "nova" ordem constitucional. O melhor é que no máximo lhe seja confiada também uma tarefa apenas ratificadora do que o poder "revolucionário" (leia-se sempre "militar") "institucionalizou" previamente. Para garantir a devida ratificação, o poder militar se encarrega de assegurar por todos os meios a seu alcance (são infinitos) que o futuro Congresso seja exemplarmente depurado de todo elemento perturbador de modo a dar ao poder ditatorial uma confortável maioria. O processo de depuração se fará ao longo do processo eleitoral, depois das eleições e já no Congresso reunido, quando poderá então sofrer um novo banho lustral de "relegitimação".

Nas condições acima, as eleições trarão à luz do dia o conflito de dois poderes — o único poder legítimo que é o voto popular e o poder espúrio ditatorial que pretende inserir-se no âmago da ordem constitucional como bicho na fruta. Não importa que a ARENA saia com maioria de votos manipulados nas zonas de atraso político do País, no interior das aglomerações de menos de cem mil habitantes, onde imperar a cédula individual empurrada no bolso do eleitor de cabresto ou subjugado, onde o curral voltará, onde o terror policial e militar campeia livremente. Em contraste, nos centros políticos do País, nas cidades de mais de cem mil habitantes, nas capitais dos Estados o partido da oposição será majoritário. A vontade consciente da grande maioria do povo brasileiro estará expressa, de qualquer forma. Pode prever-se — embora seja o fato mais do que lamentável — que grande parte dessa oposição eleita, entre em combinações oportunistas com o novo governo, pois que o oportunismo é um traço quase congênito do político comum do Brasil. Mas mesmo esses oportunistas não terão uma total liberdade de aderir ou capitular: por trás deles se formou uma vasta oposição popular manifestada e organizada; por trás deles estarão os presidentes cassados, governadores e vice-governadores cassados, eminentes figuras políticas cassadas, todos ainda com vasto séquito popular, os quais sob muitos aspectos aparecerão como os verdadeiros ganhadores das eleições; por trás deles ainda estarão, queiram ou não queiram, os atuais promotores e participantes da chamada Frente Ampla, (se daqui para lá não tiver obtido suas finalidades políticas).

Mais decisiva e grave ainda será a polarização política e social que ao fim da campanha eleitoral terá alcançado fatalmente um diapasão mais alto. A tônica desse diapasão será dada cada vez mais pelo clamor da classe empresarial brasileira contra a política oficial de desnacionalização sistemática de nossa indústria, à míngua de crédito, de capital de giro e de mercado, enquanto as empresas estrangeiras têm crédito ampliado, com juros muito baixos, conforme as queixas dos dirigentes industriais brasileiros, o grandes grupos internacionais se entregam gostosamente a formidáveis especulações do hot money, nas quais cada dólar aplicado rende, em prazo curtíssimo, 26% de lucro líquido. O clamor empresarial é fortalecido pelo clamor das classes proletárias contra o abaixamento sistemático de seu nível de vida, para o qual, entretanto, o marechal Castelo, insensível, não quer que elas se virem, mas ao contrário, deixando de lado "a reivindicação salarial, atentem para os benefícios duradouros de programas (sic) de educação, de habita-

É evidente que em tal clima e com tais dimensões não se sagram chefes de governo, nem mesmo de repúblicas, e muito menos presidentes da República. A Praça dos 3 Poderes em Brasília se prestou bem, é verdade, para cenário da comédia porque, historicamente, ainda não conseguiu ultrapassar o estágio da abstração paisagística para o de praça do povo, praça onde o povo chega, se apinha, nos grandes dias da Pátria, para protestar ou aclamar, consagrar ou expulsar os governantes que traem a sua vontade ou encarnam a sua vontade. Sob o regime militar atual, o povo é afastado da praça por um cerco de balonetes e cassetetes, enquanto que os políticos que dentro do recinto circulam e agem são movidos a cordéis. Diante de tal enquadramento de todo alheio das realidades vivas da nação, é extremamente difícil que os efeitos da comédia vingam. Ou por outra, podem vingar mas como flor de estufa num terreno artificial cuidado por jardineiros protegidos por cordões de isolamento e torres, aqui e acolá, de vigia e comando. Em suma, uma condição política será essencial: a manutenção da ditadura.

Os marechais no poder com os seus políticos estão agora tentando criar uma nova teoria de dupla legitimidade como existe dupla nacionalidade. Por esta teoria, dentro dos quadros institucionais vigentes ou na futura "constituição" que o Marechal Castelo quer que seja adotada nos moldes de como foi escolhido seu sucessor, existem "institutos" prioritários — cujas origens legitimadoras estão no poder "revolucionário" (leia-se "poder militar") ao lado de "institutos" democráticos oriundos, segundo a ficção constitucional, da vontade popular. No discurso em que o marechal-presidente afirmou, edificando, "o grande significado" daquilo que os deputados arenistas "foram comunicar" a doutrina da dupla legitimidade é de novo expressa sem dúvida para refrescar a memória dos "eleitores" do seu sucessor. Se "o Congresso Nacional, soberano e decisivo, (sic) realiza uma eleição indireta, presidencial", é porque "legitimado pela Revolução, delibera... para legitimar mais um dos lanças dos ideais revolucionários. E o faz segundo imperativos da própria institucionalização do movimento de 31

ção e melhoria de assistência médica e social". Esses clamores crescerão no anseio geral de todo o povo pelas liberdades democráticas, inclusive o direito de escolher seu presidente da República. A expectativa do agravamento de tensões fez com que o sucessor nomeado do atual chefe de governo tivesse de capitular de antemão em face da política ditada pelo FMI e pelas conveniências do Departamento do Estado, para habilitar-se realmente a substituir seu colega.

O marechal Costa e Silva com alguns comensais tentaram negar a existência do ditadura pelo fato simplório de que "numa ditadura ditador não muda de cara". A observação levou aqueles políticos a glozarem a idéia de que "não há ditadura sem a identidade física do ditador", e como a cara do governante vai mudar, então é porque não há ditador. Ora, na ditadura ainda "não-bonapartista" do Brasil, o ditador verdadeiro é uma "instituição" não-orgânica, é o poder militar, e não um sujeito. O próprio Costa e Silva, na euforia de sua eleição, ao tentar negar o caráter militar de sua candidatura, acabou se traindo ao dizer que "a solidariedade dos meus camaradas do Exército, da Armada e da Força Aérea... apenas exprimiu a sua aspiração unânime do continuidade do processo revolucionário e de sua defesa". Assim, o continuísmo não é pessoal como queriam os amigos do marechal Castelo, mas impessoal, coletivo, institucional. O marechal "eleito" no mesmo dia, comendo um bôlo de aniversário, mais uma vez confessou onde se escondia o verdadeiro poder. Querendo o apoio de todos, "não pode porém prescindir de seus amigos militares", uma vez que "o pano de fundo do meu governo será do militares", e isto, que os políticos não esqueçam, quer dizer, a "presença militar", é, nas palavras do "eleito", "uma contingência da época em que vivemos, como ocorre em vários outros países".

Se olharmos em roda, divisaremos com efeito entre os nossos vizinhos, na Argentina, Onganía, no Paraguai, Stroessner, e mais longe outros generais. O fenômeno tem, no entanto, uma particularidade: à frente, de faixa presidencial, há sempre um general ou marechal; por trás dele um pano de fundo de militares, mas todos, indistintamente, são teleguiados de Washington.

ANEXO J – PEDROSA, Mário. Os riscos honrosos de candidato. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.580, 13 nov. 1966. *Caderno do Eleitor*, p. 3. (FBN)

Os riscos honrosos de candidato

Mário Pedrosa

O marechal tentou, outro dia, dar ao público as explicações que fizera ao Conselho de Segurança Nacional para cassar Doutor de Andrade e os outros cinco deputados e pôr em recesso o Congresso Nacional, depois de invadi-lo com suas tropas de ocupação. O gesto marechalício revela antes de tudo a alienação completa em que vive o heróico vencedor da batalha contra os deputados em Brasília. A explicação única dada pelo marechal-regente foi desastrosa para um tático militar de sua estirpe: informações erradas de seus serviços especiais. Conta-se que o fracasso de sua ofensiva prematura contra Monte Castelo na Itália se deve também à mesma causa de sua ofensiva contra o Congresso Nacional na Praça dos Três Poderes: informações erradas. Na Itália o erro funesto custou vidas de soldados brasileiros, inutilmente, e o rompimento pessoal dele com seu colega de armas, o hoje marechal Krueel. Agora, o erro custou a traição ao amigo, presidente da Câmara, atritos internos na área do poder militar e, sobretudo, a perda irreparável de sua reputação de político ao deixar cair a máscara democrática com que sempre timbrou em calçar o seu regime.

O marechal, como já o disse em artigo passado, jamais conseguiu atravessar sem tropeços nem atritos do plano da guerra para o político. O episódio da batalha do Congresso foi nesse sentido de clareza meridiana. Para o nosso regente e seus ajudantes de campo a atitude de resistência de algumas dezenas de deputados no recinto do Congresso implicava, para quebrá-la, numa operação tática de guerra que era preciso executar, sem perda de tempo, na luta do Poder Militar contra a Oposição. No seu grotesco documento ao Conselho de Segurança, que teve a inocência ou a inconsciência de mandar publicar, o regente só viu "as ameaças da minoria oposicionista", e, então, como um bravo e decidido guerreiro mobilizou suas tropas bem petrechadas, chamou seu coronel já afeto à operações de tipo colonial e mandou que marchasse impavidamente sobre o Congresso. O coronel, ganhando mais uma cruz de guerra para os fastos de sua vida militar, desbaratou os deputados tremeitados e desarmados e ocupou a praça. Esse feito será contado na sua folha de serviços para a promoção por mérito ao generalato. O diabo é que os deputados não estavam armados nem tinham transformado o palácio de suas pacíficas deliberações em praça de guerra, e o próprio marechal acabou ligeiramente acanhado por não ter calculado bem a proporção de forças estendidas para a operação de desalojamento dos deputados de sua casa. A operação expeditamente executada terminou num colossal fiasco político, e reduziu a reputação do marechal como tático militar ao nível de comandante de companhia ou no máximo de regimento.

Em face do disparate daquelas operações de guerra contra paisanos tremeitados em Brasília, seus companheiros de poder se sentiram vexados, mas o marechal éle mesmo só o percebeu depois do desastre. Qual foi porém a conclusão que tirou no seu documento justificativo? "Melhor seria que tal não tivesse acontecido". Fiado, em última análise, no apoio que tem na sua qualidade de regente de Washington, o marechal sente poder dar-se ao luxo de cometer erros crassos como o do episódio de Brasília. Não é, entretanto, necessariamente em

função de sua qualidade de regente que o marechal comete dessas asneiras; mas, já agora, em virtude de sua incapacidade de apreciar com razoável objetividade a natureza de acontecimentos políticos banais que surgem à sua frente. Justificando-se ainda da estupidéz das cassações do líder da Oposição na Câmara e mais cinco liderados, em pleno processo eleitoral, não teve o pequenino ditador como pretexto senão o de evocar o "senso das oportunidades políticas para cassações de deputados para ele se cifrava em uma mesquinha traça de guerra, à altura de um chefe de esquadra, com a incumbência de prender ou matar a sentinela de uma unidade inimiga. Para ele, a falta de oportunidade política para cassações de deputados naquele momento escapou totalmente. Assim, o verdadeiro senso das oportunidades que faz o segredo de muitas vitórias na arte da política se reduziu na mente regencial a uma finta de guerra no mais baixo escalão. Se o Conselho de Segurança Nacional fôsse um órgão menos convencional teria então exigido sua demissão.

Se o homem é medíocre, não é da nossa conta. A metrópole prefere sempre gerentes medíocres, a gerentes superiores que podem criar casos com o próprio poder imperial ou alimentar veleidades autonomistas. O nosso regente está absolutamente satisfeito com o seu papel... histórico. Sua tarefa agora consiste em impedir que o povo brasileiro, aproveitando-se da miserável oportunidade que lhe foi oferecida de protestar contra a ditadura regencial através do voto a 15 de novembro, possa dar a esse protesto uma expressão positiva e clara, inequívoca. Como? Escolhendo, dentro do MDB, que de partido de oposição nomeada se transformou em vários setores, pela força das coisas e a lógica implacável dos acontecimentos, em partido de oposição de verdade, nomes de candidatos realmente comprometidos numa luta irreversível contra o regime ditatorial.

Esses candidatos são nitidamente distinguidos pelo pequeno ditador. Os eleitores por todo o Brasil já sabem que candidatos são esses. O Regente está encarniado contra eles. Na medida em que quer persegui-los e expulsá-los do pleito, nessa mesma medida os eleitores conscientes, os eleitores que não querem compactuar com a ditadura têm nêles os seus naturais candidatos. O argumento que vão ser cassados é um argumento covarde ou inconsistente. Os candidatos no alvo de mira do Regente sabem ou devem saber da ameaça que pesa sobre eles. Mas a ameaça não os deve atemorizar. No risco que corram, no destemor que tranqüilamente revelem na luta pelo voto dos cidadãos está o penhor que de antemão podem apresentar de suas convicções e de sua atuação. A promessa deles é o risco que correm.

Se houvesse argumento político nos que não querem dignar-se a votar, por legítimos sentimentos de revolta contra o que af está, não haveria dúvidas quanto ao voto deles: votar nos que podem e efetivamente representam os sentimentos oposicionistas ao regime ditatorial. Quanto maior fôr o número de votos que esses candidatos tenham, mais luminosa e evidente será a expressão da vontade popular inconformada com o Poder militar. A clareza dessa expressão, a sua nitidez significativa é incomparavelmente maior que a de qualquer outra manifestação negativa antiditatorial,

como o voto nulo de intenção política, que se confundirá inevitavelmente com os votos nulos por inadvertência ou inépcia do próprio eleitor, em face das inovações do processo eleitoral (voto vinculado, etc.) ou o voto em branco, que é um abstenetismo a Poncio Pilatos, passível de ser interpretado de maneiras as mais contraditórias. Não, nada disso serve; o que serve é o voto positivo em candidatos que, na disputa do voto, agem como postos avançados dum movimento popular em início. De um movimento que sobe do fundo do instinto de conservação da nacionalidade contra a desnaturalização do Brasil e dos sentimentos mais enraizados de tolerância, de democracia e de liberdade do nosso povo, espelhados e negados por uma ditadura sem generosidade e sem grandeza, de inspiração estrangeira, já insensível a tudo o que, através o curso histórico, desabrochou como indiscutivelmente brasileiro.

Que o regime regencial é um regime de nitidez corte neo-fascista não há mais nenhuma dúvida, e um dos candidatos impugnados, ao fazer sua defesa perante o Tribunal Eleitoral, no domingo passado, o disse com todas as letras. Com efeito, a Justiça brasileira perdeu sua autonomia. Na época do Estado Novo, o Tribunal de Segurança que julgava de plano, sem ter que se ater a provas, via suas sentenças absolutórias negadas na prática pelo poder policial, para o qual ser um inculpação absolvido era apenas uma das condições para recuperar a liberdade. Sob o regime de hoje, também: os tribunais eleitorais podem rejeitar as impugnações que a polícia e o SNI fazem a candidatos, sem que os mesmos estejam assegurados do direito de concorrer ao pleito. Um decretinho do ditador os elimina. Na mesma situação se encontram hoje diversos candidatos protegidos pelo Tribunal Eleitoral. Uma ridícula guerra de nervos lançada pelos gabinetes secretos da Regência tenta inquietar os candidatos e desanimar os eleitores. Não se deve dar atenção a essa guerrilha psico-social para falar-se no jargão da ESG. Ao que se diz, nas altas esferas governamentais reina a impressão de que essas cassações marechalícias são atualmente contraproducentes. Seria então mais conveniente guardá-las para depois do pleito, quando o marechal poderá saber entre os eleitos quais os do seu desgraçado ou perigosos à ordem regencial. Então, sim, caberá reificar a vontade popular expressa nas urnas, fazendo as devidas cassações.

Tudo indica que a lógica dos acontecimentos levará, com efeito, o Regente a completar sua missão a findar-se, expurgando o futuro Parlamento dos deputados inconvenientes, e, assim, ao lado do seu Congresso devidamente ortopedizado, surgirá um verdadeiro Parlamento na sombra, o dos cassados. Seu regime de democracia representativa made in America para subdesenvolvidos estará então completo, com o uso que terá feito então do último instituto de sua criação: o confinamento, na semântica invertida de hoje, mas que, na fala franca de outras eras, se chamava, honradamente, de campo de concentração.

Que os candidatos rebeldes de agora e deputados eleitos depois do pleito de 15 de novembro não tirem diante dos olhos essa perspectiva, para que não tenham surpresas ou não capitulem uma vez honrados com os votos do povo.

ANEXO K – PEDROSA, Mário. Após as eleições. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.585, 20 nov. 1966. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)

Após as eleições

Mário

Pedrosa

Deixam-se as eleições programadas pelo governo ditatorial, ficando as providências prévias que tomou para assegurar sua "vitória" nas urnas e dismoda maloria "arenosa", "Arenosa" por quê? Porque é insegura, e pode fugir-lhe de entre os dedos. Um traço curioso da propaganda eleitoral é que raro, muito raro entre os candidatos do partido do Governo foi aquele que não escondeu a sua legenda ou que defendeu o governo marechalado. Canta assim o Governo louz à vitória para senador do sr. Carvalho Pinto, em São Paulo. Mas este cidadão fez sua campanha com o extremo cuidado de diferenciar-se da política econômica e do ideário político da equipe ditatorial. O sr. Magalhães Pinto, em Minas, foi como candidato o mais oposicionista, e por isso mesmo ganhou as eleições ali, com muita margem. Quanto aos demais candidatos governamentais, o que lhes

deu a vitória foi o velho curral reatibalecido, foi o canhestro repetido no rodízio do tabuleiro e foi o método dos milites no poder. Salvo exceções locais, onde em alguns Estados figuras novas não comprometidas com as mazelas das oligarquias dominantes obtiveram expressivo apoio popular, no resto do País o ímpeto oposicionista atravessou o método, e descrença e conseguiu manifestar-se.

O "voto nulo" dos estudantes apreceu, mas inteiramente mesclado ao "voto nulo", por éro ou ímpetu do eleitor, em face das inovações que exigiam do mal preparado volante ou saber o número dos candidatos (nem todos em condições materiais de levá-lo a todos os rincões do eleitorado) e inscrevê-lo, ou escrever-lhes por extenso o nome, além da sigla do partido, tudo isso em duas operações na mesma célula, além da marcação para o candidato a senador. Nesse ponto o voto em branco era mais unívoco de interpretação e de mais fácil acesso ao volante popular, embora seu significado político fosse, sob certos aspectos, o oposto ao significado político dos arautos do voto nulo. Neste há uma intenção positiva de dizer não ao Governo e recusar as eleições. Trata-se de um ato de combate ativo à ditadura, de negá-la, de desmoralizá-la, de negá-la, e de boicote ativo às eleições. Sua vitória implicaria, na verdade, em criar-se uma situação revolucionária e desembocar num movimento insurrecional. Sob esse ponto de vista, pode-se já afirmar que a palavra de ordem fracassou, pois o povo não a seguiu.

Resis, porém, a manifestação de descontentamento, de negação a colaborar de uma faixa sensível do público que preferiu não participar das eleições, recusando-se a escolher nomes de candidatos para votar, e dentro dela uma minoria mais radical se decidiu por nome feio ou escrever sobre a célula um "abaixo a ditadura" ou coisa pelo estilo. Com isso deram vasa à sua

revólta, voltando a casa satisfeitos pelo "fato" revolucionário cometido. Vários candidatos realmente de esquerda ou de combatividade à ditadura franca e comprovada foram com o gesto "radical" dos moços sacrificados aos pés da ditadura, feiz por velhos cassados políticos mais intrinsecamente adversários de sua mais intrinsecamente adversária. Os radicalismos extremados dessa ordem que o maior dos fatos políticos já cognominou de "doença intransigente" produziu facilmente em política eleitoral o prodiz facilmente em política eleitoral dos opostos aos visados por eles.

Mas deixemos de lado a faixa radical e ó, sob muitos aspectos, o "castigo" pelo pecado oportunista denunciado também por aquele mesmo grande teórico. Em seu conjunto, as eleições abriram uma nova fase no caminho da deterioração da ditadura. As forças políticas tradicionais acomodadas a muitas nas duas siglas designadas como partidos pelo ditador estão agora enfiadas e impiedantes como cavatos às portais de seu curral, à espera que se abram para que ganhem os campos de pastagens mais generosas. O MDB, por exemplo, era um ómbus onde gente de várias tendências se obrigada a entrar para fazer o seu trajeto; agora, que chegou ao final, cada qual toma sua direção própria. Mesmo na ARENA, que o marechal Castelo acardiava para seu futuro partido único, as tendências desagregantes se assanharam, e velhos pesedistas como velhos udenistas já estão cansados de se sentarem uns junto aos outros. O leque político fechado pelo pequeno regente se abriu, e dilata-se.

Para impedir que as velhas forças políticas reapareçam ou que novas surjam, independentemente de sua vontade, só resta ao ditador um recurso: o das cassações. Estas cassações, porém, não são feitas para que o partido do novo Congresso já entre para as estrebanças ditatoriais devidamente amestrado.

O regente, que deve estar sofrendo eleitos, apesar do resultado de suas eleições, de várias e importantes decepções, vai agora nos impor uma lei de imprensa adequada e uma "constituição" de sua outorga. (Outorga ditada ou mesmo via Congresso velho ou Congresso novo). Mas o que o formalismo marechalado não percebe é que a situação política está mudando bem diante dele como expressão de sua premissa pessoal mas em nome da necessidade de conservar a ditadura só os políticos novos mas já velhos (indistintamente eleitos) vão se atastar "constitucional". A nova "constituição", não convém ao povo, será a armadura que protegerá o poder ditatorial das aremetidas de caráter popular, democrático ou nacional.

Há, com efeito, em pauta o projeto de partido que Carlos Lacerda anunciou. Para seu projeto foi ele buscare a fórmula vaga da Frente Ampla então se encheria de conteúdo. Seria esse partido "novo", uma combinação nova do milo possedista com a ala radical das UDN, visando à conquista de setores populistas e petebistas. Lacerda aspira à sucessão do marechal Costa e Silva, com uma plataforma de centro inclinada para a esquerda. Mas para os idos de 70. Daqui para lá, porém, muitas águas vão rolar.

Problema muito mais iminente é a continuação do Paez? Estará contida dentro do "plano decenal" castelista? Manterá a servilidade ao Pentágono do atual Regente? Que se fará do projeto da Força Interamericana de Paz? Conduzirá o processo de desnacionalização empresarial da economia do País? É disso que se vai tratar antes de mais nada, e sobretudo antes da "constituição" que o marechal a sair que deixar

como sua Opus Magnus ao povo, que tanto o despreza.

O Poder Militar passa agora a uma fase transitória de representação, impassa desenvolvimentistas criou o tipo criou o impasse da ditadura. Esta não pode mais representar ao mesmo tempo os interesses da economia nacional, as aspirações nacionalistas do Brasil e os interesses dos grandes monopólios norte-americanos e as aspirações imperialistas dos Estados Unidos. Essas contradições têm de vir a público e ser esclarecidas através de reuniões políticas novas que o resultado das eleições reclama. Não adianta ao Regente cobri-las por novas cassações ou tentar enobrir aquelas contradições que a campanha eleitoral tornou meridianamente explícitas.

Neste ponto a ação preventiva cassatória e outorgante do marechal Castelo não irá resolver as dificuldades do marechal que o vai suceder. E não pode resolver porque a crise política maior vai concentrar-se doravante no seio mesmo do Poder Militar. Esta tendência, cada vez mais, a perder sua homogeneidade; pressões internas e das áreas nacionalistas dos quartéis, da intelectualidade, das classes médias e do empesariado se fazem prementes e se vão chocar com a resistência dos centros militares superiores, presos ainda à desmoralizada ideologia da guerra fria, das fronteiras ideológicas e do fardo gerado pelo fato de "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil".

As eleições, falsificadas, manipuladas, apesar de seu por vezes macabro caráter de farsa, não vão concluir um processo, nem "consolidar" o regime ditatorial instaurado pelo Regente Castelo; mas, ao contrário das expectativas, bem que podem reabrir um novo processo político. A perspectiva de novas crises de poder não está excluída.